

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL**

**MORTALIDADE JUVENIL EM SÃO CARLOS, SP, DE  
2000 A 2010: UMA DÉCADA DE MUDANÇA?**

Thaís Juliana Medeiros

**São Carlos  
2012**

**MORTALIDADE JUVENIL EM SÃO CARLOS, SP, DE  
2000 A 2010: UMA DÉCADA DE MUDANÇA?**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL**

**MORTALIDADE JUVENIL EM SÃO CARLOS, SP, DE  
2000 A 2010: UMA DÉCADA DE MUDANÇA?**

**Thaís Juliana Medeiros**

**Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, da Universidade Federal de São Carlos, linha de pesquisa Redes Sociais e Vulnerabilidade, para obtenção do título de mestre em Terapia Ocupacional.**

**Orientação: Prof. Dr. Jorge Oishi**

**Co-orientação: Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano**

**São Carlos  
2012**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M488mj

Medeiros, Thaís Juliana.

Mortalidade juvenil em São Carlos, SP, de 2000 a 2010 :  
uma década de mudança? / Thaís Juliana Medeiros. -- São  
Carlos : UFSCar, 2012.

233 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São  
Carlos, 2012.

1. Saúde pública. 2. Mortalidade. 3. Violência urbana. 4.  
Violência - aspectos sociais. 5. Juventude. 6. Políticas  
públicas. I. Título.

CDD: 362.1 (20ª)

FOLHA DE APROVAÇÃO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DA ALUNA  
THAÍS JULIANA MEDEIROS, DEFENDIDA PUBLICAMENTE EM 28 DE  
FEVEREIRO DE 2012.



---

Prof. Dr. Jorge Oishi  
Orientador e Presidente  
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar



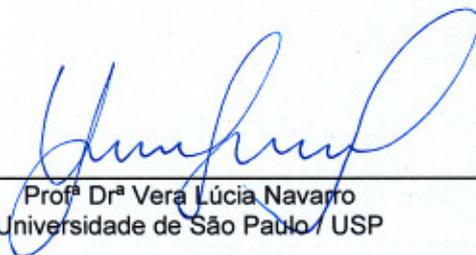
---

Profª Drª Ana Paula Serrata Malfitano, co-orientadora  
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar



---

Profª Drª Roseli Esquerdo Lopes  
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar



---

Profª Drª Vera Lúcia Navarro  
Universidade de São Paulo / USP

Homologado na CPG-PPGTO na _____ª. Reunião no dia ____/____/____
--

## RESUMO

A preocupação com a mortalidade juvenil por causas externas tem sido freqüente nas últimas décadas no Brasil, pois, conforme o Mapa da Violência 2010, a taxa de homicídios de jovens passou de 30 (em 100.000 jovens) em 1980 para 50,1 no ano de 2007. Disso decorre a importância de se compreender melhor esse fenômeno, sendo que propomos, especificamente, conhecê-lo no município de São Carlos (SP), apontado, em 2010, como possuindo o menor índice de vulnerabilidade à violência contra os jovens no país, segundo o IBGE. Assim, o objetivo desta pesquisa consistiu em analisar os dados sobre a mortalidade de jovens por causas externas (acidentes de trânsito, suicídio, homicídio e embate com a polícia) na cidade de São Carlos entre os anos de 2000 e 2010 e as políticas públicas municipais que puderam contribuir para a obtenção daquele título do IBGE. Para tanto, realizaram-se os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica; coleta de dados referentes à mortalidade dos jovens por causas externas no Centro de Informações em Saúde (CIS) de São Carlos; análise quantitativa dos dados coletados e entrevistas junto aos Secretários Municipais de 2001 a 2010. A partir das informações epidemiológicas obtidas, juntamente às informações trazidas pelos gestores municipais, verificou-se que não é possível estabelecer uma correlação entre as políticas públicas e a redução da mortalidade juvenil na cidade nos últimos onze anos.

**Palavras-chave:** Mortalidade, Políticas Públicas, Juventude, Adolescência, Violência.

## **ABSTRACT**

Preoccupation about youth mortality by external causes has been a constant theme for the last decades in Brazil, because, according to Violence Map 2010, youthful homicide rate changed from 30 in 100.000 youths in 1980 to 50,1 in 2007. A better understanding of this scenario is necessary, in special in São Carlos (SP), city known to have the lower index of vulnerability against youths in 2010 (IBGE). So the research's aim was to analyze youth mortality data by external causes (traffic accidents, suicide, homicide and police shock) in São Carlos between the years 2000 and 2010 and municipal public policies which could contribute with IBGE's award. It was used the following methodological procedures: bibliographic research; data collection related to youths died by external causes at Health Information Center (CIS) in São Carlos; quantitative analysis of collected data; and interviews with municipal secretaries from 2001 to 2010. From epidemiological informations obtained and interviews with municipal managers it was verified that is not possible to set a correlation from public policies and youth mortality reduction in São Carlos in the last eleven years.

**Keywords:** Mortality, Public Policies, Youth, Adolescence, Violence.

**Dedico a dissertação aos meus pais,  
Maria Neide e Valdir**

**Meu namorado, Fabio**

**Minha co-orientadora, Profa. Ana**

## **Agradecimentos**

E aprendi que se depende sempre  
De tanta, muita, diferente gente  
Toda pessoa sempre é as marcas  
Das lições diárias de outras tantas pessoas  
E é tão bonito quando a gente entende  
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá  
E é tão bonito quando a gente sente  
Que nunca está sozinho por mais que pense estar  
É tão bonito quando a gente pisa firme  
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos  
É tão bonito quando a gente vai à vida  
Nos caminhos onde bate bem mais forte o coração

### **Caminhos do Coração - Gonzaguinha**

Com emoção, escrevo para agradecer às várias pessoas importantes nesses vinte e quatro meses de mestrado. Primeiramente, aos meus pais, Maria Neide Medeiros e Valdir Laerte Medeiros. Eles sempre colocaram à disposição todos os recursos possíveis para que eu pudesse me dedicar inteiramente aos estudos. Estiveram sempre ao meu lado, incondicionalmente. Sem o apoio e o incentivo deles, eu não teria conseguido chegar até aqui.

À pessoa mais especial que conheci na vida, Fabio Puglieri, meu namorado, pelo amor, carinho, compreensão e companheirismo.

À minha segunda família, Rejane, Sidinei e Bruninha Pereira, e ao amigo Waldir Périco.

À minha co-orientadora Profa. Ana Malfitano. Ela confiou em mim e nessa pesquisa desde o começo. Esteve ao meu lado em todos os momentos, compreendendo meus erros e elogiando meus acertos durante a trajetória. Nesse tempo, meu carinho e admiração por ela só cresceram.

À Profa. Roseli Lopes pelas sugestões ao longo de toda pesquisa e a imensa abertura para o diálogo, sempre me tratando de modo muito acolhedor.

À Profa. Vera Navarro por ter aceitado fazer parte das bancas de qualificação e defesa. Ela esteve presente na avaliação da minha monografia em Ciências Sociais, em 2005, e, mesmo após tantos anos, nunca me esqueci da sua competência e sensibilidade.

À Profa. Jacqueline Sinhoretto, que tive a oportunidade de conhecer a partir da disciplina Sociologia da Violência e da Insegurança, oferecida pelo departamento de Ciências Sociais, da UFSCar. Além das sugestões à pesquisa, mostrou-se sempre gentil e aberta a colaborar com a dissertação.

Ao Prof. Jorge Oishi e aos suplentes da banca, Profa. Denise Dias Barros e Prof. Silvio José Benelli.

Às cientistas sociais e professoras Maria Inês Rauter Mancuso, UFSCar, e a Priscila Medeiros, UFMS, pelos textos e figuras fornecidas.

À todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional que contribuíram para a pesquisa por meio das aulas ministradas nas disciplinas do mestrado.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa.

Ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar.

Ao grupo de pesquisa em Terapia Ocupacional Social, composto por Profa. Ana Malfitano, Bianca Gonçalves de Carrasco Bassi, Profa. Carla Regina Silva, Marília Meyer, Profa. Patrícia Borba, Paulo Estevão Pereira, Profa. Roseli Lopes e Sara Sfair, os quais fizeram muitas contribuições a essa dissertação.

Aos terapeutas ocupacionais Aline Cirelli, Aline Moraes, Alyne Kalyane, Bianca Gonçalves Carrasco Bassi, Carolina Rebelatto, Caroline Beier Faria, Eduardo Ewerton, Luciana Agnelli, Lyana Souza, Márcia Regina Assis, Mariana Camilo Domingos, Marília Meyer, Mayra Capellaro, Patrícia Rombe, Paulo Estevão Pereira, Pedro Henrique Tavares de Almeida, Raquel Pinheiro, Sara Sfair, a pedagoga Sheila Agda Ribeiro da Silva e a historiadora Zildinha Camargo pelos momentos prazerosos compartilhados nas aulas do primeiro ano do programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar. Obrigada por terem me ensinado tanto, principalmente sobre Terapia Ocupacional, essa profissão que aprendi a admirar.

À Prefeitura Municipal de São Carlos, via Prefeito Oswaldo Barba e a chefe de gabinete, Nilsônia Marmo, e aos 24 secretários municipais pelas entrevistas concedidas.

À Tânia Rocha e Rosana Moreira, do Centro de Informações em Saúde de São Carlos (CIS), pelo acolhimento, disponibilidade e paciência comigo durante a coleta dos dados sobre a mortalidade de jovens por causas externas.

Ao Capitão da Polícia Militar de São Carlos, Paulo César Belonci, pelos esclarecimentos necessários à pesquisa.

Enfim, todos foram muito importantes nesses dois anos intensos de dedicação ao mestrado, que, me orgulho muito em dizer, é o primeiro em Terapia Ocupacional do Brasil.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	1
1.1	Objetivo .....	3
1.2	Metodologia.....	4
2	A CIDADE DE SÃO CARLOS.....	8
2.1	São Carlos: prêmios, títulos e privilégios.....	11
2.2	As contradições de São Carlos .....	12
2.3	Apontamentos sobre alguns bairros existentes em São Carlos.....	19
3	AÇÃO PÚBLICA COM JOVENS: EXPERIÊNCIAS EM SÃO CARLOS .....	23
3.1	Apontamentos históricos e atuais .....	23
3.2	Dialogando juventude e políticas públicas com gestores municipais.....	29
3.2.1	Concepções dos secretários municipais sobre a juventude .....	29
3.2.2	Quem é jovem para os secretários municipais.....	35
3.2.3	Espaços políticos formais sobre decisões e investimentos para juventude .....	37
3.2.3.1	Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude .....	37
3.2.3.2	Orçamento Participativo (OP) .....	39
3.2.3.3	Conselhos municipais .....	42
3.2.3.4	Centros da Juventude Elaine Viviani (CJ).....	45
3.2.3.5	O Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) e a FEBEM/Fundação Casa.....	47
3.2.3.6	Juventude e lazer: praças de São Carlos.....	52
3.2.3.7	Juventude e serviços de saúde.....	56
3.2.3.8	Juventude, espaço urbano e segurança pública .....	60
3.2.4	Agentes de socialização.....	65
3.2.4.1	Juventude e escola .....	65
3.2.4.2	Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Movimento de Jovens e Adultos (MOVA).....	67
3.2.4.3	Escolas do Futuro .....	69
3.2.4.4	Educação para o trânsito.....	72

3.2.4.5	Juventude e família.....	77
3.2.4.6	Juventude e trabalho.....	79
3.2.4.7	Juventude e esporte.....	83
3.2.4.8	Juventude e música.....	86
3.2.5	Orçamento público e políticas públicas.....	89
3.2.5.1	Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA).....	90
3.2.5.2	Políticas sociais: focalizadas e/ou universais .....	92
4	JUVENTUDE, VULNERABILIDADE E VIOLÊNCIA .....	95
4.1	A violência e sua interiorização.....	101
4.2	Mortalidade por causas internas e externas no Brasil.....	110
4.3	Mortalidade por causas internas e externas em São Carlos.....	112
4.3.1	Acidentes de transporte e trânsito.....	113
4.3.2	Suicídio no Brasil .....	127
4.3.3	Homicídio .....	132
4.3.4	Embate com a polícia .....	148
4.4	Perfil das Vítimas .....	161
4.4.1	Gênero .....	161
4.4.2	Negros, brancos e pardos.....	169
4.4.3	Estado civil.....	179
4.4.4	Idade.....	180
4.4.5	Bairros de residência e ocorrência.....	187
4.5	Classe social .....	192
4.6	Críticas e Limitações dos Dados .....	201
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	212
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	214
	APÊNDICES .....	227
	APÊNDICE 1.....	227

APÊNDICE 2.....	228
APÊNDICE 3.....	229
Listagem das entrevistas realizadas com Secretários Municipais de São Carlos 2001-2010. .....	229
APÊNDICE 4.....	230
Relação das pastas municipais de 2001 a 2010 .....	230
ANEXOS .....	233
ANEXO 1 – Declaração de óbito 2006-2010. ....	233

## 1 INTRODUÇÃO

Na década de 1980, o tema da violência na população brasileira foi incorporado à agenda de debates do campo da saúde e, na década seguinte, consolidou-se. Isto ocorreu em consequência de várias mobilizações de movimentos sociais pró-democráticos, instâncias de direito, algumas organizações não-governamentais (ONGs) de atenção aos maus-tratos na infância e as organizações internacionais com força para influenciar as discussões nacionais (MINAYO; SOUZA, 1999).

De tal modo, a preocupação com a mortalidade de jovens tem sido freqüente nas últimas décadas no Brasil, já que, conforme o Mapa da Violência 2010, a taxa de homicídios entre este grupo populacional passou de 30 (em 100.000 jovens) em 1980 para 50,1 no ano de 2007. Disso decorre a importância de se compreender melhor esse fenômeno (WAILSELFISZ, 2010).

Na atualidade, o crescimento cada vez maior do interesse em torno do tema da violência tem ocorrido, por um lado, pela valorização da vida e dos direitos de cidadania e, por outro, a partir das observações acerca das mudanças de perfil de mortalidade no país e no mundo (MINAYO; SOUZA, 1999). Tem-se observado o deslocamento de antigas epidemias e doenças infecciosas e parasitárias para um perfil em que predominam as causas externas (homicídios, suicídios, acidentes de trânsito e transporte e embate com a polícia), principalmente entre a população mais jovem (VERMELHO; MELLO, 1996; BARROS; XIMENES; LIMA, 2001).

A maioria das situações violentas ocorridas diariamente no país não resulta em morte, contudo a morte mostra-se como o grau máximo que a violência pode alcançar entre os indivíduos. Sendo assim, do mesmo modo que a mortalidade infantil permite compreender melhor a infraestrutura de atendimento, epidemias, condições de higiene e saneamento básico e os instrumentos culturais, políticos, culturais e sociais de cuidado das crianças, a mortalidade juvenil aponta para as várias formas de sociabilidade e as circunstâncias políticas e econômicas que evidenciam a negação da cidadania a esse grupo populacional (WAILSELFISZ, 2010, 2011).

Diferentemente da mortalidade por causas endógenas, que remetem a um desgaste da saúde causado por alguma enfermidade, a morte por causas externas é consequência de uma atuação humana, em outras palavras, é decorrência de alguma ação de indivíduos que culminaram no falecimento de outros (WAILSELFISZ, 2010, 2011).

A ocorrência do crime, da violência e do suicídio evidencia que a prática de um crime depende não exclusivamente de uma ação individual, mas das várias formas de coesão e

solidariedade social, já que o agir e pensar resultam da realidade exterior do indivíduo (WAILSELFISZ, 2010, 2011). Nesse sentido, Durkheim (2003) observava que as taxas de suicídio eram indicadores da situação social e, logo, suas oscilações podiam ser associadas aos problemas do conjunto da sociedade e não a uma explicação apenas individual.

Ainda para Durkheim (2003), os homicídios são previstos como resultado dos conflitos que a sociedade enfrenta. São mortes que podem ser consideradas como “a expressão máxima da exacerbação dos conflitos das relações interpessoais” (CRUZ-NETO; MINAYO, 1999, p. 199).

Assim, com a finalidade de apontar as “tendências” da mortalidade para a compreensão das situações sociais, políticas e econômicas que atravessam a juventude, buscou-se o entendimento das mortes violentas entre os jovens ocorridas em um município paulista de porte médio, São Carlos, representativo de um número significativo de cidades brasileiras. Investigou-se as mortes originadas por suicídio, acidente de transporte e trânsito, homicídio e embate com a polícia, visto que compreendem formas de violência por causas externas<sup>1</sup>. Para isso, coletaram-se informações de óbitos dos últimos onze anos obtidas no Centro de Informações em Saúde (CIS) do município em questão, juntamente com informações disponibilizadas na Base de Dados Nacional do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, para as faixas etárias de 15 a 29<sup>2</sup> anos, de acordo com a Política Nacional de Juventude, com a incorporação do adulto jovem. Somado a isso, foram realizadas entrevistas estruturadas com vinte e quatro gestores de diversas Secretarias do Município nas gestões de 2001 a 2010 para traçar reflexões acerca da configuração apresentada.

A escolha da cidade em questão ocorreu devido ao apontamento do Mapa da Violência 2010 e 2011 sobre a interiorização da violência do país. Segundo essa pesquisa,

---

<sup>1</sup> Segundo o Ministério da Saúde (2008), a mortalidade por causas externas pode ocorrer por lesões não intencionais isto é, acidente de transporte, afogamento, queda e queimadura, ou por lesões intencionais (associadas à violência), por agressão, autoprovoçadas, maus-tratos, negligência, abandono e outros. Escolheu-se os óbitos decorrentes de agressões, acidentes de transporte e lesões autoprovoçadas (suicídios) por serem os mais frequentes na faixa etária de estudo da pesquisa, ou seja, entre os 10 e 19 anos e 20 a 29 anos.

<sup>2</sup> De acordo com Novaes et al. (2006, p.5): “a juventude é uma condição social, parametrizada por uma faixa etária, que no Brasil congrega cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre 15 e os 29 anos”. Tal faixa etária, definida no Estatuto da Juventude, sancionado em 6 de outubro de 2011, abrange cerca de 50 milhões de brasileiros. Tal conquista ocorreu, principalmente, devido à pressão do Congresso Nacional da Juventude e da Secretaria Nacional de Juventude para a aprovação da proposta. Esses órgãos, criados em 2005 e vinculados à estrutura da Secretaria-Geral Presidência da República, contribuíram também com a inserção de outros direitos à juventude, como aqueles referentes à comunicação, liberdade de expressão, à cidade, à mobilidade e à segurança pública (BRASIL, 2012, s/p; BRASIL, 2011b).

tem ocorrido uma migração da violência homicida das capitais e regiões metropolitanas para as cidades do interior dos estados do país. Segundo Waiselfisz (2010, 2011), até 1999 os pólos dinâmicos da violência estavam centralizados nas grandes capitais e metrópoles, porém, posteriormente a essa data, o avanço dela cessou e começou a crescer no interior dos estados. Tal processo foi denominado de Interiorização da Violência.

Contudo, São Carlos, localizada na área central do estado de São Paulo, distante 230 km. da capital e composta, em 2010, por 221.950 habitantes (IBGE, 2011), obteve diversos prêmios, entre eles um que a classificava como tendo o menor índice de vulnerabilidade juvenil (IVJ) do país. Esse índice, que utiliza dados do IBGE, integra o “Projeto Juventude e Prevenção da Violência”, cujos critérios de avaliação foram a mortalidade por homicídios e acidentes de trânsito, a frequência à escola, a situação de emprego e os indicadores de pobreza e desigualdade no município (BRASIL, 2010).

Desse modo, não foram encontrados estudos que enfoquem a ocorrência de tal fenômeno em cidades de pequeno e médio portes, sendo necessário estudos epidemiológicos fora dos grandes centros para saber a real dimensão da violência entre os jovens. Logo, a presente pesquisa, em um município no interior do estado de São Paulo, justifica-se na direção de obter apontamentos acerca dessa problemática que se encontra presente em todo o país.

Quantos jovens são vítimas de violência fatal em São Carlos? Que tipo de violência mais causa suas mortes? Quais são os contextos/cenários que mais apresentam riscos? Quais são os principais agressores? Quais políticas públicas foram e têm sido implantadas no município com relação a essas questões? São as respostas a essas perguntas que permitem planejar intervenções na problemática da mortalidade juvenil (PERES; CARDIA; SANTOS, 2006). Dessa maneira, portanto, faz-se necessário que se “conheça o máximo possível sobre as vítimas e os agressores, sobre as causas, fatores e contextos, e que as intervenções de prevenção sejam cientificamente avaliadas e o resultados, daquelas com maior probabilidade de sucesso, disseminadas” (PERES; CARDIA; SANTOS, 2006, p.18).

## **1.1 Objetivo**

O objetivo geral foi identificar a relação do baixo índice de mortalidade de jovens por causas externas, na cidade de São Carlos, a partir da implementação de políticas públicas voltadas à juventude nos últimos onze anos, verificando assim se há correlação entre tais fatos.

Como objetivos específicos foram definidos:

- Identificar e analisar os dados sobre mortalidade de jovens por causas externas na cidade de São Carlos, entre os anos de 2000 e 2010, por meio de informações registradas no Centro de Informações em Saúde (CIS) da cidade.
- Comparar os dados municipais de mortalidade com os dados nacionais dos dois últimos Mapas da Violência (WAILSEFISZ), lançados em 2010 e 2011.
- Identificar, através de entrevistas estruturadas com gestores municipais, políticas públicas ou ações voltadas à juventude definidas pelas principais secretarias entre os anos de 2001 e 2010.

## 1.2 Metodologia

Foram realizadas as seguintes etapas para o desenvolvimento da pesquisa<sup>3</sup>:

- Pesquisa bibliográfica: Buscou-se em livros, teses, artigos, revistas, documentos e em sítios eletrônicos material sobre a mortalidade de jovens por causas externas e as políticas públicas destinadas a eles.

- Foi realizada uma coleta dos dados dos últimos onze anos (2000 a 2010) acerca dos óbitos entre os jovens, a partir do Centro de Informações em Saúde (CIS), presente na Vigilância Epidemiológica de São Carlos. Para realização dessa etapa, foi feita a solicitação formal de autorização dos órgãos competentes para acesso às informações sobre as causas da mortalidade de jovens. Após a obtenção da autorização formal, coletaram-se os dados presentes nas declarações de óbito, de 2000 a 2005, que estavam em meio físico. As informações dos cinco anos seguintes foram obtidas em meio digital. Entretanto, devido à precariedade e limitação dos dados encontrados em meio físico, foi realizada uma segunda coleta para confirmação das informações obtidas anteriormente. Dúvidas a respeito do preenchimento das declarações de óbito foram esclarecidas com a pessoa responsável pelo setor.

Após consultas prévias ao banco de dados da instituição, os seguintes dados foram coletados no CIS e colocados em uma planilha do *Microsoft Excel* de acordo com as informações presentes no modelo da declaração de óbito (Anexo 1): ano, mês, data e horário do óbito; município e estado de naturalidade; data de nascimento e idade de falecimento; sexo; raça; estado civil; escolaridade; ocupação; município e bairro de residência; local, logradouro e bairro da ocorrência do óbito; causa básica da morte e demais informações

---

<sup>3</sup> Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar sob o parecer número 024/2011, o qual atende às exigências contidas na resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

(linhas A, B, C, D e 2) através dos CIDs; médico responsável pelo atestado de óbito e data; causa provável da morte; descrição sumária da morte e causa básica original do óbito.

- Posteriormente, foram gerados gráficos comparativos entre as causas externas de mortalidade e o número de óbitos entre os anos através do *Microsoft Excel*. Assim, por meio da coleta dos dados da mortalidade de jovens, de 15 a 29 anos, por causas externas (acidentes de trânsito e transportes, homicídios, suicídios, embate com a polícia) obtidos no Centro de Informações em Saúde (CIS) do município de São Carlos, sistematizamos os dados, que demonstram tal panorama na cidade em questão. Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão e exclusão de informações:

- foram excluídos óbitos por causa de morte interna, contemplando então somente dados de mortalidade por causas externas;
- dos dados sobre causas externas, foram abrangidos somente vítimas com idade entre 15 e 29 anos de idade;
- foram considerados dados de jovens vítimas de causas externas para as seguintes causas de morte: acidentes de trânsito e transporte, homicídios, suicídios e embate com a polícia<sup>4</sup>, pertencentes às seguintes faixas do Código Internacional de Doenças 10 (CID10): V01 – V99, X60 – X84, X85 – Y09, e Y35 – Y36;
- dados inconclusivos sobre a provável circunstância de causa de morte, marcados como indefinido, em branco ou ignorado nas declarações de óbito, foram verificados por meio dos CIDs (causa básica original) de modo a se identificar a causa real da fatalidade. Caso o CID não permitisse identificar a causa básica da morte, buscavam-se nos demais CIDs (linhas A, B, C, D e linha 2, conforme o preenchimento das declarações de óbitos, respectivamente, referentes aos anos de 2000 a 2005 e 2006 a 2010) informações que identificassem a causa de óbito; se ainda assim a causa fosse inconclusiva, procuravam-se informações na descrição sumária do evento, campo da declaração de óbito que o médico legista pode adicionar outras informações consideradas relevantes. Permanecendo inconclusivo, o dado não era considerado na análise. Deste modo, foram excluídos 4 casos, que foram determinados como inconclusivos, permanecendo outros 360 casos utilizados para a análise.

---

<sup>4</sup> O CID-10 denomina as mortes ocorridas em confronto com a polícia como Intervenção legal. Comumente, também se tem utilizado o conceito de auto de resistência. Porém, nesta pesquisa, utilizar-se-á o termo embate com a polícia por se entender que ele permite esclarecer com mais precisão acerca deste tipo de morte por causa externa.

- Foram elaborados dois roteiros de entrevistas estruturadas (Apêndices 1 e 2), os quais foram aplicados e tiveram áudio gravado junto aos secretários municipais das últimas três gestões municipais responsáveis pelas pastas de Cidadania e Assistência Social; Saúde; Trabalho, Emprego e Renda; Transporte e Trânsito; Educação; Governo, Esportes e Lazer, Coordenadoria de Artes e Cultura e, por fim, Especial de Infância e Juventude, criada em 2005. Não foram incluídos dois gestores que estiveram nas secretarias pelo período de apenas um mês. Além disso, não foi possível estabelecer contato com dois secretários municipais. Mais detalhes sobre as entrevistas estão nos apêndices 3 e 4.

Com os dois roteiros de entrevistas objetivou-se compreender as políticas públicas adotadas pelas diversas secretarias em relação ao tema juventude. Portanto, o roteiro composto de dez perguntas buscou identificar informações como funções, prioridades, intersectorialidade, projetos relacionados à juventude e prêmios recebidos pelo município. O roteiro de entrevista do apêndice 1, com uma questão a mais que o 2, foi aplicado somente na pasta Especial de Infância e Juventude. A razão dessa pergunta adicional deveu-se ao fato de ser uma secretaria criada recentemente, a partir do desmembramento da pasta Cidadania e Assistência Social, e também pela sua maior proximidade com o tema desta dissertação.

As palavras-chave da pesquisa (violência, juventude, adolescência, políticas públicas e mortalidade) presentes na descrição das pastas no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal foi um critério para escolha das Secretarias a serem contatadas para realização de entrevista. Outra forma de inclusão foi através das indicações dos secretários, em que caberia escolher as secretarias mais citadas, sendo elas as pastas de Esportes e Lazer e a Coordenadoria de Artes e Cultura, esta desmembrada da Secretaria da Educação, em 2009.

Nessa etapa ainda, a Prefeitura Municipal de São Carlos auxiliou de modo fundamental no contato com os Secretários. Foram utilizados como critério de inclusão secretários que permaneceram no mínimo dois meses no cargo. Dessa maneira, por meio de correio eletrônico e telefones, foram agendadas e feitas as entrevistas pessoalmente com 21 secretários. Com três ex-secretários, que atualmente residem fora de São Carlos, foram feitas entrevistas por meio do *Skype*<sup>5</sup>. Ocorreu ainda de aplicar dois roteiros para três secretários, já que eles estiveram atuando em outras pastas no decorrer da década. Infelizmente, mesmo com a possibilidade de responder por escrito, não foram conseguidas duas entrevistas, uma relativa

---

<sup>5</sup> É um *software* utilizado, entre outras funções, para troca de mensagens, realização de chamadas entre computadores ou entre o computador e um telefone.

à Secretaria da Saúde e outra de Governo. Por fim, estabeleci o compromisso de fazer a devolutiva para todos.

Com base nos arquivos de áudio digital gravados, foi feita uma transcrição literal das vinte e sete entrevistas realizadas. De modo a não identificar os entrevistados, em respeito ao que estabelece o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar, as transcrições na íntegra não constam como apêndice dessa dissertação. A totalização das gravações das entrevistas somou 16 horas, conforme apêndice 3.

Intencionou-se também obter das Secretarias Municipais documentos sobre as políticas públicas implementadas. Entretanto, mesmo após várias tentativas, os gestores, bem como a Prefeitura Municipal, via responsável central, não forneceram tais informações. Por isso, pode-se ventilar a possibilidade das políticas públicas do município não serem documentadas.

De posse das informações epidemiológicas obtidas, juntamente à análise do discurso dos gestores sobre as públicas em curso para atenção aos jovens, obtida por meio de entrevistas realizadas com os secretários municipais dos anos de 2001 a 2010, elaborou-se o material de análise aqui apresentado.

## 2 A CIDADE DE SÃO CARLOS

A fundação de São Carlos deu-se na mesma época em que a cafeicultura, ao se expandir por todo o estado de São Paulo, foi a responsável pela condução da urbanização, desenvolvimento das atividades econômicas, sociais, culturais e aumento da população das cidades do interior paulista. Estas condições propiciaram que, mesmo com a crise do café, emergisse a produção industrial nas décadas de 1940 e 1950 (DOZENA, 2008; LAISNER, 1999).

Por conseguinte, em todo o interior paulista a industrialização incentivou relações comerciais entre áreas próximas a São Carlos, abarcando cada vez mais espaços e pessoas ao interior da cidade. Assim, entre 1940 e 1950, iniciou-se a expansão de seu território a partir da incorporação de espaços adjacentes. Porém, na década seguinte, principalmente entre 1970 e 1988, houve praticamente a duplicação de sua área devido à inclusão de terrenos rurais (DOZENA, 2008; LAISNER, 1999). A figura 1 explicita melhor tais informações:

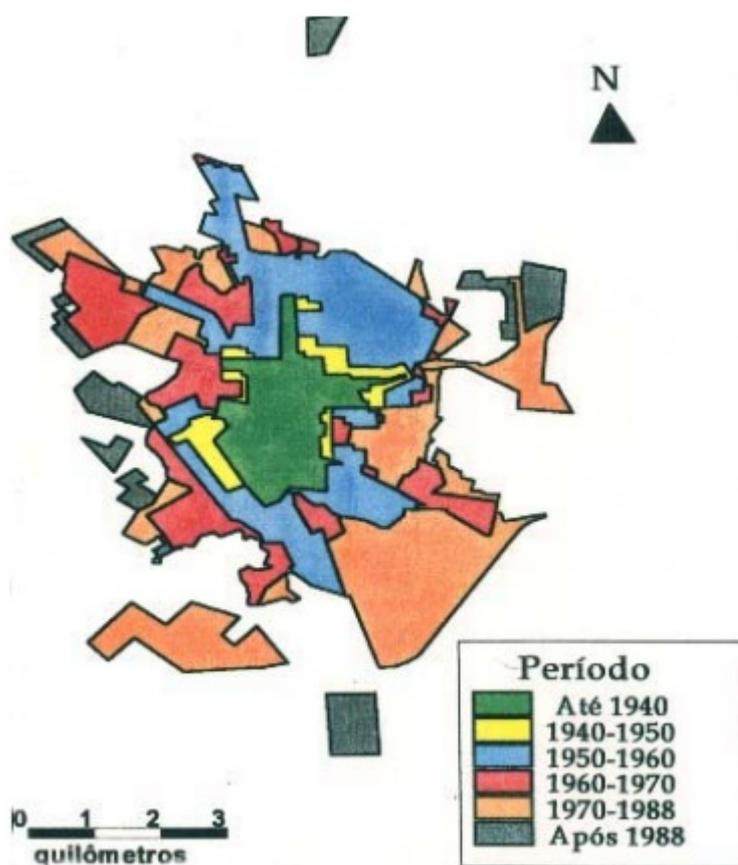


Figura 1: Evolução da malha urbana de São Carlos de 1940 a 1988 Fonte: SILVA, 1997 *apud* DOZENA, 2008, p. 66.

Nesse processo de substituição da elite agrária pela industrial, dois empresários tiveram importante participação na instalação de indústrias na cidade: Germano Fehr e

Ernesto Pereira Lopes. Possuidores de prestígio e habilidade política, ambos contribuíram para que a Universidade de São Paulo (1948) e a Universidade Federal de São Carlos (1967) estabelecessem-se em São Carlos. Essas duas instituições permitiram que São Carlos obtivesse, em 2011, o maior número de pesquisadores doutores por habitante do país, sendo 1 para cada 180, enquanto no Brasil a razão é de 1 para 543. Dessa maneira, juntamente com São Paulo, Campinas e São José dos Campos, o município tornou-se um dos principais pólos tecnológicos<sup>6</sup> do país (DOZENA, 2008; LAISNER, 1999).

Além dessas instituições públicas de ensino superior, existem na cidade as faculdades particulares: Faculdades Integradas de São Carlos (FADISC) e a Universidade Central Paulista (UNICEP). Além delas, há ainda o Serviço Nacional da Indústria (SENAI) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que também colaboraram para o desenvolvimento de conhecimento técnico destinados às empresas de base tecnológica (DOZENA, 2008).

Por conseguinte, a industrialização e tais centros de estudos e pesquisas proporcionaram um importante incremento populacional. De 1950 a 2000, o número de habitantes aumentou de 22.093 para 192.923, e nos últimos dez anos (2000 a 2010) houve um incremento de quase 30 mil indivíduos ao município, alcançando atualmente o total de quase 222 mil moradores (IBGE, 2011; DOZENA, 2008). Neste contexto, sobretudo em razão das atividades industriais existentes na economia são-carlense, ressalta-se a década de 1990 como tendo apresentado uma elevada taxa de migrações para São Carlos de indivíduos residentes de cidades vizinhas e até de outros estados. Conseqüentemente, este relevante aumento da população acarretou a ampliação de vários indicadores, como consumo de energia elétrica e água, quantidade de veículos em circulação, prédios comerciais e residenciais no centro, pedintes, guardadores de carros, camelôs e violência (DOZENA, 2008).

Outro importante fator que propiciou o aumento da população foi a transferência do fluxo migratório de indivíduos e empresas da região metropolitana de São Paulo para São Carlos e outros municípios do interior paulista (Campinas, Ribeirão Preto e São José dos Campos). Essa desconcentração industrial das metrópoles e sua consolidação nas cidades médias interioranas explica-se pela posição geográfica privilegiada de algumas delas, existência de rodovias, ferrovias, rede elétrica, trânsito menos congestionado, políticas

---

<sup>6</sup> “Entendemos por pólo tecnológico a concentração de pequenas e médias empresas de alta tecnologia, inovadoras, geralmente associadas a universidades, e que podem ser centros de pesquisa e/ou estabelecimentos industriais. Outras denominações existem: tecnopolos, centros de inovação e parques científicos” (DOZENA, p.13, 2008).

ambientais flexíveis, aluguéis com valores mais baixos, telecomunicações e centros de pesquisa e de tecnologia avançada (DOZENA, 2008).

Complementarmente, na ausência de um projeto nacional de desenvolvimento, ocorreu a “guerra fiscal” entre os diversos municípios do país na busca por indústrias a serem instaladas em seus territórios. Nesse sentido, a criação de um distrito industrial em 1968, em São Carlos, também contribuiu para tais empresas migrarem para o município, pois elas se sentiam estimuladas a estabelecer-se na cidade em virtude de uma série de benefícios, como isenção de impostos e taxas municipais, doação de terreno e oferta da infra-estrutura para a acomodação e fabricação. Então, por terem realizado essas ações de subsídio, empresas como a FaberCastell, Tecumseh, Volkswagen, Electrolux, Prominas Brasil, Cardinali, Latina, Toalhas São Carlos, Tapetes São Carlos e Papel São Carlos estabeleceram-se na cidade (DOZENA, 2008).

Em relação à implantação da Volkswagen, empresa transnacional, ela representa um indicativo de São Carlos possuir características que a enquadram em uma rede de relações de alcance internacional. Aliado a isso, com a inauguração do *shopping center*, em 1997, a cidade inseriu-se em um modelo de consumo mundializado e de espaço privado de lazer. Nesse sentido, paralelamente à saturação da região central, ocorreu também estabelecimento de diversos condomínios de alto padrão na cidade, os quais propagaram segurança, conforto, qualidade de vida e áreas exclusivas destinadas a esporte e lazer. Por outro lado, essa lógica da globalização<sup>7</sup> e da acumulação capitalista envolveu importantes contradições urbanas, endividamento, desemprego e desigualdades sociais (DOZENA, 2008).

De modo geral, as políticas adotadas nas últimas décadas não têm primado pela melhoria das condições de vida da cidade como um todo. A urbanização se fez acompanhada de um planejamento que descuidou de relevantes questões sociais, urbanas e ambientais, como os congestionamentos, a poluição, negligência com os parques públicos, estímulos à verticalização, fundação de loteamentos sem os necessários licenciamentos, implantação de distritos industriais em áreas de mananciais, acidentes de trânsito, emergência de bolsões de ocupação nas regiões periféricas da cidade, entre outros (DOZENA, 2008).

Porém, os indicadores econômicos e sociais nem sempre demonstram as disparidades sociais existentes entre os vários bairros do município (DOZENA, 2008). Da mesma maneira,

---

<sup>7</sup> A globalização pode ser entendida como “o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes. Os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada” (SANTOS, 2008, p.24).

ao longo dos últimos anos, a cidade obteve vários prêmios que não explicitavam as suas disparidades .

## **2.1 São Carlos: prêmios, títulos e privilégios**

Em 2011, São Carlos encontrou-se entre os quinze municípios mais desenvolvidos do país, segundo o Índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM), conforme a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), na qual acompanha a evolução dos 5.564 municípios brasileiros e o resultado da gestão das prefeituras. Esse estudo baseou-se em estatísticas públicas oficiais dos ministérios de três áreas de avaliação (Emprego e Renda, Educação e Saúde) (SISTEMA FIRJAN, 2011).

Outro prêmio obtido classificava a cidade como tendo o menor índice de vulnerabilidade juvenil (IVJ) do país, que avalia a mortalidade por homicídios e acidentes de trânsito, a frequência à escola, a situação de emprego e os indicadores de pobreza e desigualdade no município (BRASIL, 2010).

Aliás, vários secretários municipais entrevistados justificaram esse baixo IVJ à implantação do Núcleo de Atendimento Integrado – NAI, em 2001. Após seis anos, em 2007, sua prática rendeu a João Baptista Galhardo Junior o IV prêmio Innovare, na categoria juiz individual. Segundo o sítio eletrônico do instituto, o NAI, intermediado pelo magistrado, garantiu:

O efetivo cumprimento do artigo 88 – inciso V – do Estatuto da Criança e do Adolescente, através da integração dos poderes e da participação da sociedade, a fim de garantir a agilidade do processo judicial na apuração de atos infracionais cometidos por adolescentes e realizar todo o acompanhamento do processo; da apresentação ao sistema de justiça até o cumprimento das medidas socioeducativas aplicadas (INSTITUTO INNOVARE, 2011, s/p).

Ainda na área de direitos concernentes à infância e adolescência, São Carlos conseguiu duas vezes obter a premiação de “Prefeito Amigo da Criança” pela Fundação Abrinq. O primeiro ocorreu em 2004 e a segundo, em 2008, ambos destinados a Newton Lima, então governante à época (SÃO CARLOS, 2011). Em 2010, também pela Abrinq, São Carlos foi a única cidade do país a receber o “Prêmio Criança 2010” (SÃO CARLOS, 2011).

Destarte, embora São Carlos possua um importante desenvolvimento industrial e tecnológico, ganhado diversos prêmios e pertença ao estado mais rico do país, ela convive cotidianamente com a pobreza e a riqueza. Assim, da mesma maneira que em outros municípios do país, a modernidade não esteve e está ao alcance de todos os seus habitantes (DOZENA, 2008; LAISNER, 1999).

## 2.2 As contradições de São Carlos

Entre o início do século XX e a década de 1920, o aumento relevante do número de estabelecimentos industriais e a consequente ocupação das vagas de emprego existentes não só nesse setor, mas também na área comercial, fizeram com que houvesse uma escassez habitacional na cidade de São Carlos. Então, para suprir tal carência, foram construídas casas de aluguel contíguas às de segmentos sociais detentores de uma renda baixa, em especial para a classe operária. Mas, como o valor da alocação era elevado, essa população passou a viver em lugares em que as condições de higiene eram precárias (DOZENA, 2008; LAISNER, 1999).

Ainda que coibidos pelo Código de Postura Municipal de São Carlos, de 1929, os cortiços existiam próximos às propriedades de comerciantes, profissionais liberais, famílias de fazendeiros e industriais locais. Estes se sentiam incomodados com as sub-habitações, pois se preocupavam com a possibilidade de uma epidemia alastrar-se por toda a cidade (DOZENA, 2008; LAISNER, 1999).

Por isso, diante da demanda por habitações maior que a oferta, o Estado interveio na produção de casas populares. Assim, em 1941, a Secretaria Estadual de Educação e Saúde Pública permitiu que se construíssem casas mais simples, feitas de meio tijolo, e distantes da zona central para abrigar os trabalhadores. Por conseguinte, em 1948, a Prefeitura Municipal publicou oficialmente um decreto-lei permitindo a construção de casas em loteamentos, distantes da zona central, visando às pessoas de menor poder aquisitivo (DOZENA, 2008; LAISNER, 1999).

Desse modo, em 1950, instalaram-se casas próprias auto-construídas nos bolsões periféricos de São Carlos. No começo, as residências dos operários encontravam-se próximas dos estabelecimentos industriais. Em seguida, com a diminuição do papel das ferrovias no país e a crescente importância das rodovias na circulação de mercadorias, esses domicílios expandiram-se para áreas contíguas às rodovias. Por outro lado, nas áreas centrais, consolidavam-se residências de alto padrão e bem distantes fisicamente daquelas habitadas por operários (DOZENA, 2008; LAISNER, 1999).

A segregação espacial estabelecida na cidade foi intensificada pela utilização do ônibus como o principal transporte coletivo urbano. Esse meio de condução, ao substituir os bondes, em 1930, propiciou o aparecimento de novas áreas de ocupação, inclusive de loteamentos periféricos, pois a inexistência de linhas ramificadas de percurso permitia ingressar em áreas com baixa densidade populacional e mais distantes do centro do município (DOZENA, 2008; LAISNER, 1999).

Como resultado, tem-se que, a partir de 1950, o município não permitiu mais que diferentes segmentos sociais convivessem próximos e passou, então, a excluir paulatinamente os indivíduos com menor poder aquisitivo para limites longínquos. Em outras palavras, São Carlos “deixou de ser uma cidade onde viviam lado a lado as elites e as camadas mais carentes e transformou-se em uma cidade segregada, na qual os “pobres” foram “expulsos” do centro e indo ocupar o seu “devido lugar” na periferia afastada” (LAISNER, 1999, p.63).

Foi, portanto, uma segregação sócio-espacial que culminou na constituição de zonas periféricas reservadas à moradia dos pauperizados. Como exemplos destes loteamentos dirigidos à população de baixa renda estão os bairros Cidade Aracy e o Antenor Garcia, ambos da periferia sul, e que, apesar das condições geomorfológicas desfavoráveis à ocupação (tipo de solo, presença de aquíferos e rios), foram intensamente ocupados por migrantes na década de 1980, sobretudo provenientes dos estados do Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Nestes loteamentos, então, a população depara-se constantemente com a possibilidade de desmoronamentos e enchentes, já que a retirada da cobertura vegetal permitiu com que a área se tornasse suscetível a tais eventos (DOZENA, 2008; LAISNER, 1999).

O Poder Público poderia ter organizado todo esse processo, porém atuou apenas depois da constituição desses lotes, ou seja, “a ocupação da periferia sul se deu sem planejamento algum, sendo a regra primeira ocupar e depois se preocupar com as infra-estruturas” (DOZENA, 2008, p. 71). Diante disso, nestes locais, tem-se um cenário caracterizado pela precariedade, em que as ruas são irregulares, casas construídas com poucos recursos, escassas oportunidades de emprego e a falta de serviços públicos imprescindíveis, como iluminação pública, asfaltamento e canalização de esgoto (DOZENA, 2008; LAISNER, 1999).

Logo, em São Carlos, atualmente, tem-se o espaço habitado pelos “ricos”, localizado no centro e com diversos equipamentos públicos, e aqueles resididos pelos pobres, na periferia e com suas carências. Mais recentemente, algumas residências de camadas médias e altas da sociedade têm sido criadas em locais mais afastados da região central do município, todavia, com mais infra-estrutura que os já existentes na periferia sul (DOZENA, 2008; LAISNER, 1999).

Pelo mapa da riqueza e da pobreza abaixo é possível observar a concentração da população pobre na periferia da cidade. Ele representa a população são-carlense recenseada em 1991 e classificada em cinco categorias sócio-econômicas, sendo A o grupo mais rico e E, mais pobre. Tais categorias foram criadas a partir de alguns critérios, a saber: Imposto Predial

e Territorial Urbano (IPTU), condições de habitação e impressões dos habitantes sobre a cidade (DOZENA, 2008; LAISNER, 1999).

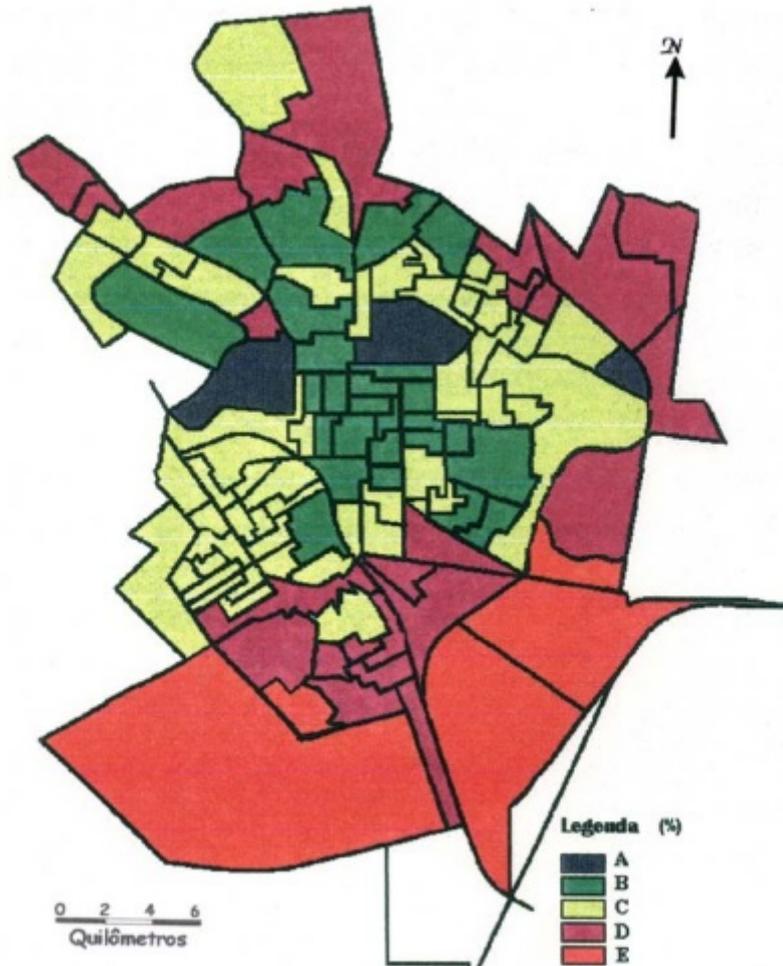


Figura 2: Mapa de São Carlos com a divisão das categorias socioeconômicas. Fonte: NPD – Núcleo de Pesquisa e Documentação – DCSO/UFSCar, 1994 *apud* DOZELA, 2008, p.74.

Neste quadro, agravando ainda mais a situação dos pauperizados, existem os “vazios urbanos”, os quais, em virtude da especulação imobiliária, predominam nas regiões centrais e já dotadas de infraestrutura. Com isso, preservando a existência desses terrenos ociosos, criaram-se loteamentos muito distantes do centro, onde constam os principais locais de trabalho, consumo, lazer e educação. De tal maneira, os mais prejudicados são aqueles indivíduos pertencentes às comunidades de baixa renda que, com acesso limitado a automóvel particular, dependem unicamente do transporte coletivo “Assim sendo, a desigual acessibilidade alargou a condição social de ricos e pobres, fazendo os últimos reféns de um deslocamento diário em busca de trabalho e/ou estudo” (DOZENA, 2008, p.75).

Observando-se as figuras abaixo é possível concluir que a riqueza e a pobreza convivem em São Carlos. “Nestes termos, pode-se avaliar que a pobreza e a má-distribuição de renda comum ao país também afeta a “Capital da Tecnologia”. Tal contradição possibilita pensarmos em duas São Carlos inseridas no mesmo contexto urbano, uma tradicional e outra moderna” (DOZENA, 2008, p. 94).

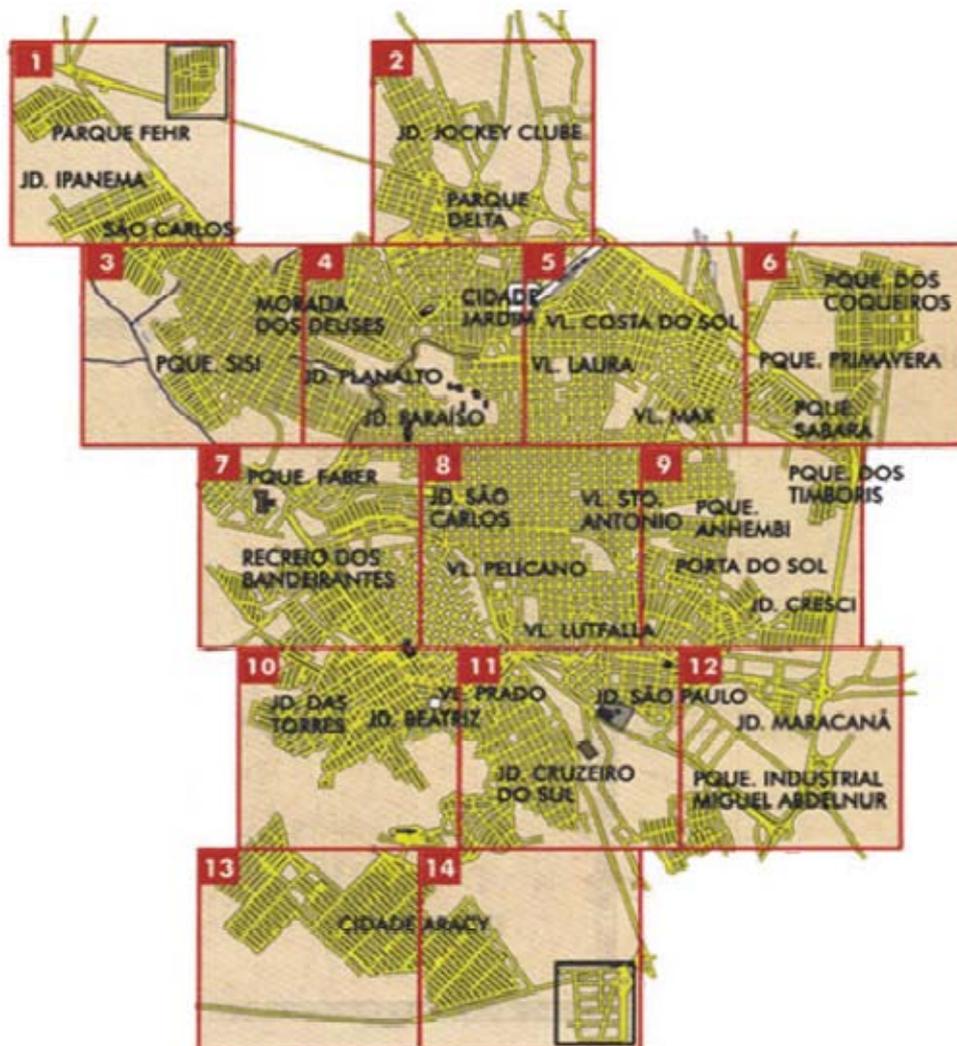
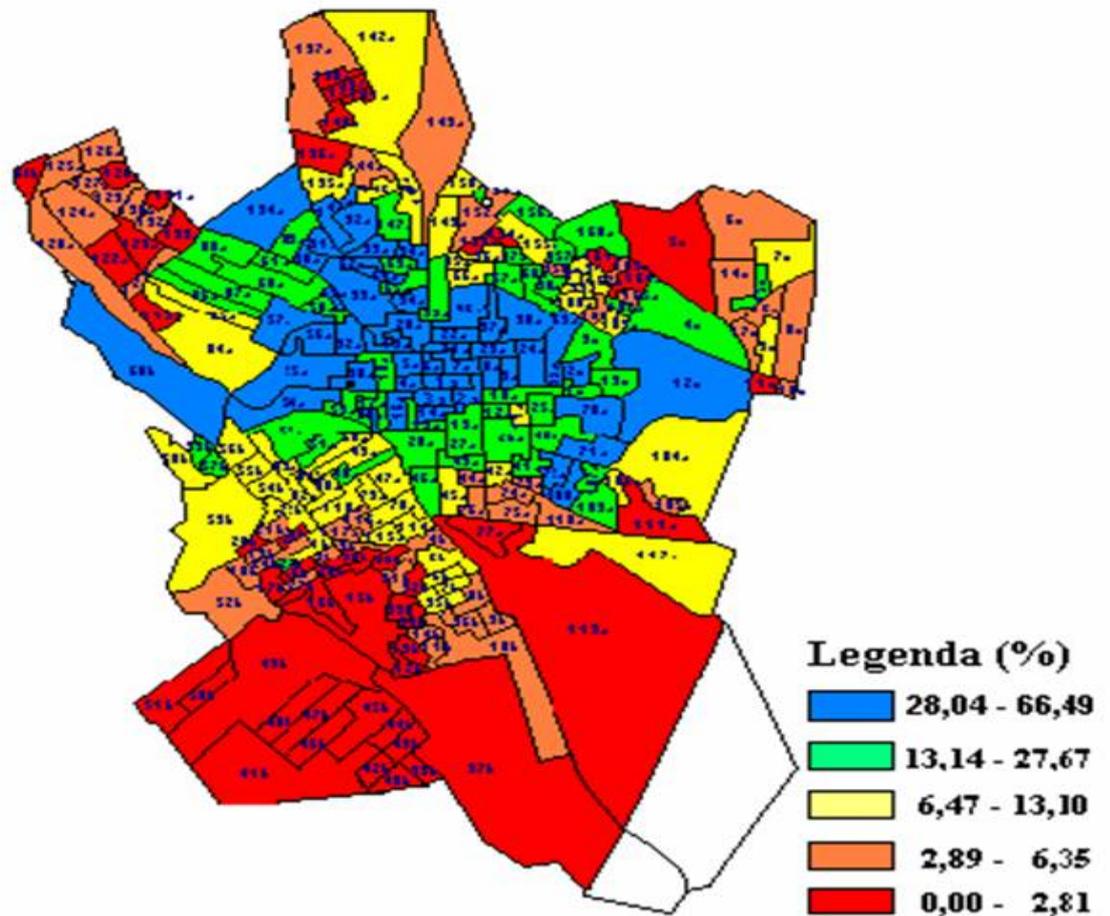


Figura 3: Mapa de São Carlos. Fonte: SATO, 2006, p.43

Chefes com 15 anos ou mais de estudo  
São Carlos - SP  
2000

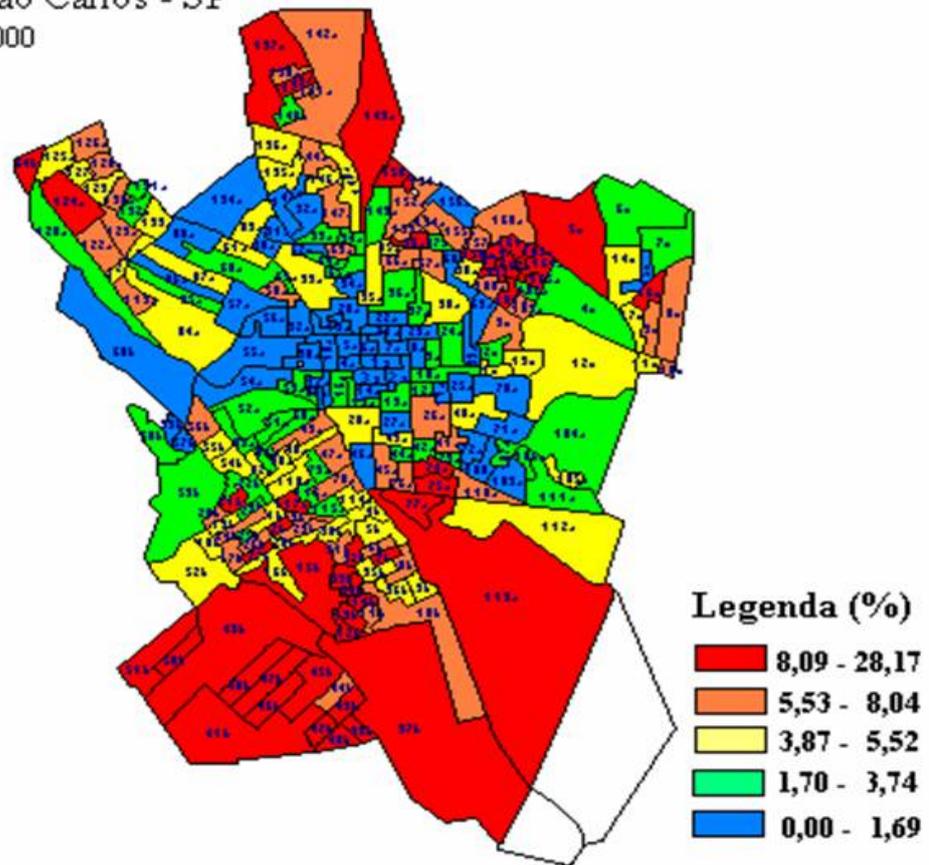


**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico 2000. Dados elaborados por **Oliveira**, Elza Andrade; **Mancuso**, Maria Inês Rauter; **Masselli**, Érika Sidel, Projeto Indicadores Sociais das cidades médias paulistas. NPD/DCSo/UFSCar, 2005

Obs: ■ 31a (Asilo)  
□ 166a (Presídio)

Figura 4: Chefes com 15 anos ou mais de estudo em São Carlos

Chefes Analfabetos  
São Carlos - SP  
2000

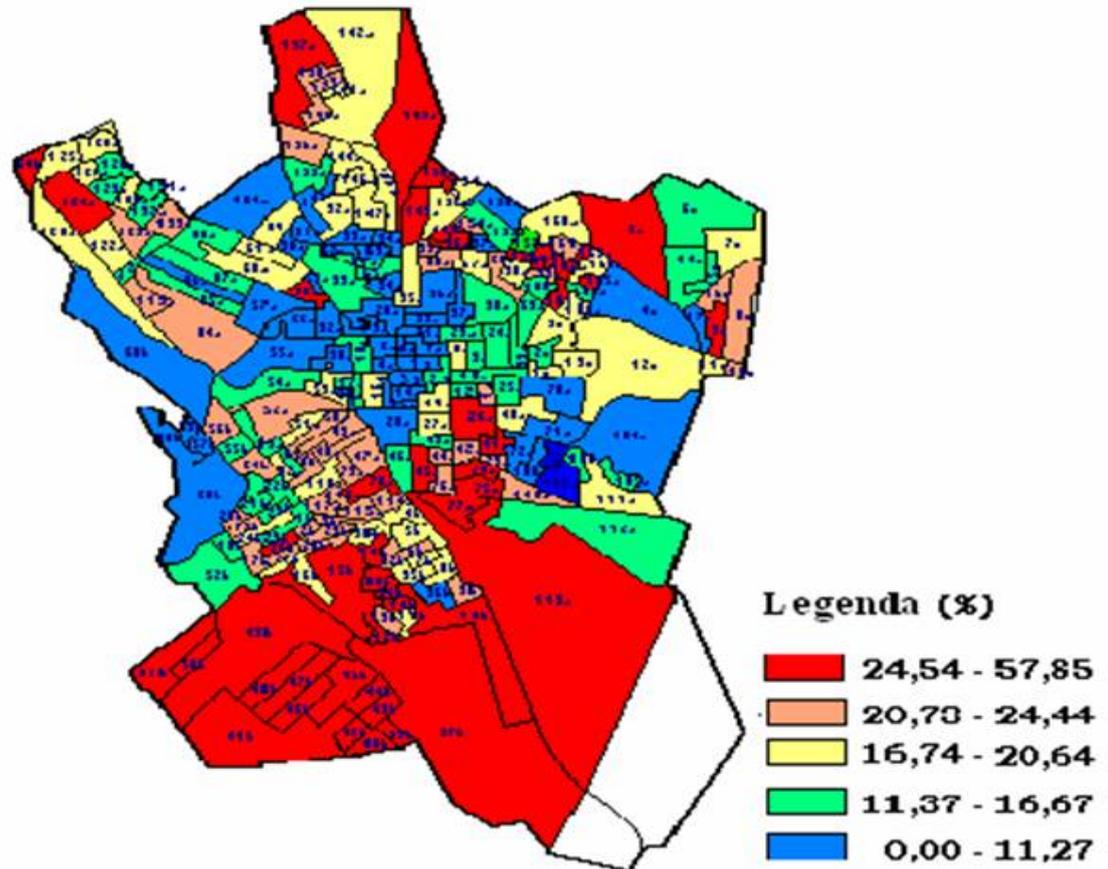


**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico 2000. Dados elaborados por Oliveira, Elza Andrade; Mancuso, Maria Inês Rauter; Masselli, Érika Sai del, Projeto Indicadores Sociais das cidades médias paulistas. NPD/DCSo/UFSCar, 2005

Obs: ■ 31a (Asilo)  
□ 166a (Presídio)

Figura 5: Chefes analfabetos em São Carlos

Chefes com até 2 salários mínimos  
São Carlos - SP  
2000



**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico 2000. Dados elaborados por **Oliveira**, Elza Andrade; **Mancuso**, Maria Inês Rauter; **Masselli**, Érika Saida, Projeto Indicadores Sociais das cidades médias paulistas. NPD/DCSo/UFSCar, 2005

Obs: ■ 31a (Asilo)  
□ 166a (Presídio)

Figura 6: Chefes com até 2 salários mínimos em São Carlos

Nos próximos capítulos, será explicitado que tal disparidade social e econômica, presente na cidade de São Carlos, influenciará no número de mortes por causas externas, especialmente nos homicídios, bem como na implementação de políticas públicas.

### 2.3 Apontamentos sobre alguns bairros existentes em São Carlos

Os bolsões de pobreza de São Carlos estão localizados na área fronteiriça do perímetro urbano e são os possuidores dos maiores índices de vulnerabilidade social da cidade, isto é, uma região caracterizada pela baixa renda, altos índices de violência, desemprego e baixa escolaridade (CAMPOS et al., 2003).

Assim, de modo geral, nos bairros que compõem a periferia de São Carlos, como o Jardim Gonzaga, Vila Monte Carlo, Cidade Aracy I, II e III ou Antenor Garcia, Jardim Novo Horizonte e Jardim Maracanã, as distinções entre cada uma deles estabelecem-se em relação à maior ou menor pobreza. Em comum a todos, conforme já mencionado, encontram-se muito afastados da região central, o que dificulta a satisfação das reivindicações. Além disso, seus membros são, comumente, não só estigmatizados por morarem nesse território, mas também relacionados à periculosidade, entre outras características negativas (LAISNER, 1999; EVANGELISTA, 2009; SATO, 2006; CAMPOS et al., 2003).

Antes conhecida como favela do Gonzaga, o Jardim Gonzaga é uma favela que foi urbanizada recentemente. Em 1977, esse território consistia em um terreno público que fora ocupado por migrantes e moradores de fazendas próximas, os quais não possuíam condições financeiras para pagar os aluguéis de moradias. Inicialmente, as principais construções estabeleceram-se no chamado “buracão”, que é um local com três nascentes e onde são despejados esgotos de casas existentes nesse e de outros bairros (CAMPOS et al., 2003). Em 1990, a partir da mobilização de lideranças locais em prol de benfeitorias, efetivou-se a urbanização e a instalação de serviços básicos – asfalto, água, luz e esgoto – nessa região (LAISNER, 1999).

Em 2002, ocorreram outras transformações no bairro. A partir do “Projeto de urbanização integrado – Gonzaga e Monte Carlo”, apoiado não só pela Prefeitura Municipal, mas também pelo Programa Habitar Brasil do Banco Interamericano de Desenvolvimento (HBB), revitalizaram-se os lugares degradados social e economicamente. Dessa maneira, ações de infraestrutura foram realizadas, em especial aquelas relacionadas à drenagem, rede de água e esgoto, pavimentação, iluminação e contenção de encostas. Além disso, várias casas foram reestruturadas e, aquelas que existiam há mais de cinco anos, legalizadas. Na região, também foram construídos dois conjuntos habitacionais e uma Estação Comunitária (ECO), onde há uma quadra poliesportiva com cobertura, um mini-campo de futebol, um espaço de recreação infantil, uma sala multiuso, área de convivência e uma Unidade de Saúde da Família (USF) (SANTOS; GONÇALVES JUNIOR, 2008).

Ao lado do Jardim Gonzaga, há a Vila Monte Carlo. Trata-se de uma área pública também ocupada por seus habitantes e que, até 1999, não havia passado por um processo de urbanização. É uma área de risco, pois a vila se localiza em um barranco que, em época de chuva, pode vir a desabar (LAISNER, 1999). Nesse sentido, conforme o gestor 4, da Secretaria Municipal Especial de Infância e juventude, é “uma região em que está concentrado um grande bolsão de pobreza do município e onde a juventude está mais exposta às situações de vulnerabilidade, isto é, de drogadição, criminalidade”. Além disso, é uma região muito estigmatizada na cidade, o que dificulta o acesso a empregos nas áreas mais privilegiadas do município.

Por isso, em 2008, neste bairro e objetivando contemplar as demandas existentes em suas imediações (Jardim Gonzaga, Vila Conceição, Cruzeiro do Sul, Cidade Aracy e Pacaembu), estabeleceu-se o “Centro da Juventude Eliane Viviane” (CJ), também denominado de “chacrinha”, já que, em anos anteriores, era uma fazenda privada de recreio. É um espaço de 12.290 m<sup>2</sup>, arborizado, com horta comunitária, sala de vídeo, cozinha, refeitório, piscina, mini-campo de futebol e quadra poliesportiva (SANTOS; GONÇALVES JUNIOR, 2008).

Ainda na região sul de São Carlos, há a Cidade Aracy. Bem distante do centro urbano, é possível chegar até ela por três vias de acesso, sendo uma delas uma serra íngreme onde acontecem repetidamente muitos acidentes de trânsito. Ademais, é um território onde estão presentes a maioria dos migrantes que vêm ao município (LAISNER, 1999). De acordo com Evangelista (2009), um elevado número de nordestinos ingressou na cidade e passou a residir em tal localidade em decorrência da instalação de uma fábrica de motores transnacional.

Conforme Laisner (1999) e Evangelista (2009), não existem informações precisas acerca do surgimento do bairro, porém, sabe-se que, em 1980, criou-se um loteamento clandestino no local. Hoje, a Cidade Aracy consta como sendo a que mais se expandiu na periferia, de 2 casas em 1991 cresceu para 1200 em 1999, isto é, um aumento de 600 vezes. Em 2000, um dos principais loteadores responsáveis por essa explosão habitacional foi o vice prefeito da época, Airton Garcia, que não só incentivou a invasão de lotes por meio de propagandas, mas também doou outros, pois ele objetivava, em um primeiro momento, desenvolver a região e, a seguir, obter lucros com a comercialização de outros terrenos (DOZENA, 2008; LAISNER, 1999). Ressalta-se ainda que as terras negociadas ou presenteadas possuíam apenas meio lote de tamanho, o que corresponde a um espaço muito pequeno para construção de uma casa a ser ocupada por uma família (SATO, 2006).

Uma estratégia utilizada pelo loteador para valorizar ainda mais as terras consistia em fazer com que um terreno ficasse vago entre outros ocupados. Com isso, os serviços já instalados de água, luz, esgoto e asfalto poderiam já ser usufruídos pelos futuros proprietários de tais lotes ociosos. Por outro lado, muitas dessas terras têm sido alvo de queimadas pela população, pois diversas terras continuam não só baldias, mas também sendo habitat de animais peçonhentos (SATO, 2006).

Além disso, demais danos têm ocorrido nessa região de vulnerabilidade ambiental. A Cidade Aracy é uma área em que “seu solo é fundamentalmente arenoso e de grande permeabilidade, constituindo-se enquanto uma área de recarga do Aquífero Guarani, maior manancial de água doce subterrânea transfronteiriço do mundo” (SATO, 2006, p.41-42). Assim, além das constantes queimadas, essa região tem sido agredida também pelas emissões de produtos químicos por empreendimentos industriais, escoamento de esgoto “in natura”, depósito de detritos da construção civil e de resíduos sólidos domiciliares, prática de pastagens irregulares, invasões ilegais, extração de madeira, mau cheiro de rios, erosões, desmatamento e assoreamento (SATO, 2006).

Outra dificuldade recorrente que aflige os moradores da Cidade Aracy é a precipitação atmosférica, que “excetuando sazonalmente, principalmente em épocas do ano específicas que coincidem com períodos eleitorais, o bairro tem de dar conta de resolver sozinho seus conflitos, seus problemas ligados à chuva” (EVANGELISTA, 2009, p.137). Salienta-se que os transtornos causados eram piores e foram amenizados com o asfaltamento das principais ruas, mas, ainda assim, as chuvas continuam sendo uma fonte de preocupação nos locais onde não se fez o necessário recapeamento, em especial no Antenor Garcia e Presidente Collor (EVANGELISTA, 2009).

Além da Cidade Aracy, e em oposição a ela, outro espaço alvo de especulação imobiliária está no centro da cidade. Nesta região, desde a década 1960, porém mais intensamente a partir de 1980, está ocorrendo um processo de verticalização não planejada, isto é, a construção de arranha-céus com mais de doze andares para fins comerciais e de serviços em detrimento de casas para moradia. Tais símbolos da modernidade, apesar de serem uma alternativa para ausência de espaços, constituem não só uma fonte significativa de lucratividade ao setor imobiliário, mas também implicam em diversas conseqüências negativas ao conjunto social (DOZENA, 2008).

Um dos principais efeitos desse processo de edificação é que, em virtude da saturação da capacidade de suporte das infra-estruturas já presentes, faz-se necessário o uso do dinheiro público no estabelecimento de novas infra-estruturas. “É a apropriação privada dos

investimentos públicos em infra-estrutura já levadas a efeito e socialmente pagos, sem nenhuma outorga onerosa relacionada à construção” (DOZENA, 2008, p. 85). Conseqüentemente, privilegiaram-se os especuladores imobiliários e as camadas médias e altas da sociedade, já que seus patrimônios valorizaram-se com o gasto público investido (DOZENA, 2008).

Deste modo, a especulação imobiliária e a predileção por medidas destinadas exclusivamente aos veículos, estão gerando problemas que podem ocorrer em curto e médio prazo, como os congestionamentos de veículos, lentidão nos deslocamentos, retenção de calor, impermeabilização de ruas, aumento da poluição sonora e a carência de infra-estrutura essencial, sobretudo de água e esgoto. De fato, conforme Dozena (2008), essa premissa tem se observado em São Carlos, em que, nos “horários de pico”, as avenidas e ruas centrais encontram-se congestionadas e, por conseguinte, mais propensas a ocorrência de acidentes de trânsito. “Assim, quanto mais à área se submete ao processo de verticalização, mais o sistema viário se torna congestionado” (DOZENA, 2008, p. 88).

Portanto, esta pesquisa está em uma cidade de discrepâncias entre a riqueza e a pobreza. Semelhantemente a outros municípios de porte médio do país, tal conjuntura ocasiona conseqüências na mortalidade dos jovens e nas políticas públicas adotadas em São Carlos, conforme será demonstrado nos capítulos a seguir.

### **3 AÇÃO PÚBLICA COM JOVENS: EXPERIÊNCIAS EM SÃO CARLOS**

#### **3.1 Apontamentos históricos e atuais**

Para compreender melhor as políticas públicas destinadas à juventude na atualidade é importante que se faça o resgate social e histórico do caminho percorrido por elas nas últimas décadas. Com isso, será possível compreender melhor seus retrocessos, avanços e desafios a serem enfrentados em âmbito nacional e local.

Bourdieu (1983) afirma que a fronteira entre a velhice e a juventude sempre foi alvo de conflitos em todas as sociedades. É uma divisão que exprime o poder, pois essa repartição impõe limites e produz uma ordem em que cada um deve se manter em seu lugar. Assim, quanto mais próximo do poder não só mais “velho” e adulto se está, mas também os traços da juventude desaparecem (BOURDIEU, 1983).

Portanto, é uma manipulação afirmar que a juventude seja uma unidade social constituída, dotada de interesses comuns e relacioná-los a uma idade (BOURDIEU, 1983; PAIS, 1990). Apesar disso, é uma tendência nos estudos sobre jovens, apoiados em teorias da maturação biológica e psicológica, considerá-los como sendo um grupo detentor de características como a rebeldia, instabilidade, desequilíbrios e envolvimento em problemas sociais (ABERASTURY; KNOBEL, 1981; PAIS, 1990; BARATA, 1999).

Contrariamente a essa visão, propõe-se a entender as diversas juventudes, em especial a operária e a burguesa. Elas abrangem dois universos com poucos elementos em comum, já que de um lado há as pressões do universo econômico real, atenuada pela solidariedade familiar e, de outro, acesso a melhores moradias e lazer; e entre os dois extremos encontram-se todas as figuras intermediárias de jovens (BOURDIEU, 1983).

Em especial, essa distinção nota-se principalmente na observação da juventude pobre, que abandona a escola prematuramente e, de maneira precária, ingressa no mercado de trabalho informal, diminuindo o tempo da infância e antecipando a idade adulta. Enquanto isso, uma minoria dos jovens vive uma “moratória social”, com uma inserção profissional mais tardia em função do maior tempo dedicado aos estudos (NOVAES, 2007).

Por conseguinte, cabe à sociologia da juventude ir para além da análise das semelhanças entre jovens ou seus grupos sociais a partir de situações, aspirações, consumos culturais, mas, principalmente, abordar fundamentalmente as distinções sociais que entre eles permanecem (PAIS, 1990).

Partindo disso, presentemente, a compreensão do jovem pela Terapia Ocupacional Social se faz a partir da multiplicidade de possibilidades de inserções em que o jovem pode se

encontrar (MALFITANO, 2005). Entretanto, por muito tempo a Terapia Ocupacional, entre outras profissões, utilizou a análise estrutural-funcionalista de Parsons (1991), na qual argumenta que a estrutura da sociedade é sistêmica e se funda nos elementos que a compõem, funcionando de maneira integrada e rígida. Ainda segundo Parsons (1991) só pode haver ordem social se todos os indivíduos pertencentes a essa unidade compartilharem os mesmo valores. Cabe aos sujeitos, portanto, internalizarem regras e adaptarem-se às normas sociais, caso contrário tem-se o desajustado, desviante e marginal, que desequilibram o sistema ao negarem as regras padronizadas. Esta vertente, denominada por Janowitz (1981) como a *psicologia social da conformidade*, influenciou diversos profissionais, dentre eles os terapeutas ocupacionais, que trabalhavam com situações relacionadas à pobreza urbana (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007).

Do mesmo modo, tal referencial teórico esteve muito tempo presente na relação do Estado com a juventude. No final do século XVIII, no país, eram nas Santas Casas de Misericórdia, Confrarias e Irmandades que órfãos carentes e abandonados eram abrigados. Já no início do século XX, os “delinquentes” eram levados aos “Reformatórios” ou “Institutos Correccionais”, onde ocorria o atendimento a partir da correção, recuperação e disciplinamento daqueles jovens que não se enquadravam no padrão da época (GIAQUETO, 2007).

No Brasil, em 1927, é elaborado a primeira lei específica para crianças e adolescentes, o Código de Menores, na qual afirmava a situação de dependência aos pais e justificava a marginalidade pela situação de pobreza ou ausência dos progenitores, desconsiderando os fatores estruturais (GIAQUETO, 2007; AYRES; CARDOSO; PEREIRA, 2009). A esse respeito, Lopes, Silva e Malfitano (2006, p.117) apontam que:

Associava-se a proteção a controle penal, criando a categoria “menor” para aqueles que necessitavam de alguma assistência. Fossem os “abandonados”, fossem aqueles que cometiam algum ato infracional – os infratores, ambos eram taxados de “menores”. Configurava-se como uma legislação apenas para esses “menores”, ou seja, para os que tinham “menoridade social”, crianças e adolescentes pobres.

Apesar disso, dez anos depois, na Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, no Estado Novo, proibia-se o trabalho infanto-juvenil e incluía como dever do Estado a garantia de acesso ao ensino público e gratuito aos que não tivessem condição de pagar. Por fim, cabia ao Governo prover e garantir condições mínimas para o desenvolvimento do jovem (GIAQUETO, 2007). Quatro anos depois foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) para prevenir a criminalidade infantil através do abrigo de jovens em caráter provisório, à disposição do juiz e, posteriormente, após investigações, encaminhá-los a

estabelecimentos, muito semelhantes às prisões, onde enfrentavam instalações precárias, ensino deficiente, nenhuma orientação pedagógica, alimentação insuficiente e castigos físicos (GIAQUETO, 2007).

O SAM passou a ser alvo de diversas críticas em razão dessa infra-estrutura inadequada, falta de higiene, superlotação e abuso de trabalho. Mas, o principal questionamento ocorreu devido à ineficácia no combate às infrações de crianças e jovens, o que “impulsionou o Estado a pensar novos métodos, tendo em vista o fracasso do modelo punitivo-repressivo (AYRES; CARDOSO; PEREIRA, 2009, p.130).

Por conseguinte, em 1964, extingue-se o SAM e inaugura-se a Polícia de Bem-Estar do Menor (PNBEM), que afirmava a necessidade de, no lugar da punição, fazer um tratamento médico, no qual se patologizava o comportamento juvenil. Essa ação corretiva ficou delegada à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Apenas alterou-se o nome, porque perpetuou as mesmas condições degradantes a que eram submetidos os meninos e meninas a partir da implementação do sistema de internatos, através de Fundações Estaduais (FEBEM/Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) (GIAQUETO, 2007; AYRES; CARDOSO; PEREIRA, 2009).

Alguns anos depois, em 1979, no Ano Internacional da Criança, cria-se, no Brasil, o Novo Código de Menores, que visava apenas aqueles em situações de carência, abandono, não-adaptação e infração. Assegurava proteção a eles, internando-os em situação pública ou conveniada, sempre em constante vigilância. (GIAQUETO, 2007). Esse documento introduziu ainda o termo “situação irregular”, numa referência às origens das crianças e adolescentes, ou seja, foi uma política que perpetuou a culpabilização das famílias carentes (AYRES; CARDOSO; PEREIRA, 2009).

Sendo assim, de acordo com Lopes, Silva e Malfitano (2006), as legislações em torno da infância e juventude, de 1927 e 1979, criaram a categoria “menor” para aqueles que necessitavam de alguma assistência –“os abandonados” e “os infratores”. Todavia, salientam que esse termo não era utilizado para qualquer classe social, apenas para um grupo específico: os pobres.

Na década de 1980, intensas mobilizações sociais foram realizadas por educadores, trabalhadores sociais, voluntários dedicados ao cuidado de crianças e adolescentes, instituições de assistência social, comunidades, escolas, universidades, igrejas, sindicatos e empresas objetivando substituir o Código de Menores, baseado em caráter punitivo, por outra legislação (GIAQUETO, 2007).

Nessa conjuntura, em 1990, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Desde então há o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e pessoas em condição especial de desenvolvimento. Ele garante a todo menino e menina o direito à proteção à vida e à saúde a partir da efetivação de políticas públicas que permitam que seu nascimento e crescimento ocorram de maneira saudável e harmoniosa (GIAQUETO, 2007).

Com o ECA, há, portanto, a substituição da política repressivo-punitiva por uma que pode promover a assistência e proteção às crianças e adolescentes. Além disso, “o ECA ao destacar o direito da criança e do adolescente a permanecerem em suas famílias, reconhece a pobreza como um problema estrutural e não como uma condição que predispõe o rompimento de vínculos familiares, como em outrora, no Código de Menores” (AYRES; CARDOSO; PEREIRA, 2009, p.130).

Ainda em 1990, um outro elemento importante incorporado ao ECA foi a respeito do trabalho infantil. Segundo Minayo-Gomes e Meirelles (1997), sobre a situação da criança e do adolescente no mercado de trabalho, o Estatuto só permite a inserção profissional para menores de quatorze anos se receberem uma bolsa-aprendizagem. Complementando, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1952, proíbe que sujeitos com menos de dezoito anos trabalhem não só no período noturno, mas em ofícios insalubres ou perigosos (MINAYO-GOMES; MEIRELLES, 1997). Todos esses avanços constitucionais deveram-se às campanhas de várias instituições e organizações, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Fundação Abrinq e a Igreja Católica (FERREIRA, 2001). Apesar dessas legislações e apoio de entidades, a infância e a juventude ainda se vêem submetidas a condições de trabalho prejudiciais à saúde física e emocional (MINAYO-GOMES; MEIRELLES, 1997).

Conforme Barros, Girardi e Lopes (2002), as crianças e adolescentes, devido às transformações sociais, estão expostos diretamente à precarização do trabalho, à vulnerabilidade relacional e, portanto, à marginalização e à ruptura das redes sociais. Desse modo, o déficit de integração para esses grupos sociais está vinculado à precarização do mundo do trabalho e suas conseqüências na qualidade de vida (moradia, educação, sociabilidade e cultura), culminando em processos de desfiliação, na ameaça constante da exclusão<sup>8</sup> (BARROS; GIRARDI; LOPES, 2002; CASTEL, 1995).

---

<sup>8</sup> O termo exclusão é muito criticado por Castel (1995) devido à heterogeneidade de seus usos, pois designa uma diversidade imensa de situações sem especificar nenhuma delas, não explicando em que consistem e nem de

De acordo com Melucci (1997), os jovens se vêem em um ambiente que favorece a “pobreza” de recursos internos (desemprego, imigração e desintegração social) que faz com que os movimentos juvenis dividam-se em exibição de signos (variedade de tribos metropolitanas) e declínio na marginalidade das drogas, da doença mental e do desabrigo.

É freqüente também aparecer entre os jovens a patologia do vazio, a perda do senso de realidade e a repetição, que vivem a dissolução da perspectiva temporal, ou seja, a vivência não mais do tempo presente. Para dar sentido à sua vida, o jovem, então, sente a necessidade de testar seus limites (dirigir em alta velocidade, beber exageradamente, enfim, colocar-se em situação de risco), já que a consciência sobre eles, o cansaço em ultrapassá-los e percepção do que está faltando que permitem aceitar o presente e planejar o futuro (MELUCCI, 1997).

Dessa maneira, por possuírem um outro modo de vivenciar o tempo presente, sem a pressão do poder social sob ele, os jovens acabam não sendo beneficiados pelas políticas atuais já que elas são voltadas para o futuro. Muitas ações, principalmente destinadas aos jovens pobres, buscam ocupar o tempo livre, seguindo a lógica de formação complementar, institucionalizada e compulsória (SPOSITO, 2007).

Ainda, frente à crise da sociedade salarial e à insegurança constante sobre o ingresso e a permanência no mundo do trabalho, os jovens são condenados a viver o presente. De tal modo, encontram-se desmotivados, já que ora vagam de estágio em estágio sem integrar-se totalmente, ora distanciam-se do trabalho por não se sentirem reconhecidos. Portanto, “não estão ligados ao circuito de trocas produtivas, perderam o trem da modernização e permanecem na plataforma com muito pouca bagagem” (CASTEL, 1995, p.530).

Nesse sentido, observando atualmente as juventudes do Chile, Inglaterra e Espanha nota-se que entre eles “há o medo de sobrar. Isto é, de não encontrar um lugar no mundo presente e futuro” (NOVAES, 2011, s/p). São jovens que têm aparecido ultimamente nos noticiários reivindicando direitos sociais minados pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho, como educação de qualidade, desemprego, desigualdade e fim das discriminações relacionadas à cor, aparência e residência na procura por uma colocação no mercado. Porém, este é um cenário comum a outros países, o qual aponta para não só para a falência da relação entre educação e trabalho, bem como para as lacunas existentes nas políticas dirigidas aos jovens (NOVAES, 2011).

---

onde provém a exclusão. Dessa maneira, Castel (1995) prefere chamar os excluídos de “sobrantes”, visto que não foram incorporados às novas exigências da competitividade e da concorrência, da diminuição das oportunidades de emprego, ocasionando a perda de um lugar na sociedade em que se vive, embora continuem como parte integrante, portanto não excluídos, da sociedade capitalista.

Recentemente, houve uma manifestação global em 869 cidades, em 71 países, reivindicando uma mudança da ordem. Chamado de “Occupy Wall Street”, o movimento, sem líder e nem demanda específica, quer chamar a “atenção contra o que o considera a ganância das grandes corporações, a desigualdade social e a influência cada vez maior de bancos e multinacionais nas decisões de governos em todo o mundo” (ALBERTO JUNIOR, 2011, s/p). Entretanto, a imprensa mundial veicula uma imagem negativa, apesar deles “saberem o que estão fazendo” (SAFATLE, 2011, s/p). Ainda nas palavras de Safatle (2011, s/p):

Eles foram às ruas levantar pautas extremamente precisas e conscientes: o esgotamento da democracia parlamentar e a necessidade de criar uma democracia real, a deterioração dos serviços públicos e a exigência de um Estado com forte poder de luta contra a fratura social, a submissão do sistema financeiro a um profundo controle capaz de nos tirar desse nosso capitalismo de espoliação.

Para enfrentar esse quadro de desigualdade, desemprego, precariedade, e fragilidade dos vínculos sociais, devem ser produzidas políticas públicas que promovam mudanças sociais no lugar social ocupado por esses jovens (LOPES; SILVA; MALFITANO, 2006). Entretanto, comumente, a intervenção tem sido feita praticamente pela sociedade civil e, em muitos casos, com o auxílio financeiro do Estado. Todavia, serviços públicos diretos são imprescindíveis no cuidado de crianças e adolescentes pobres. A configuração de uma política baseada em direitos deve ocupar o lugar daquela da benemerência (LOPES; SILVA; MALFITANO, 2006).

Nesse sentido, Castel (1995) aponta que se tem adotado principalmente as políticas que seguem a lógica da discriminação positiva, ou seja, aquelas que definem com precisão a clientela e as zonas singulares do espaço social e desenvolvem estratégias específicas para elas. São, deste modo, políticas de inserção que podem ser compreendidas como um conjunto de empreendimentos de reequilíbrio para recuperar a distância em relação a uma completa integração. Desse modo, marcam a instalação do provisório como modo de existência (CASTEL, 1995).

Assim, Castel (1997), propõe que se deva atuar de modo preventivo, e não apenas reparador, para tentar diminuir a vulnerabilidade de massa e manter a integração social. Para isso, são necessárias políticas para além das de inserção, já que estas são “operações de reposição para dias melhores” (CASTEL, 1997, p.25). O sociólogo ainda salienta que o principal desafio consiste em propor proteções em uma sociedade de indivíduos, com presença constante do individualismo negativo, que se declina em termos de falta: falta de

consideração, falta de seguridade, falta de bens garantidos e de vínculos estáveis (CASTEL, 1995).

Pode-se inferir, portanto, que só a partir de políticas públicas<sup>9</sup> que promovam a diminuição da desigualdade, da discriminação e da violência a que está sujeita a maioria dos jovens no Brasil será possível proporcionar um projeto futuro, novas ofertas e escolhas distantes do trabalho informal e pouco escolarizado (LOPES et al., 2008).

### **3.2 Dialogando juventude e políticas públicas com gestores municipais**

À luz do que a teoria proporciona, a seguir far-se-á uma (re)leitura das entrevistas realizadas com os 24 gestores das últimas três gestões municipais responsáveis pelas pastas de Cidadania e Assistência Social; Saúde, Trabalho, Emprego e Renda; Transporte e Trânsito; Educação; Governo, Esportes e Lazer; Coordenadoria de Artes e Cultura e, por fim, Especial de Infância e Juventude. Foram privilegiadas as políticas citadas por pelo menos dois gestores.

Apesar de serem pessoas públicas que devem satisfação de suas ações perante à população, nessa dissertação será preservada a identidade dos gestores municipais devido a exigência de anonimato dos participantes da pesquisa, conforme preconiza o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar. Dessa maneira, utilizar-se-á a letra “S” como abreviação de secretário acompanhada de um número, escolhido aleatoriamente para cada secretário municipal de São Carlos, e da pasta a que o gestor pertence. Além disso, todas as menções aos secretários municipais nesse capítulo serão feitas no masculino e no tempo presente. Quando necessário, há complementação da informação por meio do uso dos parênteses.

#### **3.2.1 Concepções dos secretários municipais sobre a juventude**

No Brasil, a inclusão do jovem na pauta da agenda pública é um fato recente que se deu, principalmente, em decorrência dos processos de redemocratização do Brasil, bem como de outros países da América Latina, na década de 1980. Nesse período, foram realizados vários movimentos protagonizados pela juventude, os quais reivindicavam não só a reforma

---

<sup>9</sup> “A idéia de políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Essa noção, do mesmo modo, não reduz política à implantação de serviços e nem ao eixo de articulação de programas e ações, embora esses dois aspectos possam estar nela contidos. Desse modo, o termo compreende a dimensão ético-política dos fins de ação, e deve se aliar, necessariamente, a um projeto de desenvolvimento econômico social e implicar formas de relação do Estado com a sociedade” (SPOSITO, 2008, p.59).

agrária, e investimentos em diversas áreas (agricultura, indústria e educação), mas também a diminuição das desigualdades sociais existentes no país (OLIVEIRA et al., 2006).

Apesar da participação significativa de jovens na instauração da democracia, eles não estavam contemplados na agenda pública. Além disso, no início dos novos governos, na década de 1990, a juventude, e outros grupos populacionais, enfrentavam uma recessão que culminou em medidas de contenção de gastos para pagar a dívida externa e equilibrar as contas nacionais (OLIVEIRA et al., 2006).

Comumente, as políticas públicas destinadas ao jovem possuem uma visão estereotipada e homogeneizada sobre ela. Isso decorre do entendimento de juventude como sendo um momento histórico e biológico delimitado por um recorte etário, apesar de estarem imersos nesse mesmo conjunto vários sujeitos cujas experiências podem ser não só similares, mas também distintas e díspares. Ademais, é necessário levar em consideração os diferentes contextos históricos, sociais e econômicos a que está inserido um determinado jovem. Assim, em muitos casos, a capacidade de abrangência dessas políticas é limitada, não atendendo à pluralidade existente (OLIVEIRA et al., 2006).

Nesse sentido, existem algumas concepções comumente utilizadas no estudo da juventude que, provavelmente, orientam a formulação de políticas públicas, como o entendimento da juventude como estado preparatório, juventude como etapa problemática, jovem como ator estratégico do desenvolvimento, cidadão como sujeito de direitos e juventude como preparação para o ingresso ao mercado de trabalho (OLIVEIRA, et al., 2006; ABRAMO, 2005).

Na abordagem como período preparatório, a juventude é entendida como um período em que o jovem vive uma etapa intermediária entre a infância e o mundo. Dessa maneira, as políticas públicas se destinariam a prepará-los para a vida adulta não só a partir da educação, mas também pela ocupação saudável do tempo livre através do esporte, educação, lazer e voluntariado (ABRAMO, 2005; OLIVEIRA et al., 2006). Nesse enfoque ainda, os jovens são tidos como o futuro, cabendo a eles “serem ‘grandes’ e não se ‘meterem em confusão’” (OLIVEIRA et al., 2006, p. 80). Abaixo, pode-se observar que alguns secretários municipais demonstram partilhar dessa visão:

O que não pode faltar pra juventude de uma cidade, de um estado ou de um país: é emprego, é educação de boa qualidade, condições de se desenvolver, de ter auto-estima, de acreditar nele, de achar que ele vai conseguir romper com as limitações sociais que a vida colocou. Acho que essas questões não podem faltar (S13 – Secretaria Municipal de Governo).

Sobretudo de atividades na área esportiva, na área da cultura, do lazer, que é muito importante pra que o jovem possa ter oportunidade, ter um momento de distração,

estar ocupado sabiamente (S15 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Disponibilizar nos horários, vamos dizer assim, o contrário do horário escolar, atividades que possam fazer com que esse jovem tenha uma ocupação de uma forma mais eficaz do que de repente ficar aí e uma situação, em uma certa ociosidade numa idade que poderia ser um pouco mais complicada (S14 – Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Vias Públicas).

Porque ele tem que se preparar pro mercado de trabalho, é isso o que a jovem precisa (S12 – Secretaria Municipal de Educação).

É um olhar acerca dos jovens que foi predominante no Brasil durante na década de 1950, mas que ainda é muito utilizado nas ações destinadas aos jovens, os quais precisam ser preparados não só para o ingresso ao mercado de trabalho, mas também para a prevenção na área da saúde, isto é, educá-los para evitar comportamentos tidos de risco, como abuso de drogas, gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) (ABRAMO, 2005). Entretanto, esta visão acaba por homogeneizar a juventude, sem considerar as disparidades existentes dentro desse grupo, não contemplando os jovens como sujeitos de direitos do presente, pois o hoje é vivido como uma preparação para dias melhores (ABRAMO, 2005; OLIVEIRA et al., 2006).

Já um enfoque que predominou nas décadas de 1980 e 1990 foi a respeito da juventude compreendida como sendo um momento problemático, em que o jovem é visto como uma ameaça social, aparecendo enunciados que apontam para esse grupo populacional como detentora de comportamentos de risco e transgressão, conforme argumentado por Sposito (2007) e pontuado acima. É uma perspectiva que ainda determina políticas compensatórias e visa à juventude estigmatizada, vulnerável, possuidora de comportamentos tidos como desviantes ou em situação de vulnerabilidade (OLIVEIRA et al., 2006). Nesse sentido, as áreas da justiça e saúde foram as que mais abrangeram o jovem envolvido nessa categorização (ABRAMO, 2005). Apesar de essa concepção apontar as condições que uma parcela da juventude vive, ela é reducionista ao colocar o jovem pobre como um problema social. Com isso, não atenta seu olhar às várias iniciativas que objetivam promover a sua participação na dinâmica social (OLIVEIRA et al., 2006). Nessa direção, abaixo se encontram as falas de alguns secretários:

Nenhum jovem em São Carlos matou ninguém, coisa que é comum à juventude envolvida (S13 – Secretaria Municipal de Governo).

Uma população (jovem) que está aí mais próxima dos problemas, dos maiores problemas, maiores riscos que uma cidade oferece, que a vida oferece (S14 – Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Vias Públicas).

Na hora da fase crítica, ele entra na adolescência, ele perde o apoio (S9 – Secretaria Municipal de Promoção e Bem-estar Social e Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social).

Hegemonicamente essa imagem de que o jovem é perigoso, de que o jovem é bandido, de que o jovem é droga, drogadição e tal, ela é muito forte (S22 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

Ultimamente, agências de cooperação internacional e empresas têm proposto que, para combater essa abordagem da juventude tida como problemática, deve-se buscar compreender os jovens como solução, ou seja, sujeitos com potencialidade para combater à exclusão social de que são vítimas em número relevante (ABRAMO, 2005). Assim, eles são tidos como capazes de enfrentar e solucionar problemas futuros, como o crescimento demográfico dos idosos, as constantes mudanças tecnológicas e produtivas da atualidade e, por fim, concernente às dificuldades existentes na comunidade a partir do seu envolvimento em projetos sociais e voluntariado, por exemplo (ABRAMO, 2005). Partindo disso, alguns secretários manifestaram-se a favor desta abordagem:

Uma política de ouvir essa garotada, essa juventude, e tentar discutir junto com ela a possibilidade de inclusão dentro de diferentes programas, sejam programas relativos à questão do esporte, à questão da cultura (S8 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

Então, eu acho que você escutar bastante o que a população juvenil tem a dizer é o primeiro passo pra você conseguir desenhar políticas públicas que atendam essa população (S14 – Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Vias Públicas).

No entanto, segundo Abramo (2005), este enfoque que coloca o jovem como ator, protagonista do desenvolvimento local, apresenta diversos problemas. São eles: a ausência de contextualização desse modelo que o coloca como agente principal de mudança; a questão do conflito e das disputas não é colocada em pauta nessa perspectiva de solidariedade grupal e, por fim, a sobrecarga de responsabilidade depositada no jovem sem a consideração das suas reais necessidades, o que pode acarretar ser apenas destinatário de políticas, sem a contemplação de suas demandas (ABRAMO, 2005).

Além disso, ainda conectada a essa visão, há também o entendimento da juventude como capaz de promover a transformação social, isto é, sendo “fonte de crítica, contestação, capacidade de promover utopias e de dedicação generosa à dimensão social” (ABRAMO, 2005, p.22). Atualmente, tem-se valorizado que se esteja engajada ativamente em partidos políticos e movimentos sociais para que as políticas em prol dos jovens possam ser garantidas. Assim, esta abordagem esteve presente nas falas de alguns gestores:

Você pode fazer assim com que o jovem seja protagonista da sua história, entendeu, ele comece a discutir, uma outra visão, a ter possibilidades”(S9 – Secretaria Municipal de Promoção e Bem-Estar Social e Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social).

Eu acho que a hora que garantisse escola para todos os jovens, escola de qualidade e com todo o processo de segurança na escola, eu acho que seria um passo decisivo olhando para o futuro na sociedade (S10 – Secretaria Municipal de Governo).

Contudo, igualmente ao protagonismo juvenil, existem vários riscos nesta perspectiva, como priorização daqueles envolvidos em mobilizações em detrimento de suas próprias demandas e a o perigo da instauração da juventude como a principal esperança de transformação social, excluindo outros grupos sociais, o que pode criar não só um embate entre jovens e adultos, mas também o acirramento de conflitos raciais, econômicos e outros (ABRAMO, 2005).

Há ainda a juventude cidadã, em que os jovens passam a ser olhados como indivíduos detentores de direitos e não mais como incompletos e desviantes. De tal maneira, para atendê-lo de maneira integral, necessita-se de políticas intersetoriais, o que, no Brasil, é ainda um desafio, já que existe a dificuldade em delimitar as idiossincrasias e generalidades das políticas públicas (ABRAMO, 2005). Seguem abaixo alguns trechos dos secretários que estão de acordo com este enfoque:

Então, se nós formos pensar em cidadania, nós temos que trabalhar em cima disso daí, principalmente derrubando os mitos, os complexos, os preconceitos, fazendo a conscientização sobre o que verdadeiramente seja cidadania e isso envolve um monte de ações, mas uma porção de ações que tem que estar ligadas umas as outras (S19 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

A questão da visão de que o jovem é portador de direitos parece discurso, mas é isso que eu acredito. O jovem é portador de direitos. O jovem, ele tem não só um potencial de futuro, ele tem um direito que está no presente, no momento atual (S22 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

É uma ação de resgate, resgate de cidadania, porque trazer o jovem, fazer com que ele termine o ensino fundamental já é um ganho para vida dele e para vida da sociedade (S19 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

Iniciado nos anos 1990, esse paradigma permitiu a instauração de canais de diálogos com os jovens. Com essa interlocução, há a aproximação dos jovens com a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas destinadas a eles. De tal maneira, para alguns, seria a possibilidade da realização das políticas públicas de/para/com juventude (OLIVEIRA et al., 2006). Porém, os espaços de escuta da juventude são, em sua maioria, destinados aos que estejam organizados, seja em movimentos ou em grupos, no setor

burocrático, não havendo o incentivo à proposição ou criação de espaços próprios a atuação do jovem (OLIVEIRA et al., 2006).

Por fim, há o paradigma em que a trajetória dos jovens é orientada pelo mercado de trabalho, sendo um ciclo de vida de preparação para um melhor ingresso nele.

Enfim, uma gama grande de cursos de qualificação para criar para juventude oportunidade de trabalho, que é uma necessidade, uma carência fundamental para juventude que chega à idade de trabalho e, muitas vezes, não tem oportunidade por falta de formação (S4 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Eu acho que a hora que garantisse escola para todos os jovens, escola de qualidade e com todo o processo de segurança na escola, eu acho que seria um passo decisivo olhando para o futuro da sociedade (S10 – Secretaria Municipal de Governo).

Mas, eu ainda vejo a formação de jovens, técnicos, a parte de educação, inclusão desses jovens como carro-chefe para que a gente não tenha uma incidência de jovens em situação de vulnerabilidade (S23 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude e Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer).

É uma ação de resgate, resgate de cidadania, porque trazer o jovem, fazer com que ele termine o ensino fundamental já é um ganho para vida dele e para vida da sociedade (S19 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

(...) porque ele tem que se preparar para o mercado de trabalho, é isso o que o jovem precisa (S12 – Secretaria Municipal de Educação).

A estratégia é justamente você ter uma escola que possa levar o jovem a uma profissão, porque, na verdade, a expectativa dele é o mercado de trabalho, é trabalhar. Nada, nada é mais importante para o homem do que o próprio trabalho. Agora, não é um trabalho que sobrou, uma coisa que ele vai fazer porque precisa, na verdade, sobreviver. Eu vejo o trabalho como uma consequência, eu gosto disso, vou me profissionalizar, eu quero, eu gosto de ser eletricitista, vou me profissionalizar, vou trabalhar como eletricitista no mercado de trabalho, mas eu vou ser um profissional competente, formado e eu vou ter condições de ter uma boa carreira (S12 – Secretaria Municipal de Educação).

Assim, considerando os jovens que possuem de modo deficitário lazer, esporte e segurança, o acesso ao mundo profissional acaba sendo, de modo geral, precoce. Por outro lado, nos estratos sociais mais abastados, a juventude é prolongada para se obter uma melhor formação e aprimoramento com vistas a uma melhor inserção no mundo do trabalho (OLIVEIRA et al., 2006).

O que nos impressiona, às vezes, não é só o analfabetismo, o que nos impressiona é a falta de escolarização do jovem. O jovem sai da escola muito cedo. Ele talvez conclua o ensino fundamental e acaba, ou larga o ensino fundamental nas séries finais, então, tem um número muito pequeno, eu não tenho precisamente esse número, nós estamos trabalhando isso, mas é um número pequeno de jovens que chega ao ensino médio e essa preocupação que a gente tem é muito grande, aliado ao ensino profissionalizante. Então, esse também é um grande desafio (S12 – Secretaria Municipal de Educação).

Entretanto, essa abordagem, ao focar-se apenas na laboralidade, negligencia a complexidade da vida e as diversas maneiras de vivenciar não só a condição juvenil, mas também a humana (OLIVEIRA et al., 2006).

Enfim, na sociedade brasileira, estes paradigmas coexistem em ações ora impetradas por atores iguais, ora diferentes. Porém, nem sempre estes indivíduos conferem o mesmo significado da formulação das políticas públicas à prática delas, pois, ao mesmo tempo, pode ocorrer de se estigmatizar o jovem a partir do discurso de torná-lo um sujeito de direitos (ABRAMO, 2005).

### **3.2.2 Quem é jovem para os secretários municipais**

Nas falas dos vários gestores, sobressai um desafio em relação à formulação de políticas públicas destinadas à juventude – a dificuldade em determinar quem são os jovens e distinguir as políticas públicas de juventude de outras políticas designadas à infância e adolescência (OLIVEIRA et al., 2006):

Eu acho que é o principal trabalho que a gente tem que fazer, em termos das políticas públicas, de 10, 14 anos (S21 – Coordenadoria de Artes e Cultura).

90 % dos projetos eram voltados para o público adolescente, que ia até 14, 15 anos (S6 – Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer).

Então, a maior parte da juventude, pensando aí a partir dos 14 anos, 13 anos, 14 anos e tal, ela também é responsabilidade do Estado (S8 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

Nós temos outro projeto bastante interessante, juvenil, até os 14 anos, que a gente chama de recreação (S12 – Secretaria Municipal de Educação).

Observa-se ainda pelas entrevistas abaixo, principalmente aquelas feitas com gestores da pasta Educação, a prioridade e empenho em relação às políticas destinadas à infância em detrimento daquelas voltadas à juventude, pois as primeiras são tidas como sendo responsabilidade da esfera municipal:

Na parte educacional, o município tem a responsabilidade até uma certa idade, depois não é mais responsabilidade do município (S10 – Secretaria Municipal de Governo).

Eu sinto esse jovem quase excluído, é só você pegar o número de programas que nós temos voltados à criança e o número de programas voltados aos jovens (S12 – Secretaria Municipal de Educação).

Atender pelo menos 80 % da população infantil, na rede. Então, essa é a prioridade do nosso governo (S12 – Secretaria Municipal de Educação).

(...) enquanto ele está em uma escola de ensino fundamental, nós temos professores de educação especial, temos sala de recurso, mas isso não se estende ao ensino médio, nem o profissionalizante, e agora que a gente tem trabalhado o superior, quando ele consegue chegar até lá. Então, essa também é uma tarefa que nos temos trabalhado bastante, no sentido de que o município tenha uma política de inclusão para jovens com deficiência (S12 – Secretaria Municipal de Educação).

A preferência pela infância também se justifica como uma medida preventiva, isto é, de resguardar os direitos da criança para evitar problemas futuros na juventude:

Se a gente não perder as crianças, nós vamos ganhar os adolescentes (S19 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

A criminalidade praticada por essas crianças, que hoje são crianças, será praticada por jovens daqui cinco, seis anos. Se você não fizer um trabalho com eles agora, você pode ter um índice de criminalidade muito grande na cidade (S17 – Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal de Governo).

Então, uma criança que na sua concepção, na sua gestação e nos três primeiros anos de vida não teve uma situação de tranquilidade para crescer, se desenvolver, ela vai ter problemas depois, no futuro. Aí não adianta mais fazer nada, você perdeu uma função, já era. Então, agora nós estamos focados no zero a três (S20 – Secretaria Municipal de Saúde).

Entretanto, a segurança, do mesmo modo que o grupo juvenil, também é uma prioridade do governo estadual e mesmo assim a gestão municipal atuou nesse setor por meio de políticas de iluminação pública, doação de viaturas e criação da Guarda Municipal, como nos mostram alguns discursos:

Então, é o Estado que coordena as políticas, é o Estado que determina o papel dela na sociedade. Mas, aqui no nosso município, a gente entende que o papel da prefeitura também é grande, então, talvez seja até maior que o do Estado, apesar da lei, porque é aqui que as pessoas ligam, é aqui que elas têm a sensação de insegurança, é da gente que elas cobram as políticas públicas para que a Segurança Pública melhore (S13 – Secretaria Municipal de Governo).

O município de São Carlos saiu e chamou a si não fazer, mas orquestrar isso. Nós chegamos a doar viaturas no momento que o governo do Estado deixou sucateado a zero as viaturas. Nós doamos mais de 12 (S13 – Secretaria Municipal de Governo)

Então, o bombeiro não tinha estrutura às vezes para estar fazendo um trabalho, a Polícia Militar não tinha estrutura. Nós resolvemos colocar no orçamento em São Carlos recursos nossos para que ajudasse a ter uma política de segurança (S17 – Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal de Governo).

Dessa maneira, cabe a reflexão de o por que priorizar o investimento do dinheiro público municipal em segurança em detrimento da educação de jovens, por exemplo. Talvez, porque essa incumbência do governo estadual não esteja clara para a maioria da população e,

por isso, seja preciso aplicar recursos públicos nesse segmento. Por fim, questiona-se se mesmo sendo responsabilidade do Estado, a esfera municipal deve se ausentar de qualquer participação em relação ao ensino dos jovens.

Além disso, diante dessas falas de senso comum apresentadas pelos gestores em relação às políticas públicas destinadas aos jovens, observa-se que o maior problema está na desconsideração sobre a faixa etária que compõe a juventude, sua multiplicidade, bem como a necessidade de uma atenção diferenciada do Estado. A ausência desses conhecimentos e informações aponta para o despreparo dos secretários em relação às políticas destinadas a esse grupo populacional (OLIVEIRA et al., 2006).

De tal maneira, o gestor deve colocar em pauta não só as muitas juventudes existentes, mas também o critério etário que as determina, pois, caso contrário, pode-se gerar o “risco de instituir a homogeneidade onde predomina a diversidade, deixando de lado vivências, experiências, expectativas, demandas diferenciadas dos jovens, o que tem por consequência não se atingir os objetivos esperados” (OLIVEIRA et al., 2006, p. 83).

### **3.2.3 Espaços políticos formais sobre decisões e investimentos para juventude**

Os espaços políticos formais são instrumentos fundamentais no diálogo entre o Estado e os cidadãos, porém, para que possam funcionar de maneira eficiente, devem conhecer as diferentes inserções dos jovens na sociedade (OLIVEIRA et al., 2006)

A partir do conhecimento acerca dos espaços frequentados pelos jovens na sociedade, pode-se obter as respostas aos questionamentos: “Qual o lugar social destinado aos jovens? Como os jovens participam da cidade (concreta e metaforicamente)? Que espaços podem ocupar na cidade, devem estar imersos ou separados da dinâmica social e urbana? Como transitam entre o público e o privado?” (ABRAMO, 2008).

Dessa maneira, buscando essas respostas, abaixo se encontram os espaços destinados à juventude mais citados pelos secretários municipais de São Carlos, como a Secretaria Especial de Infância e Juventude, o Orçamento Participativo, os Conselhos Municipais, o Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), a Fundação Casa, o Centro da Juventude, as praças de São Carlos e os serviços de saúde e segurança.

#### **3.2.3.1 Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude**

A Secretaria Especial de Infância e Juventude (SMEIJ) foi criada em 2005, na segunda gestão do prefeito Newton Lima. Vários secretários explicitaram a importância dela na problemática juvenil, sobretudo, por ser um espaço que possibilite ouvir as demandas dos jovens, conforme as falas a seguir:

Criou-se a Secretaria de Infância e Juventude na perspectiva de poder dar um espaço mais aberto pra que essa população (jovem) pudesse se manifestar e que as políticas pudessem ser implantadas visando a atender os anseios dessa população (S14 – Secretaria Municipal de Trânsito, Transportes e Vias Públicas).

Então, eu acho que fundamentalmente a importância dela (da Secretaria Especial de Infância e Juventude) é isso, que além de trazer esse jovem, criar o espaço, criar eventos, formou um jovem com opinião, fosse um jovem com opinião, e fez com que a rede começasse a funcionar definitivamente (S23 – Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

O papel da Secretaria (Municipal Especial de Infância e Juventude) era justamente de realizar a articulação, a integração dessas ações, pra fazer com que a Assistência Social, a Educação, Saúde, outras áreas ligadas à questão da profissionalização, seria Ciência e Tecnologia, própria área do Esporte, da Cultura, com que isso tivesse uma integração, um diálogo (S15 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Entretanto, por existir uma secretaria destinada exclusivamente a juventude, outras secretarias acabam não atuando de maneira plena sobre esse grupo populacional, apesar de todos os gestores entrevistados evidenciarem a importância das políticas intersetoriais. Dessa maneira, atualmente, a própria atuação da Secretaria Especial de Infância e Juventude fica comprometida por essa ausência de transversalidade política:

Então, isso que foi pensando para o início e que cabia isso também para Secretaria de Infância fazer essa articulação, parece-me, eu não tenho tido contato, parece-me que hoje isso não está acontecendo. Então, hoje é muito mais uma equipe que está lá e que procura administrar todo o Centro do que uma participação organizada de todas as secretarias. Então, eu não sei se o gestor da Secretaria ou Secretário que está lá tem claro esse papel de articulação da Secretaria (S15 – Secretaria Especial de Infância e Juventude).

Hoje, ela está caminhando, os projetos estão caminhando, mas a pessoa que assumiu, o Secretário que assumiu (a pasta Especial de Infância e Juventude), não tem experiência na área. Ele conta com uma equipe lá, mas ele não tem história na área da Infância e Juventude, por isso eu acho que hoje ela não é tão referência assim (S24 – Secretaria Municipal de Promoção e Bem-estar Social, Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social e Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

A criação de uma Secretaria destinada especificamente à infância e juventude sugere um movimento de sensibilização em relação às demandas e necessidades destes segmentos sociais (OLIVEIRA et al., 2006). Porém, de acordo com Pontual (2008), é importante que não haja a concentração e exclusividade das políticas públicas a apenas um órgão institucional, como as Secretarias de Juventude, Assessorias de Juventude, como demonstrar ocorrer em São Carlos, onde, apesar dos gestores afirmarem existir intersetorialidade, a maioria das

decisões sobre os jovens e as crianças restringe-se à Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude.

### **3.2.3.2 Orçamento Participativo (OP)**

Outro espaço político é o Orçamento Participativo (OP), que implantado inicialmente em Porto Alegre, estendeu-se por mais de 170 cidades (AVRITZER, 2003, 2008). O OP pode ser entendido como “uma forma aberta de livre entrada e participação de atores sociais capaz de gerar mecanismos de representação da participação” (AVRITZER, 2008, p.44), ou seja, uma maneira de “rebalancear a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa” (Avritzer (2003, p.3), que se encontra fundada em quatro elementos principais (soberania, participação local, auto-regulação soberana e reversão das prioridades de repartição de recursos públicos). Assim, em primeiro, tem-se o poder de decisão compartilhada igualmente por todos os cidadãos que compõem as assembleias regionais e temáticas; em segundo, ocorre uma união de vários elementos de organização democrática em nível local, sendo um deles os fatores de delegação; em terceiro, os participantes do OP estão submetidos às regras que eles próprios debateram a respeito e, por último, no quarto fator, há a prioridade no orçamento público às demandas dos setores mais carentes da população (AVRITZER, 2003).

Alguns secretários relataram a importância do Orçamento Participativo na discussão e implementação de políticas públicas destinadas à juventude. Dois deles, de diferentes pastas, falaram como se deu, em 2001, o início da aplicação dessa metodologia na cidade, que, segundo eles, permitiu conhecer as diferentes áreas e problemas do município:

O prefeito (Newton Lima) tinha colocado como uma de suas prioridades políticas a questão do Orçamento Participativo e, portanto, todas as secretarias, todos os setores, tinham que participar indo aos bairros. Todos indo à noite, aos domingos ou aos sábados no horário que estava marcada a reunião. O OP tinha essa função de fazer a relação intersetorial (S8 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

Nós percorríamos a cidade todas nas reuniões do Orçamento Participativo (S16 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos).

Os secretários municipais S8 (Secretaria Municipal de Educação e Cultura) e S16 (Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos) apresentam um cenário de intersetorialidade referente ao início do governo petista e que, provavelmente, não se apresenta mais, tendo em vista que poucos gestores abordaram a questão do OP em suas falas.

Além disso, em São Carlos, o OP foi apontado por alguns secretários municipais como sendo uma instância de discussão acerca reivindicações da população e fundamental na proposição de políticas públicas intersetoriais:

Jovens que se organizaram para pedir a pista de skate, ali do Santa Felícia. Eles foram às reuniões do Orçamento Participativo, entenderam como funcionava, buscaram parceiros, se inscreveram, colocaram a proposta numa reunião, colocaram a proposta com muita clareza, foi muito bonito. Naquela reunião, primeira reunião que eles colocaram a proposta, eles perderam. Eles entenderam por que tinham perdido, eles se reorganizaram, eles sabiam que a segunda reunião é que definia, eles foram em bloco para segunda reunião, ganharam e cobraram depois do poder público a construção da pista de skate. Então, isso é cidadania ativa (S22 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

O Orçamento Participativo é um momento de grande potencial de ação, de grande mobilização (S22 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

De maneira semelhante, Abramo (2008) relata que o Centro da Juventude de Santo André foi reivindicado, e concretizado, pelos jovens em reuniões do Orçamento Participativo da cidade. Através desse interlocutor, esses atores da juventude colocaram a proposta de criação de mais espaços públicos destinados a eles, tais como centros culturais, núcleos de convivência, praças de esportes e equipamentos de lazer grupal. A partir disso, colocou-se como prioridade a instalação de um CJ, apesar da existência de movimentos contrários a essa política (ABRAMO, 2008).

Outra experiência no OP, ocorrida em Belém, no Pará, é relatada por Pontual (2008). Segundo o autor, havia primeiramente um OP geral até que, posteriormente, implantou-se o Orçamento Participativo da Juventude (OPJ), o qual permitia aos jovens discutir e refletir acerca de suas demandas. Em seu balanço final, o OPJ possibilitou a esse grupo populacional o reconhecimento da importância de sua participação nos rumos do município e o fortalecimento das organizações existentes relacionadas à juventude (ABRAMO, 2008).

Em São Carlos, o OP também ocorre por faixas etárias, conforme explicitado por um gestor:

O nosso (de São Carlos) Orçamento Participativo também oferece a possibilidade por idade da população estar discutindo com o governo sobre as suas realizações (S17 – Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal de Governo).

Mas, ao contrário do que relata Abramo (2008), o OPJ não parece estar consolidado em São Carlos. Além de ter sido pouco citado, apenas três secretários da gestão atual comentaram a respeito dele, ele não tem se mostrado como um espaço onde os jovens possam decidir sobre as políticas destinadas a eles, já que se apenas uma gestora (S22 – Secretaria

Municipal de Educação e Cultura) relatou um evento relacionado à juventude no interior do OP. No caso do S17 (Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal de Governo), ele aborda a participação juvenil como sendo uma “possibilidade”, sem ainda explicitar casos acerca da inserção do jovem nesse segmento.

O OP também foi apresentado como um modo de ouvir a população mais carente da cidade, visando a um incremento da justiça social, isto é, facilitação de pessoas e grupos socialmente excluídos no processo de decisão acerca das políticas públicas ou ainda uma mera eloquência de políticos (SOUZA, 2001). Assim, nas palavras de um gestor:

A gente está fazendo o possível para fazer com que esse espaço (OP) se torne cada vez mais rico: rico de elaboração, de propostas e de construção de políticas públicas entre esse coletivo, porque quando você vai lá na base é que você sabe onde o sapato aperta, se não, você não sabe (S11 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

Contudo, pode-se questionar se a participação da população mais carente nos OPs possa realmente garantir que as reivindicações sejam atendidas. De acordo com os organismos multilaterais, participação seria entendida como ter voz no processo de decisão, sem, no entanto, possuir autonomia para decidi-lo. Dito de outro modo, ela pode ser compreendida como “uma forma de transformar os desorganizados em membros de uma sociedade civil que pode influenciar (mas não decidir) questões que os afetem diretamente” (SOUZA, 2001, p.89). Por conseguinte, prioriza os resultados rápidos em detrimento de modificações em longo prazo e de caráter estrutural. Apesar disso, essa observação acerca da participação do indivíduo nos OPs evidencia certa prudência em relação ao alcance dela no contexto democrático (SOUZA, 2001).

Não obstante a essa cautela, o PT propaga que “a participação significa dar poder aos pobres para que eles: a) tomem consciência das iniquidades e injustiças (crescimento da consciência política); e b) reformem os sistemas político e social pela via da ação coletiva” (SOUZA, 2001, p. 89). Seria realmente um modo de dar empoderamento aos mais carentes ou apenas uma maneira de dar-lhes voz? Alguns dados e informações apontam para a segunda afirmação (SOUZA, 2001).

Primeiramente, devem-se colocar em pauta diversos obstáculos ao objetivo de oferecer empoderamento aos pobres. São eles: Mesmo os cidadãos tendo apenas uma participação de consulta sobre as demandas, qual a motivação para representantes eleitos dividirem o poder? Por que os indivíduos estariam inseridos em conselhos comunitários dada a descrença em relação à eficácia das políticas e seus gestores? As cidades brasileiras têm dinheiro suficiente

para implantar o que foi decidido nos OPs? De que maneira impedir que a manipulação, corrupção e o clientelismo em municípios onde as pessoas não estão habituadas a fiscalizar a atuação da gestão? Como requerer a participação em locais habitados por indivíduos tão pobres que o tempo disponível que possuem é para sobreviver? Como convencer a população a lutar pela resolução de problemas coletivos em detrimentos dos imediatos e pessoais? Como conciliar os OPs com outras práticas democráticas, por exemplo, o legislativo local? Além disso, pesquisas sobre o tema no país têm mostrado que os indivíduos inseridos nos OPs provêm de diversos estratos sociais, principalmente dos setores médios, e os delegados desses conselhos já haviam integrado associações de bairro e grupos religiosos (SOUZA, 2001).

Assim, apesar de várias ressalvas, o OP, mesmo com suas limitações, pode ser uma maneira de que os direitos prevaleçam antes os favores, mas ao invés de se falar em empoderamento dos pobres, Souza (2001) sugere a análise voltada para uma compensação aos pobres pela histórica negligência das administrações anteriores em relação aos bairros em que vivem (SOUZA, 2001).

### **3.2.3.3 Conselhos municipais**

Em São Carlos, existem 32 Conselhos Municipais sendo, cada um deles, compostos por 50 % de pessoas da sociedade civil e 50 % do governo. Dessa maneira, a Secretaria de Educação tem o Conselho Municipal de Educação, que discute as diretrizes da educação; a Secretaria de Esportes possui o Conselho Municipal de Esportes e Lazer, que acompanha as ações de esporte e lazer (S17 - Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal de Governo). Então, em cada área tem-se um ou mais Conselhos que possibilitam a participação da sociedade nas discussões de governo. Além disso, são mecanismos de controle dos gastos municipais, já que quando chegam recursos federais deve-se apresentar aos Conselhos onde eles estão sendo gastos (S17 – Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal de Governo). Outros gestores também argumentaram a respeito da composição e função desses instrumentos políticos:

São Carlos é uma das cidades privilegiadas que a população se organiza em conselhos. Tem o Conselho da Cultura, Conselho da Saúde, o Conselho dos Idosos, Conselho dos Transportes, Conselho do Desenvolvimento Urbano, Conselho de Ciência e Tecnologia e depois tem o Conselho dos Conselhos (S2 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito).

Todos muito técnicos, compreendendo bem essa temática (dessa pesquisa), constróem, formulam boas políticas públicas (S13 – Secretaria Municipal de Governo).

Os Conselhos Municipais podem ser entendidos como “canais de participação da sociedade na gestão pública” (KERBAUY, 2005a, p.349) que instauraram um novo modo de governar na esfera municipal, na qual se privilegia uma maior interação entre o governo e a população na questão do processo decisório (KERBAUY, 2005a). De modo semelhante, Avritzer (2008, p.44), acrescenta ainda a respeito de tais conselhos políticos: “eles constituem desenhos institucionais de partilha do poder e são constituídos pelo próprio Estado, com representação mista de atores da sociedade civil e atores estatais”. Assim, da mesma maneira que os OP, eles são instâncias participativas que primam pelo envolvimento da população, como aponta um gestor:

É uma prioridade também envolver a população na discussão das políticas públicas. Então, quais são os meios? Os Conselhos (S9 – Secretaria Municipal de Promoção e Bem-Estar Social e Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social).

Entretanto, discute-se qual o verdadeiro papel dos Conselhos na formulação das políticas públicas, já que, para Kerbauy (2005), em decorrência da criação dessa nova arena de envolvimento da sociedade civil, o legislativo diminuiu seu campo de atuação e, conseqüentemente, o executivo teve aumentado seu poder de decisão (KERBAUY, 2005). Em prol de uma política descentralizadora e democrática, não se tem considerado “o papel do legislativo local, referendando o consenso quase geral de que as câmaras municipais constituem um apêndice do poder executivo” (KERBAUY, 2005, p.349). Dessa maneira, essa nova institucionalidade pode tornar a participação da população apenas um instrumento de reconhecimento das deliberações do executivo (KERBAUY, 2005a).

Logo, tem-se um embate entre a representação, por intermédio do executivo, e a participação, via conselhos, a respeito da tomada de decisões públicas. Ora entende-se que os conselhos municipais são os principais formuladores da política municipal, com intensos debates e participação da população, ora atribuí-se ao executivo essa função, cujo principal ator político é o prefeito (KERBAUY, 2005a). Nessa competição, quem mais sai desfavorecido é o legislativo, que encontra diversas dificuldades em sua atuação, entre as quais, a obtenção de maioria absoluta na câmara para aprovação de projetos, dado os interesses partidários e políticos, e o poder de veto do executivo às propostas aprovadas por ele (KERBAUY, 2005a).

De tal modo:

A criação dos conselhos municipais redesenhou as relações favorecidas em espaços já institucionalizados no município e ajudou a incorporar novos atores políticos

aptos a participar da formulação e implementação de políticas públicas. Este novo desenho institucional ajudou a articular os atores tradicionais da política local, ligados à práticas políticas consagradas, como a autonomização do executivo em relação ao legislativo, a legislação social, quase sempre do executivo, a perda do equilíbrio entre executivo e legislativo, o fortalecimento do judiciário, com os novos atores políticos, em geral, associados aos movimentos populares e sindical e às lideranças surgidas entre usuários de serviços públicos, cujos interesses se fazem representar de modo organizado (KERBAUY, 2005a, p.356-357)

Todavia, mesmo no interior dos Conselhos Municipais, as divergências partidárias dificultam a proposição e implementação de políticas públicas:

Então, eu acho que essa autonomia do Conselho sempre houve. Não é tirar o Conselho, o Conselho está lá pra homologar todas as decisões do Governo. Mas, a gente sabia que tinha posições políticas diferentes, até partidárias, e aí é difícil você chegar em um consenso, mas a gente conseguiu (S23 – Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Outro empecilho está na continuidade das políticas após o término da gestão:

E essa questão da continuidade das políticas (mesmo findada uma gestão) depende não só do governo, mas da população, por isso eu falava da questão da importância dos Conselhos, da participação da população (S9 – Secretaria Municipal de Promoção e Bem-Estar Social e Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social).

Assim, as dificuldades internas na busca do consenso, bem como a continuidade das políticas, estão associadas aos indivíduos participantes dos conselhos municipais. Do mesmo modo que nos OP é importante que exista o envolvimento de pessoas de baixa renda, porém, para além disso, é necessário que se faça a inserção de pessoas qualificadas, porque, caso contrário, os interesses particulares podem prevalecer na formulação de políticas públicas. Dessa maneira, no caso do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a dimensão de atuação deve ser “capaz de pautar as ações dos governos e não ser capturada, ou ter sua luta seqüestrada pelos órgãos, ou organismos nacionais ou internacionais, para que os objetivos das políticas públicas sociais, em especial para crianças e jovens, sejam atingidos (SADECK FILHO, 2010, p.46-47).

Ademais, há a ausência de crianças e jovens participando dos conselhos, o que contradiz a disposição jurídica brasileira. Ao se delegar poder ao adulto, crianças, jovens e idosos são afastados da participação e deliberação sobre temas relacionados às suas vidas, desejos e necessidades (SADECK FILHO, 2010). Mesmo diante dessa limitação, em São

Carlos, os conselhos têm privilégio na proposição de políticas voltadas à infância e à juventude:

É um órgão (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) muito importante justamente por ser quem primeiro tem que propor as políticas públicas nessa área da Infância, do adolescente (S15 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Esse Conselho (Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) não funciona lá essas coisas, mas ele existe, já está formado, tem a sua formação colocada e tal (S13 – Secretaria Municipal de Governo).

Assim, além da crítica ao seu funcionamento, a questão da inclusão de crianças e adolescentes nos Conselhos não foi mencionada por nenhum secretário municipal. Com isso, questiona-se a verdadeira efetividade dessa instituição participativa como principal responsável pela formulação das políticas públicas destinadas à infância e juventude no município.

Para que as políticas públicas visando à juventude fluam de acordo com os governos municipais, faz-se necessário que exista uma garantia legal que confira autonomia na organização e execução de tais políticas pelos próprios jovens. Dessa maneira, um Conselho da Juventude, por exemplo, terá em seu comando as principais lideranças dos segmentos juvenis participantes. Em outras palavras, é a transferência da participação efetiva da juventude no processo político. De tal modo, se houver conflitos de interesses entre os representantes políticos, o Conselho terá autonomia para negar e permitir que exista o diálogo na implementação das políticas (PONTUAL, 2008).

#### **3.2.3.4 Centros da Juventude Elaine Viviani (CJ)**

Vários gestores municipais apontaram a importância dos Centros da Juventude (CJ) na implementação de políticas destinadas aos jovens. Nesses equipamentos públicos são oferecidas diversas atividades, as quais englobam cultura, lazer, esporte e qualificação profissional.

Financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento, o BNDES, com o custo de R\$ 1.209.908,76, o CJ consiste em um equipamento social coordenado pela Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude de São Carlos (SMEIJ), no qual o Programa de Extensão METUIA, apoiado no Grupo de Pesquisa “Terapia Ocupacional e Educação no Campo Social”, realiza atividades de estudos, pesquisas e intervenções sobre e com grupos populares urbanos (LOPES; SOUZA; BORBA, 2010). Tal local, situado no bairro Monte Carlo, segundo a entrevista do Secretário 4 (Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude),

oferece “oportunidades educacionais, profissionais, culturais e esportivas para a juventude presente nas regiões mais vulneráveis da cidade”.

Sendo assim, o Centro da Juventude de São Carlos é semelhante ao existente em Montevideu<sup>10</sup>, no qual entende a juventude como portadora de direitos a serem contemplados pelo Estado a partir de serviços e programas especiais, os quais abrangem vários segmentos, como saúde, cultura, apoio jurídico, informação, formação e capacitação profissional. Portanto, seria um núcleo onde políticas intersetoriais atuariam em prol do jovem em sua integralidade (ABRAMO, 2008).

Implantados nos bairros periféricos, tais centros poderiam atingir os jovens provenientes dos setores mais excluídos, os quais são, muitas vezes, privados de circular por outros espaços da cidade que habitam. Além disso, nos locais em que moram estão inscritas as vivências sociais e individuais mais importantes deles. Sendo assim, focando-se nessas áreas com poucos recursos, o poder público pode promover políticas de inclusão desses jovens, levando em consideração as idiosincrasias das pessoas e do lugar que moram. Há ainda a considerar que existe a facilidade de poder obter apoio local dos moradores na instalação e manutenção do equipamento público (ABRAMO, 2008).

Em relação ao CJ, Abramo (2008) coloca algumas ressalvas. Primeiramente, esse enfoque prima pelas políticas articuladas na atenção ao jovem em sua complexidade, mas é algo ainda muito pouco evidenciado no país. Outra questão está no risco em transformar os centros da juventude em “instituições totais” (ABRAMO, 2008, p. 226), onde todos os serviços destinados à juventude estariam concentrados em tais locais, e obrigatoriamente tendo que permanecer nesse espaço para ser uma meta da atenção do poder público (ABRAMO, 2008).

Outras críticas circunscrevem-se a atuação desse equipamento em São Carlos. Atualmente, ele conta poucos recursos para manter os seus objetivos, bem como uma equipe insuficiente. Além disso, em sua dinâmica influenciam o contexto do local onde se encontra,

---

<sup>10</sup> Segundo Abramo, 2008, p. 225-226, “Os centros juvenis de Montevideu são polifuncionais, e neles se desenvolvem as políticas integrais de atenção à juventude (no próprio espaço físico do centro ou em conexão com outros equipamentos, como os postos de saúde, por exemplo, onde se montam programas específicos para jovens, de atendimento e/ou prevenção). São realizadas inúmeras atividades, de formação complementar, de capacitação laboral, de expressão cultural, de lazer e esportes, de apoio a projetos desenvolvidos por grupos nos bairros etc. (...) Esses centros se constituem como lugares idôneos para a elaboração, planificação e execução das políticas sociais para jovens, porque os jovens podem reconhecer tais lugares como próprios, onde podem desenvolver suas potencialidades e projetos e exercer sua participação. Pois a estratégia central é a conexão com os atores locais para este planejamento e execução, principalmente no caso dos diversos grupos juvenis que se formam nesses bairros”.

ou seja, no Monte Carlo a presença de drogas dificulta a consolidação desse espaço perante aos jovens. Portanto, o CJ do município em questão ainda se encontra distante da sua proposta de inclusão social da juventude pobre.

### **3.2.3.5 O Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) e a FEBEM/Fundação Casa**

A doutrina da proteção integral, preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entende que crianças e adolescentes vivem em um momento especial de desenvolvimento e, por isso, precisam de uma proteção diferenciada. Diferentemente do Código de Menores, de 1979, há a compreensão que ambos são portadores de direitos e não somente alvos passivos da ingerência de adultos (ECA, 1990).

Com a implementação dessa lei, em 1990, ocorreu a descentralização e municipalização das políticas públicas, o que promoveu aos gestores públicos a facilitação não só na proposição, aplicação e fiscalização das ações destinadas à infância e juventude, mas também um aumento no envolvimento da sociedade nessa problemática (ECA, 1990).

Nessa perspectiva, o ECA institui a existência de medidas socioeducativas a adolescentes que tenham se envolvido em atos infracionais. A esse respeito, o artigo 112, incisos I a IV, propõe advertência (artigo 115); comprometimento em reparar o dano (artigo 116); prestação de serviços à comunidade (artigo 117); liberdade assistida (artigo 118); admissão em regime de semi-liberdade (artigo 120); e internação em uma unidade educacional (artigo 121) (ECA, 1990). Essas resoluções destinam-se aos adolescentes com idade inferior a 18 anos, pois, até essa faixa etária, eles são considerados penalmente imputáveis, isto é, mesmo sendo responsabilizados pelo delito, não podem ser punidos de acordo com as leis gerais, destinadas aos adultos (ZANCHIN, 2010).

Dessa maneira, os adolescentes cumprem as medidas sócio-pedagógicas conforme alguns parâmetros, a saber, as especificidades da infração praticada, capacidade para cumpri-la, características sócio-familiares e em razão da disponibilidade dos programas existentes. Ao mesmo tempo em que as medidas socioeducativas são punitivas, para garantir a proteção integral, elas devem oferecer ao adolescente formação, informação, valores positivos, chances para sobrepujar a situação de exclusão e, mesmo em casos de restrição da liberdade, envolver a família e a comunidade em seu cotidiano. Ressalta-se que cabe ao judiciário julgar e aplicar as penalidades, porém, em alguns casos, o órgão desconsidera as vontades, valores e a situação em que se encontra o adolescente (ZANCHIN, 2010).

Para garantir ações educativas no atendimento ao adolescente que está em meio aberto ou fechado, foi lançado um documento que representa um guia para a execução de medidas

socioeducativas destinadas aos meninos e meninas em conflito com a lei - o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Essa política pública é fruto de diversos debates entre especialistas no tema, porta-vozes de instituições de atendimento e integrantes da sociedade civil e do governo na busca por “atender aos preceitos pedagógicos das medidas socioeducativas conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente” (ZANCHIN, 2010, p.21).

Nesse contexto, o SINASE atribui os encargos e competências das três esferas do governo (municipal, estadual e federal) no atendimento ao adolescente autor de ato infracional, sendo que a prioridade está nas medidas em meio aberto, isto é, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida, os quais devem ser desempenhados pelas prefeituras municipais (ZANCHIN, 2010).

Seguindo os princípios presentes do ECA e SINASE, tem-se a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA) que, em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, atua na implantação das medidas em regime fechado, com privação da liberdade (internação) e semi-liberdade, aos adolescentes de todo o estado de São Paulo. Conhecida antigamente por FEBEM (Fundação do Bem-Estar do Menor), a Fundação Casa intenta pouco a pouco fechar as grandes unidades de internação em prol de espaços pequenos e que estejam próximos às famílias dos adolescentes (ZANCHIN, 2010).

Em oposição ao que se propõe, a Fundação Casa não tem cumprido a máxima de garantir os direitos preconizados do ECA, os quais afirmam a importância de que seja não só respeitado o momento de desenvolvimento que o adolescente se encontra, mas que também sejam oferecidas políticas distantes das correccionais existentes anteriormente, nos grandes complexos de internação. Somado a isso, ela ainda é composta por profissionais não preparados e conscientes em relação a importância das medidas socioeducativas (ZANCHIN, 2010).

Em São Carlos, tem se oferecido outra abordagem de implantação de medidas socioeducativas em regime aberto ou semi-aberto aos adolescentes. O início deu-se em 1999, época em que ocorreram várias rebeliões na FEBEM, seguidas às denúncias de práticas violentas no interior da instituição. Sensibilizado com a situação dos internos, o Padre Agnaldo Soares, representante da entidade Salesianos<sup>11</sup>, juntamente com o Juiz da Infância e

---

<sup>11</sup> Inaugurada no dia 16 de outubro de 1949, a Instituição Salesianos de São Carlos, antes denominada de “Associação de amigos de Vila Nery”, objetiva oferecer educação e assistência social, conforme preconiza o ECA e o LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), a crianças e jovens com menos de 18 anos e carentes. Atualmente, faz mais de 800 atendimentos a partir do financiamento e apoio das Secretarias Municipais,

Juventude da cidade à época, o Dr. João Baptista Galhardo Jr, com apoio do ex-prefeito, hoje deputado federal, Prof. Newton Lima, criaram o Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), em 2001 (ZANCHIN, 2010). A instalação desse equipamento foi discutida por vários secretários, principalmente em oposição à Fundação Casa (antiga FEBEM):

Nós tentamos atender o Estatuto da Criança e do Adolescente. São Carlos saiu na frente e criou o NAI, que é o núcleo de atendimento ao infrator, que inclusive vai ser usado agora pelo governo federal como experiência (S17 – Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo e Secretaria Municipal de Governo).

Uma visão de atendimento integral da criança, tanto que o NAI é Núcleo de Atendimento Integral. Por quê? Porque se entendia o seguinte: cadeia não modifica ninguém, pelo contrário é até considerada, no jargão, uma universidade do crime (S19 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

Depois foi criada a semi-liberdade, a qual evitou que muitos jovens fossem para internação na FEBEM. Nós tínhamos a internação provisória no NAI por 45 dias, quer dizer, era um tempo que ele podia ficar em um regime fechado. De modo que, a partir daí, poucos casos saíam de São Carlos para ir para o regime fechado da FEBEM, que a gente sabia que acabava, muitas vezes, estimulando ao crime e não diminuindo (S15 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Ao chegar ao NAI, o adolescente e sua família são entrevistados por uma assistente social. A partir das observações e informações relatadas, tem-se um relatório biopsicossocial, que, junto ao Boletim de Ocorrência, segue para o Ministério Público e ao juiz da vara da infância e juventude. Com esse documento, o judiciário aplica a medida ao adolescente, que pode ser a liberdade assistida (LA), prestação de serviços à comunidade ou semi-liberdade, sendo que o encaminhamento do adolescente à Fundação Casa (unidade de Araraquara) acontece normalmente “quando o ato infracional envolve grave ameaça à vida, ou descumprimento de outras medidas estipuladas pela lei”. (MONTEIRO, 2011b, s/p). Todo esse trâmite pode demorar cerca de quinze dias (ZANCHIN, 2010). Nas palavras de Rose Mendes, ex-Secretária Municipal da Cidadania e Assistência Social, em entrevista a um jornal do município:

O NAI trabalha com infrações de todas as naturezas, sem distinção, passando todos os casos pela equipe psicossocial presente no núcleo, que fará o estudo do adolescente e de seus familiares, possibilitando uma leitura mais ampla da realidade quanto aos motivos que levaram este adolescente a cometer tal ato, buscando assim que a sentença deferida pelo Juiz seja o quanto mais próximo do que realmente o caso necessita (MONTEIRO, 2011, s/p).

Assim, o NAI também tinha um trabalho de chamar as famílias para identificar o problema que ocorria com o adolescente no âmbito escolar. De tal modo, tanto o adolescente quanto a sua família encontravam-se presentes na audiência com o juiz, o que possibilitou uma agilidade na responsabilização do infrator, que não precisava mais esperar meses por uma punição (S15 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude). Nas palavras de um gestor:

O adolescente foi pego furtando, ele já tinha, nesse período de uma semana, dez dias, passado pelo serviço social. Ele e a família já tinham passado pela audiência e se iniciava de imediato o cumprimento de uma medida sócio-educativa. Então, a resposta era rápida. Ela tira do jovem aquele sentido de impunidade, “ah, não dá nada, não acontece nada” (S15 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Além disso, havia, concomitantemente ao trabalho com o jovem em atividades culturais, esportivas e profissionalizantes, uma atenção à família no sentido de oferecer, caso necessitasse, complementação de renda, atendimento na área da saúde e etc. Obviamente, dependia da adesão da família aos recursos oferecidos (S15 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude). Assim,

Nós passamos a desenvolver realmente um trabalho muito mais estruturado na área de prestação de serviço à comunidade e da liberdade assistida, atendendo pelo menos uma hora semanal a cada um dos jovens que estavam envolvidos, oferecendo a eles oportunidade de lazer, de esporte, de cultura, de profissionalização. Nós passamos desse número de 30, 40, que eram atendidos mensalmente, passamos pra 80. Depois, com o início do NAI, passamos pra 120 e, por último, chegamos a 160 jovens, adolescentes inseridos nessas medidas, o que não significava uma piora do quadro da violência, mas, pelo contrário, uma ação preventiva, porque quando eu atendo ele no meio aberto eu evito que ele chegue ao meio fechado. Então, acho que tudo isso foi muito importante (S15 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Já davam a punição, mesmo que, às vezes, a partir da privação parcial da liberdade, mas sempre com atividades culturais, sempre com atividades que pudessem gerar uma profissionalização (S18 – Secretaria Municipal de Governo).

A intersetorialidade do NAI também foi mencionada por vários secretários municipais:

Era a Secretaria de Saúde que dava o apoio lá para o NAI. Se tinha algum adolescente infrator lá que fazia uso de algum medicamento ou que estava em abstinência de droga, então, o estreitamento era muito grande, sim (S5 – Secretaria Municipal de Saúde).

Ele (NAI) é uma política que envolve várias secretarias. Então, a Secretaria de Cidadania assina um papel, através do assistente social, fazendo um trabalho com essa família do adolescente; a Secretaria de Saúde outro papel, a Secretaria de Educação outro papel (S9 – Secretaria Municipal de Promoção e Bem-Estar Social e Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social).

Ele (NAI) conseguiu os resultados integrando Judiciário, Ministério Público, Assistência Social, Saúde, Educação e Trabalho das entidades. Então, essa articulação é vivida dentro do NAI até com uma aproximação física, até porque os órgãos passaram a trabalhar no mesmo espaço físico (S15 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Nesse enfoque de políticas transversais, a Secretaria de Educação também exerceu importante papel de inserção social do jovem que cumpriu medidas socioeducativas no NAI ou na Fundação Casa:

E havia uma resistência muito grande das escolas em receber esses jovens de volta. Jovens que tinham chegado a um limite de rompimento com a lei e que, portanto, muitos deles tinham sido excluídos da escola em função de atitudes, de coisas que aconteceram dentro da escola ou no entorno da escola (S22 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

Por fim, para Zanchin (2010), os procedimentos adotados pelo NAI resultaram na diminuição do índice de reincidência e da gravidade das ações cometidas. Além disso, a autora também aponta o NAI como o responsável pela redução do índice de vulnerabilidade à violência juvenil (ZANCHIN, 2010). Muitos secretários municipais também concordaram com esse ponto de vista, inclusive afirmando que o NAI permitiu a São Carlos a obtenção do menor índice de vulnerabilidade juvenil à violência do país:

Uma abordagem preventiva e educativa, não coercitiva e punitiva. Então, claro que reduz o risco de vulnerabilidade, nessa área, de práticas de atos ilícitos (S11 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

É uma política internacionalmente conhecida, premiada, que conquistou índices maravilhosos de resultados. O melhor deles, o índice de mortalidade de jovens reduzido a zero, e ele permaneceu zero por sete anos consecutivos (S13 – Secretaria Municipal de Governo).

Ele é um projeto cujo resultado aparece com a diminuição da mortalidade, diminuição da violência, com a diminuição da expulsão de alunos das escolas (S22 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

Igualmente, um jornal de São Carlos também atribui ao NAI a diminuição dos homicídios em 93 % no período de dez anos. Segundo Monteiro (2011a), anteriormente a instalação desse equipamento, em 2001, havia uma média de 15 assassinatos de jovens por ano, sendo que, após sua efetivação, reduziu para um caso.

Contudo, essa pesquisa discute várias hipóteses acerca da diminuição das mortes entre jovens na cidade, bem como no país. Como será demonstrado no capítulo seguinte, nos últimos anos, a campanha do desarmamento, a atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC), a elevação dos óbitos por causas indeterminadas, a diminuição do número de jovens no país e a interiorização da violência influenciaram na dinâmica da mortalidade por homicídios. Por isso, os secretários municipais precipitam-se ao considerarem que apenas o NAI foi o responsável pela diminuição das mortes por essa causa externa em São Carlos.

### **3.2.3.6 Juventude e lazer: praças de São Carlos**

Comumente, associa-se o tempo livre e o lazer juvenis como sendo homogêneos, não variando de acordo com a juventude que o vivencia. De tal maneira, são caracterizadas por momentos de prazer, diversão e ausência de trabalho, já que esta última é vista como sendo inerente ao mundo dos adultos. No entanto, pelas juventudes serem marcadas por distintas características econômicas, sociais e culturais, as formas de lazer também apresentarão disparidades em seu acesso, vivência, consumo (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008).

Nesse sentido, o lazer é fundamental para os jovens, pois, além de ser um tempo que pode proporcionar entretenimento, é nesse momento que eles constroem suas regras, fazem manifestações culturais, ritos, simbologias e expressam seus modos de se comportar, os quais os distinguem dos adultos. São ocasiões em que também são elaboradas culturas juvenis que, em muitos casos, são encaradas de modo negativo, sobretudo por ser vivenciada em um tempo oposto ao trabalho, este enxergado como sendo positivo e fundamental no desenvolvimento humano (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008).

Não obstante, em São Carlos, vários gestores evidenciaram a falta de opções de lazer aos jovens, em especial, à juventude pobre, sem, no entanto, apontarem caminhos para a solução da questão:

O jovem não tem muitas opções de lazer (S12 – Secretaria Municipal de Educação).

Hoje, eu vejo a falta de lazer, a falta de opção (S12 – Secretaria Municipal de Educação).

Mas ainda há uma deficiência nossa em proporcionar lazer pra esses jovens, principalmente aos finais de semana (S17 – Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal de Governo).

Os jovens não têm muitos pontos de lazer e lazer economicamente barato, porque, dentro da pirâmide sócio-econômica, a base é muito alargada, não adianta você ter lazer e cobrar para ir a um show, porque a moçada não tem recurso suficiente para

estar freqüentando. Então, não têm opção aos finais de semana ou vida noturna para os jovens e aí eles se organizam numa forma deles mesmos (na ocupação da praça Coronel Salles aos fins de semana) (S10 – Secretaria Municipal de Governo).

Dessa maneira, são os jovens das camadas populares e com baixa escolaridade, os quais deveriam ser alvo privilegiado de ações culturais, os que mais encontram dificuldades no acesso aos equipamentos culturais, pois, mesmo diante da oferta, possuem menor ingresso em tais espaços (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008). Nessa conjuntura de poucos recursos financeiros e habitação de espaços com baixa infra-estrutura social pública, a cultura e o lazer acabam sendo vistos como desnecessários e destinados a privilegiados. Por isso, as políticas públicas de juventude devem agir sobre essa desigualdade, de modo a democratizar possibilidades de cultura e lazer a esse segmento social (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008).

Contrariamente a isso, em São Carlos, não tem se efetivado políticas destinadas ao lazer dos jovens pobres. Desse modo, na cidade, possuiu-se ao menos duas juventudes, uma com acesso privilegiado ao *shopping center*, barzinhos e boates e outra, mais pobre, que busca formas de lazer coletivas, como conviver em praça pública. Em relação a última, pode-se exemplificar a partir dos jovens que freqüentavam assiduamente o Shopping Iguatemi São Carlos, de onde foram banidos. Depois, deslocaram-se para a praça XV, sendo novamente impedidos de visitá-la devido às reclamações de barulho, drogas e brigas, relatadas por vizinhos (S21 – Coordenadoria de Artes e Cultura). Nas palavras de um secretário:

Bebidas, som e aí alguns carros param e ligam o som alto. Álcool, droga e aí, por causa do horário, existem reclamações por causa da conturbação do sossego público (S10 – Secretaria Municipal de Governo).

Essa ação de expulsão de locais públicos foi amparada pelo poder público municipal, conforme relata outro gestor:

Nós temos, hoje, uma população juvenil que acaba se concentrando aos finais de semana em um único lugar na cidade e eles vão migrando conforme a gente vai, na verdade, apertando em cima daquilo que eles cometem de deslize (S17 – Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal de Governo).

Atualmente, tais jovens pobres, provenientes principalmente do bairro Cidade Aracy, freqüentam às sextas-feiras, à noite, a denominada Praça Coronel Salles, no centro da cidade, adjacente à Câmara Municipal (S21 – Coordenadoria de Artes e Cultura). Dessa vez, em uma decisão conjunta, as diversas Secretarias decidiram garantir a permanência dos jovens nesse local, até como uma medida de controle:

Então, vamos protegê-los ao invés de espantá-los, certo. E essa foi uma decisão bastante acertada, porque você permite que tenha lazer, tenha a paquera, o namoro, a conversa, as tribos se encontram e conversam, e parece que tem dado certa essa lógica (S10 – Secretaria Municipal de Governo).

É melhor que seja no centro da cidade (...) porque não tem como ser cometido os excessos, porque está ali na cara de todo mundo. Não adianta você alugar uma fazenda e pôr lá uma rave, porque lá está longe do olhar da sociedade, lá é pior. Então, é melhor que a concentração de jovens, as várias tribos, seja mesmo em praça pública, sob o olhar da sociedade (S13 – Secretaria Municipal de Governo).

Além do olhar vigilante da sociedade, o controle se deu a partir do aparato da polícia civil, militar e guarda municipal:

Lógico, quando tem aglomeração de jovens acaba atraindo uma série de outras coisas, tem que estar atento enquanto poder público a isso (S21 – Coordenadoria de Artes e Cultura).

Estão lá mais no sentido de proteger aqueles jovens que estão ali para a finalidade do lazer e da recreação e para coibir que tenha tráfico de droga, que tenha excesso de bebida, coibir som alto para não perturbar o sossego da população (S10 – Secretaria Municipal de Governo).

Outra intervenção da Prefeitura tem ocorrido por meio de propostas de vídeo-arte e música:

A Prefeitura fez uma ação lá no sentido de dar um pouco mais de organicidade a essa festa. Então, a música está mais baixa, cada hora é um tipo de som que toca, todo mundo respeita um ao outro. A gente tem feito um pouco de educação e saúde, que acho que essa é uma coisa fundamental que a gente tem que fazer para o jovem (S20 – Secretaria Municipal de Saúde).

Nas falas dos secretários municipais evidencia-se uma atuação em relação aos jovens como uma forma de prevenção à violência ou redução de danos. Dessa maneira, a preocupação acerca do tempo livre da juventude pobre encontra-se permeada pelos estereótipos de que são violentos e transgressores, por isso o enfoque sobre a vigilância. Constata-se ainda uma desigualdade no acesso às opções de lazer em São Carlos. Nos bairros periféricos carece-se de equipamentos e instalações culturais, por isso os jovens deslocam-se para a região central. Nessa questão, o poder público municipal negligenciou não só a oferta de espaços de lazer, mas também na demora no equacionamento da problemática, deixando os jovens serem sucessivamente expulsos de vários espaços da cidade. Mas, hoje, mesmo com o oferecimento de atividades culturais a esses sujeitos, alguns gestores demonstraram insatisfação em relação à permanência deles nas praças, como as entrevistas a seguir nos mostram:

Então, já está provado de que não adianta você deixar os jovens se concentrarem em um único lugar, cabe à cidade oferecer atividades em pontos diferenciados até para que eles não saiam muito. Claro que o jovem tem que sair do seu bairro e vir para o Centro, mas se você der atividades também, se der lazer na sua região, eles acabam ficando por lá em determinado período. Então, eu acho que para a população juvenil, ainda que a gente tenha várias iniciativas, também vejo a necessidade de ampliar as necessidades locais, regionais, na verdade (S17 – Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal de Governo).

De alguma maneira, parece também que foi uma onda, uma novidade reunir em um lugar só. Talvez, espero, que (o jovem) acabe acostumando e isso vá diluindo, aquela ansiedade de estar em praça pública e fazer alguma contravençãozinha, ela perca o estímulo. Talvez as gangues não se encontrem mais, as tribos não se estranhem mais uma das outras. Tanto que acho que faz uns três meses que não tem incidência (S13 – Secretaria Municipal de Governo).

Todavia, é necessário que os gestores, principalmente S17 (Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal de Governo). e S13 (Secretaria Municipal de Governo), tenham a consciência da importância desse espaço de lazer para o jovem, porque essa busca por transitar na cidade e ocupar espaços públicos está de acordo com a necessidade dele de expressar-se, manifestar suas demandas, estabelecer vínculos sociais e afetivos, desenvolver suas atividades, encontrar novas referências e moldar sua identidade com e por oposição a outros jovens. Para que todos esses processos se desenrolem, a juventude elege alguns pontos de referência, sejam eles esquinas, galerias, praças e estações de metrô, onde promovem encontros, reuniões e ações. Normalmente, são freqüentados por grupos compostos por tribos ou turmas específicas, as quais procuram tornar a área um lugar de confronto e interlocução com outros jovens (ABRAMO, 2008). Porém, em uma pesquisa intitulada *Perfil da Juventude Brasileira*, que analisa a infra-estrutura cultural de 5560 municípios brasileiros e apresentada por Brenner, Dayrell e Carrano (2008), aponta que 58 % dos jovens nunca participaram de *shows*, recitais e concertos ou outras manifestações culturais em praças públicas, os quais “representam uma forma de estimular a convivência coletiva de múltiplos grupos juvenis e a “intergeracionalidade” (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008, p.32).

A praça, como lugar de encontros, festas e convívio social, é emblemática em cidades que cultivam a sociabilidade pública em contraposição à privação da subjetividade, tendências nas sociedades de consumo. O fato de uma ampla maioria de jovens nunca ter participado de eventos em praça pública denota a precária apropriação da cidade como espaço educativo, de encontros e sociabilidade (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008, p.33).

Sendo assim, a permanência de jovens na praça central de São Carlos é uma manifestação da sociabilidade juvenil que aponta para novos caminhos de ocupação do tempo livre, distantes daquelas que se utilizam de mercadorias culturais, as quais são acessadas comumente por meio de recursos financeiros.

### **3.2.3.7 Juventude e serviços de saúde**

Os secretários da saúde entrevistados enfatizaram bastante a importância da questão da prevenção. Segundo Valadão (2008), é necessário promover a saúde nos locais onde os indivíduos estudam, vivem, trabalham e se divertem, de modo a atuar antes do acometimento da doença. Para exemplificar, a autora relata os casos dos acidentes de trânsito e a violência entre os jovens. Sendo assim, algumas medidas podem ser feitas no atendimento às vítimas, a saber, estabelecer serviços de pronto-socorro bem equipados, montar unidades de terapia intensiva (UTI), investir na formação de profissionais na área etc. Por outro lado, sem negligenciar tais práticas, é imprescindível que o campo da saúde, aliado a outras instâncias, também se atente aos fatores que impulsionam ou relacionam-se a existência de feridos por causas externas. Assim, para não operar depois da instalação da doença, deve-se buscar promover a saúde nos locais onde os sujeitos estão cotidianamente (VALADÃO, 2008). Entretanto, a respeito disso, um secretário se contradisse diversas vezes:

A grande função (da Secretaria da Saúde) é cuidar das pessoas, promovendo ações de saúde, prevenção de doenças e fazendo a reabilitação tentando evitar agravos (S20 – Secretaria Municipal de Saúde).

Não tem uma coisa específica em relação à gravidez na adolescência, por exemplo, não tem um programa só disso. A saúde, ela está cuidando do ciclo de vida, então, não tem uma coisa específica (S20 – Secretaria Municipal de Saúde).

O (caso) da saúde, entendendo que esse jovem que ia para um atendimento de saúde, você tinha que ter outras ações integradas, que nem eu falei, por exemplo, com a educação, com a cidadania, onde você tinha que trabalhar de uma forma muito mais de promoção e de prevenção com o jovem (S7 – Secretaria Municipal de Saúde).

Claro que é importante você cuidar da doença, precisa cuidar da doença, não tem saída, mas é importante que as pessoas não fiquem doentes, para isso elas precisam ter informação, precisam ter educação em saúde. De médico e louco todo mundo tem um pouco e todo mundo tem que ter mesmo para que a gente possa fazer prevenção da saúde (S20 – Secretaria Municipal de Saúde).

O gestor 20 (Secretaria Municipal de Saúde) ao mesmo tempo que observa a relevância da promoção da saúde não apresenta qualquer política adotada pela secretaria da saúde em relação à gravidez na adolescência. Para Valadão (2008), se a jovem possuir a

possibilidade de vivenciar um processo educativo sobre sexualidade – sem moralismos – que a permita refletir e discutir sobre situações-problema, provavelmente possuirá mais informações para decidir entre os prós e contras de engravidar nesse momento de sua vida. Concomitantemente a isso, deve estar ao alcance dela um projeto de vida e acesso aos anticoncepcionais. Por fim, a jovem também deverá estar ciente da importância de negociar com o parceiro o uso do preservativo. Já em relação aos homens, é necessário que haja apoio, oportunidade e cobrança social para responsabilizar-se pelo filho (a) que está por vir, pois assim passarão a decidir junto com a companheira sobre uma possível gravidez, bem como os métodos de contracepção. Em síntese, cabe ao sistema de saúde oferecer várias oportunidades que façam sentido ao adolescente. Após isso, respeitar a escolha dele, a qual pode ou não ser condizente com a do profissional responsável (VALADÃO, 2008).

A questão da prevenção à dependência química de crianças e jovens também foi comentada por outro secretário, conforme abaixo:

São Carlos dava assistência aos adolescentes com dependência química, sobretudo, mandando-os para fora, e custeando a internação em comunidades terapêuticas. Mas, nós não tínhamos uma ação mais preventiva dentro do município. Então, nessa época, a Secretaria (Especial de Infância e Juventude) começou a articular a questão da criação do CAPS, Centro de Atenção Psicossocial- álcool e drogas, de 7 a 17 anos (S15 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Em algumas coisas que acontecem, a droga aparece em algum momento, seja o álcool ou outro tipo de droga, e aí o município também faz aquilo que lhe é possível. Tem um Conselho Municipal Anti-drogas que conversa com a comunidade terapêutica, tem o CAPS-Ad atuando, mas é pouco, é pequeno (S13 – Secretaria Municipal de Governo).

Então, pegar aquele jovem que está começando a se envolver com drogadição, está se iniciando, para que ele não se torne um dependente (S15 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Através de uma parceria entre a Secretaria Especial de Infância e Juventude e a Secretaria da Saúde, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS-ad) foi criado objetivando uma política de prevenção à dependência química de crianças e jovens, dos 7 aos 17 anos, no município. Contudo, de maneira semelhante ao gestor 13 (Secretaria Municipal de Governo), atualmente, no país, tem sido questionada a atuação efetiva desse equipamento na prevenção à dependência química, sobretudo quando atua de maneira isolada.

Para Valadão (2008), é importante que a promoção da juventude na saúde ocorra pelo intercâmbio com outras instâncias de atenção a esse grupo populacional, como a escola por exemplo. Porém, são observadas muitas dificuldades nessa comunicação entre saúde e

educação, a saber, a falta de abertura da segunda para temas extracurriculares, já que os professores atêm-se aos currículos exigidos, à carga horária, à burocracia, enfim, aos modos tradicionais de desempenho da profissão (VALADÃO, 2008). De acordo com isso, um gestor da saúde também comentou a respeito:

Eu penso que a escola tem que ser mais atrativa para que possa discutir outras coisas, até no sentido de como é que é a vida. Você não consegue, você não consegue (S20 – Secretaria Municipal de Saúde).

Elas (escolas) consigam despertar no jovem esse interesse pelo saber, pelo conhecimento. A escola é chata, ela não ajuda muito nisso e ela quer discutir coisas que não tem nada a ver com a questão do jovem (S20 – Secretaria Municipal de Saúde).

Para que serve a trigonometria, por exemplo. Acho que não serve pra nada. Claro, se você for fazer engenharia, mas se eu conseguir dominar uma regra de três, eu vou me dar bem o resto da vida. Talvez, eu tenha que discutir o corpo normal, pensando na área da Saúde. A gente não tem isso na escola. O que é normal? A gente não consegue falar sobre sexualidade, a gente não consegue falar sobre aborto, a gente não consegue (S20 – Secretaria Municipal de Saúde).

Aliás, os temas de importância para a sociedade não poderiam ser considerados extracurriculares, tendo em vista que na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e nos Parâmetros Curriculares Nacionais, os assuntos Ética e Cidadania, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo são conceituados como transversais, ou seja, são fundamentais para formação integral do indivíduo para a cidadania (VALADÃO, 2008).

No Brasil, apesar de aparentar o contrário, a saúde está muito inserida no campo escolar. Diversos projetos são levados à escola, tais como dengue, violência, AIDS, gravidez e drogas. Segundo Valadão (2008), em uma pesquisa realizada nacionalmente concluiu-se que todas as secretarias estaduais de educação possuem projetos associados à saúde em sua rede de ensino (VALADÃO, 2008).

Para contribuir efetivamente com o aprimoramento da saúde, o papel do sistema educacional é muito mais que abrigar projetos externos. A escola precisa reconhecer que a promoção da saúde faz parte da educação, não sendo apenas mais uma atividade extracurricular, mas um projeto político-pedagógico a ser priorizado na e pela instituição de ensino (VALADÃO, 2008).

Ressalta-se, entretanto, que, ao contrário do que o gestor 20 (Secretaria Municipal de Saúde) afirma, a educação não é a solução de todas as mazelas da sociedade. É muito disseminada a idéia de que a partir da escola se poderá ser resolvido, ou ao menos amenizado,

problemas estruturais existentes no país. “Como se as pessoas, a partir do momento que forem “educadas”, não importando as condições que elas vivam, possam torna-se capazes de automaticamente mudar os comportamentos, as atitudes e, conseqüentemente, transformar a realidade” (VALADÃO, 2008, p. 213).

Além da escola, é importante que se estabeleça comunicação com outras secretarias municipais. A esse respeito o gestor 20 (Secretaria Municipal de Saúde) relatou que seria necessária a criação de uma “super secretaria”, na qual agrupasse as pastas da saúde, infância e juventude e cidadania e assistência social. No entanto, ao esclarecer sobre o que seria saúde, entra em contradição:

O que é ter saúde? Saúde não “é o bem-estar físico, social e mental”, que gente aprendeu em algum lugar. Saúde é ter boas condições de alimentação, condições de serviço de saúde, de cuidado, de transporte, de moradia, de alimentação, de lazer. Saúde é um monte de coisa. Não é só a ausência de doença, que também era uma explicação. Então, precisa de dinheiro, precisamos de dinheiro (S20 – Secretaria Municipal de Saúde).

Ou seja, se saúde inclui transporte, moradia e lazer, por que as pastas responsáveis por esses setores não foram incluídas na “super secretaria”? Em outras falas, o secretário da saúde, S20, novamente, apresenta a mesma incoerência ao dizer que o asfalto não é saúde, mas, ao mesmo tempo, também afirmar que os serviços atuam de maneira abrangente:

Uma pessoa pode falar que o asfalto é saúde. Asfalto não é saúde. Aí ele fala: “claro que é, o asfalto estando bonitinho, não tem acidente e aí você não tem gasto na saúde”. Sim, o asfalto estando bonitinho aumenta a velocidade e também tem gasto com saúde. Asfalto não é saúde, saúde é outra coisa. Mas, tem uma briga em relação a isso, que é o projeto da emenda constitucional 29, definindo o que são recursos da saúde. Precisa de mais dinheiro. Precisa de mais dinheiro (S20 – Secretaria Municipal de Saúde).

Mas, na Saúde a gente está cuidando do ciclo de vida e não de uma situação em especial. A gente tem demandas de “ah, precisa fazer o ambulatório do idoso”. Não, não precisa fazer o ambulatório do idoso, porque as unidades precisam cuidar do idoso. Todas e não uma só. Eu não vou deslocar a cidade inteira para um lugar pra ser atendido. Não, eu tenho vários lugares que vão atender essas pessoas. Acho que é nesse sentido (S20 – Secretaria Municipal de Saúde).

Tendo em vista que pelo enfoque do ciclo de vida as ações são planejadas de acordo com o nível pessoal (observando as idiossincrasias e demandas de cada pessoa); contexto social (atuando nas causas das enfermidades) e as instâncias sociais (desenvolvimento de programas e ações conforme os objetivos propostos), a “super secretaria”, descrita pelo

gestor, então, deveria abranger mais pastas municipais para poder contemplar todos esses âmbitos (VALADÃO, 2008).

Logo, pode-se inferir que esse discurso contraditório do gestor também reflete no atendimento ao jovem nos serviços de saúde, conforme os trechos abaixo:

Mas, a gente não consegue, não conseguiu, talvez por questões culturais, principalmente, fazer com que esse jovem cuide da sua saúde. Acho que o grande desafio é essa preocupação do jovem cuidar da saúde. Ele não vai à Unidade de Saúde (S20 – Secretaria Municipal de Saúde).

Campanha de vacinação para vacinar contra rubéola e os meninos não vão, e falam que isso é doença de menina. Você vai, divulga, fala da importância, que não é isso e o vírus está nessa faixa etária do jovem aí, de 20 anos, 15, 18, 22, um pouco mais, até 28 anos. Você não consegue (S20 – Secretaria Municipal de Saúde).

Esse jovem vai para rede, para onde ele vai? Até os 21, quem que atende esse jovem? Quem que vai falar da doença que afeta o jovem nesse período dos 15, 16 anos? Das doenças infecto-contagiosas? Quem trabalha com ele? Que respaldo eu dou? (S23 – Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Especial de Infância e Juventude).

A partir de todos os relatos dos gestores da área, concluí-se que há uma significativa dificuldade no acolhimento às demandas dos jovens, a prevalência de uma carência de políticas destinadas a eles e a inexistência de políticas intersetoriais. Em relação a última, evidencia-se que o cuidado em relação à saúde do jovem fica exclusivo à Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude, pois nenhum dos secretários municipais da saúde entrevistados explicitou qualquer ação de sua pasta ou ainda de outras na atuação com o público juvenil.

### **3.2.3.8 Juventude, espaço urbano e segurança pública**

Em 2007, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), órgão ligado ao Ministério da Justiça, criou o PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Em uma contemporaneidade marcada pela insegurança, esse instrumental surgiu como uma medida para diminuir a violência no país (SOUZA; COMPANS, 2009; CARVALHO; SILVA, 2011).

Em 2003, o PRONASCI se integrou ao Projeto Segurança Cidadã<sup>12</sup> através de uma parceria entre o SENASP (Ministério da Justiça) e o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), no ano de 2003. Essa proposta sugere uma instância policial não só mais “flexibilizada” (SOUZA; COMPANS, 2009, p.11), mas também inserida numa

---

<sup>12</sup> “Segurança Cidadã é um conceito adotado pelas agências internacionais que se associa à criação de um marco conceitual adequado para lidar com a questão da segurança” (SOUZA; COMPANS, 2009, p.11).

relação mais inclusiva e respeitosa diante dos indivíduos. Ademais, expande a noção de segurança pública, tida comumente como sendo exclusivamente o uso da força física policial e o consequente aprisionamento. Passa-se, então, a uma responsabilidade coletiva sobre a violência, não mais restrita aos aparelhos do Estado (SOUZA; COMPANS, 2009; CARVALHO; SILVA, 2011). Assim, em sua estrutura, o PRONASCI mostra-se se como uma política de segurança pública, fundamentada em preceitos democráticos, multidisciplinares e humanitários, tendo em vista o envolvimento da sociedade na constituição de uma cultura de paz, seja a curto ou médio prazos (CARVALHO; SILVA, 2011).

Presente primeiramente na América Latina e no Caribe, essa iniciativa de segurança cidadã teve o apoio do BIRD (Banco Interamericano de Desenvolvimento), que investiu mais de 200 milhões de dólares na execução desse projeto por diversos países, conforme exposto no *Foro Interamericano de Seguridad y Convivencia Ciudadana*, ocorrido em 2005, em Medellín (SOUZA; COMPANS, 2009).

Alguns anos antes, nesse contexto de preocupação em relação à segurança pública, foi escrito o documento intitulado “Projeto de Segurança Pública para o Brasil” que, organizado por Luís Eduardo Soares e Antonio Carlos Biscaia, indicava os principais focos de criminalidade do país, denunciava a corrupção dos órgãos responsáveis pela segurança e, por último, fazia críticas ao sistema penal brasileiro. De acordo com Souza e Compans (2009, p.10), “embora minimizado em sua importância, este documento marcou fortemente o debate e as decisões tomadas sobre o assunto”.

Logo, sob a influência das agências internacionais (PNUD e BIRD) e das pressões advindas da sociedade e de especialistas por revisões nas políticas de segurança pública, surge o PRONASCI. Assim, além de atuar nas questões tradicionais da segurança pública, como no sistema prisional e no aparato policial, o PRONASCI abrange a dimensão sócio-ambiental, ou seja, “passa a focalizar o “espaço” não apenas como local de ocorrência de delitos, mas também como objeto de intervenção direta, visando o combate à criminalidade e ampliação dos níveis de segurança” (SOUZA; COMPANS, 2009, p.9). Em virtude da rapidez com que foi instituído e disseminado esse programa, pressupõe-se que ele estará, em poucos anos, presente nos próximos projetos urbanísticos, especialmente aqueles destinados aos territórios onde habita a população mais pobre das regiões metropolitanas (SOUZA; COMPANS, 2009).

Dessa maneira, a temática segurança é inserida no desenho urbano por meio das intervenções físico-urbanísticas. Essa incorporação decorre da idéia de que o comportamento dos indivíduos está relacionado às conformações físicas do espaço e, portanto, a sensação de

segurança pode ser ampliada com a utilização de dispositivos, mecanismos e formas na configuração das residências e estabelecimentos presentes nas cidades (SOUZA; COMPANS, 2009).

Mesmo São Carlos não possuindo índices alarmantes de violência, foi instaurado no município o PRONASCI. Dessa maneira, a cidade constituiu um Comitê Integrado de Segurança Pública, presidido pelo prefeito e composto pela Secretária de Governo, enquanto Secretaria Executiva do Comitê, a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Federal (Araraquara), Corpo de Bombeiros e a própria Guarda Municipal da cidade (S10 – Secretaria Municipal de Governo).

As ações do programas são voltadas à preservação do público jovem, dos 15 aos 30 anos, sobretudo, mulheres e negros, por serem apontadas como vítimas preferenciais da violência. No caso de detentos jovens, o PRONASCI também estabelece políticas de recuperação e separação de presos conforme os crimes cometidos (SOUZA; COMPANS, 2009).

Anteriormente à implantação desse programa, segundo um gestor S18 (Secretaria Municipal de Governo), existiam “várias ações, várias instituições, várias corporações, vamos dizer assim, nessa área de Segurança, mas elas atuavam de forma desintegrada”. Desse modo, “o Plano serviu muito pra orientar isso: aonde vai o protagonismo do município, aonde vai o protagonismo do Estado, aonde vai a Segurança também” (S13 – Secretaria Municipal de Governo).

Vários secretários pontuaram ainda a intersetorialidade do PRONASCI, especialmente em políticas voltadas à juventude:

O Plano Municipal Integrado de Segurança Pública não pegava só ações ligadas à Segurança, entendeu, ele juntava as questões de assistência social, juntava as questões de esporte, então, como que fazer projeto nessa área esportiva voltada diretamente para juventude, que faixas etárias, os cursos nossos de profissionalização (S18 – Secretaria Municipal de Governo).

Toda uma questão que envolveu desde a iluminação, desde a criação de praças, como eu falei, de atividades que pudessem oferecer melhor condição de lazer e diversão para os jovens (S13 – Secretaria Municipal de Governo).

Ele previa ações transversais em todas essas áreas: na área social, na infância e juventude, no trânsito, além do serviço de repressão mesmo que era feito pelas polícias (S13 – Secretaria Municipal de Governo).

Entretanto, essa intersetorialidade não ficou evidente nas entrevistas. Exceto os secretários da pasta de Governo, os gestores das outras secretarias não comentaram acerca das políticas de segurança do município. O gestor 15 (Secretaria Especial de Infância e

Juventude), por exemplo, diz que o PRONASCI ofereceu melhores condições de lazer ao jovem, mas vários secretários relataram que em São Carlos há carência de políticas nesse setor. Nesse mesmo sentido, o gestor 18 (Secretaria Municipal de Governo) também comenta sobre projetos destinados exclusivamente à juventude na área esportiva, porém os secretários de esportes e lazer não souberam mencionar nenhuma ação voltada exclusivamente à juventude nos últimos dez anos.

Nesse contexto do PRONASCI, abordando as políticas de prevenção, alguns gestores comentaram:

Nós temos um projeto que o Ministério da Justiça está financiando a colocação de câmeras que vão estar fazendo o monitoramento dessas áreas. Então, por isso, aonde tem a maior incidência do roubo, nós vamos fazer o controle via câmera e em uma central de monitoramento. Como a gente sabe que a medida faz nessa região uma varredura, a gente provavelmente vai deslocar para outro lugar. Então, nós vamos ter câmeras também de espera, à medida que muda o ponto você não tira uma câmera daqui e leva pra lá, você deixa nessa e vai pra outro ponto, então, tem todo um planejamento nessa área (S10 – Secretaria Municipal de Governo).

Nós fizemos, na verdade, atividade preventiva, não só corretiva na questão de segurança, por isso que melhorou muito (S17 – Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal de Governo).

A instauração da guarda municipal (GM) em São Carlos, segundo os gestores, decorre dessa priorização da polícia comunitária e preventiva, conforme abaixo:

A nossa Guarda é de formação humanista. Você olha a grade de cursos que eles tiveram no início, ela é humanista, ela não é de repressão. Não foram trabalhados para reprimir crime. Eles foram treinados para serem olhos e ouvidos do Estado, numa ação preventiva. Se estou olhando, se estou ouvindo o ruído, eu tenho meios de acionar outros órgãos para inibir a violência antes que ela aconteça. Tanto que a nossa Guarda Municipal é tão gloriosa que ela consegue entrar em áreas de um relativo risco, junto com Conselheiro Tutelar etc, e são bem recebidos, porque eles não têm a marca da repressão (S13 – Secretaria Municipal de Governo).

Porém, a atuação preventiva e “humanista” da guarda municipal é questionável. Recentemente, em dezembro de 2011, segundo um jornal em meio eletrônico<sup>13</sup>, na cidade vizinha a São Carlos, em Ibaté, há relato de uma agressão a um jovem de 15 anos pela GM. Segundo o boletim de ocorrência, o rapaz foi levado a um canavial, onde teria sido torturado com choques. A motivação seria o fato do garoto chamar a guarda de rota. O caso ainda está sendo apurado, apesar da Prefeitura Municipal de Ibaté negar o envolvimento do seu efetivo de segurança na violência.

---

<sup>13</sup> Informação obtida 10 de janeiro no *site* do Jornal Primeira Página (<http://www.jornalpp.com.br>).

Além da guarda municipal, outra política prevista pelo PRONASCI foi a criação do Gabinete de Gestão Integral do Município (GGIM), que atua principalmente durante momentos de crise, como os ataques do PCC, em 2006:

É mais um gabinete de crise. Se você tiver um problema de Segurança, como política, você conversa com o Conselho. Mas, se você tiver uma crise, de polícia, aí você não pode chamar conselheiro para ficar teorizando. Aí você tem que chamar com quem põe a mão na massa (o GGIM) (S13 – Secretaria Municipal de Governo).

Agora vamos construir fisicamente o GGIM, vai ter uma sede onde a gente vai montar uma central de monitoramento. Enfim, aquilo que a gente tinha pensado em teoria lá em 2001 e estamos materializando agora. Vamos ter de fato um espaço onde as pessoas possam se reunir e discutir as políticas públicas de segurança com dados e estatísticas, com meta, com programa, isso a gente vai materializar agora (S13 – Secretaria Municipal de Governo).

Contudo, de acordo com Carvalho e Silva (2011), ainda é cedo para afirmar que o PRONASCI gerou impacto positivo na redução da violência e da criminalidade no país. Do mesmo modo, tendo em vista a conjuntura de São Carlos, não é plausível relacionar ao PRONASCI a redução do número de mortes por homicídio, bem como ao aumento dos suicídios e acidentes de trânsito fatais, porque, além do programa ser recente, há diversos fatores implicados ao processo. Como será apresentado no capítulo seguinte, a atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC), a Campanha do Desarmamento e o elevado número de mortes indeterminadas são algumas das hipóteses para o arrefecimento da violência homicida.

Uma morte por causa externa não muito abordada pelos secretários refere-se àquelas decorrentes do embate com a polícia. Apenas um gestor, não pertencente à pasta de governo, relatou a existência de violência policial, entretanto, sem explicitar que os desfechos delas poderiam ter sido fatais:

A gente praticamente instalou o Centro da Juventude, ele praticamente foi pegar justamente aquela população do Jardim Gonzaga, Monte Carlo, aquela imediação ali que era a mais vulnerável, que tinha uma vulnerabilidade muito maior, que estava dentro dos pontos de tráfico e de violência da própria polícia. Naquela época, a polícia tinha uma inserção, como diria, muito freqüente, eles estavam dentro do bairro (S23 – Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Jardim Gonzaga, onde nós tínhamos o maior problema lá de drogadição, criminalidade, polícia brigando, polícia batendo, não queria saber se o cara estava sentando na porta de casa ou não, chegava lá e era a maior confusão. Depois, a gente foi para um equipamento muito melhor, que era o Centro da Juventude, tanto no Monte Carlo como na Cidade Aracy (S23 – Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Sendo assim, como já mencionado, há apenas três óbitos por confronto com a polícia registrados na cidade nos últimos dez anos. Mas, relatos dos moradores da periferia e as falas do gestor 23 (Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude) apontam para um quadro de violência causador de mais mortes que as apontadas nos dados coletados para a presente pesquisa. Ademais, é importante considerar o contexto da segurança pública atual. As formas de abordagem dos policiais em outras cidades do estado de São Paulo têm se apresentado extremamente abusivas, arbitrárias e desumanas diante de diversos segmentos da sociedade civil, como os pobres, estudantes, integrantes de movimentos sociais e dependentes químicos. Por isso, a função e ação da instância policial precisam ser intensamente debatidas, pesquisadas, controladas e, principalmente, transparentes, seja qual for a esfera do governo para que, assim, possa ser chamada de uma atuação preventiva e comunitária.

### **3.2.4 Agentes de socialização**

“Quais os espaços que esses jovens encontram no mundo adulto onde possam exercitar a prática de escolhas responsáveis, onde possam ir construindo-se como sujeitos autônomos?” (DAYRELL, 2002, p. 134).

Em São Carlos, a partir das respostas dos gestores municipais, tem-se a escola, a família e o trabalho como *locus* de sociabilidade. Nos dois últimos têm-se espaços de convivência pública fundamentais para o estabelecimento de vínculos de amizade, enquanto no primeiro se desenvolve uma socialização mais básica, porém mais densa, importante e durável do que outras relações mais formais (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008).

Dessa maneira, a seguir será feita a apresentação detalhada de cada campo, bem como a análise da atuação do poder público nos espaços de inserção da juventude, seja estimulando ou não a criação de redes sociais plurais e não territorializadas (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008).

#### **3.2.4.1 Juventude e escola**

Na contemporaneidade, conceitua-se a juventude como sendo uma fase do ciclo de vida, em que o jovem se prepara, a partir da obtenção das funções produtivas e reprodutivas, bem como dos direitos e deveres decorrentes delas, para o *status social* de adulto. E é na escola que esse momento de desenvolvimento ocorre (ABRAMO, 2008).

A instituição escolar teve como principal papel preparar o jovem para o ingresso no mundo adulto, adiando a sua completa admissão na sociedade. Essa paralisação só era contemplada pelos filhos das famílias mais ricas, da aristocracia ou na incipiente burguesia,

pois os filhos dos trabalhadores, seja no campo ou no meio urbano, já se encontravam inseridos no mundo do trabalho. Além desses, inicialmente era um universo restrito aos rapazes, já que as moças estavam envolvidas não só em atividades domésticas, bem como se casando precocemente (ABRAMO, 2008).

A escola é comumente vista em oposição à rua, praça. Esses lugares são considerados como inadequados aos jovens e estimuladores de comportamentos tidos como desviantes. Segundo ABRAMO (2008), é antiga essa vinculação entre espaço público e desregramento dos jovens, sendo que mesmo antes da idade moderna existiam ações que desestimulavam ou mesmo coíbiam a presença deles nesses locais. O comparecimento dos jovens só é bem aceito se relacionado aos rituais que afirmem a sociabilidade e a civilidade, por exemplo, desfiles e jogos pátrios dentro das escolas (ABRAMO, 2008). De modo semelhante, alguns gestores afirmam:

Então, a gente acabou criando muitos programas em muitas modalidades pra tirar as crianças das ruas também (S17 – Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal de Governo).

A questão de pensar no jovem, de tirar da rua...Nós tiramos. São Carlos tirou as crianças da rua, e não escondeu debaixo do tapete, mas retomou-as às suas famílias, deu dignidade, pôs na escola (S20 – Secretaria Municipal de Saúde).

Com as falas acima, os gestores contrapõem a escola à rua, sendo a primeira com aspecto positivo e a segunda, negativo. Independente da classe social, nas vias públicas a juventude estaria sujeita as más influências para as suas formações moral e profissional. Por isso, vários gestores comentaram sobre projetos relacionados a ocupação do contraturno dos jovens. Um deles é o chamado Escola Nossa, Mais Educação, comentado por um secretário:

Então, nós temos atividades esportivas, de lazer, contratamos oficinairos para dar, por exemplo, oficina de dança de rua, coisas que eles gostam, até música e literatura (S12 – Secretaria Municipal de Educação).

Sem denominar os nomes dos programas, outros secretários também relataram propostas semelhantes à Escola Nossa, Mais Educação:

Disponibilizar nos horários, vamos dizer assim, o contrário do horário escolar, atividades que possam fazer com que esse jovem tenha uma ocupação de uma forma mais eficaz do que de repente ficar aí numa situação, em uma certa ociosidade numa idade que poderia ser um pouco mais complicado (S14 – Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Vias Públicas).

A questão da parte, sobretudo, de atividades na área esportiva, na área da cultura, do lazer, que é muito importante para que o jovem possa ter oportunidade, ter

momento de distração, estar ocupado sabiamente (S15 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Então, essa questão de ter uma abordagem para as regiões mais carentes e para ter esses programas, inclusive, que vão para além do horário de aula, principalmente onde a carência é maior (S11 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

Tem o horário da educação formal digamos assim e o outro período você pode ter programas e eu diria que esportivos, culturais etc. (S11 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

Atletismo que era normalmente feito nos bairros mais periféricos da cidade, que visava justamente trazer essa criança, esse jovem que estava ocioso para dentro da prática esportiva através de uma orientação de profissionais na área (S23 – Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Nós temos trabalhado nessa direção, ampliar os turnos escolares, ter maior número possível de escolas com tempo integral, não deixar nenhuma criança fora da escola (S18 – Secretaria Municipal de Governo).

Assim, evidencia-se que ação preventiva para a criminalidade consiste na ocupação do tempo livre do jovem, em especial daquele que é pobre, sendo a escola vista como a melhor maneira para obter tal resultado. Nessa perspectiva, pode-se dizer que os Centros da Juventude possuem a função de afastar o jovem da sociabilidade promovida nas ruas em favor do convívio a um espaço fechado e de controle. Em oposição a isso, contrariamente às falas dos gestores, não se pode restringir à juventude a uma única instância social, ao contrário, deve-se permitir a inserção dela em vários setores: trabalho, vida afetiva/sexual, produção cultural, participação social e etc. Logo, além das políticas educacionais, é importante considerar a necessidade de investimento de outros âmbitos, como no trabalho, na área da saúde, cultura, lazer e etc. Com isso, se permitirá ao jovem um período marcado por formação e “intensa experimentação e construção de caminhos de participação na sociedade” (ABRAMO, 2008, p.222).

#### **3.2.4.2 Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Movimento de Jovens e Adultos (MOVA)**

Em 1990, sob a influência e presença de Paulo Freire na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, em uma parceria com a sociedade civil, houve o desenvolvimento de um programa de alfabetização e escolarização de adultos chamado Movimento de Alfabetização (MOVA). Esse modelo de educação popular foi utilizado por diversos municípios e estados, sobretudo nas administrações do Partido dos Trabalhadores (PT). Com sua idéia de abarcar entidades e movimentos sociais, foi possível avigorar na sociedade civil a demanda pelo projeto Educação de Jovens e Adultos (EJA) (HADDAD, 2007).

Um gestor relata a implantação do MOVA em São Carlos, no ano de 2003:

Ampliamos muito as classes de alfabetização de jovens e adultos nessa tentativa de melhoria da inserção escolar na cidade como um todo e as classes de jovens que, de alguma maneira, tinham rompido com o sistema escolar e, muitas vezes, rompido com tudo. Estavam sem nenhum tipo de inserção social, não eram trabalhadores, não eram estudantes, não tinham uma inserção, nem grupo de religião e isso era muito preocupante para nós, porque eram jovens que estavam mais expostos à riscos, tanto de violência quanto de problemas com drogas e esse tipo de coisa, por não estarem inseridos em nenhuma rede social (S22 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

Influenciada pelo MOVA, que se baseia em uma educação popular e um currículo mais flexível, criou-se a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a qual tem se proposto a alfabetizar a juventude, como nos mostram as falas dos gestores:

São Carlos ainda tem um contingente muito grande de analfabetos. A gente não sabe exatamente quanto, mas agora a gente está trabalhando um pouco o censo de 2010 pra justamente a gente ter um número mais certo, não tão vulnerável (S12 – Secretaria Municipal de Educação).

Nós tínhamos também um número significativo de jovens fora da escola e de adultos não escolarizados ou com muito baixa escolarização, analfabetos total ou analfabetos funcionais (S22 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

Mas, as cidades responsáveis pela implementação da EJA enfrentam ainda situação longe da ideal, tendo em vista que um número significativo de jovens não concluiu o ensino fundamental no país ou ainda evadiu-se da EJA (HADDAD, 2007). Em São Carlos, um gestor também identificou o mesmo problema:

A nossa proposta nesse ano é trabalhar com uma educação de jovens e adultos, mais atrativa, porque no começo do ano tínhamos um número até muito expressivo de alunos da EJA nas séries finais, mas a gente termina com pouquíssimo. A evasão é muito grande, chega a quase 20 %, 30, dependendo da região. Então, nós precisamos ter um ensino na educação de jovens e adultos que, na verdade, dê a ele a base que precisa das disciplinas específicas (matemática, português, geografia e tal), dê também algo que seja atrativo, entendeu, como, na verdade, uma profissão (S12 – Secretaria Municipal de Educação).

Se, por um lado, essa responsabilidade municipal favorece uma maior participação social, já que mantém tais jovens mais próximos dos serviços que os atendem e do controle da sociedade, por outro, pode alimentar as iniquidades do acolhimento ao fazer com que a cidade tenha que praticamente sozinha, muitas vezes sem outras formas de arrecadação, cumprir as demandas do ensino fundamental de jovens (HADDAD, 2007). Sendo assim, por não ter uma fonte exclusiva para seu financiamento, existe não só a descontinuidade do programa, mas também a inexistência de um modelo nacional de educação de jovens e adultos. Com isso, os

municípios atendem a demanda conforme os recursos públicos que dispõem, bem como em razão da menor ou maior mobilização social (HADDAD, 2007).

Para reverter esse quadro, o gestor apresenta uma proposta que destine mais recursos ao programa:

Pensamos em criar uma grande escola de educação de jovens e adultos no lugar central da cidade, onde ele possa do serviço ir direto, com merenda, quer dizer, facilitando a vida, e pensando na escola de primeiro mundo, uma escola que tenha biblioteca, que tenha computadores, internet, que tenha atividades culturais (S12 – Secretaria Municipal de Educação).

Porém, não é a inserção de mais recursos públicos que irá contentar o jovem ou ainda garantir alguma mobilidade social a ele. Comumente, o frequentador da EJA trabalha e possui carências financeiras, portanto, o programa, no imaginário de quem o assiste, teria a finalidade de propiciar alguma forma de inclusão social, mesmo com um ensino precário e com poucos recursos. Entretanto, apesar de propagar ascensão social mediante o estudo, esse programa educacional mantém a juventude exercendo a mesma força de trabalho, daí o descontentamento e, conseqüente, evasão. Em outras palavras, a EJA muitas vezes, representa apenas a obtenção de um certificado que qualifica o jovem para atuação em ofícios simples. Ademais, da mesma forma que o programa ProJovem, a ser comentado mais adiante, transfere a problemática do desemprego estrutural para seu campo individual de ação, já que incute ao jovem a noção de competitividade, iniciativa e educação como imprescindíveis para a elevação do *status* social.

### 3.2.4.3 Escolas do Futuro

No Brasil, de modo geral, a carência de investimentos em bibliotecas públicas<sup>14</sup> comprometeu a qualidade dos seus acervos e edifícios. Esse quadro agravou-se ainda mais com o advento de novas tecnologias de conhecimento e comunicação, já que as transformações ocorridas no armazenamento, recuperação, acesso e uso da informação não estiveram, em muitos casos, disponíveis nas bibliotecas escolares públicas, de tal modo que criaram um abismo entre essas e as denominadas universitárias e especializadas (MORAES, 2008). Por isso,

---

<sup>14</sup> Segundo Moraes (2008, p.22), a biblioteca pública pode ser entendida como “uma entidade social aberta a toda a comunidade sem distinção de espécie alguma, garantindo-lhe, em livre acesso, recursos informacionais, produtos, serviços e espaço para leitura, reflexão e produção, minimizando as desigualdades sociais e oportunizando a transformação dos indivíduos e da coletividade em geral”.

Há a necessidade de políticas públicas muito bem definidas em todas as esferas do governo, para que as bibliotecas escolares brasileiras possam ter a revitalização que necessitam para desempenhar a sua missão junto à comunidade escolar. Há também a necessidade de repensar esse tipo de biblioteca, tão carente e distante da sociedade e principalmente da sociedade da informação (MORAES, 2008, p.24).

Nesse sentido, é responsabilidade do poder público municipal a implantação de políticas públicas que façam das bibliotecas não só um centro de excelência informacional, mas um espaço que preserve suas características históricas, culturais, sociais e artísticas. Assim, visando atingir tais propósitos, por intermédio do governo participativo e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em 2004, criou-se em São Carlos o Sistema Integrado de Bibliotecas – o SIBI, cujos programas “constituem um conjunto de projetos, ações e atividades sempre relacionado com o tema livro, leitura e biblioteca, valorizando o acesso à informação e à cultura” (MORAES, 2008, p.29).

Os projetos do SIBI concentram-se em quatro eixos: incentivo ao livro e à leitura; acesso à informação; inclusão digital; ação cultural e gestão e políticas. Quanto ao primeiro, ele ocorre a partir de alguns projetos, como o Barganha Book (feira de câmbio de livros com edições fixos e itinerantes); o Parceiros da Leitura (campanha de doações de livros); Viagem na Leitura (incentivo a leitura junto às crianças das Escolas Municipais de Educação Infantil); Estação Leitura (evento realizado anualmente dedicado a escritores brasileiros e com premiações aos autores conterrâneos); Feira do Livro e da Leitura (participação dos alunos das redes municipais); Entre na Roda (rodas de leitura nas comunidades adjacentes às escolas); Conto da Hora (contação de histórias e mediação da leitura) e Livros em Cena (realização de peças teatrais baseadas em títulos nacionais). Em relação ao acesso ao conhecimento, ele possui os projetos Sala Verde, São Carlos de Todos Nós, Portal das Bibliotecas do Município de São Carlos e o Pesquisa Escolar que disponibilizam acervos, online ou não, do conhecimento existente e produzido nas bibliotecas escolares. Já o Programa de Inclusão digital oferece cursos de informática para os alunos da quarta série do ensino fundamental da rede municipal e à comunidade. Há ainda os chamados infocentros, que disponibilizam acesso à internet na escola e no bairro onde se encontra, e o Viva Braille, o qual objetiva a inclusão digital dos deficientes visuais. No programa ação cultural realizam-se exposições, oficinas e festas (junina, folclóricas, entre outras) com o intuito de valorizar a história e a diversidade da região. Por fim, na gestão e políticas consiste em uma reunião de medidas para valorizar as bibliotecas da cidade, um exemplo está no chamado Adote uma

Biblioteca, em que se busca obter recursos para o custeamento das bibliotecas (MORAES, 2008).

Assim, integrando esse plano de ação, em 2002, foram inauguradas as Escolas do Futuro, as quais se baseiam em bibliotecas escolares localizadas em bairros da periferia para contemplar uma população tida como carente e sem muito acesso à informação e à leitura (MORAES, 2008). Segundo um gestor, essas bibliotecas são muito freqüentadas pelos jovens:

Então, a gente tem também uma adesão bastante boa dos jovens, dos jovens da comunidade (S12 – Secretaria Municipal de Educação).

Tais bibliotecas possuem alguns preceitos básicos, que são: 1) funcionando em rede e na rede; 2) amparo em novas tecnologias da informação e comunicação; 3) estar à serviço da comunidade e não apenas da escola; 4) igualdade no acesso e utilização do conhecimento; 5) integração ao sistema cultural e educacional do município; 6) entendimento de que o bibliotecário é um profissional da educação e cultura; 7) pertencimento ao sistema educativo; 8) elaboração e execução do PPP – Projeto Político Pedagógico; 8) Além de um espaço de procura, acesso e uso da informação, caracteriza-se também por ser um local de expressão e produção de conhecimento e, por fim, 9) manutenção de uma política de desenvolvimento de coleções (MORAES, 2008). De acordo com os gestores:

As Escolas do Futuro foram projetadas já no final do primeiro ano de governo (2001) como módulos a serem acoplados às escolas existentes, visando desde o pessoal mais infantil até os jovens para acesso à internet aos fins de semana, e a parte de biblioteca, centros de biblioteca, nos bairros. A biblioteca se descentralizou do centro e pode se espalhar pela cidade (S16 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos).

Implementamos espaço físico com a construção dos prédios das escolas do futuro, hoje são 8, com computadores e acervo bibliográfico, alí implantam os cursos de artes (...) atividades de apoio e de interesse da comunidade, com destaque para a música, as atividades de inclusão especialmente dos deficientes visuais (S22 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

Outro ponto enfocado está na organização espacial da biblioteca, que deve possuir uma infra-estrutura própria para receber o usuário com segurança, conforto e beleza. Dessa maneira, são previstos diversos espaços específicos: saguão de recepção; balcão para serviço de circulação; terminais de consulta para catálogo e *internet*, administração e processamento técnico; local para acervo; área para leitura; área externa de leitura; jogos e brincadeiras; salas multiuso, sala de informática bem equipada e, por fim, infra-estrutura de banheiros, copa e depósito. Além disso, os ambientes caracterizam-se por diferentes cores, existência de

conforto ambiental (acústico, térmico e luminosidade), funcionalidade e segurança (MORAES, 2008).

Atualmente, o SIBI- São Carlos integra 18 bibliotecas, sendo três públicas, duas especializadas (Espaço Braille e MEDIATECA Municipal, que são responsáveis pela reunião, tratamento e disponibilização dos livros na área de imagem e som), cinco bibliotecas de apoio, que ganham a organização técnica do SIBI, e oito escolas do futuro (BOB News, 2011). Essas oito bibliotecas, representadas por uma coruja, estão concentradas nos bairros Cidade Aracy, Cidade Aracy II, Santa Felícia, Jardim Tangará, Vila Boa Vista II, Jockey Clube, Jardim Pacaembu e Jardim Botafogo (PREFEITURA MUNICIPAL, 2012).

Conforme o Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo, o SIBI – São Carlos proporciona uma ação eficiente e produtiva e, por isso, um exemplo a ser seguido por outras bibliotecas no estado de São Paulo (BOB News, 2011).

#### **3.2.4.4 Educação para o trânsito**

Implantado em 1997 e influenciado pela Constituição Cidadã de 1988, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), por meio da Lei 9503, de 1997, artigo 76, torna a educação para o trânsito como sendo obrigatória na pré-escola e nas escolas de 1º, 2 e 3º graus. O tema da educação no trânsito normalmente está associado ao uso de cartilhas, a campanhas, propaganda em vários tipos de mídia, eventos e palestras na divulgação das leis e técnicas de como dirigir adequadamente (PAVARINO FILHO, 2004).

Nessa direção, em 2003, na cidade de São Carlos, implantaram-se as políticas de educação no trânsito para os jovens presentes nas escolas (S14 – Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Vias Públicas). Segundo um gestor da área, essa proposta de educação obteve reconhecimento e prêmios:

A educação para o trânsito trouxe o reconhecimento de municípios próximos, inclusive de municípios um pouco maiores, como São José do Rio Preto, Piracicaba, alguns municípios que foram visitar São Carlos para se entender como é que fazia essa questão de educação para o trânsito (S14 – Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Vias Públicas).

São Carlos venceu acho que três prêmios nacionais, (...) um com a própria Prefeitura em 2000...acho que 2004, 2005, 2006 (S14 – Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Vias Públicas).

A despeito de todos esses prêmios, um secretário reconheceu que há um elevado número de vítimas por acidente de trânsito na cidade, conforme relato abaixo:

Dos 14 aos 30 anos ou dos 18 aos 25 anos são os que mais sofrem acidente: ou estão morrendo ou estão ficando aleijados e aí prejudica o resto da vida inteira dele, além de provocar um custo social muito grande, porque, como eu tinha falado já, de 40 a 60 por cento dos leitos, às vezes, de uma UTI da cidade são tomados por acidentados no trânsito (S2 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito).

Porém, mesmo com esse panorama preocupante, a única política destinada à juventude foi a educação para o trânsito, a qual permite a realização de diversas críticas. Uma delas consiste na abrangência do entendimento da violência no trânsito. Desse modo, para além de acidentes com vítimas fatais, ela está presente, por exemplo, na ocupação de uma vaga destinada a um deficiente, na inexistência de sinalização e na impossibilidade de indivíduos transitarem nas vias públicas, principalmente os portadores de necessidades especiais. Assim, tendo uma visão mais complexa sobre o trânsito, a partir do discurso dos gestores, é possível encontrar várias violências cometidas pelo poder público, como nos mostram as falas abaixo:

Hoje, infelizmente, as políticas estão voltadas para o automóvel (S2 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito).

Então, só ver um detalhe: as ruas são iluminadas para o automóvel e as calçadas não são. O automóvel não precisa de luz, precisa iluminar a calçada, onde o pedestre anda. O automóvel já tem luz, tem farol, não precisa ser iluminado, e as calçadas não estão sendo iluminadas, as faixas de pedestres não estão sendo iluminadas (S2 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito).

A gente tem que dá um jeito de resolver e tem hora que a gente fica desesperado, porque, mesmo que alguns ônibus de transporte coletivo tenham elevador para cadeirante, o problema é chegar ao ponto para pegar ônibus, às vezes, essas barreiras são tantas que a pessoa não consegue tomar ônibus, ela quer usar o serviço porta-a-porta e aí a gente não dá conta (S2 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito).

Hoje, são raros os bairros em que você vai encontrar calçadas com dois metros e meio, porque a especulação imobiliária tomou conta. Atualmente, eles querem ocupar tudo. Então, esquecem do pedestre, fazem para o carro. Às vezes, se você começar a reparar, vai ver que tem viadutos para os carros passarem e não tem espaço para o pedestre. Só passa carro, não passa pedestre. Como que faz o pedestre? Ele vai andar na rua, onde acontecem os acidentes e os atropelamentos. Então, por isso que gente se preocupa com a mobilidade de todas as formas, e priorizando sempre os mais fracos, que são a criança e o idoso (S2 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito).

Não tem lugar, onde elas (crianças) vão brincar, não tem calçada, então, brinca na rua (S2 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito).

Então, por isso que hoje a gente busca, na atuação da secretaria de trânsito e transporte, trabalhar com a mobilidade sustentável, buscar outras formas de circulação que não seja o automóvel. Então, a gente tem que priorizar o transporte público, tem que priorizar a calçada, o transporte a pé, o pedestre, que também é um meio de transporte, um transporte a pé, a bicicleta que é um meio de transporte não poluente (S2 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito).

Nos discursos acima percebe-se a incoerência do gestor 2 (Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito) em relação à mobilidade, porque ao mesmo tempo em que afirma sentir desespero por não conseguir satisfazer a sua demanda, diz que essa é uma das preocupações da gestão da Secretaria de Trânsito e Transportes. Além disso, apesar do secretário citar a questão da mobilidade como uma prioridade, ele não apresentou qualquer proposta ou política implementada em favor dos mais vulneráveis (crianças e idosos), ao contrário, apontou que comumente existem políticas em favor do automóvel. Contrariamente, outro secretário citou o programa Travessia Segura como medida preventiva em relação aos atropelamentos próximas às escolas:

Tinha muito atropelamento, eu não vou dizer localizado, mas tinham muitos atropelamentos perto das escolas, na periferia, lugar que não necessariamente tivesse muito problema de trânsito. Então, a gente começou a fazer algumas medidas na área de Segurança (S16 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos).

Tinha a questão de segurança nas proximidades de escolas, onde a gente criou o programa que chamava Travessia Segura, onde várias escolas receberam aí alguns tipos de travessias que a gente chamava de travessias seguras, com colocação de eixos centrais, de lombadas, de semáforos, faixas de pedestre. Uma sinalização mais intensa e com um trabalho de educação para o trânsito junto nessas escolas (S14 – Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Vias Públicas).

Todavia, segundo Pavarino Filho (2004), o enfoque da prevenção de acidentes a partir da abordagem exclusiva do comportamento humano é ineficiente, já que, ao isolar apenas um elemento na determinação do evento, se está culpabilizando o indivíduo e, por conseguinte, desvalorizando outros determinantes (PAVARINO FILHO, 2004). Em outras palavras, “a negligência da dimensão social leva a conclusões pobres e ações consequentemente ineficazes, mesmo quando as infrações no trânsito não dizem respeito a conflitos entre papéis mais ou menos privilegiados” (PAVARINO FILHO, 2004, p.64).

Ademais, existem exigências sociais que levam às infrações no trânsito, pois suas sanções são mais severas que as multas aplicadas. Isso ocorre, por exemplo, quando, para evitar antipatias e segregações, se transporta em um carro mais pessoas que o exigido por lei. Outro caso se dá com o limite de velocidade e o consumo de bebidas alcoólicas antes de dirigir, temas frequentes de campanhas educativas. Inserindo esse assunto em enfoque sócio-cultural, necessita-se considerar a noção de tempo social, que muda conforme o momento histórico. Em 1861, na Inglaterra, a velocidade permitida não ultrapassava 8 km/h devido ao ritmo social da época ser mais lento. Atualmente, ao contrário, vive-se uma cultura que a rapidez relaciona-se à eficiência, à semelhança dos meios de comunicação. Contribuindo

ainda para esse estilo de vida acelerado, existem também as vias públicas que facilitam o excesso de velocidade, bem com a indústria automobilística que fabrica veículos cada vez mais velozes (PAVARINO FILHO, 2004).

De tal modo, em uma contemporaneidade que ordena e premia a agilidade, o discurso de condenação do excesso de velocidade não é facilmente assimilado pela sociedade. Por isso, utiliza-se frequentemente alguns dispositivos de controle, como os radares e lombadas na tentativa de conter os excessos do trânsito. Semelhantemente, também se emprega bafômetros para restringir o uso da bebida. No entanto, o uso do automóvel relacionado à bebida faz parte de uma socialização e entretenimento comuns à atualidade (PAVARINO FILHO, 2004). Em relação a essa questão, dois gestores comentaram:

Não dá pra competir com o cara que está voltando bêbado de uma boate à beira da estrada. Vai dar acidente e, quando ocorrer, será grave (S16 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos).

As campanhas de trânsito tentam focar alguns públicos específicos, como o jovem, principalmente por causa do álcool, para que ele não dirija alcoolizado, para evitar acidentes, respeitar normas de trânsito e o uso do cinto (S2 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito).

Em oposição a essa perspectiva individualizante da educação no trânsito, a intersectorialidade é uma medida importante, pois permite compreender o trânsito para além do entendimento como um simples fluxo de veículos. Mas, em São Carlos, vários secretários da área apontaram empecilhos na sua implementação:

Ela deixa a desejar um pouco. Esse trabalho com outras secretarias, com outros setores, a gente está buscando exatamente isso (S2 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito).

Existiam diretrizes intersectoriais dentro da própria Secretaria, mas essas diretrizes, muitas vezes, não eram implementadas de forma adequada (S14 – Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Vias Públicas).

Nesse sentido, são citados alguns exemplos da dificuldade em estabelecer uma política transversal:

Como os serviços eram terceirizados, acontecia principalmente de que obras eram realizadas sem uma prévia comunicação ao departamento de transporte, ao departamento de trânsito (S14 – Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Vias Públicas).

Acontecia que a obra estava ocorrendo sem a gente estar sabendo, sem o pessoal do Trânsito estar sabendo. Então, a galera fazia recapeamento e não avisava o pessoal do Trânsito, que, por sua vez, não ia e não avisava Transporte. Então, o transporte

chegava e não tinha como sair (S14 – Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Vias Públicas).

A partir dessas falas, concluí-se que a Secretaria de Trânsito e Transportes tem atuado, desde a sua fundação, com políticas que transferem a responsabilidade pelos acidentes aos indivíduos, desconsiderando, ou não executando, medidas de infraestrutura nas vias públicas. Uma saída estaria na transversalidade de ações do poder público, porém essa proposta não tem ocorrido de forma eficaz, segundo os próprios gestores.

Por fim, as ações educativas devem ter o respaldo do Estado na engenharia e fiscalização do trânsito. Sanções são também educadoras de cidadania, já que “implicam na garantia ao direito à vida, na premissa de que as pessoas não podem ocupar o espaço público da maneira que bem entendem e que os que se vêem ameaçados terão o amparo do poder público, fazendo valer a lei” (PAVARINO FILHO, 2004, p. 67). Essa prática de radares e fiscalização no trânsito tem sido utilizada na cidade, conforme um gestor:

Só leva multa quem não respeita as leis de trânsito. Entretanto, a gente está fazendo, às vezes, não na velocidade que a gente gostaria, que necessita, mas a gente está implantando gradativamente essa nova maneira de trabalhar com o trânsito e o transporte na cidade (S2 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito).

Então, a gente tem que ter essa atuação de engenharia, fiscalização e de educação, sempre. É esse tripé (S2 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito).

Por isso, que nós vamos agora começar a ter uma instalação de 14 radares, 16 radares, na cidade para diminuir o número de acidentes que ocorre na cidade. É um processo que, às vezes, a população reclama, mas é necessário (S2 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito).

Recentemente, essa implantação de radares em São Carlos foi abordada por um jornal do município. No texto relata-se que a Prefeitura Municipal arrecadou cerca de R\$ 2, 5 milhões em multas de trânsito no período de janeiro e outubro de 2011, sendo por dia o equivalente a R\$ 8.469, 22. Esse valor significativo foi alvo de protestos dos vereadores da cidade que ameaçaram acionar o Ministério Público na verificação desse montante arrecado (VIEIRA, 2011, s/p).

No entanto, nesse mesmo artigo, o secretário municipal de Trânsito e Transporte à época, Nilson Carneiro, defende-se dizendo que o alto valor das multas, aplicadas pelos 28 agentes de trânsito da cidade, é um modo de diminuir os acidentes de trânsito, conforme previsto no Código Brasileiro de Trânsito (VIEIRA, 2011, s/p). Segundo ainda o gestor, outro agravante está na atuação do judiciário, que não enquadra o crime culposos em doloso

(VIEIRA, 2011, s/p). Por outro lado, tem-se uma indústria da multa, que gera um caixa com elevado dinheiro. A respeito desse montante, nenhum gestor comentou se ele é revertido em ações destinadas ao setor de trânsito e transportes.

### **3.2.4.5 Juventude e família**

Falar sobre esse tema apresenta a dificuldade de comumente ocorrer à projeção com família ao qual cada um se identifica ou vivencia. Essa tendência obstaculiza a sua observação a partir de outros pontos de vista, os quais podem evidenciar as influências culturais e sociais sobre ela. Assim, para se relacionar melhor com o assunto, Sarti (2004) afirma a necessidade de uma vigilância epistemológica, ou seja, um constante olhar relativizador sobre as referências do pesquisador/observador acerca da família e outras questões que envolvam afetividade.

Outro empecilho também está na tendência em atribuir a família como sendo constituída por pai, mãe e filhos. Pelo fato de ser marcada em seu interior por uma sucessão de eventos biológicos, como nascimento, amamentação, acasalamento, crescimento, envelhecimento e morte, são retirados de sua análise os determinantes sociais e históricos. Dessa maneira, em substituição às regras da sociedade e o período em que ocorrem, tem-se o modelo de fundamento biológico sendo naturalizado no cotidiano dos indivíduos, em que o corpo biológico é dissociado da cultura. Consequentemente, existe um discurso normativo no qual aqueles que não se enquadram na referência de família nuclear são vistos como desviantes, anormais e patológicos, logo, alvos de intervenção de médicos, jurídicos, religiosos, educadores e psicólogos (SARTI, 2004). Vários secretários municipais também demonstraram compartilhar dessa visão padronizada de que a existência de uma família estruturada é fundamental para proteger o jovem do envolvimento de atos ilegais:

Nós trabalhamos muito nesse programa com a importância do afeto, da interação emocional da família, dos pais, dos profissionais que lidam com a criança, porque a criança que emocionalmente crescer num ambiente emocional mais equilibrado, com mais afeto, ela vai ser menos vulnerável à drogadição no futuro, porque tende a ser uma criança mais equilibrada (S4 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Tem criança superativa, claro, tem criança que tem problema de comportamento, isso é uma coisa, mas tem crianças que têm problemas seríssimos de família, de condições (S12 – Secretaria Municipal de Educação).

Era ruim você ter um jovem no Antenor Garcia que se drogava, porque ele não tinha um suporte familiar. Eu me lembro de um caso de um menino que praticamente ele se drogava e vendia droga. Ele era um dos que fazia o ponto ali na região, só que ele tinha alguns problemas: a mãe era alcoólatra, o pai tinha tido um AVC (Acidente Vascular Cerebral) e estava na cama. O irmão, que tinha uma vida normal, não queria vínculos com eles, com toda a família, e a irmã parece que tinha uma vida não um tanto muito regrada. Então, como é que

nós conseguimos tratar de tudo isso? Como é que a gente fazia com que tudo isso funcionasse? Então, primeiro a gente precisava reestruturar a família (S23 – Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Quando ele chegava a casa dele, o que acontecia? Ele deparava com tudo aquilo, o que ele fazia? Passava à noite numa boca de fumo e vendendo droga (S23 – Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Ela agredia o professor, agredia o aluno. Nós fomos descobrir e ela tinha uma família que era uma coisa horrorosa no sentido de organização familiar (S12 – Secretaria Municipal de Educação).

A família é mais bem constituída, não desagregada. Então, acho que tudo isso contribui para que a gente tenha um índice baixo de criminalidade na juventude (S12 – Secretaria Municipal de Educação).

Na questão da prevenção da violência, porque se você cuidar bem da criança, principalmente na violência que ela sofre dentro da família, na sociedade, na escola, nós vamos ter um adolescente melhor, um jovem melhor, em melhores condições (S15 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Esse olhar sobre a família repercute nas políticas públicas municipais de modo a abrir espaço para a culpabilização dos sujeitos e de suas famílias:

Para além delas, aí vai depender do que o sujeito pretende fazer, de como é que ele pensa a vida, qual a estrutura familiar que ele possui, que são coisas que o poder público não consegue atuar apropriadamente (S13 – Secretaria Municipal de Governo).

Uma criança que dá muito trabalho na escola, o problema não é da educação (S12 – Secretaria Municipal de Educação).

Aqui na Secretaria, chegam casos que ilustram como a família – o pai, a mãe, avó, a tia, o tio, a família como um todo – está na verdade passando para escola uma responsabilidade que não é dela (S12 – Secretaria Municipal de Educação).

Nessa mesma direção, o promotor da Vara da Infância e Juventude de São Carlos, Marcelo Mizuno, em entrevista a um jornal impresso da cidade, afirma que “cabe ao pai, mãe ou responsável zelar pela integridade do filho, de forma a impedir que ele use entorpecentes, consuma álcool, apresente comportamentos inadequados à sociedade ou cometa pequenos delitos” (MONTEIRO, 2011, s/p), reafirmando a individualização de questões que não são compostas “apenas” por escolhas. E ainda complementa:

Está na hora de os pais terem a conscientização de que a responsabilidade pelo bem estar dos filhos é deles. Hoje, há a errônea percepção de a escola tem que criar o jovem, que o professor além de ensinar, tem que educar. E, infelizmente, quando surgem problemas escolares, é visto pais vivendo uma total inversão de valores, incentivando atitudes transgressoras dos filhos, nocivas ao ambiente escolar. A família tem um papel preponderante na educação do jovem (MONTEIRO, 2011, s/p).

Ainda nesse mesmo texto, o capitão da Polícia Militar de São Carlos, Paulo Cesar Belonci, também atribui às famílias desagregadas a responsabilidade pelo envolvimento dos jovens em problemas sociais:

Não é só questão da transferência da responsabilidade, mas a desagregação familiar, em todos os aspectos da sociedade, que culmina na atual situação ao qual os jovens estão expostos. É um problema social que não cabe a polícia resolver e que acaba refletido na escola, na rua, em ambientes públicos (MONTEIRO, 2011, s/p).

Portanto, diante das falas dos gestores, do promotor da Vara da Infância e da Juventude e do capitão da Polícia Militar de São Carlos infere-se o quanto a família é culpabilizada pelos problemas sociais, ainda mais se ela for pobre. Assim, quando possui um membro que de alguma maneira transgrida as normas sociais, a família carrega o estigma de ser negligente e desestruturada, o que faz o Estado se ausentar de toda a sua responsabilidade perante o jovem, prevista no ECA.

#### **3.2.4.6 Juventude e trabalho**

Nos dois últimos mandatos do governo de Luís Inácio Lula da Silva existiram algumas ações direcionadas à juventude. Foram elas: Comissão Especial de Políticas Públicas de juventude na Câmara dos Deputados; o Grupo Interministerial; criação do Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) (MELO, 2011).

Relacionado à Secretaria Nacional de Juventude, foi criado, em 2005, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem), buscando atender às demandas sociais de porcentagem significativa de jovens brasileiros (ANDRADE; ESTEVES; OLIVEIRA, 2009; MELO, 2011).

Inicialmente, o ProJovem destinava-se aos jovens de 18 a 24 anos, objetivando elevar a escolaridade (finalização do ensino médio), qualificação profissional (formação preliminar) e ação comunitária. O jovem participante possuía uma ajuda de custo de R\$ 100,00 mensais por 12 meses, cabendo ao Estado financiá-los. Em 2006, as primeiras experiências ocorreram nas periferias das capitais dos estados de Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro (ANDRADE; ESTEVES; OLIVEIRA, 2009; MELO, 2011).

Após dois anos, em 2008, o ProJovem sofreu algumas mudanças. Foi dividido em algumas modalidades<sup>15</sup>, entre elas o ProJovem Urbano, mantendo a mesma preocupação anterior e incluindo novos eixos de atuação. De tal modo, as diferenças basicamente estão na ampliação da faixa etária de atendimento, até os 29 anos, de 12 para 18 meses de curso; ingresso de jovens com carteira assinada; inserção de jovens alfabetizados que não completaram o ensino fundamental e, por fim, a aumento para cidades com mais de 200 mil moradores. Normalmente, as atividades acontecem em núcleos, escolas associadas aos pólos, que são responsáveis por gerenciar o programa (ANDRADE; ESTEVES; OLIVEIRA, 2009; MELO, 2011).

Em São Carlos, o ProJovem é desenvolvido no Centro da Juventude em parceria com outras instâncias, conforme explicita um secretário municipal:

É uma política que exige uma diretriz intersetorial, pois requer contato com as pastas de Cidadania e Assistência Social, Educação e Especial de Infância e Juventude (S1 – Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda).

Ainda de acordo com dois gestores, o ProJovem São Carlos atende uma população de aproximadamente mil jovens de 18 a 29 anos com renda familiar de até um salário mínimo, sendo oferecidos estudos que abrangem diversas áreas, tais como aqueles relacionados à informática, ao comércio (operador de caixa e técnico comerciário), indústria (eletricista industrial, tecnologia mecânica e almoxarife, todos em parceria com o SENAI); estética, beleza e saúde (manicure, maquiagem, depilação) (S1 – Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda e S4 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Um programa que oferece qualificação profissional, auxílio-transporte, alimentação e uma bolsa de estudos para os jovens (S4 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Enfim, uma gama grande de cursos de qualificação para oferecer uma oportunidade de trabalho à juventude, que é uma necessidade, uma carência, fundamental para

---

<sup>15</sup>“Integrou-se ao ProJovem original uma série de ações que vinham sendo desenvolvidas por outros órgãos governamentais, tais como: o ProJovem Adolescente, que consiste na reestruturação do programa Agente Jovem e destina-se a jovens de 15 a 17 anos, com o objetivo de complementar a proteção social básica à família, oferecendo mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional; o ProJovem Campo, que, valendo-se do regime de alternância dos ciclos agrícolas, reorganiza o programa Saberes da Terra, tendo como meta fortalecer e ampliar o acesso e a permanência de jovens agricultores familiares no sistema educacional, promovendo a elevação da escolaridade (com a conclusão do ensino fundamental), qualificação e formação profissional como vias para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania; e o ProJovem trabalhador, que unifica os programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, visando à preparação dos jovens para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda” (ANDRADE; ESTEVES; OLIVEIRA, 2009, p.75).

quem chega à idade de trabalhar e, muitas vezes, não tem oportunidade por falta de formação (S4 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

O ProJovem não envolve o ensino profissionalizante, são ações que ajudam a desenvolver as potencialidades desse adolescente. Então, são possibilidades alternativas à escola, então, tanto as atividades esportivas mais as atividades de teatro, música, coisas diferentes que ele possa descobrir a sua potencialidade, desenvolver suas potencialidades, e pensar isso de uma forma coletiva também (S9 – Secretaria Municipal de Promoção e Bem-Estar Social e Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social).

As instalações de outros Centros da Juventude estão sendo programadas pela Prefeitura Municipal de São Carlos para outra região periférica. Do mesmo modo, apesar de não regionalizar, o S1 (Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda) diz ainda que a estrutura de tais aulas ocorre onde existe a maior demanda de jovens por qualificação, como nos bairros Cidade Aracy, Santa Felícia e Monte Carlo a partir dos Centros da Juventude existentes nesses locais (S1 – Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda).

O ProJovem tem a incumbência de instituir diretrizes curriculares e metodológicas que norteiem a preparação de materiais didáticos próprios, a coordenação do trabalho pedagógico e a análise dos processos de ensino e de aprendizagem. De tal maneira, a proposta do programa abrange áreas do conhecimento, tais como ciências humanas, língua portuguesa, inglês, matemática, ciências da natureza, qualificação profissional e direitos cívicos, as quais são estruturadas a partir da temática juventude associadas aos temas cultura, cidade, trabalho, comunicação, tecnologia e cidadania (ANDRADE; ESTEVES; OLIVEIRA, 2009; MELO, 2011).

De acordo com Andrade, Esteves e Oliveira (2009), o currículo e o desenvolvimento do Programa foram estabelecidos de acordo com o seu público possível, que é similar àqueles jovens que cursam outra proposta de ensino do governo, a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Partindo disso, os autores, buscando saber exatamente a composição social e as trajetórias dos alunos do ProJovem, em 2008, aplicaram questionários nos jovens participantes residentes em cinco regiões do país (Amapá, Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná). O resultado encontrado foi a predominância de integrantes da cor negra/parda, renda baixa (familiar e individual), dificuldades na formação profissional e acesso ao mercado de trabalho, limitação no acesso aos bens de consumo e pequena rede de vínculos. Esses dados sobre a condição social, econômica e etnia demonstram que são indivíduos com vivências de desigualdade e discriminações, as quais geram variados graus de vulnerabilidade, podendo

acarretar, muitas vezes, movimentos oscilatórios de ingresso e saída das instituições de ensino e repetência (ANDRADE, ESTEVES; OLIVEIRA, 2009).

Nessa direção, os autores questionam:

Para onde irão os jovens que concluem o ProJovem? Quem os encaminhará para o ensino médio? Estas são questões que devem ser obrigatoriamente enfrentadas pelas esferas públicas, se a perspectiva é, de fato, a reinserção desses sujeitos num processo educacional mais amplo, capaz de alavancá-los para patamares que, por uma série de motivos, até então lhes foram subtraídos (ANDRADE, ESTEVES; OLIVEIRA, 2009).

Segundo um secretário municipal, os jovens egressos do ProJovem conseguem se inserir no mercado de trabalho:

A vantagem que uma parcela considerável já sai com orientação de emprego com alguma oportunidade de emprego (S4 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Enfim, uma gama grande de cursos de qualificação pra criar para juventude oportunidade de trabalho que é uma necessidade, uma carência, fundamental pra juventude que chega na idade de trabalho e muitas vezes não tem oportunidade por falta de formação (S4 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Contrariamente a essa visão do gestor 4 (Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude), não é possível afirmar que o jovem, proveniente do ProJovem possa ter garantias de que vá se inserir de modo satisfatório no mercado de trabalho, porque as causas do desemprego não se encontram na formação profissional. Assim, sem ponderar sobre os determinantes sociais, políticos e econômicos envolvidos na questão da empregabilidade, tais indivíduos são culpabilizados por não conseguirem obter emprego ou ainda se manterem nas mesmas ocupações.

A conjuntura atual de precarização do trabalho provém da emergência do neoliberalismo na regulação social e o toyotismo como regime de acumulação, os quais intentam, sobretudo, “desregulamentar as relações de produção, flexibilizar os contratos de trabalho, privatizar as relações sociais e exaltar a lei de mercado como regulador da sociedade” (FIGUEIREDO; SOUZA, 2010, p.7).

Portanto, nessa efetivação da qualificação profissional e imersão de um novo tipo de trabalhador, o Estado participa ativamente a partir das políticas públicas destinadas à educação que, para Figueiredo e Souza (2010), em muitos casos, representam modos de atender aos interesses empresariais, os quais continuam encaminhando os jovens a permanecer em situação de desemprego ou ainda em empregos temporários. O ProJovem

configura-se, então, como um mecanismo de mediação do conflito de classe, pois ainda mantém os jovens, especialmente os pobres, como os mais penalizados pela atual configuração do capital mundial (FIGUEIREDO; SOUZA, 2010).

Assim, sabendo as dificuldades de inserção no mundo do trabalho, os jovens se vêm muitas vezes desmotivados em participar de tais programas de qualificação e capacitação. No entanto, esse distanciamento dos jovens em relação aos projetos de aprimoramento profissional é tomado de maneira individualizante pelos gestores de São Carlos, os quais não colocam em pauta que o ProJovem não altera significativamente a vida laboral da juventude. As falas a seguir demonstram melhor essa opinião dos secretários municipais de São Carlos:

O problema é despertar esse interesse para os jovens, como conscientizá-los que esses programas, esses cursos, são necessários e são importantes para vida dele (S1 – Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda).

A gente tem tentado fazer o máximo para despertar o interesse do jovem (...) Como abordar esse jovem é o nosso questionamento hoje (S1- Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda).

Então, hoje, a gente tem circulado em escolas, no Centro da Juventude, para despertar o interesse, mas ainda não atingimos o grosso. A gente atingiu uma parte só dos jovens de São Carlos (S1 – Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda).

É um desafio implantar cursos que possam criar oportunidades, principalmente para aquele jovem que está com mais baixa escolaridade, que tem maior dificuldade para ter acesso aos cursos tipo SENAC, SENAI, outras escolas profissionalizantes (S15 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Desse modo, o problema não se encontra no interesse dos jovens, mas nas políticas sociais voltadas a eles, que os mantêm em trabalhos simples, seja no mercado formal ou informal. Por isso, pode-se afirmar, então, que o ProJovem, da mesma maneira que a EJA, configura-se como um programa que alivia as tensões sociais ao naturalizar a problema do desemprego, assim como da inserção precária no mundo do trabalho.

### **3.2.4.7 Juventude e esporte**

O Brasil possui uma desigualdade social proveniente da arbitrária apropriação e divisão das riquezas produzidas no país. Essa dinâmica estrutura-se em fatores históricos, sociais, culturais e econômicos, os quais possuem efeitos nas políticas de embate e negociação presentes na atuação do Estado brasileiro. Tal processo de exclusão atinge vários segmentos populacionais, entre eles os jovens de 15 a 29 anos, que comumente se deparam com trabalho precoce, subemprego, escolarização deficiente, moradia em bairros com infra-estrutura precária, entre outras dificuldades (NOGUEIRA, 2011).

Devido à associação entre criminalidade e ausência de lazer, a atividade esportiva é encarada como uma medida preventiva na ocupação do tempo livre, que pode atenuar as consequências nocivas do possível contato das crianças com drogas e violências nas ruas. Nesse contexto, sem considerar as bases que amparam as desigualdades na sociedade, utiliza-se esse instrumento para ações de “coerção, coação e repressão” em relação à juventude (NOGUEIRA, 2011, p.104), apontada, de modo geral, como “incapaz de ativismo e participação política” (NOGUEIRA, 2011, 111). A importância do exercer um controle sobre o tempo livre do jovem ficou evidente na fala de alguns secretários da pasta referente aos esportes:

Então, hoje, nós temos uma juventude que perdeu aí o seu foco principal, que é a liberdade. Liberdade por conta do pai levar em todos os lugares, buscar em todos os lugares, então, quando esse jovem sai de casa, ele quer realmente fazer tudo aquilo que não fez nesse período em que esteve preso (...) A gente pode até chamar de um escândalo o que acontece por um número muito grande de jovens que se junta e talvez assim não levando por lado muito positivo, mas até por um lado de vandalismo, que nós temos acompanhado aí (no caso dos jovens frequentadores da praça Coronel Salles) (S3 – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer).

A inclusão de jovens, a inclusão de pessoas nos bairros para poderem sair do tempo ocioso, não ficarem à mercê aí do pessoal do tráfico, que acabava usando as crianças como aviãozinho. Então, a gente acabou criando muitos programas, em muitas modalidades, para tirar as crianças das ruas também (S17 – Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal de Governo).

Assim, as instituições particulares e públicas, as quais utilizam as atividades esportivas como uma maneira de evitar as supostas influências negativas das ruas sobre os jovens, supõe que apenas a inserção em seus programas seja suficiente para os seus participantes possuírem uma experiência de socialização positiva e cidadã. Por isso, tais instâncias também deveriam se questionar se seus objetivos, estratégias e procedimentos estão de fato sendo alcançados, de modo a evitar que os “projetos acabem funcionando como depósitos de crianças, cumprindo o propósito de retirá-las das ruas por um período de tempo relativamente curto, insuficiência para envolvê-las em um processo relevante de socialização” (VIANNA; LOVISOLO, 2009, p.190).

Porém, tais prerrogativas não foram apontadas pelos gestores dessa pasta. Quando questionado sobre as funções da Secretaria de Esporte, um secretário municipal enumerou diversos eventos (nacionais e internacionais) na área, sem dimensionar o verdadeiro significado e o propósito deles para a juventude. Segue abaixo, na íntegra, a resposta dele:

Organizações de todos os eventos esportivos de grande e pequena proporção, a nível nacional e internacional. Alguns são tratados diretos com as Federações e com as Confederações em parceria com a prefeitura. Exemplo: É Gran Pri Mundial de

Futsal, Gran Pri Mundial de Voleyball, nós fizemos no ano de 2010. Nós fizemos o desafio internacional de Futsal, que nós tivemos a oportunidade de realizar por três vezes já; Panamericano de handball, além de todas as ações assim dos pequenos eventos, que são ações de eventos do município. É tipo campeonato amador, campeonato de futsal, campeonato de Voleyball, a participação em jogos regionais, a participação em jogos abertos, a parte de organização de toda a estrutura das Escolinhas de esportes nas diversas modalidades, a possibilidade de proporcionar oportunidade para as pessoas que moram no município de estar praticando e exercendo assim uma função esportiva nesse município (S3 – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer).

Mesmo com esses investimentos na realização e divulgação de eventos, o mesmo gestor comentou que os recursos disponíveis não conseguem abranger a totalidade dos jovens da cidade:

Nós temos uma estrutura que não é suficiente para atender o número (de jovens) do município (S3 – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer).

Esse quadro de poucas verbas públicas também é relatado por outro gestor:

Não tínhamos professores de educação física, não tínhamos um quadro formado para aplicação de política de projetos e tivemos que pensar dentro daquilo que era possível dentro dos recursos (S6 – Secretaria de Esportes, Turismo e Lazer).

Além da perspectiva de inclusão social, o esporte também é visto como uma ferramenta de ascensão econômica, ao qual viabilizaria sucesso, fama e reconhecimentos aos sujeitos pobres. Essa abordagem foi muito utilizada por um gestor, inclusive mencionando a própria estória de vida como um exemplo. Aliás, durante toda a entrevista, esse secretário relacionou em diversos momentos o esporte à questão de oportunidades e não a um direito social. Abaixo um trecho que explicita bem isso:

E o esporte me deu algumas oportunidades, como viajar bastante, a oportunidade de viajar para Europa, de viajar para Argentina, de viajar para o Chile. A minha vida toda foi dedicada ao esporte. Sou de família bem humilde, moro em um bairro próximo da rodoviária desde criança, desde os meus sete anos de idade sempre batalhando, lutando e acreditando no esporte como uma busca de uma oportunidade e tive a oportunidade de chegar ao cargo de Secretário de Esportes de São Carlos (S3 – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer).

Outro gestor também fez essa mesma associação:

Então, uma atividade que é tida como uma atividade da classe média, aulas de natação, aulas de karatê, aulas de ballet, são atividades que a gente tem oportunidade de oferecer (no CJ) para aquela população trabalhadora, mais simples, que possivelmente nunca teria essa oportunidade na vida (S4 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Nesse contexto, um exemplo evidente é a figura do campeão, divulgado pela televisão, no qual propicia o sentimento de identificação entre os telespectadores, bem como a impressão de que o esporte é uma ferramenta de ascensão social igualitária e humana (TEIXEIRA, 2009). Dissonante a isso, o esporte deve ser utilizado de maneira crítica, reflexiva e inserida nos projetos pedagógicos das instituições escolares para que, assim, seja possível problematizar esse lugar social ocupado pelo desportismo, de modo a aprimorar seu papel na constituição de uma sociedade mais justa e democrática (NOGUEIRA, 2011).

As metodologias pedagógicas aplicadas ao esporte necessitam se orientar por valores éticos da autonomia, responsabilidade, direitos e deveres dos cidadãos, criticidade, ludicidade e primar pela variedade das expressões artísticas e culturais. Logo, são concepções distantes daquelas que objetivam o máximo rendimento, as quais estão presentes, principalmente, nas competições. Propõe-se, ao contrário, “experiências positivas focadas na participação, no reconhecimento de potencialidades, no desenvolvimento de capacidades, na afirmação das diferenças e no fortalecimento de identidades” (NOGUEIRA, 2011, p.112).

Por ter esse caráter coletivo, trata-se, assim, de fazer com que o jovem seja um agente político fundamental na tomada de decisões e implementação de ações relativas às práticas esportivas. No entanto, só poderá ser um instrumento efetivo de participação se algumas condições forem satisfeitas, a saber, inserção dos jovens na gestão das práticas esportivas; interlocução do esporte escolar com outras instâncias de tal atividade na comunidade; instauração de vínculos de mediação e representação para o crescimento do esporte dentro e fora do local de ensino; criação de experiências positivas durante a prática; abertura de espaço para discussão e proposição de assuntos; diálogo com a dança luta, ginástica, brincadeira, entre outras e, por último, associação do esporte com outras manifestações culturais (música, cinema, teatro, televisão e poesia) (NOGUEIRA, 2011).

Mas, todas essas prerrogativas não estão sendo atendidas em São Carlos. Os quatro gestores da pasta Esportes e Lazer entrevistados não citaram qualquer política intersetorial, apesar de afirmarem a sua existência. Além disso, sem uma abordagem crítica da inclusão social, o esporte, sobretudo o futebol, foi muito relacionado às competições esportivas, as quais representam, no país, maneiras de adquirir visibilidade, reconhecimento social e capital econômico, sobretudo, à juventude pobre.

#### **3.2.4.8 Juventude e música**

Hoje, é comum encontrar os jovens não só se reunindo nas ruas, nas escolas ou nos lugares de agregação juvenil, onde vivenciam diferentes expressões culturais (música, dança,

teatro), mas também se colocando no mundo através do corpo, das roupas e comportamento. Sendo assim, tem-se o estabelecimento de uma área cultural, isso é, “um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil” (DAYRELL, 2002, p. 119).

Dentre as atividades culturais, a música é uma das que mais envolve e movimenta o jovem, principalmente nas festas e bailes. Essa preferência não se restringe à classe média, também na periferia as melodias são muito consumidas, fundamentalmente o rap e o funk. “Nesses grupos estabelecem trocas, experimentam, divertem-se, produzem, sonham, enfim, vivem determinado modo de ser jovem” (DAYRELL, 2002, p. 119).

De acordo com Dayrell (2002) e Novaes (2006), a produção cultural dos jovens é um indicativo de uma forma de sociabilidade, uma maneira de se apropriar dos valores, normas e papéis, ainda mais em um contexto em que os modelos clássicos de socialização (família, trabalho e escola) encontram-se enfraquecidos diante da juventude. Com seus colegas e amigos, os jovens, utilizam-se de estilos<sup>16</sup> que ora os aproximam dos outros, ora os afastam. Nesse jogo de identificação e estranhamento, ele é construído, mas também constrói socialmente, ou seja, é fruto sociedade, mas também um agente que faz suas escolhas, fornece sentidos às experiências que vivencia e interfere na realidade (DAYRELL, 2002).

Em São Carlos, o poder público municipal tem trabalhado as políticas públicas relacionadas à cultura, da qual a questão da música se insere, a partir de duas grandes questões:

Uma é dar vazão aos produtores culturais, quer dizer, políticas claras, transparentes, para o artista, para o produtor, para os vários grupos, para os coletivos, para as várias pessoas que de fato produzem cultura na cidade, nas suas mais variadas linguagens, tendências, gênero, e, ao mesmo tempo, você trabalhar com o acesso e a democratização, principalmente, daqueles que não têm, não colocam cultura como prioridade (S21 – Coordenadoria de Artes e Cultura).

É uma abordagem da política pública com a cultura em que todo mundo é capaz de fazer arte e de usufruir arte, não é coisa de elite, que era um pouco o modelo que existia antes (S21– Coordenadoria de Artes e Cultura).

Será realmente que a política pública municipal tem produzido cultura que não alcance apenas a elite do município? Vários gestores, de diferentes pastas, salientaram a dificuldade de o jovem pobre acessar equipamentos culturais da cidade, não só em razão da questão

---

<sup>16</sup> Estilo pode ser entendido como “uma manifestação simbólica das culturas juvenis, expressa em um conjunto mais ou menos coerente de elementos materiais e imateriais, que os jovens consideram representativos da sua identidade individual e coletiva. Na construção de um estilo, os jovens escolhem determinado gênero musical que consomem, criam um tipo de visual e espaços próprios de diversão e atuação. Assim, o estilo pressupõe o cruzamento dos campos do lazer, do consumo, da mídia e da criação cultural” (DAYRELL, 2002, p.125).

financeira, mas também pela distância em relação a eles, já que a maioria se localiza na região central de São Carlos. Além disso, foi apresentada uma única proposta para abranger essa juventude carente: a divulgação do hip hop e, futuramente, o funk, na praça Coronel Salles, no centro da cidade, para os jovens provenientes da periferia, em especial da Cidade Aracy.

O hip hop é um movimento heterogêneo, composto por diversas correntes, linhas e ênfases, que se distinguem conforme os países, municípios, bairros e grupos que o apreciam. Portanto, é um estilo musical que provém da união de elementos da tradição local com elementos globais (NOVAES, 2006). Formando os pilares desse estilo musical, há o rap e outras linguagens artísticas (artes plásticas, grafite, dança, o break e a discotecagem, o chamado DJ), os quais estão sendo intensamente divulgados nos espaços públicos e privados pelos jovens pobres (DAYRELL, 2002; NOVAES, 2006). De acordo com dois gestores, em São Carlos, foram implementadas medidas de valorização a esse estilo musical:

Então, o hip hop tem uma sala do centro afro, a gente montou um estúdio de hip hop. A gente faz o sanca hip hop, a gente faz os pré sanca hip hop. A gente tem várias oficinas de hip hop que acontecem com todos os elementos de grafite, de mc, brake, então, a gente tem um trabalho muito grande com hip hop na cidade e aí esse trabalho é específico, esse é bem pra juventude mesmo (S21 – Coordenadoria de Artes e Cultura).

O rap era a maior forma de manifestação de cultura urbana que tinha e que agregava o maior número de jovens e aí a gente criou uma política específica para trabalhar com o hip hop na cidade (S21 – Coordenadoria de Artes e Cultura).

Então, nós montamos uma estrutura aqui na Praça Coronel Salles com DJ, com música e tem sido um local de confraternização dos jovens, um lugar onde eles podem, numa praça, no centro da cidade, se encontrar (...) nós temos buscado com o conjunto de atividades esportivas, atividades culturais, atividades sociais de promoção e capacitação, nessa área do trabalho, dar uma perspectiva diferente para esse jovem de São Carlos (S18 – Secretaria Municipal de Governo).

Essa atuação pública transversal na praça Coronel Salles, mencionada pelo gestor 18 (Secretaria Municipal de Governo), não se verifica nas falas de outros secretários municipais, pois apenas uma pasta mencionou realizar atividades, exclusivamente culturais, para esse grupo populacional presente em tal espaço.

Em oposição ao rap, o funk tem a função de divertir, não se comprometendo com letras engajadas social e politicamente, identificadas com a questão dos negros e pobres. Apenas quererem narrar as suas vivências juvenis, isto é, refletir sobre as relações de afeto, descrever os bailes e aclamação das várias galeras existentes. São músicas que fazem uma bricolagem entre elementos da indústria cultural, cultura popular e, por isso, efêmeras. De tal

modo, enquanto no rap há a denúncia dos problemas da periferia, os funkeiros são os responsáveis por alegrar as festas com músicas curtas, rápidas e, muitas vezes, descartáveis (DAYRELL, 2002).

Segundo um gestor, no município de São Carlos, está ocorrendo uma mudança na preferência musical dos jovens, que estão valorizando o funk no lugar do rap:

O funk é o gênero musical que está mais dominando essa faixa etária e a gente está atento e trabalhando com isso (S21 – Coordenadoria de Artes e Cultura).

Vamos trazer um funkeiro logo para a cidade, já está aí nos nossos planos, para fazer uma conversa com eles, porque foi uma coisa muito legal, a gente foi se aproximando e está nos nossos planos. Vamos trazer um funkeiro aí para sentar e conversar com essa moçada (S21 – Coordenadoria de Artes e Cultura).

A iniciativa de promover a divulgação do funk é válida, porém atuando de maneira isolada ela perde a função de promover uma verdadeira cidadania aos jovens que convivem na praça. Ao frequentar o local, a juventude mostra que não está ali apenas para ouvir música e socializar, mas também para adquirir reconhecimento, visibilidade e direitos perante a sociedade e, principalmente, diante do poder público municipal. Assim, esses jovens pobres, estando nesse espaço público, transparecem o quanto estão sendo negligenciados em suas demandas por trabalho, lazer, cultura, educação, entre outras esferas, e por isso talvez incomodem tanto os secretários municipais e a população.

### **3.2.5 Orçamento público e políticas públicas**

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, passaram a garantir prioridade absoluta de crianças e adolescentes nas políticas públicas. Tais políticas foram implementadas em contraposição ao velho direito ou a denominada “doutrina da situação irregular” (SADECK FILHO, 2010, p.15), que se baseava na luta contra a periculosidade atribuída aos “menores”. De tal maneira, contra essa postura tutelar que criminalizava e segregava os jovens da sociedade, instaurou-se a “doutrina da proteção integral” que

Trata esse segmento da população como sujeitos de direitos e deveres, cidadãos e cidadãs portadores de prioridade absoluta na elaboração e execução de políticas públicas e, em virtude da condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, titulares de direitos especiais, a serem assegurados pela família, pelo Estado e pela sociedade (SADECK FILHO, 2010, p.15).

Nessa perspectiva, a garantia e a defesa dos direitos humanos de crianças e jovens está inscrita do art. 4, alíneas c e d, parágrafo único do ECA, que coloca na agenda pública as

políticas públicas destinadas a esses grupos populacionais como tendo primazia diante de outros segmentos sociais (SADECK FILHO, 2010).

Uma maneira de saber se as políticas públicas voltadas à infância e juventude estão sendo priorizadas pelo poder público pode ser feita a partir da observação sobre a participação nelas no Orçamento Criança e Adolescente (OCA). Por meio desse instrumento é possível comparar não só as políticas para crianças e jovens com outras políticas implantadas no município, bem como relacioná-las aos indicadores macroeconômicos (SADECK FILHO, 2010).

Além do OCA, um outro modo de saber se os direitos dos jovens estão sendo efetivamente atendidos é pela compreensão de como os secretários municipais investem os recursos públicos, ou seja, se eles estão priorizando os segmentos mais carentes ou atuando de modo mais abrangente, sem focalização, contemplando todas as juventudes. Partindo disso, nos tópicos seguintes se discorrerá sobre como São Carlos tem aplicado o dinheiro público nas políticas voltadas à juventude.

### **3.2.5.1 Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA)**

O Orçamento da Criança e do Adolescente, conhecido como “OCA”, foi implantado em 2005 a partir das parcerias entre o Instituto de Estudos Econômicos – INESC, a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). O OCA surgiu visando criar uma metodologia única para todo o país (União, estados, Distrito Federal e os municípios) de apuração dos recursos públicos. Para isso, as políticas são classificadas por seus objetivos e finalidades, conforme os critérios presentes nos documentos “Um Mundo para as crianças”<sup>17</sup> e “Pacto pela paz”<sup>18</sup>, os quais “traduzem metas, sugestões e perspectivas de ações de promoção, garantia e defesa dos direitos infanto-adolescentes nos planos nacional e internacional” (SADECK FILHO, 2010, p.101).

---

<sup>17</sup> “‘Um Mundo para as Crianças’ é o Relatório do Comitê Ad Hoc Pleno da 27ª sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova Iorque no ano de 2002, e determina as seguintes linhas de atuação: 1. Promoção de vidas saudáveis; 2. Acesso à educação de qualidade; 3. Proteção das Crianças contra Maus-tratos, exploração e violência: 3.1. Proteção geral; 3.2. Proteção contra conflitos armados; 3.3. Combate ao trabalho infantil; 3.4. Eliminação do tráfico e da exploração sexual de crianças; 4. Combate ao HIV/AIDS” (SADECK FILHO, 2010, p.101).

<sup>18</sup> “O documento “Pacto pela paz” é produto da IV Conferência Nacional dos Direitos das Crianças e do Adolescente, que aconteceu em novembro de 2001 em Brasília. Rege os seguintes eixos de políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes nas diversas áreas sociais: I: Saúde; II: Educação; III: Cultura, esporte e lazer; IV: Assistência Social; V: Proteção Especial; V-1: Violência Sexual; V-2: Trabalho Infantil; VI: Medidas socioeducativas; VII: Conselhos dos Direitos, Tutelares e Fundos; VIII: Mecanismos de Exigibilidade de direitos; IX: Meios de comunicação” (SADECK FILHO, 2010, p.101-102).

O OCA pode ter ações dirigidas apenas para crianças e adolescentes, o chamado “OCA exclusivo”, ou ainda aquelas voltadas para ações de promoção e melhoria das condições de vida das famílias, no denominado “OCA não exclusivo”. Nesta última são contempladas três áreas de atuação: saúde (saneamento básico e habitação); educação (cultura e esporte) e assistência (direitos de cidadania) (SADECK FILHO, 2010).

Um ano após ser lançada, em 2006, constata-se que o OCA é uma metodologia muito ampla, sendo difícil ser monitorada com precisão pelos conselheiros e conselheiras. Não obstante, ela tem sido muito utilizada por vários municípios do Brasil como um modo de adquirir o título de “Prefeito Amigo da Criança” (SADECK FILHO, 2010). Inclusive, tal prêmio foi obtido duas vezes pelo Ex-prefeito Newton Lima (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, 2012a).

Esse método de acompanhamento do processo orçamentário foi citado amplamente pelos gestores como uma forma de definir os investimentos a serem feitos em relação à criança e ao adolescente:

O OCA foi criado pra fazer com que São Carlos realmente pudesse ter um levantamento de quais eram os investimentos efetivamente feitos pra atender a população da criança e do adolescente nas várias áreas (S15 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

E nós temos uma coisa importante em São Carlos, que é o orçamento específico da criança e do adolescente, chamado OCA. Quando nós vamos elaborar o orçamento da cidade, nós já definimos, dentro do próprio orçamento, os recursos que serão utilizados no atendimento à criança e ao adolescente (S17 – Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal de Governo).

A prefeitura, ela tem o OCA, que é o Orçamento da Criança e do Adolescente. Então, todas as secretarias precisam saber o quanto que é destinado para esta área em termos de recursos mesmo, do que foi efetivamente orçado e aplicado. Então, isto é um acompanhamento obrigatório, as ações que eram envolvidas, em termos de servidores, em termos de ações de divulgação, a própria realização em si da atividade, todo o custo envolvido nessas atividades planejadas e executadas, até sua análise efetiva do planejamento e orçamento (S7 – Secretaria Municipal de Saúde).

A gente tem contabilizado tudo que a gente gasta por Secretaria com a temática da Infância e da Juventude. Tudo. Quanto que a gente coloca, quanto cada Secretaria dispensa de recursos nas políticas públicas voltadas para esse setor. Então, é muito dinheiro que a gente gasta (S13 – Secretaria Municipal de Governo).

A existência de “muito dinheiro” investido em ações voltadas aos jovens, presente do discurso do S13 (Secretaria Municipal de Governo), pode ser debatida. A partir da análise das entrevistas realizadas com todos os gestores dos últimos dez anos de São Carlos, observa-se que, ao longo desse período, foram executadas poucas políticas públicas destinadas à

juventude. Nesse sentido, o Centro da Juventude, muito comentado pelos gestores, é um espaço, por exemplo, que carece de muitos investimentos.

Além disso, o OCA possui questões a serem debatidas e aperfeiçoadas no que se refere ao orçamento público. Primeiramente, o cálculo das políticas não exclusivas voltadas às crianças e adolescentes apresenta-se, muitas vezes, discricionário e de difícil transposição prática por parte dos municípios, porque, além de exigir tabulações especiais, é complicado mensurar precisamente quanto recurso público foi destinado à infância e adolescência, tendo em vista que ele também abrange outros segmentos da sociedade (SADECK FILHO, 2010).

Especificamente em relação a parte não exclusiva do OCA, mesmo diante da evidente complicação no cálculo dos gastos públicos, alguns estados e municípios, tentando obter o Selo Amigo da Criança, da Fundação Abrinq, disponibilizaram as informações de modo arbitrário, sem qualquer parâmetro metodológico, ou ainda de maneira uniforme, ou seja, levando em consideração somente a proporção populacional de crianças e adolescentes da entidade federativa (SADECK FILHO, 2010). Segundo Sadeck Filho (2010), essa dificuldade de mensurar o OCA não exclusivo também foi mencionada por especialistas presentes na Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Por outro lado, devido à facilidade de identificação no orçamento público, as políticas exclusivas do OCA permitem que elas sejam monitoradas de maneira sistemática e mais rapidamente. Além disso, essa transparência possibilita uma intervenção política em episódios de desembolso ou outro problema que possa infringir os direitos humanos de crianças e adolescentes (SADECK FILHO, 2010).

Nesse contexto, especialmente a sociedade civil deveria ter o acesso mais facilitado aos dados presentes no OCA. Apesar de existirem as instâncias participativas (Conselhos Municipais e o Orçamento Participativo, principalmente) como canais de interlocução com o poder público, a população não tem se apresentado atuante da formulação, debate, implementação e acompanhamento das aplicações do dinheiro municipal. Esse mecanismo de controle social dos investimentos e despesas precisa ainda ser mais aprimorado para que a sociedade possa ter conhecimento e domínio sobre a natureza dos recursos públicos destinados às crianças e jovens.

### **3.2.5.2 Políticas sociais: focalizadas e/ou universais**

Em São Carlos, quase todos os gestores afirmaram a importância de se implementar políticas públicas focalizadas nos bairros mais carentes da cidade, como a Cidade Aracy (I e II), Santa Felícia, Monte Carlo, Jardim Gonzaga, Cruzeiro do Sul, Antenor Garcia, Santa

Maria e São Carlos 8. A escolha desses locais deu-se a partir de uma pesquisa denominada Mapa da Exclusão e da Violência, realizada pela Prefeitura Municipal em parceria com a Universidade Federal de São Carlos. Por isso, foram destinados a esses territórios alguns equipamentos públicos, conforme relatam alguns secretários municipais:

Nós tínhamos que ter atividades não centralizadas, mas no local de maior incidência de jovens, por exemplo, na Cidade Aracy nós teríamos que ter atividades aos fins de semana de lazer, musical, atividades esportivas (S17 – Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer e Secretaria Municipal de Governo).

Com mais vulnerabilidade é o Aracy, tanto é que lá concentra o maior número de equipamentos da saúde que eu tenho (S20 – Secretaria Municipal de Saúde).

O nosso Centro da Juventude é localizado na periferia, não é no Centro, A piscina municipal é localizada no meio do bairro Cidade Aracy. A pista de skate é na Santa Felícia (S13 – Secretaria Municipal de Governo).

Depois toda a região da Cidade Aracy: Cidade Aracy I, II. Antenor Garcia era uma outra região que nos preocupava muito, tanto que foi projetado para lá também a questão do Centro da Juventude, houve a ampliação a nível de educação, de creche, educação infantil, fundamental. E depois uma outra região era o Santa Felícia, que também, na época, havia propostas de se fazer lá futuramente um terceiro Centro da Juventude por conta de ser uma região também com altos índices, vamos dizer assim, para realidade de São Carlos, de violência, de problemas com drogas (S15 – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude).

Apesar disso, um bairro extremamente carente ainda não possui atenção do poder público:

São Carlos 8, região extremamente...nós não temos um equipamento público lá ainda (S12 – Secretaria Municipal de Educação).

Uma ressalva foi feita por um secretário, que destaca a importância de também atender regiões ditas privilegiadas da cidade, citando até o exemplo do Centro Empresarial de Alta Tecnologia (CEAT), um Centro Industrial do município. Nesse estabelecimento será utilizado dinheiro público na criação de benfeitorias (iluminação, luz, água, esgoto e pavimentação), as quais podem, segundo o gestor, atrair empresas e investimentos para São Carlos (S18 – Secretaria Municipal de Governo).

Então, apesar da nossa prioridade sempre ser uma prioridade social, você atender e buscar aquele que mais precisa, você também não pode evidentemente ter um ar exclusivo. Mas, prioridade não quer dizer exclusividade (S18 – Secretaria Municipal de Governo).

No entanto, mesmo a maioria dos secretários municipais das gestões de 2001 a 2010 apontando que há priorização dos investimentos públicos nos bolsões de pobreza, os bairros periféricos continuam ainda apresentando insuficiência de equipamentos sociais e os piores índices sociais e econômicos da cidade. Por isso, é importante que se compreenda melhor quais políticas públicas foram executadas nos locais carentes de São Carlos nos últimos dez anos, já que elas ainda continuam mantendo sua população em condições de vida desiguais em relação aos outros bairros. Essa pesquisa intentou isso, mas encontrou algumas dificuldades, como a ausência de políticas documentadas, bem como a inconsistência e incoerência dos discursos dos gestores a respeito delas. Portanto, não é possível dizer se as políticas públicas direcionadas à periferia da cidade tiveram impacto positivo ou negativo para seus habitantes, sobretudo na Cidade Aracy, que foi a mais comentada pelos políticos.

#### 4 JUVENTUDE, VULNERABILIDADE E VIOLÊNCIA

A compreensão acerca das mortes entre os jovens, na área da Saúde Pública, tem sido ancorada no conceito do risco. A partir desse enfoque, apresentam-se não só as características de mortalidade da população em decorrência da violência, em especial os homicídios entre os jovens, mas também os fatores de risco associados aos prováveis agentes causais. É uma categoria abstrata e analítica que implica uma vinculação entre um fator de exposição (fator de risco) e um efeito à saúde (SANCHEZ; BERTOLOZZI, 2007). Contudo, de maneira independente, não propicia o entendimento da complexidade do fenômeno da violência, apesar de ser uma relevante fonte de dados e conjecturas (RUOTTI; MASSA; PERES, 2011).

Os modelos de análise de risco determinam o controle de todos os elementos que possam intrometer-se na experiência para que, assim, tenham condições de estabelecer uma relação de causa e efeito. Porém, ao fazer isso, reduziu-se a complexidade do fenômeno estudando, já que se partiu de uma construção ideal, abstrata, do acontecimento (RUOTTI; MASSA; PERES, 2011).

Além disso, um dos grandes problemas gerados por essa abordagem foi a estigmatização dos grupos denominados de risco, os quatro H's – homossexuais, hemofílicos, heroinômanos (usuários de heroína injetável) e haitianos. Portanto, o conceito de risco estendeu-se a uma noção individualizante, na qual atribuíam determinadas características que assinalavam o pertencimento dos sujeitos a específicos grupos de risco (PAULILO; BELLO, 2002). Com isso, delimitou fronteiras identitárias e sustentou o afastamento e a abstinência sexual daqueles inclusos em tais grupos (RUOTTI; MASSA; PERES, 2011).

Em um momento posterior, os comportamentos de risco também foram identificados e normatizados, associando-os não mais ao grupo, mas sim ao indivíduo, sendo ele responsabilizado, por exemplo, pela contaminação e transmissão do HIV/AIDS (PAULILO; BELLO, 2002). Porém, notou-se que a problemática estava para além da questão individual, já que a contaminação pelo vírus da AIDS crescia significativamente em áreas de pobreza e em grupos populacionais considerados mais estigmatizados, como jovens, mulheres e negros (RUOTTI; MASSA; PERES, 2011)

Essa estigmatização de grupos considerados de risco também ocorreu diante do fenômeno da violência. Na década de 1980, por exemplo, ocorreram várias pesquisas identificando as populações periféricas, principalmente os jovens, como sendo aqueles que mais morriam em decorrência da vitimização fatal. Entretanto, essa identificação por grupos e locais acaba resultando nas mesmas consequências negativas observadas no caso da AIDS/HIV. Assim, os que estão inseridos nos “grupos de risco” para homicídios (jovens,

negros e moradores de áreas periféricas) tornam-se representantes do medo e do perigo, logo, sendo vistos como “classes perigosas”. A partir disso, tem-se dois grupos, sendo um destinado a esses perigos e outro aos que devem ser protegidos de tais ameaçadores. Dessa maneira, criaram-se diversas barreiras para separar tais antagonistas da sociedade, dentre elas, muros altos, cadeados, alarmes, fechaduras, grades nas janelas, veículos com vidros fechados e blindados e serviço de segurança privado (ADORNO; LAMIN, 2006; ZALUAR, 2004). São, enfim, ações alimentadas pela insegurança, segregação urbana e inoperância da segurança pública (RUOTTI; MASSA; PERES, 2011; CALDEIRA, 2000; ZALUAR, 2004).

Além disso, a estigmatização de jovens moradores das periferias está presente quando eles procuram por cursos nas áreas centrais, na ação da polícia corrupta em relação a eles e, por fim, na incidência sobre eles das conseqüências da crise econômica e desemprego (PERALVA, 2001; CALDEIRA, 2000; RUOTTI; MASSA; PERES, 2011).

Para Caldeira (2000), as *falas do crime*, narrativas em que os preconceitos contra pobres, favelas e migrantes nordestinos ficam evidentes, contribuem não só ainda mais para a estigmatização de tais grupos, como também expressam práticas sociais de segregação social, em espacial a partir de milícias, patrulhamento, repressão, muros, *shopping centers*, heliportos e condomínios fechados (CALDEIRA, 2000; ZALUAR, 2004).

De acordo com Zaluar (2004), as pessoas, por estarem trancadas dentro de casa com medo, deixam de se mobilizar, não participando das decisões locais e ainda convivendo pouco com os vizinhos. Tem-se cada vez mais uma convivência voltada apenas para os familiares mais próximos e alguns amigos. É uma negação de conviver com os diferentes devido ao risco que isso pode causar (ZALUAR, 2004).

O resultado disso é um generalizado desrespeito às regras da convivência social, para não falar de regras fundamentais para a segurança de todos, como as do trânsito. Daí ter o país perdido em civilidade e aumentado continuamente o número de mortes e ferimentos em acidentes de transportes. Sem regras, toda e qualquer cooperação social, até mesmo num jogo infantil, é impossível (ZALUAR, 2004, p.72).

Por isso, diante da inadequação dessa abordagem, é necessário a utilização de outra perspectiva, distante da concepção de risco. Nesse sentido, tem-se utilizado o conceito de vulnerabilidade, no qual se busca compreender os contextos que integram as várias suscetibilidades à violência. Ao contrário do conceito de risco, a vulnerabilidade não determina identidades grupais, já que ela considera os efeitos das relações sociais em relação ao corpo social como um todo, em uma dada situação, tempo e contexto geral. Logo, o conceito de vulnerabilidade entende o indivíduo imerso em um conjunto dinâmico de

relações e constrangimentos de vários âmbitos (social, político e econômico) que repercutem em suas opções e modos de existência (RUOTTI; MASSA; PERES, 2011).

Nas palavras de Lopes (2004), pode ser compreendido como “o conjunto de aspectos individuais e coletivos relacionados ao grau e modo de exposição a uma dada situação e, de modo indissociável, ao maior ou menor acesso a recursos adequados para se proteger das conseqüências indesejáveis daquela situação” (p.55).

A utilização do enfoque da vulnerabilidade possibilita compreender não só a estigmatização social que incide sobre alguns grupos de jovens e suas possíveis conseqüências, mas também contextos que podem resultar em finais trágicos. Sendo assim, pelo conceito abranger os contratempos e as fragilidades da juventude, possibilita colaborar com o entendimento dos processos culturais e sociais da violência, bem como a maneira pela qual os jovens a enfrentam e conferem sentidos a ela. No caso do envolvimento de jovens com homicídios, por exemplo, trata-se de estudar a exposição, seja voluntária ou não, às circunstâncias ameaçadoras que podem vir a levá-los à morte (RUOTTI; MASSA; PERES, 2011).

Desse modo, para se compreender a vulnerabilidade dos jovens à violência deve-se entendê-la inserida em processos sociais, culturais e sociais. Nesse sentido, há cada vez mais indivíduos a serem compelidos a fazer escolhas de modo solitário, assim como arcar também de maneira pessoal com suas conseqüências (RUOTTI; MASSA; PERES, 2011). Somado a isso, a noção de limites é dada ao colocar-se em situação de risco, “onde a confrontação com a morte (de forma imaginária ou real) pode tornar-se elemento fundamental na afirmação do valor de sua existência” (RUOTTI; MASSA; PERES, 2011, p.8), e não mais por fronteiras simbólicas (ritos de passagem) que possibilitam oferecer amparo a um sentimento de identidade:

Diante da indeterminação social instaurada pela modernidade, não há mais ritos de passagem que possam simbolizar e legitimar a entrada na vida adulta e, sobretudo, referenciar o futuro e remover a incerteza sobre a condução da existência, a exemplo das sociedades tradicionais. Esta simbolização da passagem fica a cargo dos próprios jovens que precisam encontrar uma resposta a suas expectativas. E é nesse momento que as condutas de risco ganham um valor essencial, na forma de um rito, por meio do qual os jovens buscam um sentido que justifique as suas vidas (RUOTTI; MASSA; PERES, 2011, p.8).

Até o primeiro quarto do século passado, vários rituais expressavam a passagem de uma fase do desenvolvimento para a posterior, apontando com maior clareza o início da vida adulta e o término da infância (PAULILO; BELLO, 2002). Os diversos ritos existentes entre uma etapa e outra permitiam ao jovem compreender as demandas, habilidades e encargos do

momento futuro, de modo a prepará-los para enfrentar os medos, mudanças e ansiedades. Assim, os bailes de debutantes, o primeiro emprego, o início da relação sexual, o casamento, o cumprimento do serviço militar e os ritos de circuncisão, que apregoavam a transição para a maturidade, hoje estão menos freqüentes (PAULILO; BELLO, 2002; PAIS, 2009). Há ainda o fato de que as atuais gerações estão perdendo o interesse pelos costumes e tradições de seus pais e avós (PAULILO; BELLO, 2002).

Conforme Pais (2009), estão mais flexíveis e interrompidos os traços que balizam os limites entre as várias etapas da vida. Assim, hoje é possível ser jovem aos 29 anos e, ao mesmo tempo, ter 60 anos não implica em ser caracterizado como idoso, ainda que, em muitos casos, cirurgias plásticas e outras intervenções estéticas façam aparentar menos idade do que se possui. Entretanto, isso nem sempre foi assim, pois na aristocracia, do século XVIII, os jovens imitavam os mais idosos no andar e sentir mais senis. Havia uma socialização para a chegada antecipada da velhice, que era visível, por exemplo, nas perucas brancas utilizadas por outras faixas etárias. Atualmente, ao contrário, tem-se a juventude como modelo de referência (PAIS, 2009).

Nesse sentido, Jeolás e Kordes (2010) utilizam uma metáfora sobre a evolução dos transportes para explicar as transições da juventude à fase adulta. Primeiramente, no pós-guerra europeu, a passagem para a vida adulta seria como viagens de trem, as quais dependiam de capital econômico e cultural para escolher os destinos já pré-definidos. A seguir, poderiam ser associadas às viagens de automóveis, que mesmo dependendo dos recursos disponíveis, haveria várias alternativas a seguir. Por fim, atualmente, as transições são diversas, com rumos proibidos e obrigatórios, modificações de trânsito, percursos novamente feitos, alguns fechados, logo, gerando conflito, reversibilidade e movimentos oscilatórios incessantes (JEOLÁS; KORDES, 2010).

De modo semelhante, Pais (2009) também observa movimentos contrários nas trajetórias de jovens à vida adulta, isto é, emprego/desemprego, matrimônio/separação, abdicação/retorno às instâncias de ensino ou à família de origem, de tal modo que o fez propor o conceito de *yoyogeneização* da condição juvenil. Assim, através de um casamento ou uma inserção profissional, o jovem pode passar normativamente à condição de adulto, entretanto, pode, porventura, separar-se ou perder o emprego, o que faria retornar à anterior dependência financeira dos pais (PAIS, 2009, 1990). É, portanto, uma *situação de impasse* em relação ao futuro, principalmente em razão da dificuldade dos jovens em conseguir a independência financeira (PAIS, 2009).

No entanto, o trabalho fixo e remunerado, juntamente com a vida conjugal e habitacional, é um dos encargos imputados aos jovens para obtenção do *status* de adultos (PAIS, 1990). De tal maneira, na ausência deles têm-se as situações de *anomia*, ou seja, quando, por um lado, as necessidades fundamentais de segurança e auto-estima não são contempladas ou ainda, por outro lado, os sentimentos de pertença identitária abrandam-se. Sendo tais requisições não satisfeitas, surge uma propensão à alienação social (PAIS, 2009). Assim, principalmente em alguns jovens ou em minorias marginalizadas, impossibilitados de enxergar um amanhã, a *anomia* associa-se aos *ritos de impasse* na geração de comportamentos violentos (PAIS, 2009).

As manifestações de jovens gregos, em 2008, e a revolta dos jovens imigrantes de Paris, em 2005, são exemplos desses *ritos de impasse* (PAIS, 2009). Os tumultos ocorridos na capital francesa, à semelhança dos movimentos estudantis de Berkeley, em 1964, representaram a resistência aos poderes estabelecidos (PAIS, 2009). Em relação aos primeiros, além de outros problemas sociais, o desemprego juvenil atingiu aproximadamente 25%, o mais alto do continente Europeu. Eles, da mesma maneira que outros jovens europeus, “vivem uma descrença em relação ao futuro. Fazem parte de uma geração desesperançada, desesperada, frustrada” (PAIS, 2009, p.380). Por isso, as duas desordens devem ser entendidas como não só como a configuração de novas identidades culturais, mas também pela cumplicidade e solidariedade coletivas ocorridas não só pela razão, mas também pela emoção decorrente das desilusões vivenciadas (PAIS, 2009). “Tais *ritos de impasse* envolvem jovens para os quais o futuro é ameaçador, daí que apostem em diferentes estratégias: ora vivendo o presente menosprezando o futuro; ora tateando oportunidades, outras vezes geram situações de impasse, sujeitas a novas ritualizações” (PAIS, 2009, p. 380-381).

Além disso, os fenômenos descritos acima não devem motivar atribuições de heróis ou vândalos aos jovens, pois eles estão, sobretudo, realizando *ritos de impasse*, que têm a função de “preencher vazios de trocas simbólicas e ritualísticas que, em sociedades tradicionais, constituíam modelos consistentes de identidade juvenil, inscrita em processos concertados de transição para a vida adulta” (PAIS, 2009, p.380).

Dessa maneira, as características das sociedades ocidentais atuais modificaram as passagens dos trajetos de vida, que não são mais visivelmente marcadas por rituais. Assim, existem diversos caminhos, direções incertas e ritos que são “bricolados” (KORDES; JEOLÁS, 2010, p.161), isto é, não contando mais com rituais semelhantes que proporcionem sentidos coletivos, os indivíduos utilizam-se de referências antigas e atuais para procurar algum significado para a vida (JEOLÁS; KORDES, 2010).

Presentemente, os ritos delimitam as passagens mais de modo individual do que coletivo, de maneira mais privada do que pública, originando uma identidade inédita e singular, contudo sem uma inserção social ou modificação de *status*. Desse modo, na ausência de referências, jovens constroem as suas próprias através dos recursos que possuem e das conjunturas vivenciadas (JEOLÁS; KORDES, 2010).

Perante a ausência de futuro e vivendo sob o princípio da incerteza, os jovens têm buscado refúgio na ilusão, em especial, no mundo virtual (PAIS, 2006). Por meio desses jogos, sentem-se protagonistas e capazes de realizar novas experiências, mas, segundo Pais (2006, p.12), “a questão é saber se tais jogos permitirão realizar, de modo virtual, aspirações dificilmente concretizáveis na realidade”.

Pode ocorrer também dos jovens buscarem ultrapassar os limites de um cotidiano que os faz sentir aprisionados, controlados, entediados e sem perspectivas. Por isso, envolvem-se, muitas vezes, em certas atividades que os coloquem em situação de aventura e transgressão, como dirigir em alta velocidade, sentir dor e medo, práticas sexuais sem proteção, esportes radicais, festas, *rave* e consumo de drogas. Vivenciar essas situações correspondem para eles “uma forma de libertação mediante a evasão” (PAIS, 2006, p. 11). Para Ortega (2006, p.57), “essas práticas se apresentam como promessas de resgatar o corpo da “monotonia sensorial” das normas sociais, formas de intensificação sensorial e sensitiva diante da anestesia sensorial da cultura contemporânea”.

Outra maneira de aumentar a sensibilidade e a sensação de prazer dá-se pelo consumo. Não conseguindo integrar-se plenamente ao mercado de trabalho, adquirem o mecanismo compensatório de obter bens com o dinheiro recebido pelos pais e familiares, ou fazendo “bicos”. Entre os jovens da periferia isso é evidente, até mesmo porque o consumo de bens materiais e simbólicos são maneiras de mimetizar o gosto cultural e o estilo de vida da burguesia (ZALUAR, 2004; MARTINS, 1997; PAULILO; BELLO, 2002). Para aquisição de tais bens, muitos “se viram”, endividam-se, inserem-se na informalidade ou ainda na ilegalidade (TELLES; HIRATA, 2007). Logo, em um contexto de desigualdade socioeconômica, o tráfico tem se apresentado como uma escolha para ter acesso aos produtos que garantem visibilidade social, porém com o agravante do constante contato com a morte devido à repressão policial e ao comércio das drogas (RUOTTI; MASSA; PERES, 2011; PERALVA, 2001).

Assim, diante de tal multicausalidade da condição juvenil, e seu envolvimento em episódios violentos, o conceito de vulnerabilidade busca “lançar luz sobre a dinâmica dos processos sociais, culturais e individuais que conformam a suscetibilidade dos indivíduos a

um determinado evento, proporcionando uma reflexão mais abrangente sobre os processos saúde-doença” (RUOTTI; MASSA; PERES, 2011, p.379). É, portanto, um enfoque que favorece a compreensão da violência para além dos determinantes epidemiológicos, utilizando-se da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no entendimento dos sentidos, significados, implicações e efeitos da exposição do indivíduo a determinadas situações (RUOTTI; MASSA; PERES, 2011; SANCHEZ; BERTOLOZZI, 2007).

#### 4.1 A violência e sua interiorização

Segundo Wailselfisz (2010), de 1998 a 2008, o número de homicídios registrados no país pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) aumentou de 41.950 para 50.113, significando um crescimento de 17,8%. O incremento de tal violência cresceu até 2003 cerca de 5% ao ano. No entanto, em 2004, conforme a gráfico 1, o número de homicídios caiu 5,2% em relação a 2003. Uma das hipóteses para explicar este declínio foi conferida à política de desarmamento iniciada em 2003, a qual retirou muitas armas em circulação no país a partir da troca por uma contraprestação financeira (WAILSELFISZ, 2010, 2011).

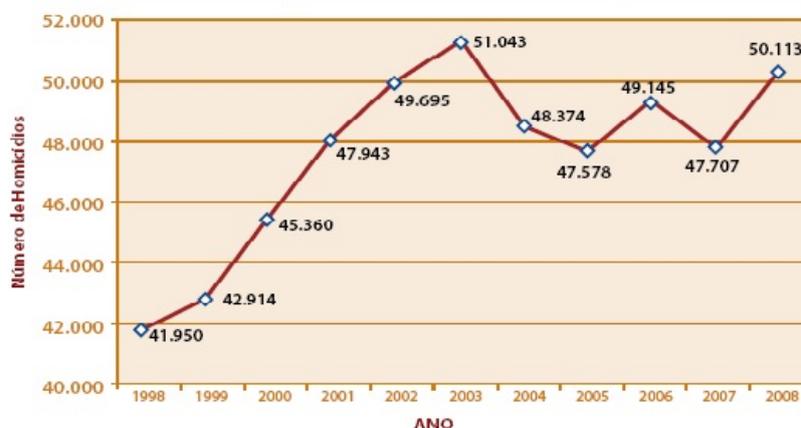


Gráfico 1: Evolução do Número de Homícídios no Brasil entre 1998 e 2008. Fonte: Wailselfisz, 2011, p. 21.

Lentamente houve um declínio, observado no ano de 2004, porém, em 2006, houve um aumento significativo. Em 2007, o número de mortes decresceu, contudo voltou a sofrer um incremento no ano seguinte. A explicação principal está na observação das diferentes regiões do país, em que, exceto no Sudeste, houve um incremento expressivo da violência (WAILSELFISZ, 2010, 2011).

No Brasil, em 1997, ocorreram 47,7 mil homicídios, o que equivale a 131 vítimas por dia. “Isto representa um número bem maior que um massacre do Carandiru<sup>19</sup> a cada dia desse ano” (WAILSELFISZ, 2010, p.20). Já no ano de 2008, ocorreram 50 mil homicídios, ou seja, são aproximadamente 137 vítimas fatais diárias (WAILSELFISZ, 2011).

Já as capitais do país, em 1997, tiveram 17.249 homicídios, decrescendo para 16.490 em 2007, sendo, portanto, uma diminuição de 4,4% na década. Comparativamente às Unidades Federadas (UF), estas obtiveram um aumento de 17,8%. Dessa maneira, nota-se uma mudança no padrão vigente na década de 1990, período em que as regiões metropolitanas e as capitais possuíam elevado número de homicídios (WAILSELFISZ, 2010).

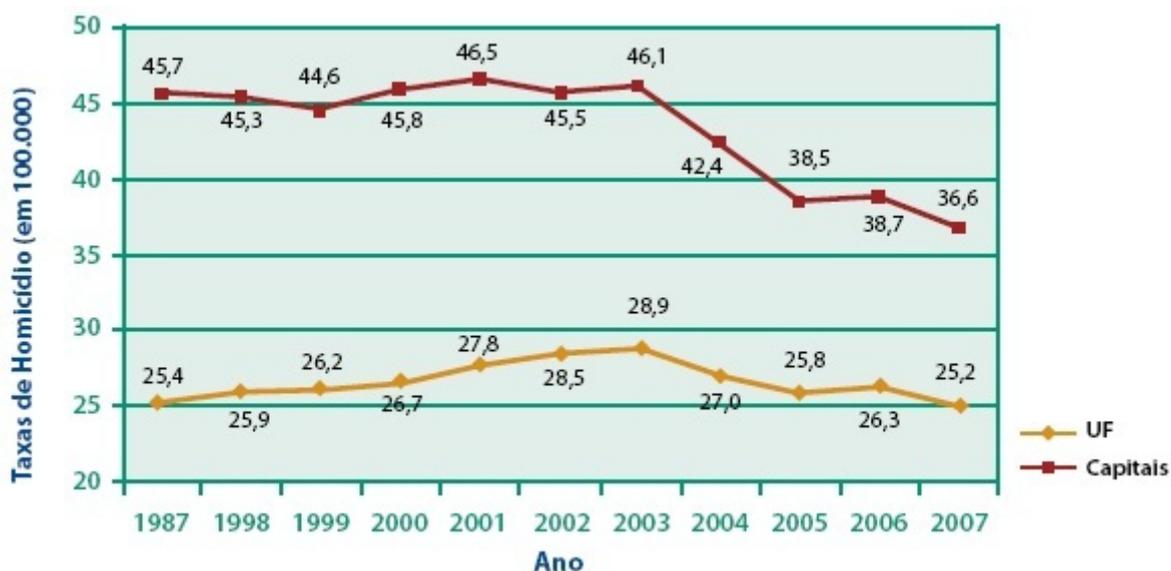


Gráfico 2: Evolução das Taxas de Homicídio nas Capitais e nas UF. Brasil, 1997/2007. Fonte: Wailselfisz, 2010, p 26.

Nas capitais, em 2007, houve 36,6 homicídios por 100.000 habitantes, enquanto a taxa nacional foi de 25,2 (ver gráfico 2). Assim, apesar de ainda existir forte concentração da violência nas capitais, ela vai perdendo força de maneira gradual ao longo da última década. Entre 1987 e 2007 as taxas de homicídios nas capitais decresceram 19,8%, já das UF diminuiram 0,7% (WAILSELFISZ, 2010, 2011).

<sup>19</sup> Intervenção policial ocorrida na Casa de Detenção do Complexo do Carandiru, em 1992, que culminou na morte de 111 presos. Esse acontecimento ficou conhecido como “Massacre do Carandiru”.

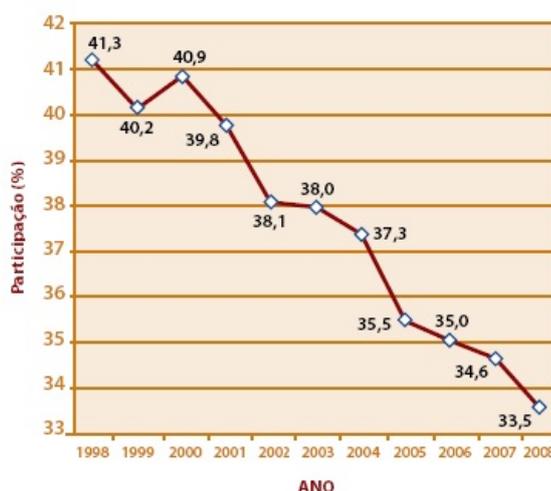


Gráfico 3: Participação (%) das capitais nos homicídios totais no Brasil. Fonte: Wailselfisz, 2011, p. 33.

Dessa maneira, analisando o gráfico 3, nota-se que, ao longo da década, o número de homicídios caiu nas capitais. Assim, em 1998, os homicídios nas capitais representavam 41,3% do total do país, já em 2008 indicavam 33,5% (WAILSELFISZ, 2010, 2011).

Mais acentuada foi a diminuição dos homicídios nas regiões metropolitanas, que demonstraram um crescimento negativo de 10,9%, estando abaixo não só ao ritmo do país (19,5%), mas especialmente das capitais, (-3,1%) (WAILSELFISZ, 2011).

Tabela 1: Número de homicídios na população total por região metropolitana. Fonte: Wailselfisz, 2011, p. 40.

RM	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Δ%
BELEM	403	212	339	398	491	558	584	837	834	803	1.166	189,3
BELO HORIZONTE	870	899	1.254	1.416	1.790	2.386	2.756	2.474	2.306	2.225	2.016	131,7
CURITIBA	554	658	694	770	839	1.042	1.163	1.313	1.381	1.329	1.649	197,7
FORTALEZA	493	658	781	759	860	849	875	992	1.090	1.267	1.232	149,9
PORTO ALEGRE	812	820	1.002	1.006	1.078	1.095	1.138	1.151	1.103	1.364	1.485	82,9
RECIFE	2.788	2.568	2.577	2.877	2.534	2.666	2.591	2.632	2.666	2.680	2.553	-8,4
RIO DE JANEIRO	6.464	6.086	6.074	5.980	6.876	6.475	6.065	5.610	5.773	4.855	4.165	-35,6
SALVADOR	441	209	359	605	703	958	982	1.372	1.576	1.787	2.360	435,1
SÃO PAULO	10.122	11.499	11.321	11.214	9.855	9.517	7.378	5.613	5.028	3.812	3.625	-64,2
VITÓRIA	1.273	1.171	1.059	1.074	1.216	1.200	1.241	1.164	1.291	1.329	1.334	4,8
TOTAL RM	24.220	24.780	25.460	26.099	26.242	26.746	24.773	23.158	23.048	21.451	21.585	-10,9

A partir da tabela 1, observa-se também que em sete das dez regiões houve aumento significativo da violência. Em Belém e Curitiba ocorreram incrementos da violência, pois, ao longo da década, triplicaram os homicídios. Porém, as regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro apresentaram quedas muito expressivas, influenciando os resultados gerais devido ao seu peso demográfico (WAILSELFISZ, 2010, 2011).

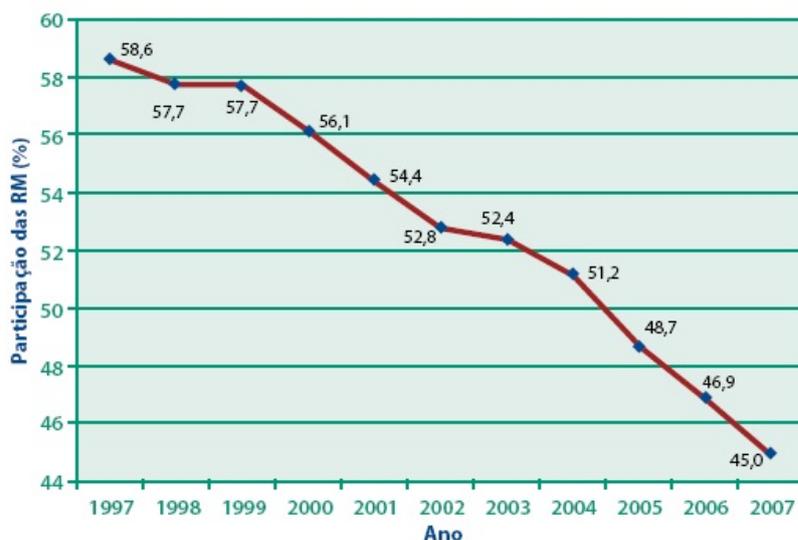


Gráfico 4: Participação (%) das regiões metropolitanas nos homicídios totais. Fonte: Wailselfisz, 2010, p. 127.

Nesse sentido, pelo gráfico 4, nota-se que as dez regiões metropolitanas (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória) estavam em 2007 com 58,6 milhões de habitantes, ou seja, 31% da população do país, mas concentravam 45% dos homicídios ocorridos no ano. Porém, esse número já foi mais elevado, já que em 1997, de acordo com o gráfico 5, as regiões metropolitanas detinham 58,6% dos homicídios ocorridos no país (WAILSELFISZ, 2010).

Contudo, apesar das quedas intensas do número de homicídios nas capitais e regiões metropolitanas, elas continuam ainda a ser os locais onde mais ocorre esse tipo de violência (WAILSELFISZ, 2010). Enquanto a taxa nacional em 2008 foi de 26,4 homicídios em 100 mil habitantes, a taxa das capitais foi de 37,3% (ver gráfico 6), o que implica afirmar que há ainda significativa concentração da violência nas capitais, pois em algumas grandes regiões metropolitanas, como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, há ocorrência da criminalidade organizada (WAILSELFISZ, 2011).

De acordo com Wailselfisz (2010), uma das explicações para a estagnação ou diminuição das taxas de violência nas capitais e regiões metropolitanas é devido à mudança do pólo dinâmico da violência, agora existente nos municípios do interior. As taxas dos municípios do interior não estão superiores aos dos centros urbanos, mas o crescimento da violência pode estar ocorrendo agora nesses locais (WAILSELFISZ, 2010).

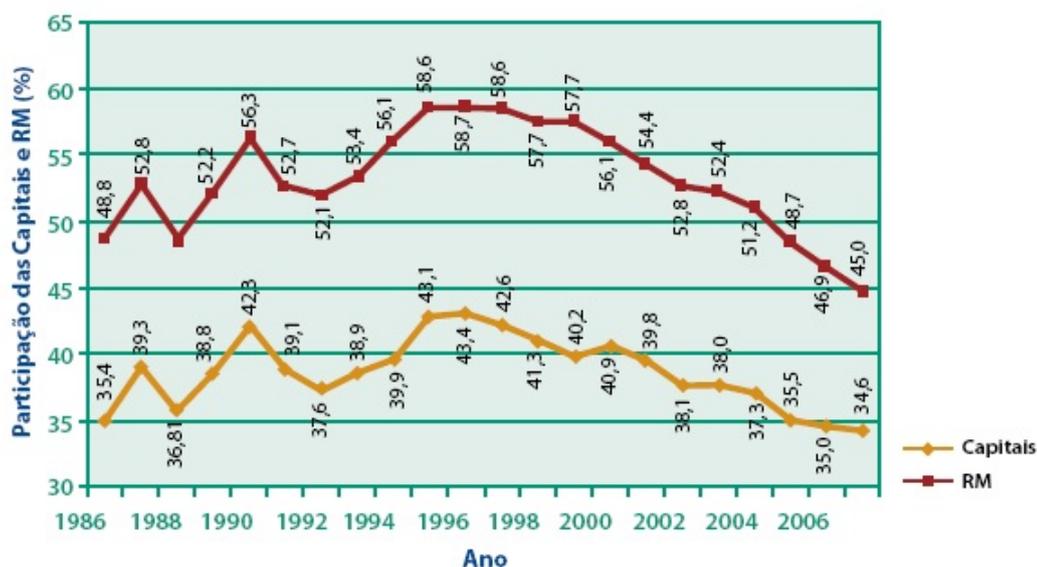


Gráfico 5: Participação (%) de capitais e regiões metropolitanas nos homicídios totais. Fonte: Wailselfisz, 2010, p. 128.

O gráfico 6 demonstra que a diminuição dos homicídios foi de 19,8% nas capitais e 25% nas regiões metropolitanas. Entretanto, mesmo com essas quedas, as taxas dos estados mantiveram-se estáveis, o que sugere o aparecimento de novos eixos da violência exterior às capitais e regiões metropolitanas. Assim, verifica-se que, no interior dos estados, houve o incremento lento e constante do número de homicídios (WAILSELFISZ, 2010).

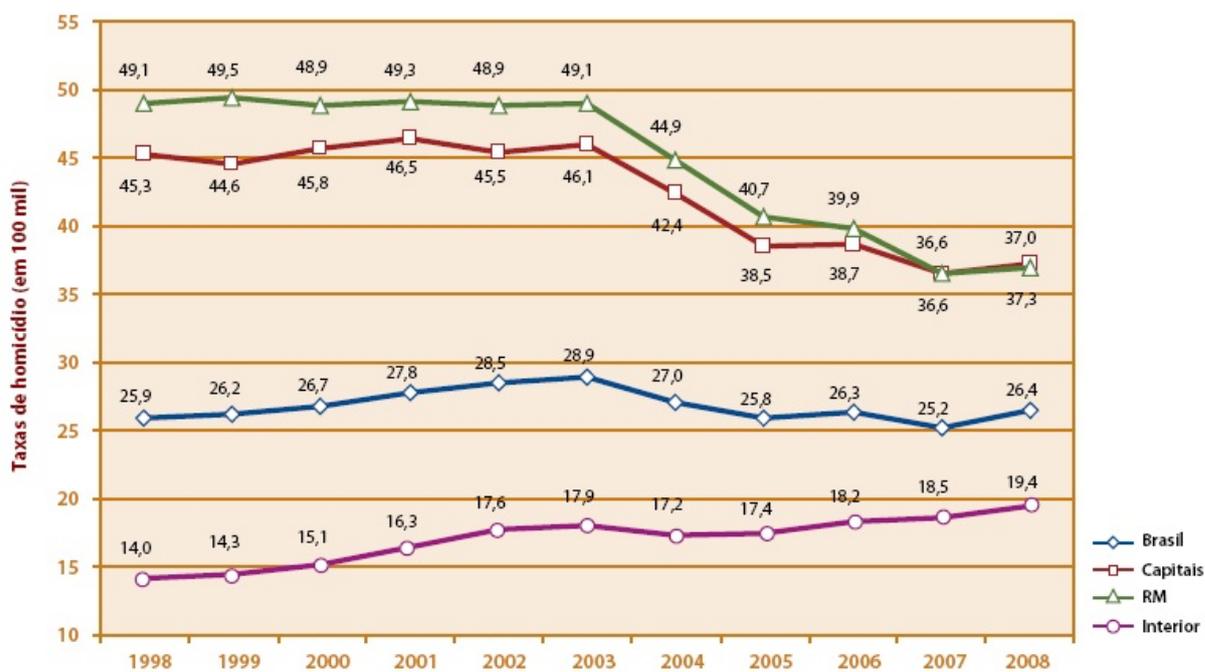


Gráfico 6: Evolução das taxas de homicídios na população total por área. Fonte: Wailselfisz, 2011, p. 51.

Essa mudança na configuração dos homicídios no país, em que há estagnação ou diminuição da violência nas regiões metropolitanas e capitais, é denominada, desde 2002, por Wailselfisz, de *Interiorização da Violência*, a qual aponta para a alteração dos polos dinâmicos de incremento dos homicídios (WAILSELFISZ, 2010, 2011).

Tabela 2: Crescimento percentual anual do número de homicídios por área geográfica e períodos. Fonte: Wailselfisz, 2011, p. 49.

ÁREA	1980/1996	1996/2003	2003/2008
BRASIL	6,6%	4,0%	-0,4%
CAPITAIS+RM	7,7%	2,6%	-2,8%
INTERIOR	4,9%	6,5%	3,0%

Em relação à interiorização da violência ocorrida na população total, a partir da tabela 2, nota-se que existiram três momentos. O primeiro, de 1980 a 1996, aponta para o elevado crescimento da violência nas capitais e regiões metropolitanas, com menor participação do interior dos estados. Já no segundo período, de 1996 a 2003, período considerado de mudança, constata-se que, enquanto o país, as capitais e as regiões metropolitanas registraram taxas menores do número de homicídios, no interior houve um aumento significativo, pois passou de 4,9% para 6,5%. Por fim, no último momento, as capitais e o país apresentaram taxas negativas. O interior, mesmo decaindo em relação aos anos anteriores, ainda obteve positividade do incremento da violência (WAILSELFISZ, 2011).

Dessa maneira, pela tabela 2, afirma-se a tendência de interiorização da violência homicida, podendo-se, assim, apontar algumas causas deste fenômeno. São elas: a emergência de pólos de crescimento em municípios do interior dos estados que atraem não só investimentos e pessoas buscando emprego e renda, mas também cidades atrativas para a prática de crimes; implantação do Plano Nacional de Segurança Pública, em 1999, e do Fundo Nacional de Segurança, em janeiro de 2001, os quais aprimoraram a segurança pública nos conglomerados urbanos, logo, houve a migração da criminalidade organizada para regiões de baixo risco e, por fim, aperfeiçoamento da coleta de dados de mortalidade, sobretudo no interior do país, diminuindo a subnotificação nesses locais, portanto, registrando ocorrência que outrora não constava nos dados oficiais (WAILSELFISZ, 2010, 2011).

Na tipificação dos diversos municípios existentes no interior dos estados brasileiros, distinguiram-se cinco com altos níveis de violência: a) Na década de 1990 surgem novos pólos de crescimento do interior que permitiram verificar não só o aumento de investimentos,

migrações e empregos disponíveis, mas também da violência; b) municípios de fronteira que, por sua privilegiada localização, são locais de contrabando de produtos ou armas, pirataria ou tráfico de drogas; c) Municípios do arco do desmatamento, os quais se encontram envolvidos por trabalho escravo, madeireiras ilegais, grilagem de terras e grandes empresas agrícolas que estão em terras desmatadas; d) Municípios de turismo predatório presentes fundamentalmente na orla marítima e que são buscados por migrantes de passagem aos fins de semana e, por último, e) Municípios de violência tradicional, em que a mortalidade é persistente ao longo do tempo, como a “polígono da maconha” em Pernambuco. Enfim, todas essas configurações demandam iniciativas de diversas esferas da sociedade, já que tais municípios possuem a violência homicida como uma parte integrante de seus modos de funcionamento (WAILSELFISZ, 2010, 2011).

Além da interiorização da violência, existem outras hipóteses relacionadas ao decréscimo do número de homicídios. A primeira delas refere-se à Campanha do Desarmamento, que retirou muitas armas de circulação no país. Outras possibilidades para a diminuição dos homicídios decorrem de investimentos, ações da segurança pública, ampliação do número de policiais e o aumento da taxa de encarceramento. Em outras palavras, acredita-se na influência significativa da taxa de aprisionamento, maior número de agentes, a ampliação do orçamento destinado à área, a aquisição em novas tecnologias, a concepção de sistemas de informação e alterações no enfoque seguido para um que priorizasse o desenvolvimento de recursos humanos, com a inclusão de direitos humanos e policiamento preventivo (PERES et al., 2011; REICHENHEIM et al., 2011).

Existem ainda as conjecturas relacionadas aos fatores não associados à segurança pública, como investimentos em políticas sociais que propiciaram mudanças nos indicadores socioeconômicos, melhoria da qualidade de vida da população e maior mobilização da sociedade civil, em especial das Organizações não-governamentais, as ONGs (PERES et al., 2011; REICHENHEIM et al., 2011).

Nesse sentido, segundo Reichenheim et al. (2011), destacam-se algumas políticas implantadas pelo governo brasileiro. Uma delas foi feita em relação aos jovens a partir do Programa Primeiro Emprego e do Programa Bolsa Família, as quais se dispunham a manter crianças e jovens na escola. Outra medida, realizada em 2004, foi a concepção da Força Nacional de Segurança Pública para abordar a violência urbana e avigorar a presença do Estado nos locais com elevadas taxas de criminalidade. Por último, em 2008, o Brasil instituiu o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, que se propõe a realizar

medidas de prevenção para mulheres em risco e jovens em conflito com a lei (REICHENHEIM et al., 2011).

Bueno e Santos (2011) acrescentam ainda como fatores explicativos para a queda dos homicídios em São Paulo as novas configurações demográficas da população do estado de São Paulo, a implantação de políticas de educação, a maior participação dos municípios na questão da segurança pública, o aprimoramento dos instrumentos de planejamento, a gestão e controle e, por último, as medidas de desarmamento instauradas. Porém, as autoras ressaltam que há doze anos a criminalidade predomina nos mesmos espaços, horários e com uso de armas de fogo, ou seja, não houve uma alteração relevante no padrão territorial dos homicídios. Assim, em São Paulo, no ano de 1999, ocorreram 5.402 homicídios dolosos em 96 distritos policiais, sendo 22,3% em 7 distritos somados (Parque Santo Antônio, Capão Redondo, Jardim das Imbuías, Jardim Miriam, Campo Limpo, Jaçanã e Parada de Taipas). De modo semelhante, em 2011, 27% dos homicídios concentraram-se naqueles mesmos locais (BUENO; SANTOS, 2011).

Por outro lado, a partir de um estudo etnográfico realizado entre os anos de 2005 a 2009, Feltran (2010) observou a importância do crime organizado no decréscimo da taxa de homicídios em São Paulo. Apesar do governo e da polícia julgarem tais resultados como sendo mérito do Estado, na realidade, segundo Feltran (2010), deve-se ao Primeiro Comando da Capital (PCC)<sup>20</sup> a responsabilidade por essa diminuição significativa da violência homicida.

Dessa maneira, nas periferias urbanas de São Paulo, o Estado e a justiça legal não são utilizados na resolução dos conflitos. Para um morador dessa área, existem outras três instâncias capazes de fazer justiça, são elas: os integrantes do PCC que regem a conduta dos bandidos e habitantes; os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, em que o indivíduo espera obter alguma reparação a partir da exposição de seus dramas e, por fim, a autoridade divina, na qual oferece redenção aos injustiçados após a vida (católicos) e a felicidade ainda na terra (neopentecostais) (FELTRAN, 2010). É importante ressaltar que essas instituições ordenadoras são vistas pelos sujeitos não como negação da importância do Estado de direito, mas como complementares a ele, tendo em vista a dificuldade que muitos

---

<sup>20</sup> Segundo Dias (2011), o PCC foi criado em 1993 por um grupo de 8 presos do Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, onde havia várias violações aos direitos humanos, como a rigorosa disciplina, abusos de poder e os maus-tratos aos detentos. Assim, diante desse quadro, essa organização iniciou-se com o objetivo de lutar contra a opressão do Estado e à violência praticada por ele.

encontram em obter seus direitos por meio das instituições legais, do direito democrático (FELTRAN, 2010).

O PCC é utilizado como um mediador na resolução dos conflitos entre os moradores da favela e entre os próprios integrantes da organização criminosa. Para tal, no “mundo do crime” tem-se uma “ética”, uma “lei” (FELTRAN, 2010, p.63) para avaliar a não execução delas. Os comportamentos desviantes são avaliados de três modos: a partir de “debates” que giram em torno de pequenos acontecimentos, os quais são solucionados por meio do diálogo; casos considerados moderados, em que se faz necessário ouvir a opinião de outros integrantes da facção e, por último, episódios de vida ou morte decididos por consenso (FELTRAN, 2010). São, assim, medidas discutidas por meio de “debates” com acusadores e defensores, os quais visam pacificar os conflitos, evitando ações que, porventura, possam desencadear em uma violência extrema de vingança pessoal entre os moradores. É justamente por interromper esta cadeia de retaliação privada que se pode notar a queda no número de homicídios em São Paulo (FELTRAN, 2010).

Em seu trabalho etnográfico, Feltran (2010) encontrou três explicações sobre o fato de não morrer mais jovens como antes. A primeira, porque todos já morreram, a segunda, todos foram presos e, a última, não se pode mais matar. Estas respostas revelam uma transformação extrema na regulação do homicídio nas periferias de São Paulo (FELTRAN, 2010). Quando se afirma que faleceram todos, é uma referência às estatísticas que evidenciavam a mortalidade de jovens, negros, pardos, de 15 a 25 anos, os quais faziam parte do convívio dos moradores. Além disso, denota-se também que os jovens integrantes do crime já faleceram todos. De tal modo que, se o homicídio ainda persiste, hoje, não se mata como antes (FELTRAN, 2010). Já ao dizerem que todos foram presos, implica que aqueles que assassinavam, e não foram mortos, não estão mais livres, encontram-se presos. Isto é condizente com a realidade vivida pelo município de São Paulo, em que houve, nos últimos quinze anos, uma política rigorosa de encarceramento, a qual praticamente quadruplicou a população carcerária do estado. Essa ação representou a retirada de um contingente expressivo de criminosos da favela para inseri-los em redes que, nesse período, expandiram e ampliaram o poder do PCC (FELTRAN, 2010). Por conseguinte, ao afirmar que não se pode mais matar, profere-se um princípio estabelecido nos territórios em que o PCC está presente – a decisão sobre a morte de alguém ocorre por meio de uma sentença coletiva, validada por pessoas reverenciadas da facção (FELTRAN, 2010). Assim:

A partir desse princípio instituído, aquele menino do tráfico que, há alguns anos, tinha a obrigação de matar por uma dívida de R\$ 5,00, para se fazer respeitar entre seus pares no “crime”, agora não pode mais matá-lo pela mesma razão. As punições são distribuídas sem a necessidade do homicídio ou, mais exatamente, necessariamente sem o homicídio (FELTRAN, 2010, p. 69).

Tal dispositivo utilizado pelo PCC teve reflexo nas estatísticas oficiais. Nos “debates”, a morte é um recurso a ser utilizado em último caso, pois antes dela existem outras punições intermediárias. Logo, “toda aquela cadeia de vinganças que acumulava corpos de meninos nas vielas de favela, há oito ou dez anos atrás, foi diminuída em grande medida” (FELTRAN, 2010, p.70).

Feltran (2010) salienta que existiram outras políticas que reduziram o número de homicídios (desarmamento, subnotificação, mudança demográfica, melhorias na estrutura policial, entre outros), todavia, nenhuma delas foi tão relevante quanto o dispositivo dos “debates”, geridos pelo PCC, como mediadores autênticos dos conflitos. Contudo, não é possível comemorar sua eficiência, pois se trata de uma instituição de exceção, conduzida por pessoas sem reconhecimento social, as quais cabem julgar sobre a vida e a morte (FELTRAN, 2010).

Enfim, nas periferias de São Paulo, vivencia-se uma tensão entre a legitimidade do PCC e do Estado. Por um lado, tem-se a facção criminosa que se utiliza de “debates” para buscar uma sentença coerente com o desvio, sem considerar a posição do indivíduo na hierarquia social do grupo. Por outro lado, o Estado não é visto como o mesmo caráter de justiça que os “debates”, porque a aplicação das leis é tida como sendo incompetente e díspar, já que há não só a morosidade do sistema judiciário, mas também a discriminação por posição social, moradia, raça e de recursos financeiros para conseguir pagar um advogado. Em consequência disto, os moradores oferecem legitimidade aos “debates” em detrimento da justiça penal, que é percebida como tendo uma atuação voltada para aprisionar os habitantes da periferia (FELTRAN, 2010).

Diante deste quadro, a presente pesquisa intenciona conhecer a realidade de São Carlos e dialogar com os discursos em torno dos esforços e das iniciativas do setor público na resolução dessa problemática

#### **4.2 Mortalidade por causas internas e externas no Brasil**

Apesar de se observar indícios de queda na mortalidade no país, os homicídios, lesões e óbitos associados ao trânsito nacionalmente representam aproximadamente dois terços da mortalidade por causas externas, o que resulta em elevados custos individuais e coletivos

(REICHENHEIM et al., 2011). Tais índices de mortalidade têm ainda como catalisadores o uso de álcool e drogas ilícitas aliadas à quantidade de armas em circulação, além dos determinantes socioculturais, cujas principais vítimas e agressores são os jovens, negros e pobres (REICHENHEIM et al., 2011).

Segundo Wailselfisz (2010), os altos índices de vitimização juvenil são fenômenos recentes, porém não surgiram apenas na última década. Hoje, a mortalidade dos jovens apresenta uma configuração inédita denominada de “*novos padrões de mortalidade juvenil*” (WAILSELFISZ, 2010, p.134).

O deslocamento das causas externas para faixas etárias cada vez mais jovens tem evidenciado a necessidade de estudos sobre tais fenômenos na juventude. No Brasil, têm sido realizadas muitas pesquisas relacionadas a esse tema nas grandes capitais brasileiras, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro (VERMELHO; JORGE, 1996).

Nesse sentido, Vermelho e Jorge (1996) analisaram a mortalidade de jovens de 15 a 24 anos nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo, no período de 1930 a 1991. Concluíram que, em ambas as cidades, até a década de 1960 houve um intenso declínio na morte de jovens, sendo que as doenças infecciosas e parasitárias eram as principais causas de mortes, como a tuberculose. Entretanto, a partir da década de 1980 ocorreu um significativo aumento da violência por causas externas, principalmente homicídios e acidentes de trânsito envolvendo jovens (SMARZARO, 2005). Em 1980, 52,9% das mortes de jovens do país tinham como responsabilidade as causas externas, já em 2007 cresceu para aproximadamente  $\frac{3}{4}$  da totalidade de óbitos no Brasil (WAILSELFISZ, 2010, 2011).

Tais números apontam que os eventos acidentais e os violentos estão entre as principais causas de mortes de jovens há décadas. Sendo assim, em decorrência desse aumento da mortalidade, desde o final dos anos 1980, introduziu-se a questão da violência na pauta da saúde no Brasil e na América Latina (SMARZARO, 2005; MINAYO, 1994). O gráfico a seguir demonstra tal situação apontando para a predominância da mortalidade entre os jovens nas causas externas, sendo que são considerados jovens aqueles com idade entre 15 e 24 anos. Assim, enquanto para os não jovens 9,9% da mortalidade deveram-se às causas externas, 73,6% foram responsáveis pela mortalidade de jovens, sendo os homicídios, suicídios e acidentes de transporte correspondentes à, 39,7%, 3,9% e 19,3% das causas de óbitos. Essas três causas juntas determinam aproximadamente  $\frac{2}{3}$  (62,8%) da mortalidade da juventude no país (WAILSELFISZ, 2011).

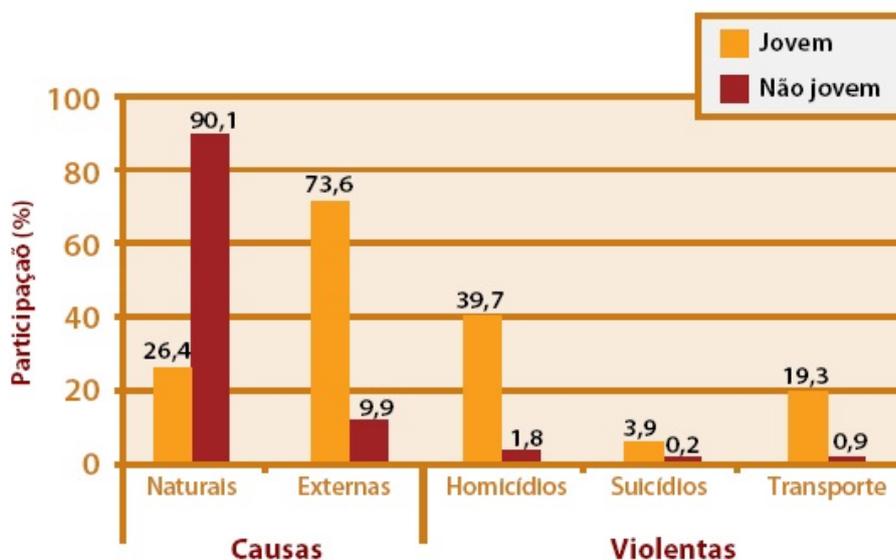


Gráfico 7: Causas de mortalidade jovem e não jovem (em %). Fonte: Wailselfisz, 2011, p. 19.

#### 4.3 Mortalidade por causas internas e externas em São Carlos

Em São Carlos também se observa que a mortalidade por causas externas é superior as internas, porém não de maneira tão expressiva quanto observada nacionalmente:

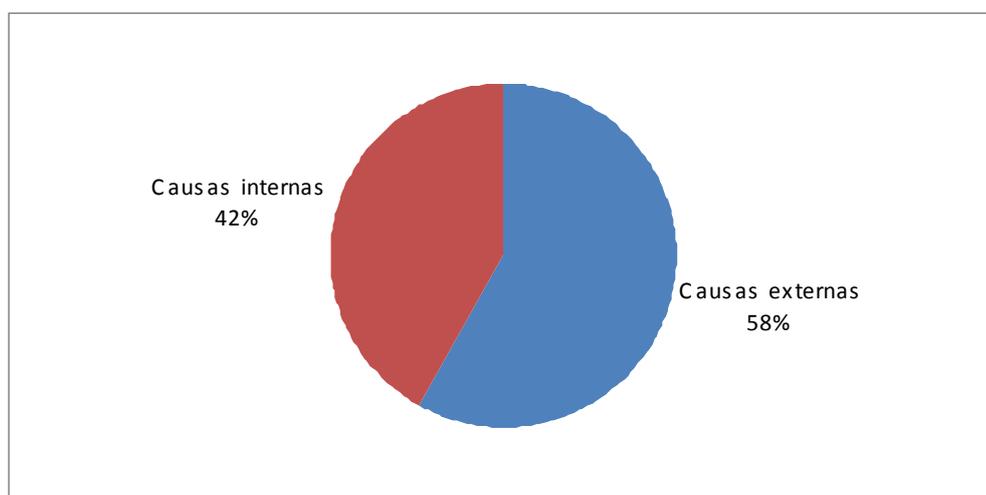


Gráfico 8: Percentual de mortes entre jovens de causas internas e externas. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

Observa-se que há uma diferença significativa, de 16%, entre as causas externas e internas, que contam, respectivamente, com 360 e 259 óbitos no período de 2000 a 2010.

Assim, a seguir, há uma análise pormenorizada das mortes por causas externas - acidentes, homicídios, suicídios e embate com a política - para que se possa conhecer melhor os agravos que acometem não apenas a população jovem nacional, mas também a local, de tal modo a refletir sobre suas condições de vida e saúde (SMARZARO, 2005).

#### 4.3.1 Acidentes de transporte e trânsito

De acordo com Marín e Queiroz (2005), no Brasil, a produção anual de veículos cresceu vertiginosamente entre os anos de 1990 e 1995, passando de 11 para 53 milhões unidades.

Entretanto, de modo geral, não houve investimento no sistema viário e um planejamento urbano para acompanhar tamanha expansão. Por conseguinte, poluição sonora e atmosférica, doenças respiratórias, mais demora do tempo de percurso e engarrafamentos comprometeram a qualidade de vida nas cidades. Além disso, para abranger tamanha quantidade de veículos, foram construídos espaços exclusivos a eles em detrimento de lugares para convivência social (MARÍN; QUEIROZ, 2000).

Um outro problema social resultante da incorporação do automóvel ao cotidiano das pessoas é o Acidente de Trânsito (AT), o qual é tratado por especialistas como sendo um grave problema de saúde pública (MARÍN; QUEIROZ, 2000; SANTOS, 2011). Muito foi feito em relação a isso, como a aprovação do novo Código, em 1997, porém há ainda um longo trajeto a ser feito na redução da mortalidade (SANTOS, 2011).

Todavia, no Brasil, os AT normalmente são vistos como sendo uma fatalidade, uma atividade imprevista e, muitas vezes, da “ordem divina”. Expressões do senso comum de “Deus é quem quis” e “era hora de fulano morrer” avigoram a idéia da não responsabilidade do condutor do veículo na colisão, choque, atropelamento e morte, ou ainda que a ingestão de álcool e drogas ilícitas, alta velocidade e “rachas” em via pública não representam risco de morte para as pessoas (SANTOS, 2011). Além disso, também omitem o encargo do governo diante das condições das vias públicas e estrada ou na fiscalização de veículos (SOUZA et al., 2007). “Dessa forma, tornam natural um problema social e público que deve ser investigado para que revelem aspectos de nossa sociedade e para que possam compreender melhor nossa estrutura social” (SANTOS, 2011, p. 4).

Por isso, o uso da terminação acidentes é pouco empregada na literatura internacional, pois denota a idéia de algo inevitável, inesperado ou que não seja sujeito de prevenção. Em língua inglesa usa-se *crash e injury*, pois não comunicam tal conotação. No Brasil, para garantir que se tenha a noção da previsibilidade dos acidentes, utiliza-se o conceito de acidentes de transporte “como evento não intencional, porém evitável, causador de lesões físicas e emocionais” (SOUZA et al., 2007, p.34).

Os AT representam um custo de 1 a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) para os países menos desenvolvidos. Além disso, as seqüelas físicas e psicológicas, os ferimentos e as mortes causadas pelo AT geram diversos prejuízos ao indivíduo (econômicos, familiares,

mobilidade, profissionais, etc) e para a sociedade (despesas hospitalares, redução de produção, gastos previdenciários, etc) (MARÍN; QUEIROZ, 2000; REICHENHEIM et al., 2011). Assim, apesar do tempo médio das internações por lesões decorrentes de óbitos ou lesões relacionadas ao trânsito ser menor que em relação às demais causas externas, ela é mais onerosa que as outras (REICHENHEIM et al., 2011).

Esse elevado custo ocorre também pelo número de incapacitados por acidentes de trânsito estar cada vez mais aumentando. Isto acontece devido ao maior número de AT entre os jovens que possuem melhores condições de saúde para continuar a viver após os acidentes graves; maior velocidade dos automóveis; crescimento da frota de veículos pesados e, por último, melhoria nos procedimentos médicos de ressuscitamento (MARÍN; QUEIROZ, 2000).

Alguns fatores citados na literatura como sendo responsáveis pelos AT são estresse, fadiga e tonteiras, este principalmente em motoristas de táxi, caminhão, ônibus e ambulância devido às suas extensas e extenuantes jornadas de trabalho (REICHENHEIM et al., 2011). Além disso, os AT podem ser causados em decorrência do tempo de reação e desempenho ao volante ser prejudicado quando se está com o sono privado ou interrompido. Porém, tem-se um sub-registro, pois os envolvidos não admitem normalmente terem cochilado, já que isso implicaria responsabilizar-se pelo acidente. Assim, preferem culpabilizar a condição climática ou o estado da pista (MARÍN; QUEIROZ, 2000).

De acordo com Reichenheim et al. (2011), as altas taxas de mortalidade e morbidade relacionadas ao trânsito no Brasil estão atreladas ao modelo selecionado de sistema de transporte, que deu preferência às estradas e ao uso de carros privados, sem apresentar a infraestrutura apropriada. Por isso, salienta-se a importância de que a resolução do problema do trânsito requer, cada vez mais, evidenciar o uso do transporte coletivo em detrimento do individual (MARÍN; QUEIROZ, 2000).

Além disso, há ainda a preponderância da questão da ingestão de bebidas alcoólicas antes de dirigir. Desse modo, o artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9503/97), referente ao conduzir veículo alcoolizado, é tido como um crime em que a vítima é a Saúde Pública (incolumidade pública), pois se compreende que o motorista, habilitado ou não, pode colocar em risco a sua vida e a de outras pessoas (SANTOS, 2011).

Contudo, não se pode deixar de apontar que existem diversos problemas comumente encontrados no sistema viário nacional, como problemas estruturais nas pistas, o longo tempo de uso da frota (superior a doze anos), sinais de trânsito deficientes, iluminação insuficiente ou faltante, má conservação do capeamento, ausência de acostamento e inclinações, muros de contenção e curvas inadequadas (SANTOS, 2011; REICHENHEIM et al., 2011). Já os fatores

associados aos veículos que podem resultar em AT, são a manutenção inadequada de motores, freios e pneus, inexistência de *airbags* nos carros econômicos e *design* perigoso dos carros (REICHENHEIM et al., 2011).

Por fim, uma observação importante feita pelos autores Reichenheim et al. (2011) é que o aumento do número de carros no Brasil não teve um efeito correspondente à realidade, visto que as taxas de AT caíram no decorrer dos últimos anos. Com isso, salienta-se que fatores como abuso de velocidade, condução sob efeito de álcool e o não uso dos equipamentos de segurança (cintos de segurança, *airbags*, cadeirinhas e assentos para crianças e capacetes para motociclistas) estão preponderando como causadoras dos AT (REICHENHEIM et al., 2011).

Por conseguinte, como medidas protetivas para acidentes de transporte, Souza et al. (2007) afirmam que se deve ter uma constante fiscalização dos motoristas no que diz respeito ao uso de álcool por condutores de automóveis, limite atribuído à velocidade de veículos e uso dos equipamentos de segurança, como cintos, capacetes, cadeirinhas de bebês, *airbags*, entre outros. Outras iniciativas para diminuir os danos causados pelos AT ainda incluem o investimento em proteção e educação não só do pedestre, mas também do motorista e o controle da propaganda que associa velocidade e bebida, respectivamente, à vitalidade e à saúde, liberdade e prazer (MARÍN; QUEIROZ, 2000).

#### **4.3.1.1 O Código Brasileiro de Trânsito (CBT) de 1997**

Em um estudo com 99 países, o Brasil encontra-se na 10<sup>o</sup> posição quanto às taxas de óbitos por acidentes de transporte na população total, e na 14<sup>o</sup> posição em relação às taxas concernentes à população jovem. É um indicativo que houve incremento deste tipo de violência, já que, em 2004, o país ocupava a 16<sup>o</sup> posição na população e 30<sup>o</sup> na população jovem (WAILSELFISZ, 2011).

De 1998 a 2008, aumentou nacionalmente o número de mortes em acidentes de transporte, pois passou de 30.994 para 39.211, o que significou um incremento de 20,8%, porcentagem superior ao aumento populacional do Brasil, que foi de 17,2% na década em questão. Em relação à população jovem, houve aumento de 32,4% de óbitos nesses dez anos considerados, enquanto para a população total foi de 26,5% (WAILSELFISZ, 2011).

Entretanto, é importante considerar os dados a partir de 1994, porque em 1997 houve a aprovação do novo Código de Trânsito Brasileiro, a Lei 9503/97 (WAILSELFISZ, 2011). Assim, o gráfico 9 ilustra a evolução dos óbitos por acidentes de transporte a partir de 1994.

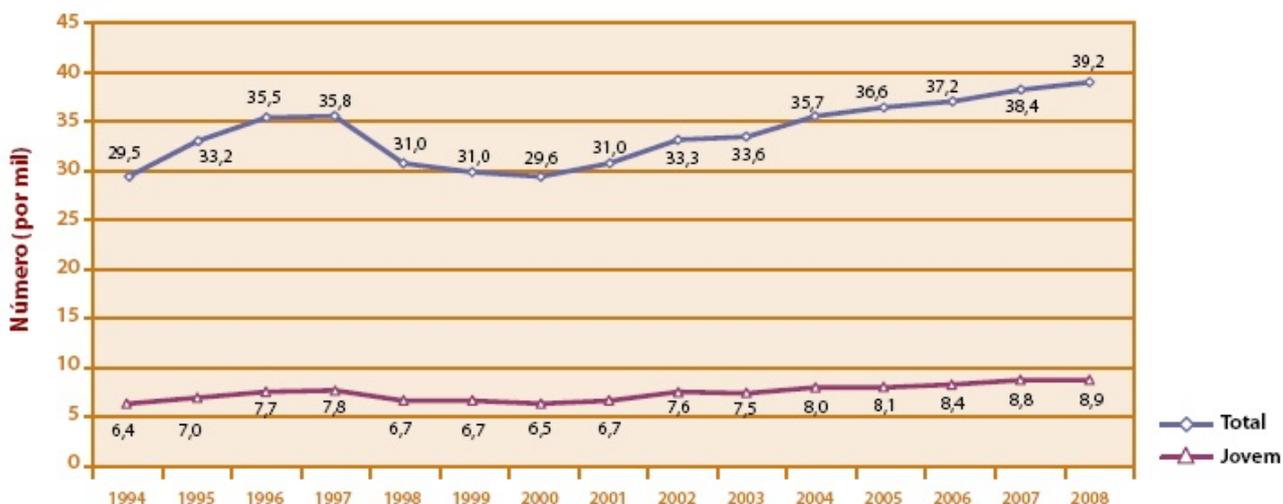


Gráfico 9: Evolução dos óbitos por acidentes de transporte (por mil). Fonte: Wailselfisz, 2011, p. 77.

A partir do gráfico 9, pode-se observar três períodos arrolados ao Código de 1997. São três fases que mostram as oscilações no número de óbitos ao longo dos últimos dez anos. No primeiro momento, pré-código de trânsito, de 1994 a 1997, houve um crescimento vertiginoso dos óbitos, exceto o ano de instituição da lei. A seguir, o impacto do Código, de 1997 a 2000, nota-se a diminuição significativa das mortes, sendo uma diminuição de 13% dos óbitos de 1998, comparado a 1997. Por fim, o pós-código, após 2000, novamente crescem os óbitos numa porcentagem de 4,8% (WAILSELFISZ, 2011)

Observando o declínio da mortalidade relacionada ao trânsito, Reichenheim et al. (2011) apontam que este decréscimo é devido ao novo Código Nacional de Trânsito, que determinou o cumprimento rigoroso do uso do cinto de segurança e penalidades graves para motoristas infratores (REICHENHEIM et al., 2011). Além das punições, foi uma legislação também preocupada com a prevenção, a partir da educação no trânsito, na qual exige esforço de integração de vários órgãos federais, estaduais e municipais, como os Ministérios do Transporte, da Saúde, da Educação, do Trabalho, da Justiça e o Sistema Único de Saúde. Nele ainda está o compromisso das escolas de ensino fundamental, médio e superior em promover várias atividades voltadas a essa temática (MARÍN; QUEIROZ, 2000).

Para Santos (2011), a legislação do trânsito brasileiro alterou-se em função de vários debates ocorridos no Brasil que evidenciaram a questão da Segurança no Trânsito, de tal modo a punir aqueles que fizeram ações de imprudência (conduta não adequada de cuidado), imperícia (incapacidade manter cuidado com outra pessoa) e negligência (descuido), ou seja, atitudes que antes eram consideradas como sendo infrações, tornaram-se crimes. Sendo

assim, ganharam penalidades mais severas os crimes mais moralmente censurados, ou seja, aqueles que envolvem homicídios causados por condutores alcoolizados. São eventos que promovem maior comoção e repercussão na mídia (SANTOS, 2011).

Neste contexto, Marín e Queiroz (2000) apontam que antes da implantação do Código, os elevados índices estavam associados com a não existência de uma legislação e políticas públicas destinadas ao trânsito. Porém, com sua implantação, tornaria possível alterar a realidade de acidentes que culminam em deficiências, ferimentos e mortos, pois ele teve “o grande mérito de contribuir para tornar o motorista brasileiro mais consciente e responsável ao volante” (MARÍN; QUEIROZ, 2000, p.18).

Além do novo código, algumas medidas podem ter contribuído para a redução do número de mortes no trânsito. São elas: Projeto de Redução dos Acidentes de Trânsito em muitas cidades, lançado em 2001, cujo objetivo era integrar os serviços de saúde ao de transporte e a Política de Atendimento de Emergência, que vislumbrava aprimorar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Ambas com o intuito de garantir a sobrevivência das vítimas e diminuição das seqüelas a partir da organização do sistema de assistência pré-hospitalar (REICHENHEIM et al., 2011).

A problemática dos óbitos e lesões causadas pelo trânsito também foi abordada pelos setores não governamentais brasileiros, os quais organizaram movimentos sociais de pais e parentes de acidentados para pressionar o Estado por punições mais rigorosas para os condutores alcoolizados que causaram danos físicos ou fatais às vítimas (REICHENHEIM et al., 2011).

Nesse sentido, recentemente, foram feitas algumas modificações ao Código. Uma inovação é a lei 11.705/08, a chamada “Lei Seca”, na qual inspira a uma mudança nos hábitos dos brasileiros em relação ao consumo de álcool (REICHENHEIM et al., 2011; SANTOS, 2011). Antes de seu vigoramento, permitia-se 0,06 decigramas de álcool por litro de sangue, conforme a Lei 9503/97, porém, após a efetivação da lei, nenhuma ingestão é consentida. A intolerância à junção das bebidas alcoólicas e direção também é observada no teste de alcoolemia e “teste do bafômetro”, em que mesmo o indivíduo tenha o direito constitucional de não produzir provas contra si mesmo, recusando-se a fazê-los, o policial pode puni-lo administrativamente, isto é, aplicar uma multa de quase mil reais, interromper o direito de dirigir e/ou prender o motorista (SANTOS, 2011). O agente pode ainda observar suas condições clínicas (andar em ziguezague, fala enrolada, hálito alcoolizado e garrafas de bebidas alcoólicas no interior do veículo) e inferir que o condutor estava embriagado. Conseqüentemente, após confirmação da suspeita, o motorista terá inquérito instaurado e,

caso comprovada a transgressão, será encaminhado a julgamento nas varas criminais (SANTOS, 2011). Apesar da “Lei Seca” ser relativamente nova, alguns estudos têm indicado que, desde a sua aprovação, houve significativa redução da morbidade e mortalidade de óbitos e lesões relacionadas ao trânsito (REICHENHEIM et al., 2011).

Dessa maneira, nota-se que a cultura do controle instituiu vários instrumentos de punição para os infratores. Assim, no trânsito, instauraram-se as multas e o controle impessoal (radares) para garantir segurança para os grandes centros. Concomitantemente a essa criação de dispositivos de controle, enfraqueceu-se a punição, já que o réu pode cumprir medida restritiva do direito (suspensão da carteira de habilitação) ou ainda medida punitiva (penas pecuniárias) (SANTOS, 2011). Mas, mesmo sendo o novo Código um avanço em termos de legislação mundial, alguns de seus artigos são confusos e outros ainda padecem de inconstitucionalidade (SANTOS, 2011).

A dificuldade encontra-se também na ausência de prioridades para o investimento de melhoria de infraestrutura. Dessa maneira, apesar da “Lei Seca”, algumas cidades do país não têm etilômetros (bafômetros), os quais são imprescindíveis para cumprir a determinação da lei (REICHENHEIM et al., 2011). Ademais, o sistema criminal não modificou sua condução e maneira de operar para receber esse novo tipo de crime, pois seus ritos e funcionamentos permaneceram iguais, apenas com mais trabalho a ser feito, já que novas modalidades criminais foram abrangidas para análise. Ao mesmo tempo, o sistema de Justiça ainda enfrenta problemas de funcionamento que acarretam na morosidade dos julgamentos (SANTOS, 2011).

Em contraposição, existem pesquisas apontando as limitações da Lei Seca. Segundo pesquisa de Vieira et al. (2011), que estudou o perfil da violência no trânsito nas rodovias estaduais de Santa Catarina após o vigoramento de tal lei, constatou-se que o controle surtiu pouco efeito, pois houve uma redução insignificante no número de infrações, cerca de 3%. Além disso, para Moura et al. (2009) e Bacchieri e Barros (2011), a Lei 11.705/08 foi efetiva na diminuição do número de acidentes de trânsito por ingestão de álcool, mas por um breve período, aumentando os ATs no ano seguinte à implantação. Por isso, além da fiscalização, esses autores sugerem a educação no trânsito como a principal maneira de se reduzir a incidência do binômio álcool e direção (VIEIRA et al., 2011; BACCHIERI; BARROS, 2011).

Para Marín e Queiroz (2000), os altos índices de ATs requer que se trabalhe a questão da Segurança no Trânsito. Mundialmente, essa temática passou a ser refletida a partir da década de 1950, enquanto no Brasil é recente e tem se implantado nas diversas esferas do

Estado (federal, estadual e municipal). Nesse sentido, a aprovação pelo Congresso Nacional do novo Código de Trânsito em 1998 foi uma iniciativa para reduzir os dados preocupantes acerca dos ATs. Todavia, programas suplementares a esse devem ser inseridos para que se instaure uma “nova cultura no trânsito” (MARÍN; QUEIROZ, 2000, p.9).

Santos (2011) e Souza et al. (2007) apontam que existem dois caminhos para a concretização do novo Código: as campanhas educativas e fiscalização dos usuários em relação ao uso do álcool, cinto de segurança e limites de velocidade, sendo que para isso seria fundamental, respectivamente, a diagnósticos de pesquisas elaborados e pautados em estatísticas, e controle dos condutores. Assim, a prevenção de acidentes deve ser interdisciplinar, envolvendo áreas como a Medicina, Epidemiologia, Sociologia, Educação, Economia, Engenharia, Criminologia, em especial a Saúde Pública, as quais buscam, a partir de estudos, definir as causas e os fatores relacionados aos acidentes que sejam possíveis de mudança por meio de interferências (SOUZA et al., 2007). Em decorrência, poderia se ter um novo comportamento no trânsito e uma melhor organização do tráfego, os quais podem resultar em vidas preservadas (SANTOS, 2011).

#### 4.3.1.2 Mortalidade de jovens por acidentes de trânsito e transporte no Brasil

A questão da mortalidade de jovens também precisa ser relevada no novo Código, pois se tem cada vez mais jovens morrendo em decorrência de acidentes de transporte:



Gráfico 10: Taxas de óbito por acidentes de transporte no Brasil. Fonte: Waiselfisz, 2011, p. 84.

Os movimentos do número de óbitos podem ser vistos pelo gráfico 10. Nele se observa que as taxas de óbitos entre os jovens crescem de modo significativo e mais elevadas que em relação à população total (WAILSELFISZ, 2011).

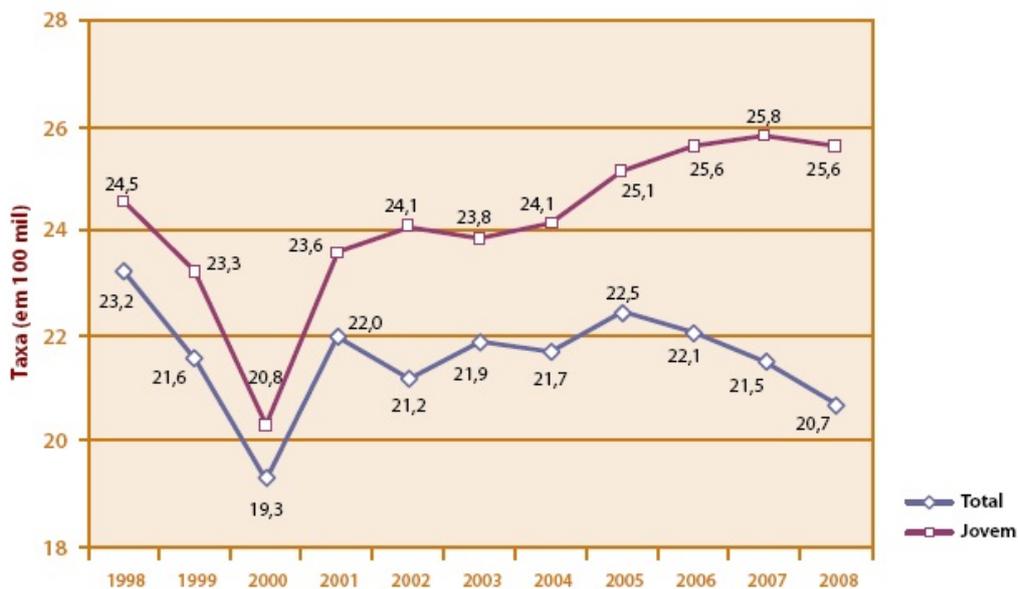


Gráfico 11: Taxas de óbito por acidentes de transporte nas capitais do Brasil. Fonte: Wailselfisz, 2011, p. 89.

Nas capitais, a partir da análise do gráfico 11, a vitimização juvenil é ainda mais evidente, pois, de acordo com o gráfico anterior, as taxas de mortalidade juvenil (25,6 em 100 mil) das capitais são maiores do que as taxas totais dessas mesmas capitais (20,7 em 100 mil). Já no ano de 2005, as taxas globais caem enquanto as relacionadas à juventude sobem. De modo semelhante às capitais que obtiveram 3,2% de incremento no número de mortes, nas regiões metropolitanas houve uma queda da mortalidade de aproximadamente 1,1% (WAILSELFISZ, 2011).

Há idéias recorrentes, principalmente difundidas pela mídia, de que as novas formas de violência juvenil estariam manifestadas através de “rachas”, uso dos carros dos pais sem a devida habilitação, entre outros. Contudo, segundo Wailselfisz (2011), as taxas de vitimização juvenil não apontam para essa visão que se tem acerca da facilidade em matar ou morrer no trânsito, já que elas não são tão elevadas, apesar de no ano de 2004 iniciar-se um incremento deste tipo de violência entre a juventude no país.

Tabela 3: Taxas de óbito por acidente de transporte jovem, não jovem e índice de vitimização<sup>21</sup>. Fonte: Wailselfisz, 2011, p. 113

INDICADOR	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
TAXA JOVEM	20,8	19,9	19,0	19,4	21,5	21,1	22,3	23,0	24,0	25,2	25,7
TAXA NÃO JOVEM	18,7	17,8	17,1	17,7	18,4	18,4	19,3	19,1	19,0	19,2	19,6
ÍNDICE DE VITIMIZAÇÃO	111	112	111	110	117	115	116	120	126	131	131

Até o ano de 2004 não havia um panorama expressivo de vitimização de jovens no trânsito. Contudo, a partir desse ano começou a existir um crescimento moderado do número de óbitos entre essa população. Dessa maneira, em 2004, o índice era de 116, porém, em 2008, aumentou para 131, ou seja, houve um aumento de 31%. É o início do processo de vitimização juvenil também nos óbitos por acidentes de transporte (WAILSELFISZ, 2011).

Além disso, pode-se considerar as vítimas jovens em situação semelhante às não jovens em relação à vitimização por acidentes de trânsito nas UFs, metrópoles e capitais cujas taxas são, respectivamente, 15, 1%, 14,3% e 19,6%. Essas taxas bem próximas indicam que não é um fenômeno inerente a quaisquer desses cenários. É, portanto, um quadro diferente dos ocorridos nos homicídios, no qual se identifica a ocorrência da interiorização da violência (WAILSELFISZ, 2011).

#### 4.3.1.3 Mortalidade de jovens por acidentes de trânsito e transporte em São Carlos

Em relação aos cem municípios com maior índice de vítimas jovens em acidentes de transporte na população total, a partir de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2006 a 2008, São Carlos-SP obteve a 89ª posição, com uma taxa de 45,1 óbitos (WAILSELFISZ, 2011).

<sup>21</sup> Segundo Wailselfisz (2011, p.69-70), “para verificar em que medida existe concentração de homicídio na faixa jovem da população, indicativo da provável existência de problemas nesse setor, foi proposto um Índice de Vitimização Juvenil por Homicídios, que resulta da relação entre a taxa de óbitos por homicídio da população de 15 a 24 anos de idade e as taxas correspondentes ao restante da população – considerada não jovem. Essa população não jovem é a que, ainda, não chegou à juventude – a população de 0 a 14 anos – ou a que já passou dessa faixa – acima dos 25 anos de idade. Quanto maior for o índice de vitimização, maior concentração de homicídios na população jovem. Se o índice de vitimização for próximo de 100, os homicídios atingem por igual tanto a faixa jovem quanto o resto da população. Índices menores de 100 indicam que a juventude encontra-se relativamente preservada e protegida, dado que os homicídios incidem de forma mais pesada nas outras faixas etárias”.

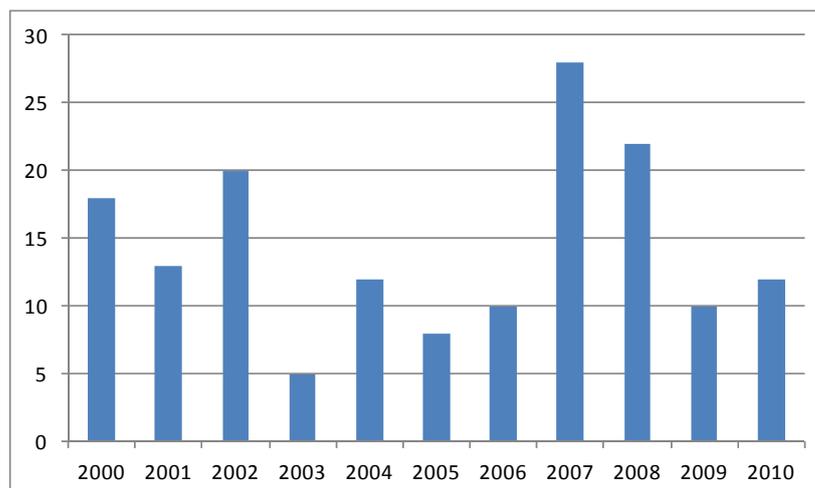


Gráfico 12: Número de acidentes entre os anos de 2000 e 2010. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

Entre os anos 2000 e 2010 morreram 158 jovens. Nota-se ainda pelo gráfico 12 que, por quatro anos consecutivos, entre 2003 e 2006, São Carlos obteve índices de mortalidade por acidentes de trânsito inferiores a 12 óbitos/ano, porém, os dois anos seguintes, de 2007 e 2008, a cidade registrou 50 mortes, representando 31,65% da totalidade dos acidentes fatais da década analisada. Já nos anos de 2009 e 2010, verificou-se uma queda no número de óbito de jovens por acidentes, voltando a ficar com índices próximos ao quadriênio de 2003 a 2006. O pico de acidentes registrados nos anos de 2007 e 2008 necessitaria de maior investigação com o objetivo de se determinar quais fatores que levaram ao aumento significativo do número de vítimas fatais.

Wailselfisz (2011) não encontrou na população total e jovem diferenças em relação aos meses do ano, ou seja, não se puderam constatar constantes de mortalidade de acordo com os meses, porém, observando os dias constatam-se diferenças significativas no volume das mortes (WAILSELFISZ, 2011). A apresentação das flutuações temporais dos acidentes de trânsito é apontada a partir da prevalência deles por dia e mês da ocorrência que culminou em óbito. Assim, é um dado aproximativo e que pode não refletir a realidade, já que a data do acidente não necessariamente coincide com a data do óbito da vítima (WAILSELFISZ, 2011).

Observando os dias, é possível obter um panorama da mortalidade por acidentes em São Carlos:

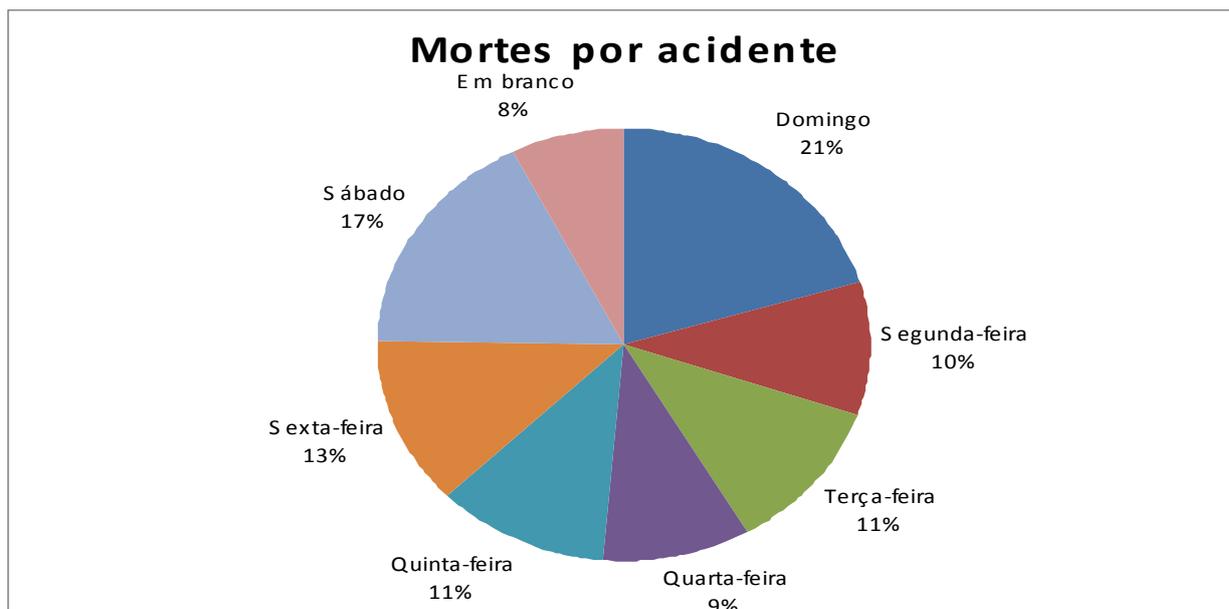


Gráfico 13: Acidentes ocorridos entre jovens por dias da semana entre 2000 e 2010. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

A partir do gráfico 13 nota-se que o maior número de acidentes ocorre aos fins de semana isto é, sábado e domingo, sendo, respectivamente, 27 (17%) e 32 (21%) mortes. O menor número de óbitos por acidentes ocorre em dias úteis, principalmente no meio da semana, às quartas-feiras, com 15 falecimentos (9%). Esses dados poderiam ser justificados por tradicionalmente as noites de sexta-feira, sábado e domingo serem destinadas a festas, comemorações, encontros, em que muitas vezes se faz presente o uso de bebidas alcoólicas e outras drogas, podendo acarretar em imprudências no trânsito, como excesso de velocidade. Contudo, não se pode aferir com precisão acerca disso, pois nas declarações de óbito não constam informações sobre a motivação do acidente. Houve ainda 12 casos de preenchimento em branco sobre esta informação. De maneira semelhante aos dados nacionais, apresenta-se a tabela 4:

Tabela 4: Mortes diárias por acidentes de transporte nos dias de semana. Fonte: Wailselfisz, 2011, p. 108.

DIA DA SEMANA	JOVEM	NÃO JOVEM	TOTAL
SEGUNDA	21,0	77,0	98,0
TERÇA	17,9	68,0	85,9
QUARTA	17,3	69,2	86,5
QUINTA	18,4	70,4	88,8
SEXTA	19,8	78,9	98,7
SÁBADO	33,0	102,3	135,3
DOMINGO	42,9	114,6	157,5
<b>TOTAL</b>	<b>24,3</b>	<b>82,8</b>	<b>107,1</b>
MÉDIA DE DIAS ÚTEIS*	17,9	69,2	87,1
Δ % SÁBADO	84,4%	47,9%	55,4%
Δ % DOMINGO	139,8%	65,7%	80,9%

\* Média da terça, quarta e quinta.

Considerando segunda-feira de madrugada e sexta à noite ainda como final de semana, os dias úteis (as terças, quartas e quintas-feiras) obteve-se, para o ano de 2008, que a média das vítimas na população total foi de 87,1% mortes diárias – 17,9 jovens e 69,2 não jovens. Todavia, esse percentual aumenta ainda mais aos fins de semana, pois, aos sábados, a média foi de 55,4% no total da população e 84,4% entre os jovens, e, aos domingos, a mortalidade entre os jovens cresce 139,8% e não jovem, 65,7%. Essa diferença de óbitos ocorridos em dias úteis em relação aos finais de semana está em torno de 80,9% (WAILSELFISZ, 2011).

No gráfico 14, tem-se os horários que mais ocorrem acidentes entre os jovens:

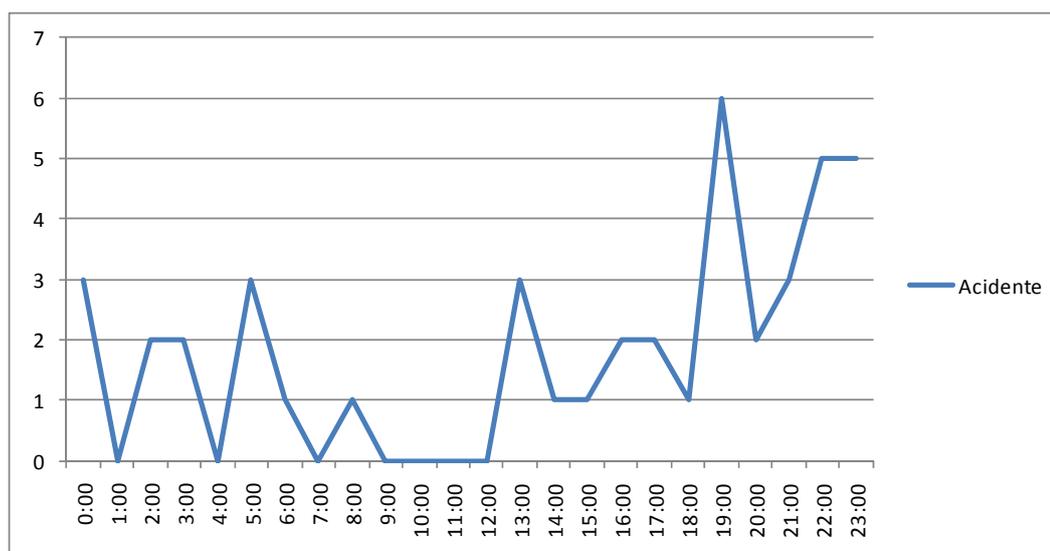


Gráfico 14: Acidentes ocorridos entre os jovens por horários entre 2000 e 2010. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

A ocorrência de acidentes é mais comum no início da noite, horário de volta do trabalho, e entre às 22h e 0h, totalizando 13 mortes. Tomando como referência o período entre às 18h e às 0h, encontrou-se o valor de 25 óbitos, o que corresponde a 58,14% das fatalidades por acidente. Isto é, em um período que compreende apenas um quarto de um dia, se atribui quase que 60% das mortes de jovens por acidente. Para obter esse dado, excluíram-se as ocorrências de óbitos na Santa Casa (maior hospital da região de São Carlos) e Pronto Socorro, pois não esclarecem o real horário da ocorrência. Além disso, muitas mortes não constavam o local e nem a hora ocorrida. Por isso, dos 158 acidentes, apenas 43 (27,2%) constam no gráfico 14. Por conta desse baixo valor percentual de mortes no local da ocorrência, torna-se difícil definir conclusões que levaram à maior ocorrência de acidentes com vítimas fatais ocorridos em determinados horários.

A partir da utilização do CID-10, no gráfico 15 há os tipos de acidentes de trânsito que mais ocorrem:

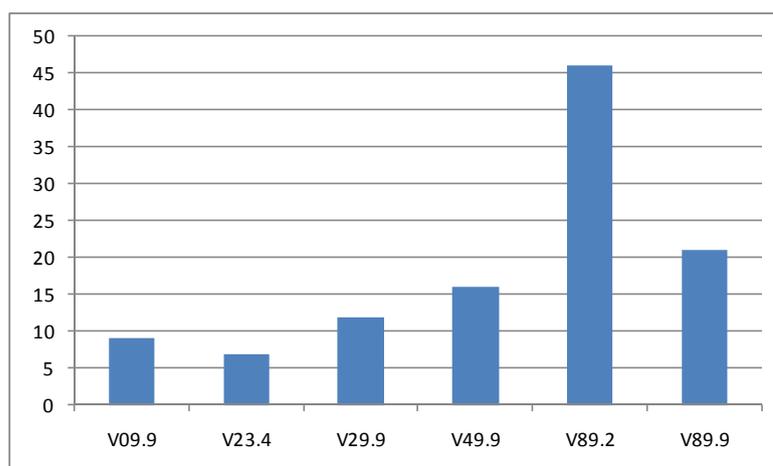


Gráfico 15: Mortalidade de jovens por acidentes de trânsito de acordo com o CID-10. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

Quadro 1: Descrição dos CIDs do gráficos. Fonte: Brasil, 1998.

<p><b>V09.9:</b> Pedestre traumatizado em um acidente de transporte não especificado</p> <p><b>V23.4:</b> Motociclista traumatizado em colisão com um automóvel [carro], "pick up" ou caminhonete - condutor traumatizado em um acidente de trânsito</p> <p><b>V29.9:</b> Motociclista [qualquer] traumatizado em um acidente de trânsito não especificado. Acidente de motocicleta SOE.</p> <p><b>V49.9:</b> Ocupante [qualquer] de um automóvel [carro], traumatizado em um acidente de trânsito não especificado. Acidente de automóvel [carro] SOE.</p> <p><b>V89.2:</b> Pessoa traumatizada em um acidente de trânsito com um veículo a motor não especificado. Acidente (de): trânsito SOE, veículo a motor SOE.</p> <p><b>V89.9:</b> Pessoa traumatizada em um acidente com um veículo não especificado. Colisão SOE.</p>
--

Pelo quadro 1, encontram-se os CIDs que obtiveram número superior a 7 mortes nos últimos onze anos. De tal maneira, foram excluídas, do total de 158, 50 mortes (31,65% dos óbitos por acidente) que tiveram como causas que ocorrem com menor frequência, tais como: V27.4 (Motociclista traumatizado em colisão com objeto fixo ou parado) com 3 ocorrências e V44.6 (Ocupante de um automóvel traumatizado em colisão com veículo de transporte pesado ou ônibus) com 4 ocorrências. Assim, concluí-se que a maior causa de mortes em acidentes ocorre a partir de um condutor em um veículo a motor, conforme descrito no CID V89.2, com 46 mortes (29,11%). Em segundo lugar no número de mortes, há a pessoa traumatizada em um acidente com um veículo não determinado, com 21 mortes.

Os trabalhos técnicos têm apontado que os acidentes com vítimas fatais normalmente ocorrem por excesso de velocidade e consumo de álcool, porém não é possível afirmar com exatidão com base nas Declarações de Óbitos se elas ocorreram ou não por conta da imprudência ou da bebida (MARÍN; QUEIROZ, 2000; SANTOS, 2011).

As mortes que mais comumente ocorrem no trânsito brasileiro decorrem de atropelamentos de pedestres (SANTOS, 2011; REICHENHEIM et al., 2011). No grupo dos pedestres, os mais vulneráveis são crianças e idosos, pois, respectivamente, possuem menor percepção de risco e baixa mobilidade e rapidez, deficiências auditivas e visuais e diminuição do reflexo (SOUZA et al., 2007). Todavia, como se observa no gráfico 15, os óbitos por atropelamentos em São Carlos foram baixos, aproximadamente 8% do total.

Reichenheim et al. (2011) e Souza et al. (2007) ressaltam ainda o crescimento de óbitos por motocicletas no país, principalmente devido ao aumento da frota deste tipo transporte no país, que praticamente dobrou de 2001 a 2005. Até 1980, as motocicletas eram vistas como veículos destinados ao lazer, entretanto, seu baixo custo e rapidez para passar por

engarramentos a transformaram, em 1990, em uma condução para o trabalho, sendo no começo para transportar mercadorias (*motoboys*)<sup>22</sup>, depois como moto-táxi no deslocamento de passageiros (REICHENHEIM et al., 2011).

#### **4.3.2 Suicídio no Brasil**

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre as taxas de suicídios entre 83 países listados, em 2008, o Brasil encontra-se na 73ª posição em relação à população total e, na população jovem, a 60ª. São, portanto, taxas baixas quando comparadas a outros países. Contudo, comparada às outras mortes por causas externas (homicídios e acidentes de transporte), os suicídios foram os que mais cresceram de 1998 a 2008, 17% não só para a população total, mas também para a jovem (WAILSELFISZ, 2011).

De 1998 a 2008, o número de suicídios no país passou de 6.985 para 9.328, sendo, portanto, um incremento de 33,5%, valor que ultrapassa o crescimento da população (17,8%), dos homicídios (19,5%) e das mortes por acidentes de trânsito (26,5%). Já entre os jovens houve um aumento de 22,6%, isto é, de 1.454 em 1998 para 1.783 em 2008. Assim, aumentou de 4,2 a 4,9 suicidas em 100 mil habitantes e de 4,4 para 5,1 suicidas em 100 mil jovens analisados durante esses dez anos (WAILSELFISZ, 2011).

Nas capitais, na população total, de 1998 a 2008, houve um aumento de 7,7% no número de suicídios, enquanto que em relação aos jovens existiu uma queda de 8,4%. De modo semelhante, nas regiões metropolitanas, observou-se um incremento de 10,3% na população e declinou 7,3% entre os jovens (WAILSELFISZ, 2011).

Em relação aos municípios, aqueles que ocupam as primeiras posições são locais de assentamento de comunidades indígenas, como Amambaí e Paranhos no Mato Grosso do Sul, os quais são cidades com cerca de 10 mil habitantes e encabeçam a lista Tabatinga e Amazonas, municípios em que prevalecem de maneira absoluta os suicídios indígenas e destoam dos índices nacionais e internacionais (WAILSELFISZ, 2011).

##### **4.3.2.1 Suicídio em São Carlos**

Analisando São Carlos, os dados relevantes acerca do suicídio foram encontrados entre os jovens, entre 2000 e 2010, conforme gráfico 16, totalizando 52 óbitos.

---

<sup>22</sup> Segundo Silva, Soares e Andrade (2008), os *motoboys* estão muito susceptíveis aos acidentes de trânsito “dadas as constantes exigências inerentes a seu exercício profissional, como o cumprimento de metas em horários estabelecidos e, geralmente, com ganho por produtividade, independentemente de condições climáticas, de trânsito ou de trabalho apresentadas” (SILVA; SOARES, ANDRADE, 2008, p.135).

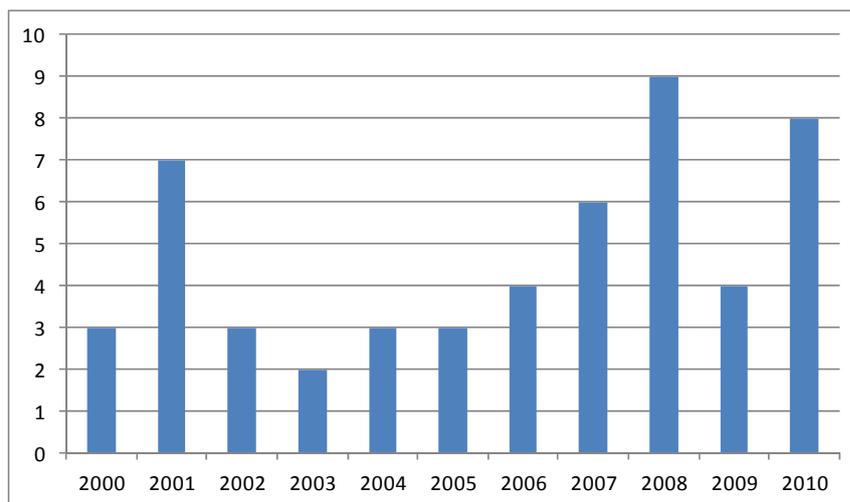


Gráfico 16: Número de óbitos por suicídio de jovens entre 2000 e 2010. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

Observa-se que, entre os onze anos analisados, 52 jovens foram vítimas de suicídio. Por meio do gráfico 16 é possível verificar que, a partir do ano de 2005, houve uma tendência de aumento dos casos de autoviolência, embora tenha diminuído nos anos de 2009 e 2010 em relação a 2008, ano este que obteve o maior índice de mortes (9 casos de suicídio). É possível fazer essa consideração a partir do raciocínio de que no quinquênio 2001-2005 foram registrados 18 casos de suicídio, enquanto entre os anos 2006-2010 tiveram 31 casos, ou seja, um aumento de 72%.

No gráfico 17, apresenta-se o número de mortes por suicídio de acordo com os dias da semana:

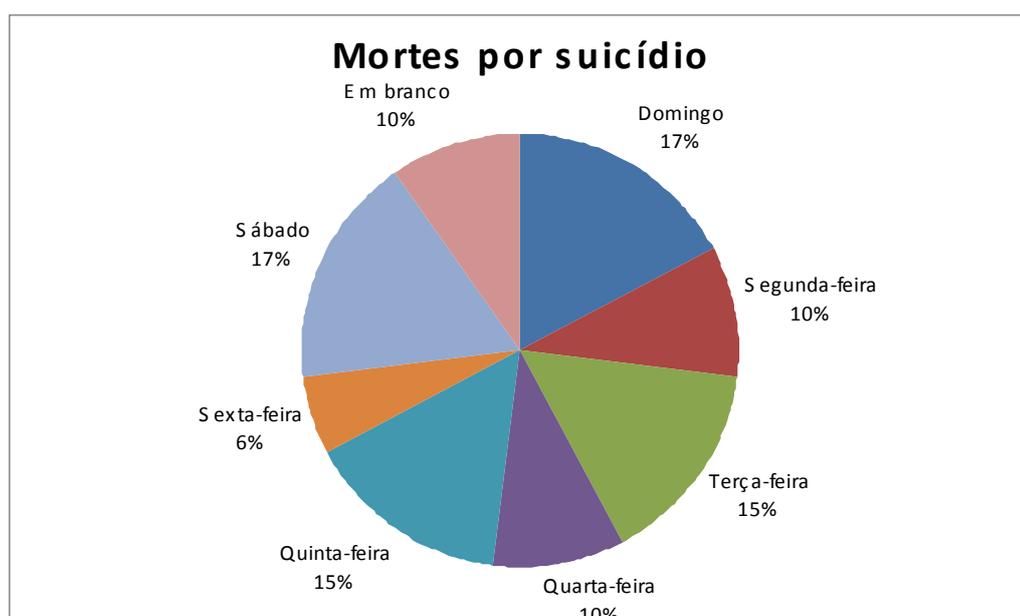


Gráfico 17: Suicídios ocorridos entre os jovens por dias da semana. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

Os suicídios ocorreram mais aos fins de semana, ou seja, aos sábados e domingos, ambos com 9 mortes (17 %), seguidos de terça e quinta feiras, cada um deles com 8 óbitos (15%). Sexta-feira foi o dia com menor número de suicídios, com 3 casos. Houve cinco casos de autoviolência, representando 10%, em que o campo destinado à data de ocorrência esteve em branco.

No gráfico 18 encontra-se a mortalidade de jovens por suicídio conforme o CID-10:

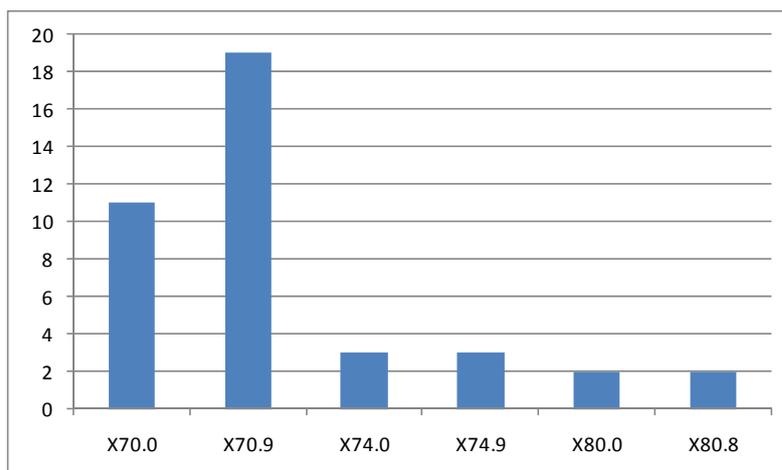


Gráfico 18: Mortalidade de jovens por suicídio de acordo com o CID10. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

Quadro 2: Descrição dos CIDs do gráfico 20. Fonte: Brasil, 1998

**X70.0:** Lesão autoprovocada intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação - residência

**X70.9:** Lesão autoprovocada intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação - local não especificado.

**X74.0:** Lesão autoprovocada intencionalmente por disparo de outra arma de fogo e de arma de fogo não especificada – residência.

**X74.9:** Lesão autoprovocada intencionalmente por disparo de outra arma de fogo e de arma de fogo não especificada - local não especificado.

**X80.0:** Lesão autoprovocada intencionalmente por precipitação de um lugar elevado – residência.

**X80.8:** Lesão autoprovocada intencionalmente por precipitação de um lugar elevado - outros locais especificados.

A mortalidade por suicídio entre os jovens deve-se principalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação, sem especificar o local, com 19 mortes (36,53%). Já com local especificado, a residência, são 11 mortes (21,15%). Com uso da arma de fogo, com local

especificado ou não, ocorreram 6 mortes (11,5%). Por fim, com queda voluntária de lugar elevado, com local especificado ou não, foram 4 mortes (7,7%). No gráfico 18, relacionada ao CID, foram omitidos dados de suicídio com menos de 2 casos com o objetivo de não poluir visualmente o gráfico. Entre os CIDs não apresentados no gráfico 18, pode-se citar: X76.9 (Lesão autoprovocada intencionalmente por fumaça, pelo fogo ou por chamas), X78.9 (Lesão autoprovocada intencionalmente por objeto cortante ou penetrante) e X69.9 (Auto-intoxicação por exposição, intencional, a outros produtos químicos e substâncias nocivas não especificadas).

#### **4.3.2.2 Suicídio: explicação multifatorial**

Diversos autores ponderam sobre a diversidade de causas na explicação do suicídio. Para Lovisi et al. (2006) e Rodrigues et al. (2006), os principais fatores são a existência de tentativas anteriores de extinguir a própria vida, transtornos mentais (depressão, abuso/dependência de álcool e outras drogas), ausência de apoio social, casos de suicídio no meio familiar, ocorrência de episódios estressantes e características sociodemográficas, culturais e regionais (pobreza, desemprego, baixo nível educacional, gênero e geracional). Portanto, é uma “abordagem inter e transdisciplinar, por meio do diálogo de respeito e abertura entre os diferentes olhares e distintos saberes (médico, psicológico, psicossocial, sociológico e antropológico) (RODRIGUES et al., 2006, p.184).

Em relação às regiões, segundo Lovisi (2006), foi constatada uma significativa variabilidade na mortalidade por suicídios entre as regiões brasileiras. Os resultados mais expressivos estão no sul do país e na região Centro-Oeste. Assim, no Rio Grande do Sul concentra-se as maiores taxas de suicídio do Brasil, sobretudo, entre trabalhadores rurais e pescadores, o que se explica pelas condições de trabalho, muitas vezes, insalubres e precárias, além da exposição significativa aos pesticidas, os quais podem gerar transtornos depressivos através de mecanismos neurológicos e endócrinos (LOVISI et al., 2006).

Recentemente, no Centro-Oeste tem se observado um crescimento do número de suicídios devido à elevada incidência desse tipo óbito entre os índios, em especial dos Guaraní-Kaiowã que vivem em Dourados, no Mato Grosso do Sul. Vários estudos afirmam que essa elevada mortalidade deve ser entendida pela desintegração cultural, marginalização e a ocorrência do abuso de álcool nessa comunidade (LOVISI et al., 2006).

Na questão de gênero, morrem mais homens que mulheres, semelhantemente aos dados internacionais, ocorrendo principalmente devido ao desencantamento em relação aos projetos futuros, abusos pessoais e sofrimentos psíquicos. No caso das tentativas de suicídio,

decorrem do patriarcalismo, violência intrafamiliar e ausência de rede social (SOUZA; MINAYO; CAVALCANTE, 2006). Para Lovisi et al., 2006, a baixa mortalidade de suicídios entre elas deve-se ao menor consumo de álcool, crenças religiosas, maior inserção social e por buscarem auxílio no tratamento de transtornos mentais. As mortes no sexo feminino ocorrem frequentemente pelo uso de medicamentos, principalmente os psicoativos, enquanto nos homens é, sobretudo, pelo uso de armas de fogo (LOVISI et al., 2006).

Sobre as faixas etárias, as ideações suicidas estão mais presentes nas idades mais avançadas, porém tem se verificado, tanto no Brasil como em outras nações, um aumento relevante entre os 20 e 59 anos (LOVISI et al., 2006). Para Lovisi et al. (2006) e Daolio (2010), esse incremento da violência suicida entre à juventude está associada às condições econômicas desfavoráveis, principalmente em uma contemporaneidade marcada por constantes crises econômicas. Ademais, o suicídio na sociedade evidencia-se nas práticas autodestrutivas, como fumar quarenta cigarros por dia, comer excessivamente e trabalhar incessantemente, por exemplo. Segundo Daolio (2010), essa sobrecarga “é um projeto de morte, ou seja, viver suicidando-se” (p.257). De modo semelhante, Durkheim diz “a fadiga, finalmente, basta por si para produzir o desencanto, porque é difícil deixar de sentir, com o tempo, a inutilidade de uma perseguição sem fim” (DURKHEIM, 2001, p.120).

Porém, contrariamente a visão da pobreza como uma das causadoras do suicídio, colocada por Lovisi et al. (2006) e Daolio (2010), Durkheim (2001) aponta que a miséria obriga o indivíduo a exercer sobre si uma constante disciplina e aceitar melhor o controle coletivo. Seus desejos são mais definidos devido ao horizonte limitado pelos mais afortunados. Ser pobre, então, é um freio, pois quanto menos se possui, menos é movido a extrapolar os limites e o círculo das necessidades, por outro lado, a riqueza confere a sensação de que tudo pode ser vencido, a qualquer custo. Assim sendo, são os mais ricos as vítimas do suicídio, pois, ao contrário dos pobres, eles possuem acima deles apenas um vazio (DURKHEIM, 2001).

Por fim, na constatação dessas mortes influenciam ainda a maneira como elas são registradas. A subnotificação, gerada por preenchimento incorreto, pedido da família para mudar a causa de morte ou existência de cemitérios clandestinos e associada à baixa qualidade dos dados presentes nas declarações de óbitos podem acarretar uma subestimação dos óbitos por suicídio no país (LOVISI et al., 2006; RODRIGUES et al., 2006; DAOLIO, 2010).

Conforme Rodrigues et al. (2006), a dificuldade em falar sobre esse tipo de morte faz com que, muitas vezes, muitos casos não sejam notificados, sendo mais frequentes em regiões

com organizações religiosas mais bem difundidas entre a população. Nesse sentido, para Durkheim (2001), apesar de a sociedade influenciar no cometimento do suicídio, ela o condena moralmente. Isto pode ser observado a partir do transcorrer da história, em que a proibição ao suicídio foi se tornando cada vez mais radical. Primeiramente, houve uma legislação que cabia apenas ao Estado fazê-lo com o auxílio de particulares, sem participação do coletivo. Após isso, tornou-se um ato condenável, sem qualquer exceção. É visto não só como um erro civil em relação ao Estado, mas também às religiões, as quais afirmam a imortalidade da alma e o dever de sagrá-la (DUKHEIM, 2001).

No entanto, não é apenas no registro de morte que se constatam falhas, mas também nos atendimentos aos indivíduos que tentaram se suicidar. Por isso, Souza, Minayo e Cavalcante (2006) apontaram a necessidade de que haja uma melhor capacitação dos profissionais no diagnóstico, notificação e codificação das causas básicas de morte por violência e acidentes, especialmente em episódios de suicídio. Segundo os autores, é necessário “preparar melhor os serviços para atender às vítimas dos eventos violentos e para produzir informações bem codificadas e fidedignas” (SOUZA; MINAYO; CAVALCANTE, 2006, p.1341).

Sendo assim,

Além dos já conhecidos fatores, como transtornos depressivos e abuso/dependência de álcool, existe também a necessidade de investigar os aspectos sociais, econômicos e culturais que podem influenciar o comportamento suicida em diferentes regiões do Brasil. (...) A prevenção do suicídio precisa ser abrangente e multisetorial incluindo setores relacionados e não relacionados à saúde. Precisa contemplar e levar em consideração a diversidade e as especificidades das regiões brasileiras (LOVISI et al., 2006, p.592).

### 4.3.3 Homicídio

A violência homicida está presente constantemente na mídia e comumente vista como algo comum e universal à juventude. “Assim, violência juvenil começa a aparecer como uma categoria explicativa quase universal e natural de nossa cultura globalizada quando, na realidade, é um fenômeno que ainda tem quer ser explicado, fato notadamente social e cultural” (WAILSELFISZ, 2011, p.76).

Todavia, estatísticas de homicídios de outros países estão muito distantes das existentes no Brasil. Sendo o índice de vitimização 265, ou seja, homicídios jovens 265% mais elevados de que os índices não jovens, o país encontra-se, entre 79 países analisados, como o quinto em homicídios entre jovens de 15 a 24 anos, estando abaixo de Ilhas Virgens (EUA), Porto Rico, Venezuela e Panamá (WAILSELFISZ, 2010).

Em 2008, o Brasil passou para o sexto lugar devido ao aumento da violência em países da América Central, como El Salvador e Guatemala, devido às gangues juvenis existentes

nesses locais. Dessa maneira, tais países acabaram, então, por substituir a Colômbia no primeiro lugar do *ranking* internacional da violência (WAILSELFISZ, 2011).

Enfim, de modo geral, morreram no país, de 1997 a 2007, 512,2 mil pessoas. O Brasil supera diversos países com guerras civis, conflitos armados, religiosos ou raciais ou de etnias, com dificuldades na fronteira, como Chechênia/Rússia, Angola, Guatemala, Guerra do Golfo, El Salvador, Timor Leste, Angola, Israel/Egito e outros. Pode-se, então, afirmar assertivamente que essa violência homicida deve-se principalmente ao crescimento da mortalidade de jovens no país (WAILSELFISZ, 2010).

Outra observação importante a ser feita é que em 36 dos 79 países, o que significa 46% deles, as taxas de homicídios jovens estão abaixo dos não jovens, logo, demonstrando que a violência entre os jovens não é dada como um fenômeno natural e previsível em todos os outros países. Além disso, dos dez países com maiores Índices de Vitimização Juvenil, seis são latino americanos (WAILSELFISZ, 2010).

Os jovens, considerados pelo Sistema de Nações Unidas como sendo dos 15 aos 24 anos, são as maiores vítimas da violência. Em 2007, com 35 milhões de jovens no país, aproximadamente 18,6 % da população de 189,3 milhões de brasileiros, a mortalidade dessa faixa etária representa 36,6 % do total de homicídios no país. Apesar do decréscimo observado nos últimos anos, a participação dos jovens como vítimas homicídios é significativa, de acordo o gráfico 19 (WAILSELFISZ, 2010).

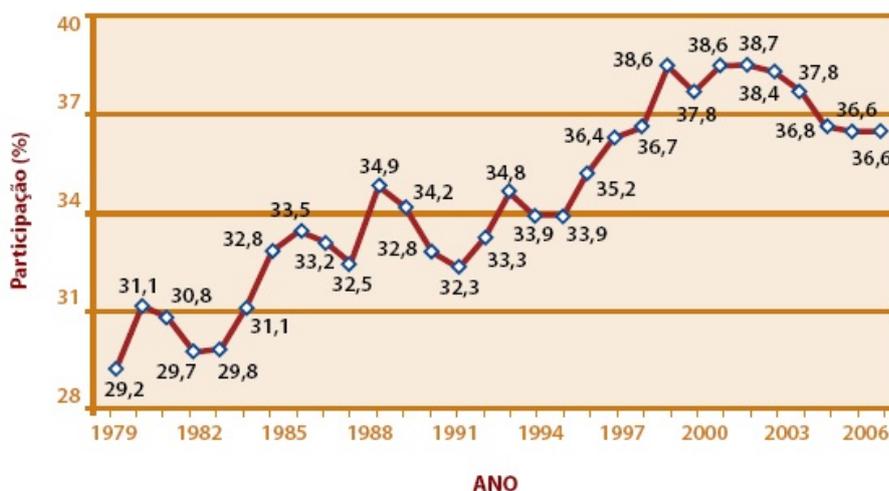


Gráfico 19: Participação dos homicídios juvenis no total de homicídios. Fonte: Wailselfisz, 2011, p. 28.

O gráfico 19 possibilita constatar que a proporção de homicídios entre os jovens foi aumentando com o transcorrer do tempo. Na década de 1980, estava em menos de 30% da totalidade de homicídios no país, hoje, encontra-se em quase 40%. Em seis anos, de 1997 a

2003, o número de homicídios sofreu um incremento de 14,3 mil para 19,7 mil, ou seja, um aumento de 38,3% nesse período, enquanto que de 2003 a 2007 houve uma diminuição de 11,4%. (WAILSELFISZ, 2010, 2011).

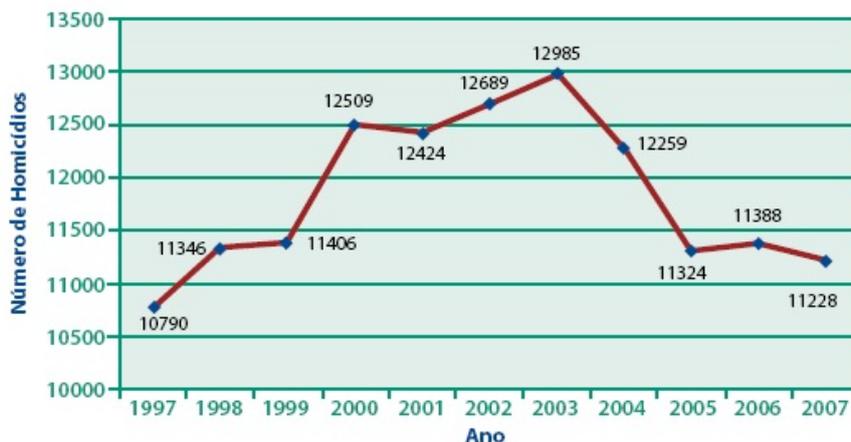


Gráfico 20: Taxas de homicídio (em 100.000) na população de 15 a 29 anos. Fonte: Wailselfisz, 2010, p. 96.

Pelo gráfico 20, verifica-se que a partir do ano de 2003 decresceram os homicídios entre os jovens de 15 a 29 anos, sendo possível justificar por meio de algumas causas, dentre elas o Estatuto do Desarmamento, o qual tornou mais severas as penas por porte e posse de arma, e a Campanha do Desarmamento, com entrega das armas a partir de um ressarcimento financeiro. Nota-se, portanto, uma queda significativa da mortalidade de jovens de 15 a 29 anos. No ano de 1997, havia no país 87 homicídios para 100.000 jovens, enquanto que em 2007, passou para 78,6, representando uma queda de 10% (WAILSELFISZ, 2010).

Segundo Peres et al. (2011) e Reichenheim et al. (2011), o Estatuto e a Campanha do Desarmamento são hipóteses para a queda no número de homicídios no município de São Paulo, já que diminuiriam principalmente as mortes em decorrência do uso de armas de fogo. Entretanto, é um fenômeno observado antes de 2001, portanto, antes da implementação das políticas de retirada das armas de circulação (PERES et al., 2011). Existem ainda outras conjecturas a respeito do decréscimo da violência homicida, como a atuação do PCC e a interiorização da violência, anteriormente citados.

#### 4.3.3.1 Homicídios entre os jovens no Brasil

Porém, mesmo com a redução no número de homicídios no país, a mortalidade de jovens por homicídio continua sendo significativamente maior que outras faixas etárias:

Tabela 5: Taxas de homicídio jovem (15 a 24 anos), não jovem e Índice de Vitimização juvenil por homicídio no Brasil. Fonte: Wailselfisz, 2011, p.71.

INDICADOR	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
TAXA JOVEM	47,7	48,5	51,4	52,3	55,0	56,1	52,4	50,9	51,4	50,1	52,9
TAXA NÃO JOVEM	20,6	20,7	20,5	21,6	21,8	22,1	20,7	19,9	20,5	19,6	20,5
ÍNDICE DE VITIMIZAÇÃO	232	235	250	242	252	254	253	256	251	256	258

Dessa maneira, como apresentado pela tabela 5, em uma década, a taxa de homicídios de jovens é mais que dobrou a taxa não jovem. Tal discrepância também pode ser observada analisando o índice de vitimização, o qual indica a relação percentual entre a taxa de mortes por homicídios na população de 15 a 24 anos e as taxas em relação ao restante da população, a não jovem. Assim, quanto maior tal índice, maior concentração de homicídios na população jovem. A partir disso, obtiveram-se dados preocupantes: os índices aumentaram rapidamente até 2002 e depois desaceleraram, mas, ainda assim, mantiveram-se ascendendo de maneira lenta e gradual. Desse modo, em 1997, o índice era de 220, ou seja, 2,2 homicídio jovem por homicídio não jovem, enquanto que em 2007 aumentou para 256, portanto, um incremento de 17,3% ao índice. Em 2008, o dado esteve em 258, isto é, duas vezes e meia mais homicídios entre os jovens que em relação aos outras idades (WAILSELFISZ, 2010, 2011).

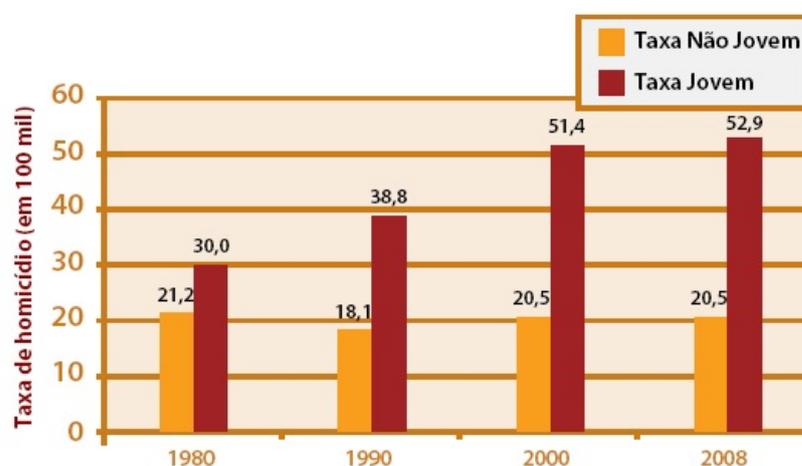


Gráfico 21: Evolução das taxas de homicídio Jovem (15 a 24 anos) e não jovem no Brasil. Fonte: Wailselfisz, 2011, p. 75.

Assim, comparando 1980 e 2008, nota-se que a taxa passou de 30 para 52,9, enquanto a não jovem manteve-se praticamente estável durante esse período. Por conseguinte, conclui-se que “os avanços da violência homicida no Brasil das últimas décadas tiveram como motor exclusivo e excludente a morte de jovens” (WAILSELFISZ, 2011, p.76).

#### 4.3.3.2 Homicídios entre os jovens em São Carlos

Em São Carlos-SP também se constatou a diminuição da mortalidade de jovens por homicídios após 2004, conforme figura a seguir:

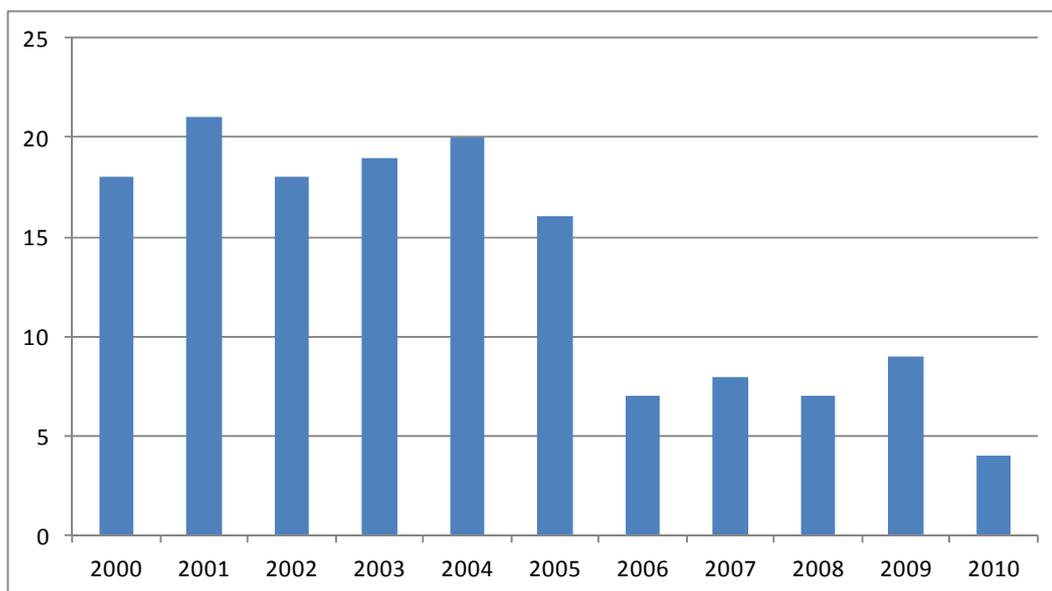


Gráfico 22: Mortalidade de jovens por homicídio ao longo dos últimos onze anos. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

De acordo com o gráfico 22, é possível observar que entre 2000 e 2010 ocorreram 147 mortes por homicídio de jovens na cidade de São Carlos. Nota-se também que a partir do ano de 2005 o número de vítimas de homicídios apresentou queda, ficando abaixo de 10 óbitos/ano. Considerando o quinquênio 2001-2005, soma-se 94 óbitos, enquanto que nos anos de 2006-2010 o número de homicídios entre jovens foi de 35, ou seja, houve um decréscimo de 62,76%, sendo o ano de 2010 com menor ocorrência de óbito por esta causa externa, 4 mortes. Uma das questões que se coloca é se há ou não relação com o Estatuto do Desarmamento, uma vez que é de 2004, ano que se inicia o decréscimo da mortalidade entre os jovens.

Entrou-se em contato com um dos responsáveis<sup>23</sup> pela Campanha do Desarmamento para saber mais sobre a quantidade de armas recolhidas em São Carlos nos últimos anos. No entanto, o profissional contatado não soube precisar quantas foram entregues pela população.

<sup>23</sup> Para obtenção de informações concernentes às Campanhas de Desarmamento ocorridas em São Carlos, contactou-se informalmente o Capitão da Polícia Militar do município no dia 7 de dezembro de 2011. Segundo o policial, a primeira campanha ocorreu em 2009 e a segunda em 2011, sendo, nessa última, obtidas 8 armas em um único posto de coleta, entretanto, não soube precisar quantas armas foram recolhidas em ambas ações.

Porém, mesmo com a diminuição no número de homicídios, as mortes provocadas por armas de fogo superam o uso de objetos cortantes, conforme gráfico a seguir:

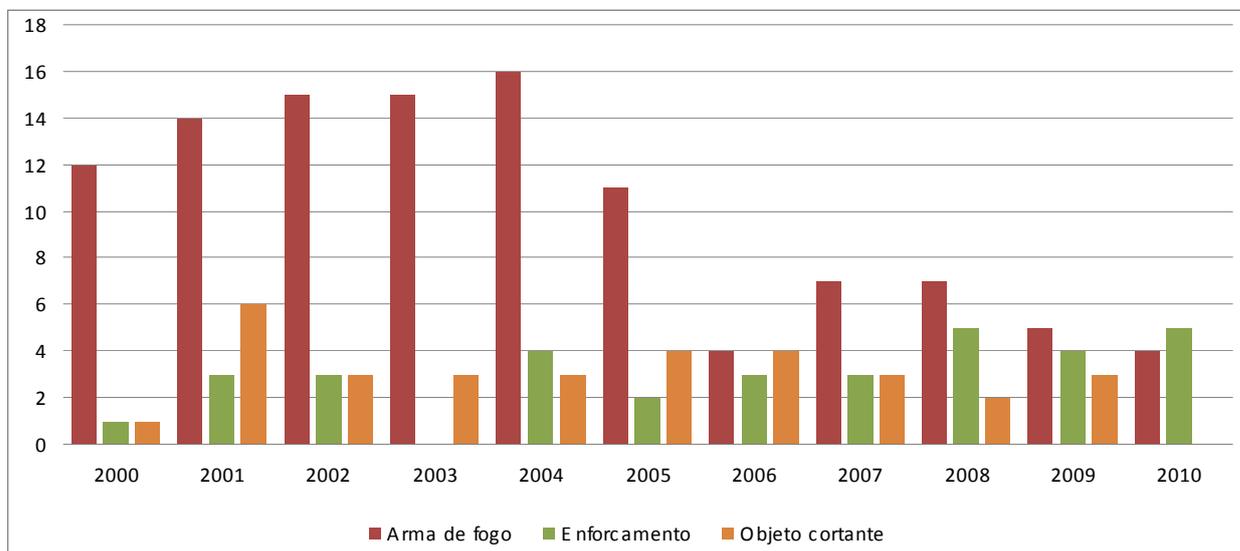


Gráfico 23: Causas de morte de acordo com a forma de execução entre 2000 e 2010 para suicídio, homicídio e embate com a polícia. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

O gráfico 23 também permite concluir que o uso de armas de fogo prevalece entre os homicídios, apesar da diminuição considerável desse tipo de morte após 2004. Até 2005, o uso de arma de fogo esteve presente em 75,45% dos óbitos por homicídio, suicídio e embate com a polícia no período analisado, de 2000 a 2010. Além disso, ao longo da década, a utilização de armas de fogo esteve presente em 54,45% das mortes por suicídios, homicídios e embate com a polícia. Por fim, nos últimos onze anos, 16,34% das mortes foram por enforcamento e 15,84% por objetos cortantes.

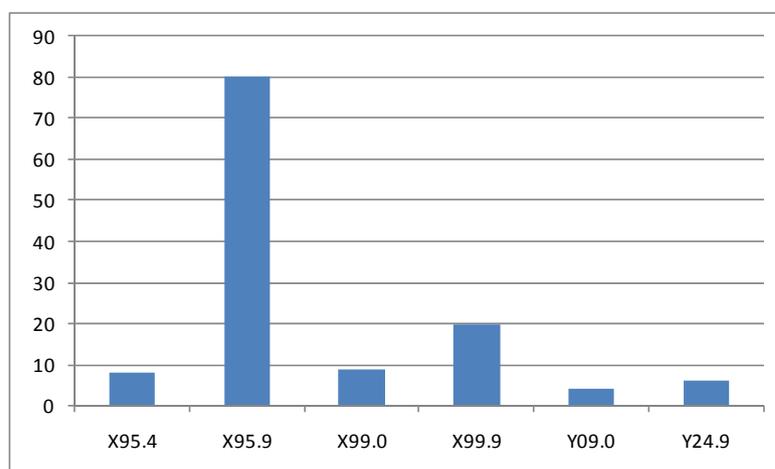


Gráfico 24: Mortalidade de jovens por homicídio de acordo com o CID-10 de 2000 à 2010. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

Quadro 3: Descrição dos CIDs da figura 26. Fonte: Brasil, 1998.

**X95.4:** Agressão por meio de disparo de outra arma de fogo ou de arma não especificada - rua e estrada.

**X95.9:** Agressão por meio de disparo de outra arma de fogo ou de arma não especificada - local não especificado.

**X99.0:** Agressão por meio de objeto cortante ou penetrante – residência.

**X99.9:** Agressão por meio de objeto cortante ou penetrante - local não especificado.

**Y09.0:** Agressão por meios não especificados – residência.

**Y24.9:** Disparo de outra arma de fogo e de arma de fogo não especificada, intenção não determinada - local não especificado.

Portanto, de acordo com o gráfico 24, os homicídios ocorreram em 80 casos por meio de disparo de outra arma de fogo ou de arma não especificada, embora, totalizando todos os casos de homicídio, identificou-se 102 óbitos por arma de fogo, correspondendo a 69,39% das ocorrências. Obteve-se a agressão por meio de objeto cortante ou penetrante, sem local especificado, com 20 mortes, sendo que na residência foram registrados 9 óbitos. No total, foram 30 homicídios por objeto cortante, 1 por fogo ou fumaça, 1 por objeto contundente, 1 por impacto de veículo a motor, 1 por maus tratos e 6 por agressão (causa indefinida). Os cinco casos restantes estão dentro das 23 ocorrências de CIDs inconclusivos, como aquelas iniciadas pelas letras I, R ou S, por exemplo.

Analisando ainda com mais detalhes a violência homicida em São Carlos, obtiveram-se dados sobre os dias e horários que apresentaram mais ocorrências:

No gráfico 25, tem-se o número de homicídios ocorridos ao longo dos dias da semana:

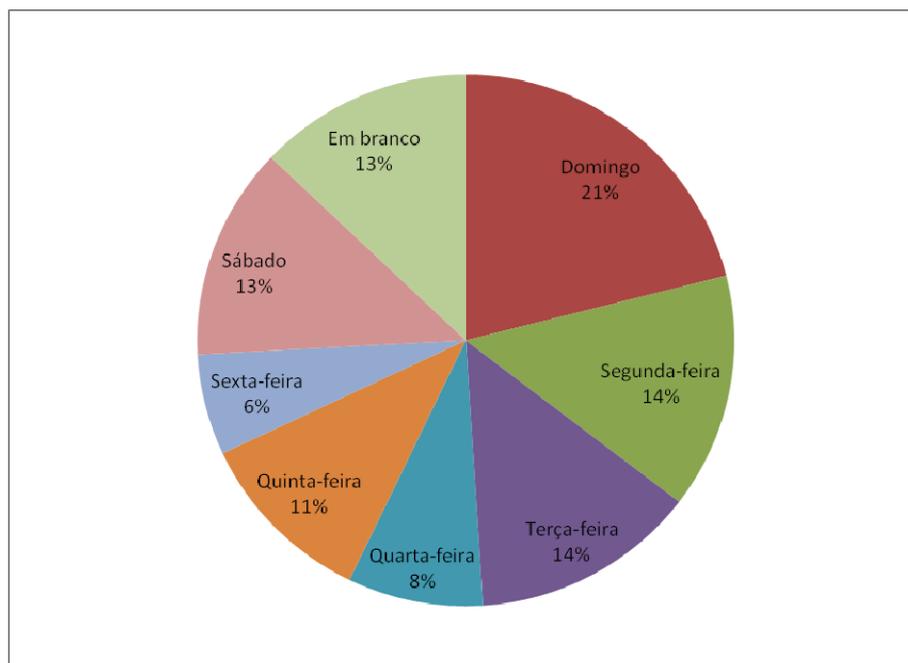


Gráfico 25: Homicídios ao longo dos dias da semana. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

O dia em que mais acontecem homicídios é aos domingos, com 31 mortes (21%), seguidos por segunda e terça-feira, respectivamente, com 21 (14,29%) e 20 (13,61%) óbitos. Deve-se ressaltar que em 19 declarações de óbito não constaram o dia do falecimento. Além disso, é um dado que pode não representar a data de ocorrência do evento, na medida em que registra a data do falecimento.

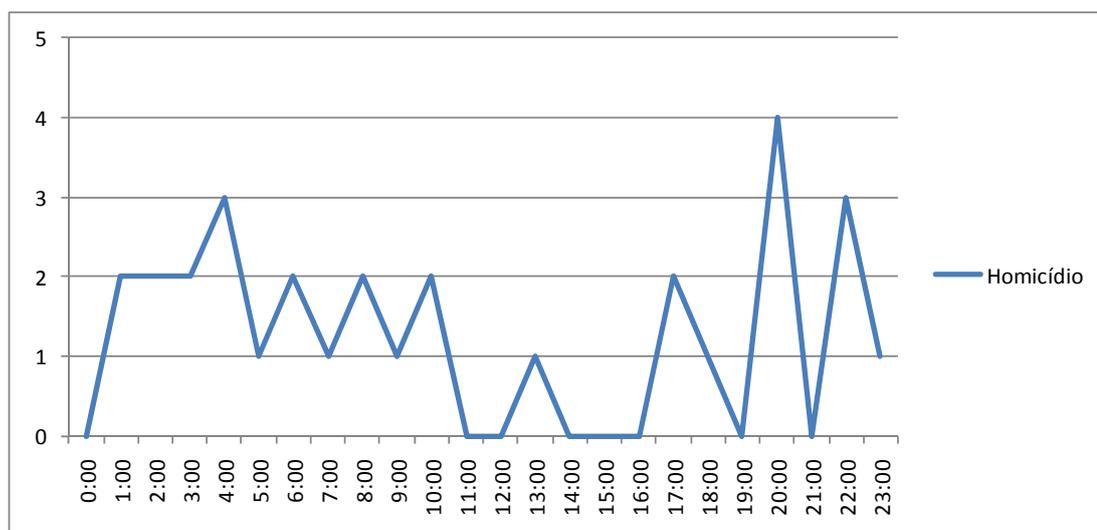


Gráfico 26: Homicídios ocorridos entre os jovens por horários. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

Nota-se que principalmente no início da noite concentram-se os homicídios entre os jovens, seguidos da madrugada. Dessa maneira, da meia-noite às seis ocorreram 12 mortes (40%) e entre às 20h e 24h, 8 óbitos (27%). Porém, a totalidade é de apenas 30 mortes das 147 ocorridas, já que não se considerou as mortes ocorridas em estabelecimentos de saúde. Dos homicídios acontecidos em domicílios e vias públicas, muitos não tiveram o horário apresentado. Esses casos corresponderam a 34,88% (15 de 43 ocorrências).

#### **4.3.3.3 Armas de fogo**

As armas de fogo possuem diversos propósitos. Pode-se usá-las, por exemplo, para proteção, caça, esporte e como um símbolo de poder para os jovens, que pode representar a manifestação de força e um modo de impor a vontade, no chamado *ethos* da masculinidade (PERES, 2004; ZALUAR, 1994). Entretanto, com a modernização e a urbanização, as armas de fogo passaram a ser usadas comumente em agressões, assassinatos e para prevenção de ataques de terceiros (MESQUITA NETO, 2005). De tal modo, “a violência por arma de fogo é um problema de grande relevância no Brasil, o qual atinge principalmente a população jovem” (PERES, 2004, p.8).

Assim, devido à repercussão na sociedade diante da violência provocada por armas de fogo, aprovou-se, no dia 22 de dezembro de 2003, a Lei 10.826, a qual dispõe acerca do registro, a posse e os portes de armas de fogo e de munições no país e também sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm). Dito de outro modo, foi uma medida objetivando o controle de armas no Brasil. Já o conhecido Estatuto do Desarmamento, artigo 35 desta lei, previu a execução de um referendo popular, ocorrido no dia 23 de outubro de 2005, para que a população opinasse ser a favor ou contra a proibição do comércio de armas de fogo e munições em todo o território nacional (MESQUITA NETO, 2005).

A Constituição Federal, no artigo 14, afirma que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e sigiloso, com valor idêntico para todos, a partir de plebiscito, referendo e iniciativa popular. Portanto, representa a constituição de um regime democrático de caráter participativo, no qual prevê o engajamento de seus cidadãos nas eleições e em temas de importância nacional. Nesse sentido, o referendo sobre a proibição de armas de fogo e munições foi a primeira vez, após a Constituição de 1988, em que a população se manifestou sobre uma política pública por meio do voto. De tal maneira, a maioria dos eleitores rejeitou a proibição do comércio de armas e munição no país (MESQUITA NETO, 2005).

A iniciativa de controlar as armas no país deve-se ao crescimento significativo das mortes causadas por armas de fogo nas décadas de 1980 e 1990, e que ainda persistiu nos dez anos seguintes (MESQUITA NETO, 2005). As armas de fogo contribuíram com mais de 50% dos casos de homicídios em 1991 e aproximadamente 70% no ano 2000, com deslocamento para as faixas etárias mais jovens (PERES; SANTOS, 2005). Para se ter uma idéia da dimensão da mortalidade por homicídios, em 1997, esse tipo de violência estava em primeiro lugar como causa de anos potenciais perdidos no país (PERES; SANTOS, 2005). Constatou-se ainda aumento dos óbitos causados não só por homicídios e agressões, mas também por suicídios e acidentes (MESQUITA NETO, 2005). Nesse momento, então, a violência era uma das principais inquietações do país, muito impulsionada pela mídia, e visível no uso de automóveis blindados, casas extremamente protegidas e propagação de agências de segurança privada (PERES; SANTOS, 2005).

Além disso, era um contexto caracterizado por desigualdades sociais, desemprego, falta de oportunidades e perspectivas aos jovens, tráfico de armas e drogas, ineficiência dos órgãos de segurança pública e pelo colapso dos sistemas judicial e prisional, os quais estavam refletindo no aumento da violência no país (PERES; SANTOS, 2005; PERES, 2004; CALDEIRA, 2000; PERALVA, 2001; ADORNO, 2002). Conseqüentemente, durante a transição democrática, houve a coordenação da sociedade civil para que se colocasse na agenda política de todas as esferas (nacional, estadual e municipal) alguns assuntos inéditos, como direitos humanos, segurança pública, criminal, penitenciária e o controle sobre armas de fogo (MESQUITA NETO, 2005).

Entretanto, surgiram algumas críticas em relação à proibição do uso da arma de fogo. A primeira delas refere-se ao desconhecimento da magnitude da utilização desses instrumentos, ou seja, de quanto ela influencia no número e tipo de crimes, violências, mortes e agravos gerados aos indivíduos (MESQUITA NETO, 2005). Nesse sentido, argumenta-se que não são as armas que matam ou ferem pessoas, mas os próprios indivíduos. Outra discussão está em torno da impossibilidade de restrição ao uso, em que impedirá apenas ao “cidadão de bem” de obterem tal instrumento de ação como proteção, enquanto os criminosos e agressores continuarão a ter acesso a elas (MESQUITA NETO, 2005; PERES; SANTOS, 2005).

Contudo, como contra-argumentos, Mesquita Neto (2005) afirma que não é possível desassociar o efeito da arma da motivação do indivíduo, pois são elementos que caminham em conjunto, ou seja, a disponibilidade do instrumento afeta a intenção do agente e a intenção do sujeito influencia o uso da arma. Ademais, a violência é um fenômeno complexo, o qual

envolve a confluência de vários fatores (individuais, inter-pessoais e sociais) que inviabilizam o isolamento das conseqüências das armas de fogo sobre os crimes (MESQUITA NETO, 2005).

Ainda segundo Mesquita Neto (2005) e Peres e Santos (2005), diversas pesquisas apontam que a acessibilidade de armas de fogo em casa ou na comunidade eleva o risco de suicídios e homicídios. Em crimes banais, os indivíduos normalmente não têm a intenção de assassinar ou machucar alguém. Assim, o emprego de uma arma de fogo no lugar de uma arma branca acaba tendo influência no número de mortes e na seriedade das lesões ocasionadas às vítimas. Já a utilização das armas de fogo por criminosos e agressores possibilita que a vítima apresente menos resistência, já que se sente ameaçada de ser ferida ou morta. Além disso, o tipo de arma favorece certos tipos de crimes e violências, como homicídios praticados contra policiais, chacinas, mortes por balas perdidas, que provavelmente não ocorreriam se o instrumento empregado não fosse a arma de fogo (MESQUITA NETO, 2005).

Porém, a discussão em torno da proibição do comércio de armas de fogo não é apenas envolvida por teorias, pesquisas e dados empíricos. No debate também abrangem valores éticos e políticos de cada indivíduo, grupo ou comunidade. São três pontos de vista: Saúde Pública, Economia do bem-estar social e dos direitos e responsabilidades, respectivamente, priorizando a integridade física das pessoas, maximização dos benefícios e minimização dos custos e garantia dos direitos e responsabilidade das pessoas. A partir disso, a proibição do comércio de armas tende a ser mais apoiada pelos teóricos da Saúde Pública e criticada por aqueles a favor dos direitos e responsabilidades (MESQUITA NETO, 2005). Portanto,

O desafio das sociedades democráticas é adotar políticas e medidas de controle de armas de fogo que possam efetivamente reduzir ao máximo o número de mortes e a gravidade dos danos causados por armas de fogo, com um mínimo possível de restrição aos direitos e responsabilidades individuais. A natureza das políticas e medidas de controle de armas de fogo capazes de conciliar estes objetivos depende, entretanto, das características e dos valores de cada sociedade (MESQUITA NETO, 2005, p.8).

Por outro lado, no caso brasileiro, o controle de armas é justificado por dois motivos. Primeiro, pelo elevado número de mortes ocasionadas por armas de fogo e a vulgarização delas e de seu uso no país pelas polícias, empresas e trabalhadores da segurança privada, pela população e especialmente entre os jovens. Segundo, pela necessidade urgente de garantir a preservação da vida, sem o qual os outros direitos não podem ser cumpridos (MESQUITA NETO, 2005).

Mesquita Neto (2005) acrescenta ainda que em sociedades nas quais o Estado não consegue garantir a plena segurança ou estão em guerras civis, poderia se refletir acerca da liberalização das armas de fogo. Contudo, o Brasil não se enquadra nesses casos. Ademais, “a história das sociedades democráticas demonstra que o caminho para pacificação e democratização da sociedade passa pela monopolização dos meios de exercer a violência física, inclusive as armas de fogo, por parte do Estado” (MESQUITA NETO, 2005, p.8).

Existem ainda duas ressalvas favoráveis à proibição do uso de arma de fogo. Uma delas é que direito legítimo à defesa não precisa ser feito exclusivamente a partir da posse de uma arma de fogo. Depois, o custo-benefício da interdição às armas é mais favorável à sociedade do que a proibição do comércio de drogas, já que é mais fácil restringir e manter sob domínio o mercado ilegal de armas do que o de drogas (MESQUITA NETO, 2005).

Enfim, para que seja aplicada de modo eficaz, a política de controle das armas de fogo no país, segundo Mesquita Neto (2005), deve estar apoiada na política nacional de segurança pública e criminal, propondo-se a aprimorar as instâncias policiais, judiciais e penitenciárias, apreciando práticas de caráter preventivo, interdisciplinar, interagencial, descentralizada e colaborativa. Além disso, deve haver constante monitoramento e avaliação da proibição da arma de fogo, de tal modo confrontar seu custo-benefício ao de outras possibilidades políticas (MESQUITA NETO, 2005).

#### **4.3.3.4 Homicídios entre os jovens**

O aprofundamento das desigualdades sociais na sociedade brasileira deve ser analisado a partir do processo de consolidação da democracia brasileira que foi incapaz de reduzir a lacuna existente entre os direitos políticos e os sociais (PERES et al., 2008). Essa lacuna foi denominada por Caldeira (2000) como democracia disjuntiva, em que se tem constantemente o não cumprimento dos direitos civis da cidadania. Dessa maneira, as distinções no acesso a bens e serviços públicos de educação, saúde, lazer, cultura, segurança concomitantemente ao exercício da injustiça, discriminação e violência policial fazem do Brasil um país da exclusão que ampara a violência (PERES et al., 2008; PERES, 2004).

Apesar de estudos apontarem que são os jovens moradores de regiões periféricas dos grandes centros urbanos os mais vitimizados em homicídios (RUOTTI et al., 2009), a associação entre desigualdade, pobreza, desenvolvimento socioeconômico e a violência é a linha de análise que mais suscita controvérsias no meio acadêmico (PERES et al., 2008). Nesse sentido, conforme Cardia, Adorno e Poleto (2003) não é suficiente buscar nas carências e desigualdades sociais as razões pelas quais fazem os jovens envolverem-se em atos de

delinqüência e do crime. Assim, pode-se entender que não é a pobreza que elucida as elevadas taxas de homicídio, mas a união de desvantagens sociais que caracterizam as regiões periféricas (PERES et al., 2008) . Em outras palavras, é a sobreposição da violência e das graves violações dos direitos sociais que tornam alguns grupos sociais, moradores de alguns bairros, mais vulneráveis e em situação de serem vítimas potenciais de ocorrências fatais (CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003; CARDIA, 2005).

Para Zaluar (2004), é pequeno o percentual de pobres entre os pobres que escolhem pela delinqüência. “São muito poucos os jovens que estão no centro da desagregação provocada pela violência, mas essa desagregação se espalha como mancha de óleo pelo resto da sociedade e tem trazido um enorme sofrimento a toda a população dos principais centros urbanos do país” (ZALUAR, 2004, p.71).

Nesse sentido, para Barata (1999), os habitantes de locais onde prevalece a carência de serviços possuem maiores riscos de homicídios em relação àqueles com oferta maior. Esse componente macro-estrutural combina-se ainda aos grupos de idade e sexo na determinação dos riscos de homicídio (BARATA, 1999).

Normalmente, os homicídios estão concentrados em áreas com elevado número de jovens com baixa escolaridade, pouca renda e escassos empregos. Além disso, o maior crescimento populacional nesses bairros implica em uma maior demanda por serviços públicos, entre eles, escolas, creches, hospitais, saneamento, moradia, trabalho, transporte público, cultura, esportes e lazer. Porém, nem o Estado não possui condições de financiar, tampouco o setor privado acredita que seja um bom investimento. Por conseguinte, as famílias vão se tornando cada vez mais instáveis por estarem se constituindo sem a garantia de emprego, o que poderia favorecer a obtenção de uma habitação própria. Assim, em um contexto de desemprego, instabilidade, imprevisibilidade, falta de espaço físico e ausência de privacidades, tensões familiares acabam ocorrendo com frequência (CARDIA, 2005).

Além disso, os bairros com altas taxas de homicídio não são sedutores para funcionários públicos. Para eles, em muitos casos, trabalhar nessas áreas é visto como uma forma de penalidade. Aliás, não existem incentivos para que bons profissionais se fixem nesses locais e realizem um trabalho de qualidade (PERES et al., 2008; CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003). Disso decorre utilizar o apoio político para ser manejado, o mais rápido possível, para outra área, menos violenta. Portanto, existe uma alta rotatividade e absenteísmo de funcionários que acarretam em alguns efeitos significativos, como a impossibilidade de qualquer funcionário gerar vínculo com os moradores, a inexistência de porta-vozes confiáveis das demandas do bairro junto à administração pública e, a partir disso, a

disseminação do preconceito entre os moradores de que alguns cidadãos têm mais méritos que outros e a continuidade da estigmatização do bairro pelos profissionais (PERES et al., 2008; CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003). Com essa ausência de serviços fundamentais, as escolas existentes nos bairros violentos acabam possuindo os piores desempenhos nos exames nacionais (CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003).

Conseqüentemente, de acordo com estudos, os homicídios modificaram a paisagem urbana e repercutiram negativamente sobre o setor imobiliário das regiões em que ocorrem com mais freqüência (REICHENHEIM et al., 2011). Dessa maneira, alguns espaços públicos foram fechados e, concomitantemente, aconteceu a construção de comunidades particulares cercadas e equipadas com itens da indústria da segurança para aqueles que quisessem se resguardar da violência (REICHENHEIM et al., 2011).

Sendo assim, com esse baixo investimento em capital social (educação, saúde e outros) em áreas com concentração de desvantagens, gera-se uma dificuldade no acesso aos serviços oferecidos, bem como o comprometimento da qualidade dos mesmos, de tal forma a favorecer que a população cada vez mais fique descrente das instituições públicas (PERES, 2004; BARATA, 1999).

Outro agravante é o *stress* psicológico e o comprometimento da coesão social devido à elevada exposição à violência nos bairros, ou seja, poucos indivíduos comprometidos em práticas sociais e solidárias de auxílio recíproco e, por conseguinte, resultando em maior vulnerabilidade (BARATA, 1999). Somado a isso, faltam exemplos de sucesso entre os habitantes – pessoas com ensino superior, chefes de família com situação econômica estável, pois convivem cotidianamente com desemprego e a busca por uma vaga no mercado informal de trabalho (CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003).

Essa conjuntura deve-se em razão das mudanças do perfil do mercado de trabalho. No passado, os direitos trabalhistas assegurados, como férias, benefícios, décimo terceiro salário e fundo de garantia possibilitavam um melhor acesso à moradia, à saúde e ao planejamento futuro (aposentadoria). Entretanto, ultimamente, têm ocorrido profundas alterações no mercado de trabalho, as quais impactaram diretamente sobre a violência, conforme afirmam diversos estudos (CARDIA, 2005).

O aumento do número dos chefes de família sem renda é conseqüência não apenas do desemprego, mas também do avanço do trabalho informal, irregular e inesperado. A reestruturação industrial extinguiu diversas ocupações, principalmente as menos especializadas e que exigiam pouca ou nenhuma qualificação, logo, jovens não capacitados, que buscam essas ocupações, encontram ainda alguns empregos nessas áreas, porém, mal

remunerados, sem benefícios e nem proteção. De tal modo, é uma competição entre os pobres por salários que o coloquem em uma vida de privação (CARDIA, 2005).

Ao diminuírem as ofertas de trabalho menos qualificado, agrava-se a pobreza e diminui-se o número total de empregos. É um processo em cadeia que também faz baixar o salário médio. Nesse contexto, os mais excluídos são os mais prejudicados, pois não só sofrem com a perda do trabalho menos qualificado, mas possuem as menores chances de competir pelas vagas de trabalho que existem (CARDIA, 2005).

Por outro lado, se os jovens investem em maior escolaridade objetivando obter uma vida e salários mais elevados, desapontam-se. Assim, sentem-se fracassados em não conseguir empregos e remunerações que considerem mais justas (CARDIA, 2005).

Ainda no anseio por um emprego, a aderência dos jovens aos limites, controles e regras depende de uma série de variáveis, como a natureza do trabalho, o valor do salário, o tipo de acordo que se firma, as expectativas, as garantias, enfim, o que vão possibilitar a eles decidir se é viável ou não cumprir o estabelecido. É uma decisão influenciada pelas experiências passadas e comparações com pessoas da sua idade ou ainda mais velhas. Sendo assim, ao observar a frequência do desemprego nos adultos, os jovens sentem-se, muitas vezes, desmotivados em submeter-se às regras sociais, pois imaginam ter o mesmo destino de mercado informal e “bicos”. De modo geral, não vêem a possibilidade de mobilidade social. Assim, as transformações no mercado de trabalho, as modificações nos contratos, o crescimento da imprevisibilidade e a carência de acordos recíprocos são fatores que têm impacto sobre as desigualdades sociais, a violência e sua respectiva prevenção (CARDIA, 2005).

Enfim, todos esses efeitos negativos podem ser influentes nas profundas transformações na conduta moral, nos valores e nas crenças da juventude, principalmente quando os jovens provenientes desses bairros comparam a sua situação com a vivida por outros pertencentes às classes médias e elevadas da sociedade (CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003).

De tal modo, a partir desse contexto, a entrada do jovem ao mundo do crime dá-se em busca do enriquecimento rápido (ZALUAR, 2004). Após a adesão aos valores da violência e da nova organização criminosa baseada no uso da arma de fogo, o jovem realiza seu consumo a partir do que acredita ser os artigos de luxo existentes, isto é, “a arma na cintura –, bem como os objetos mais cobiçados do consumismo atual – o carro do ano, as roupas de grife, o brilho do pó” (ZALUAR, 2004, p. 64). Disso decorre que o jovem repete incessantemente a delinquência, porque seus consumos “orgiásticos e excessivos” (ZALUAR, 2004, p.66) o

fazem estar cotidianamente sem dinheiro. Entretanto, continua nessa vida, porque acredita que um dia conseguirá sair dela.

Apesar de ser jovem, preto e pobre, vai-se “dar bem” e sair dessa vida de medos e perigos. Na verdade, quase sempre esse jovem ou morre muito cedo, muitas vezes caçado porque enriqueceu mais do que devia, ou é preso e passar a viver horrores no sistema prisional brasileiro. Os que substituíram a ginga do malandro pela arma e alguma droga, mas não saíram do bairro pobre e da favela, continuam sendo mortos e se matando pelas cidades. Ganham as manchetes, perdem a vida: a pena de morte os espreita a cada esquina (ZALUAR, 2004, p.66).

Assim, na observação da realidade carioca, Zaluar (2004) constatou que poucos jovens pobres conseguem estabelecer-se financeiramente, porém, todos colaboram para enriquecer os que controlam o tráfico de drogas e o contrabando de armas, por exemplo, o receptor e o policial corrupto, entretanto, pouco se conhece ainda sobre eles: quem são, onde vivem, seus contatos e projetos de mobilidade social (ZALUAR, 2004).

As conseqüências dessa guerra urbana são sentidas diretamente pelas famílias dos jovens que não “se dão bem” (ZALUAR, 2004, p.67) e estão constantemente em risco de serem mortos por um rival, policial ou uma vítima mais armada que ele. De tal modo, aproximadamente 80% dos jovens assassinados no país estão em idade produtiva, entre 15 e 29 anos, o que faz com que, além do sofrimento, revolta, medo e desesperos sentidos, o núcleo familiar tenha sua renda comprometida ao possuir um membro morto ou ainda incapacitado física e psicologicamente (ZALUAR, 2004; REICHENHEIM et al., 2011).

Muitas famílias pobres apelam ao trabalho infantil e juvenil para completarem parte da renda. Contudo, a maioria das crianças e jovens não se envolvem com atividades ilícitas, apesar de estarem em posição de vulnerabilidade para tal. São poucos que se envolvem com ladrões e traficantes, “para os quais trabalha de arma na mão e vida no fio” (ZALUAR, 2004, p.69), ainda que muitos acabem presos acusados de crimes graves (ZALUAR, 2004).

Além de ser a primeira causa de anos potenciais de vida perdidos, esta violência possui efeitos em outras esferas da sociedade. Nos hospitais existem os custos elevados decorrentes de internações para casos de vítimas de acidentes e crimes violentos (PERES et al., 2011). São 888.576 internações ao longo do ano para tratamento dessas pessoas (ZALUAR, 2004). O efeito das armas também faz com que os jovens afastem-se das atividades conjuntas com os adultos da família e do bairro, cada vez mais agravando a socialização negativa, ou seja, a intensificação da falta de mecanismos de negociação e da afirmação da vingança pessoal (ZALUAR, 2004).

Em síntese, a taxa de homicídios entre jovens está relacionada às condições de vida e a não obtenção das necessidades básicas. Além disso, apesar do ECA preconizar que sejam atendidos direitos sociais básicos dos jovens (saúde, educação, bens culturais, trabalho, lazer e habitação), observa-se uma não focalização deste grupo populacional pelo Estado (LOPES; SILVA; MALFITANO, 2006; SPOSITO, 2003a). Assim “deve ser proposta uma agenda de garantia de direitos fundamentais que reconheça o jovem como ator social dinâmico e sujeito de direitos, e não como uma pessoa indisciplinada e com comportamentos irresponsáveis e desviantes” (CARA; GAUTO, 2007, p. 194).

Há de se admitir de forma inequívoca que, atualmente, para um conjunto expressivo de jovens pobres, moradores das periferias das grandes cidades ou regiões empobrecidas do país, não é assegurado um conjunto mínimo de direitos que lhe permitam viver com dignidade, exercitar possibilidades de escolha, experimentar espaços novos de ação, formas de sociabilidade e modos de inserção na sociedade durante esse momento do ciclo de vida (SPOSITO, 2003a, p.35).

De tal modo, o convívio do jovem com oportunidades econômicas e educacionais insatisfatórias, inconstância familiar, ausência de perspectiva de mobilidade social e contato freqüente à violência faz com que estejam vulneráveis às mortes por homicídios (BARATA, 1999). Assim, “é na morte dos jovens por homicídios que a crueldade das graves desigualdades de oportunidades no país se torna visível e que seu custo humano não pode há muito ser negado” (CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003, p.18).

#### **4.3.4 Embate com a polícia**

Uma legislação sobre a polícia, publicada no século XVIII, por Delamare, foi considerado o texto fundamental na França e na Alemanha nesse período. Nela afirmavam-se treze domínios de que a polícia deveria se ocupar, a saber: religião e costumes (“bondade da vida”), saúde e meios de subsistência (“conservação da vida”), tranqüilidade pública, cuidado com os edifícios, as praças e os caminhos, as ciências e as artes liberais, o comércio, as manufaturas, as artes mecânicas, os empregados domésticos e os operários (“comodidade da vida”), o teatro e os jogos (“aprazimentos da vida”) e, por fim, o cuidado e a disciplina dos pobres (“parte considerável do bem público”) (FOUCAULT, 2008; SANTOS, 1997).

Assim, nos séculos XVII e XVIII, “aquilo de que a polícia deve se ocupar é o viver e o mais que viver, o viver e o melhor viver” (FOUCAULT, 2008, p. 450). Nesse sentido, tem-se a bondade, a conservação, a comodidade e os prazeres da vida como sendo objetos de ocupação do policial e que, por tais elementos serem urbanos e relacionados ao mercado da

compra e venda, caracterizam-na como sendo uma instituição de mercado (FOUCAULT, 2008).

Essa legislação de Delamare remonta a duas instituições de séculos anteriores. A primeira refere-se à Idade Média, cujo período já havia regulamentação urbana, ou seja, coabitação dos homens, produção de mercadorias e venda de gêneros. Já a segunda é a *maréchaussée*, que pode ser entendida como a força armada que o poder real havia sido compelido a colocar em serviço, no século XV, para impedir todos os resultados e os tumultos que se acompanhavam às guerras, entre eles o controle e a repressão das pessoas errantes (FOUCAULT, 2008).

Desse modo, conforme Foucault (2008), a polícia, nos séculos XVII e XVIII, foi constituída para se realizar a urbanização do território. Em outras palavras, seria tornar o reino um território disposto tal qual uma cidade e, para isso, a polícia encarregou-se de regulamentar a coabitação, a circulação e o intercâmbio dentro desse espaço, ou seja, “policar e urbanizar é a mesma coisa” (FOUCAULT, 2008, p. 453).

Segundo Foucault (2008), é necessário ressaltar que o estabelecimento dessa polícia não pode ser separada de uma prática governamental: a mercantilista, na qual o fortalecimento do poder dos Estados mediante a concorrência comercial no interior da Europa. Dessa maneira, sendo o comércio um instrumento principal da força desse Estado, logo, ele será objeto privilegiado também da segurança. Entretanto, apesar da interferência do Estado em domínios novos, os métodos empregados pela polícia ainda são os tradicionais, isto é, ela permanece separada da justiça. Sendo assim, a polícia “não é o prolongamento da justiça, não é o rei agindo através do seu aparelho de justiça, é o rei agindo diretamente sobre seus súditos, mas de forma não judiciária” (FOUCAULT, 2008, p. 457).

É, portanto, o exercício soberano do poder real sobre os indivíduos que são seus súditos, é nisso que consiste a polícia. Em outras palavras, a polícia é a governamentalidade direta do soberano como soberano. Digamos ainda que a polícia é o golpe de Estado permanente. É o golpe de Estado permanente que vai se exercer, que vai agir em nome e em função dos princípios da sua racionalidade própria, sem ter de se moldar ou se modelar pelas regras de justiça que foram dadas por outro lado (FOUCAULT, 2008, p. 457).

Esse sistema de polícia sofreu alguns abalos devido ao reconhecimento por parte dos economistas de alguns elementos não vislumbrados pelo soberano, como a não consideração da importância da agricultura, a regulação espontânea dos fenômenos, variabilidade populacional e a concorrência livre entre os países. Isso resultou em um Estado não mais utilizando a polícia para fazer o Estado crescer a partir da regulamentação do espaço, do

território e da população, mas, agora, exercendo o controle das desordens, irregularidades, os ilegalismos e as delinquências. É, portanto, a instituição da polícia no sentido moderno: “A noção de polícia se altera inteiramente, se marginaliza e adquire o sentido puramente negativo que conhecemos” (FOUCAULT, 2008, p.476).

A partir de então se “implementa, em cada esquina, a função essencial do Estado: a imposição coercitiva das regras de regulação de comportamentos que garantem o sono tranqüilo do proprietário de Adam Smith e reduzem o risco de morte violenta que atemorizava Thomas Hobbes” (PAIXÃO; BEATO, 1997, p.235). A violência policial seria a última possibilidade de controle dos “indivíduos isolados... que se recusam a ser dominados pelo consenso da maioria” (ARENDDT, 1985, p.27).

No contexto brasileiro, de 1964 a 1985, o regime político ditatorial gerou e admitiu a violência policial como sendo um instrumento contra a oposição ao sistema vigente. Entretanto, desde que houve a mudança para a democracia, o uso da violência policial decresceu e, por isso mesmo, tornou-se mais visível principalmente como sendo um mecanismo de controle da criminalidade (RUOTTI et al., 2009). Porém, as lacunas da democracia brasileira, a elevada desigualdade social e econômica e a insistência de uma cultura da agressão dificultam o controle da violência policial no país. Dessa maneira, o uso abusivo de força letal pelos policiais ainda permanece nas páginas da mídia brasileira (MESQUITA NETO, 1999; CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003; RUOTTI et al., 2009).

Conforme Paixão e Beato (1997), o Brasil possuiu por um longo tempo dois tipos de polícia – a de *gente*, que agia privilegiando os mais ricos e com *status* e a de *moleque*, que coagia com agressividade os mais pobres. Ambas não atuavam, portanto, de maneira equânime diante da criminalidade. Elas, no entanto, ainda persistem e devem ser contidas para que a democracia brasileira seja consolidada, os direitos civis garantidos e a confiança na polícia readquirida. Aliado a isso, há ainda a necessidade de um aprimoramento da atuação do sistema judiciário, no qual não investiga muitas ocorrências, seja de roubo, estupro, homicídio e similares (PAIXÃO; BEATO, 1997).

Assim, a magnitude do sistema policial e judiciário sobre a sociedade é pouco conhecida. “As taxas espetaculares de criminalidade violenta e de crimes hediondos não investigados pela polícia no Brasil, bem como a magnitude de ocorrências criminosas não comunicadas pelas vítimas à polícia não têm sido sistematicamente analisadas” (PAIXÃO; BEATO, 1997, p.234). Nesse sentido, segundo Zaluar (2007), um número significativo de homicídios não é averiguado pelo inquérito policial e os autores nunca descobertos. É uma não punição que faz parte do *ethos* profissional corporativo e das técnicas de investigação e

que, conseqüentemente, produz a elevação das taxas de mortalidade entre os pequenos traficantes, pois os criminosos se sentem encorajados a cometer outros delitos (ZALUAR, 2007).

Execuções de crianças e jovens pela polícia comumente são explicadas pela guerra contra o crime. Os números apresentados podem ser muito maiores do que notificados, já que muitos casos podem não ter sido registrados devido ao temor das testemunhas de sofrerem represálias e não possuírem acesso a quaisquer recursos de poder na sociedade. Com isso, vários homicídios têm autoria ignorada e, por conseguinte, a não penalização de seus envolvidos (PERES; CARDIA; SANTOS, 2006).

Segundo Cardia, Adorno e Poletto (2003), os registros policiais sobre uso abusivo da força, sejam aqueles lançados pelas próprias agências policiais ou por organizações independentes da sociedade civil, começaram a ser implantados apenas em meados dos anos de 1990. Além disso, eles geraram resultados variados em relação à condição dos dados e à periodicidade na qual a informação está disponível. Do mesmo modo, só recentemente o uso da força dos agentes virou alvo de vigilância, principalmente por meio das Ouvidorias de Polícia, instituída em alguns estados do país. Todavia, monitorar as graves violações aos direitos humanos é um desafio, tendo em vista que as informações sobre a conduta policial dependem de testemunhas e vítimas, as quais, em muitos casos, sentem-se inseguras e não registram as ocorrências (CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003). Enfim, “as fontes oficiais, quando existentes, apresentam falhas e inconsistências que dificultam a análise dos dados” (RUOTTI et al., 2009, p.535).

A maior incidência da violência policial ocorre em áreas onde prevalece um conjunto variado de carências e onde a população não tem acesso a direitos essenciais. Inabilitados na função de controlar o crime, policiais agem com violência na tentativa de contenção (PERES et al., 2008). “São áreas em que a população está altamente exposta a dois tipos de violência, do crime e da polícia, que se alimentam mutuamente e intensificam o processo de exclusão social” (PERES et al., 2008, p.269). Como agravamento a violência nesses locais está associada à impunidade dos policiais envolvidos em crimes e o conseqüente descontentamento e incredulidade da população em relação às instâncias sociais. Desse modo, os habitantes procuram a partir da privatização da segurança e dos linchamentos uma maneira de obter segurança e justiça social (RUOTTI et al., 2009).

Vários homicídios cometidos por policiais são avaliados como sendo legais nos casos de declarados embates ou de resistência à prisão, mesmo que nestas situações muitas vezes se evidencie uma atuação exagerada e mesmo criminal, como nas ocorrências de execução

deliberada, em que o acontecimento do óbito revele impossibilidade de reação (RUOTTI et al., 2009). É uma “atuação que viola o direito à vida, à segurança e à defesa das vítimas” (PERES et al., 2008, p. 275).

De tal modo, os vínculos institucionais encontram-se marcados por conflitos, receios ou até pela ausência. Por conseguinte, há uma baixa legitimidade social, uma descrença dos cidadãos nas instituições, vendo-as como provedoras de benefícios apenas aos setores privados e mais abastados da sociedade (CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003; ADORNO, 2002)

Em suma, as violações aos direitos humanos amortecem as relações dos grupos sociais com as instâncias de proteção social (RUOTTI et al., 2009; CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003). Um desses direitos fundamentais é referente à vida, em que o próprio Estado age como violador direto ou indireto ao não implantar políticas que possam garantir à vida dos cidadãos (RUOTTI et al., 2009).

Dessa maneira, as sobreposições de carências combinadas às graves violações dos direitos humanos culminam em processos que configuram a atual violência brasileira:

O padrão violento da ação da polícia; descrença no sistema judiciário como mediador público e legítimo de conflitos e provedor de justa reparação; respostas violentas e privadas ao crime; resistência à democratização; e a débil percepção de direitos individuais e apoio a formas violentas de punição por parte da população (CALDEIRA, 2000, p.101).

O policial, diferentemente do cidadão, está autorizado a utilizar a força física contra qualquer pessoa para que ocorra o cumprimento legal, conforme Constituição Federal de 1988, art. 144, da garantia da Segurança Pública, da ordem pública e da incolumidade dos indivíduos e do patrimônio (MESQUITA NETO, 1999). É uma constituição que regulamenta dois aspectos da noção de cidadania: a proteção dos direitos e liberdades individuais frente às intimidações a eles concebidas pela força e poder das instituições do Estado (controle da violência como meio de impor a ordem) e a proteção da vida e da propriedade dos cidadãos ameaçados pela criminalidade (esfera da eficiência do controle social) (PAIXÃO; BEATO, 1997).

Portanto, a função da polícia é assinalada constantemente pela ambivalência de reprimir e, ao mesmo tempo, proteger o cidadão a partir do “exercício da coerção física legítima e o desempenho de uma função social marcada pelo consenso, isto é, o exercício de funções de bem-estar social ou de relacionamento com as coletividades ou comunidades locais” (SANTOS, 1997, p. 161). No entanto, cabe a questão de “como assegurar que os

detentores imediatos da força pública não violarão os direitos civis” (OLIVEIRA, 2010, p.143)

Utilizando-se uma concepção jurídica acerca da atuação policial, existe uma distinção entre força e violência com base nas ações de força e ilegitimidade dos atos de violência. Assim, atos de violência referem-se àqueles que os policiais usam a força física contra outro indivíduo de modo ilegítimo, o que ocorre, por exemplo, quando, à paisana, apelam à agressão para estabelecer sua opinião em uma briga familiar ou com vizinhos. Porém, existem ainda muitos casos em que, estando em serviço, recorrem à força física sem o respaldo da lei, como atividades de extorsão e tortura (MESQUITA NETO, 1999).

No entanto, esta compreensão sobre violência policial não leva em consideração outros usos da força física que são ilegítimos, desonestos, porém não ilegais. Dessa maneira, utilizar a força de maneira dispensável ou exagerada para conter um delinqüente, não é considerada violência policial. Sendo assim, o uso da força física, mesmo que excessivo, ilegítimo, e desnecessário, é qualificado como ato de força e não como um ato de violência (MESQUITA NETO, 1999).

Nesse sentido, consideram-se diversos comportamentos como sendo indevidos, a saber, agressão verbal, gestos obscenos, rispidez, enquanto a agressão física é um tratamento inadequado que se pode dispensar às pessoas (OLIVEIRA, 2010). Já a “força excessiva é um risco na ocupação de um profissional que lida com o perigo e é treinado para, e autorizado a, usar a força, inclusive a fatal. A questão que permanece é o *quantum* de violência é justificável e em quais situações” (OLIVEIRA, 2010, p.147). Assim, enquanto para a violência letal existem regras claras, ao se utilizar o recurso da agressão física não existem padrões claros, dependendo, então, da discricionariedade do agente em ação (OLIVEIRA, 2010).

Ainda assim, mesmo sendo legal e legítima, o uso da força física pelos policiais pode ser condenada não só pela população, mas também pela mídia devido aos modelos de conduta avaliados como aceitáveis e naturais. Um exemplo disso é a utilização de barreiras de policiais armados para fazer a abordagem, exame e inquérito das pessoas que passam em algum lugar (MESQUITA NETO, 1999).

No Brasil, de alguma maneira, se tolera a violência policial quando utilizada contra os criminosos, principalmente quando ela se incide sobre o corpo, conforme apontado por Caldeira (2000). A indiferença da sociedade brasileira com relação aos direitos civis e humanos faz com que se permitam intervenções drásticas sobre o corpo, causando-lhe dor e marcas:

O corpo incircunscrito é desprotegido por direitos individuais e, na verdade, resulta historicamente da sua ausência. No Brasil, onde o sistema judiciário é publicamente desacreditado, o corpo (e a pessoa) em geral não é protegido por um conjunto de direitos que o circunscreveriam no sentido de estabelecer barreiras e limites à interferência ou abuso de outros (CALDEIRA, 2000, p.370).

Em outros casos, as agressões infringidas sobre o corpo podem não ser notadas pela sociedade como abuso de poder, mas um castigo aplicado ao comportamento desviante, principalmente se cometido por categorias sociais vistas como ameaçadoras ou passíveis de controle (RUOTTI et al., 2009; OLIVEIRA, 2010). Por isso, normalmente não há denúncias e nem testemunhas contra o policial que agiu de maneira violenta (OLIVEIRA, 2010).

Porém, a violência não existe apenas a partir das agressões físicas, mas também por coerção exercida para obtenção de algum benefício. A polícia possui uma *fonte de suspeitos*, isto é, um grupo de pessoas que ela dispõe para determinar culpados e deliberar rapidamente alguma ocorrência policial, sobretudo aquelas de grande visibilidade na mídia. É uma prática não só utilizada em diversos países, mas também universal na escolha do perfil dos criminosos, ou seja, indivíduos pobres e marginalizados, conforme estereótipos vigentes (OLIVEIRA, 2010).

Além disso, entre os policiais existe o dever não só com a sociedade, mas também com os colegas de profissão. Assim, buscam, ao combater o conflito, os grupos ameaçadores e os desregrados, a partir do confronto direto com o cidadão. Outro exemplo dá-se quando algum indivíduo tem um tratamento desrespeitoso em relação ao policial, o que faz com que o agente seja enérgico devido ao sentimento de humilhação perante aos colegas (OLIVEIRA, 2010).

Desse modo, nota-se que existem padrões de comportamento para os policiais que podem ser considerados como não-profissionais ou anti-profissionais. Isso decorre da profissão de policial ser recente em relação às demais existentes e, conseqüentemente, sujeita às regulações de padrões advindos de outras áreas (juristas, acadêmicos, políticos, militares e jornalistas). Pode-se concluir, então, que o conceito de violência policial origina-se a partir de critérios exteriores à própria instituição, o que dificulta a compreensão do que é legítimo ou não na sua atuação (MESQUITA NETO, 1999).

Existem algumas abordagens sociológicas para explicar a origem da violência policial. A primeira delas é a explicação estrutural, na qual ressalta as “causas” da agressão, assim podendo ser social, econômica, cultural, psicológica e/ou política. A justificativa encontra-se nas particulares da sociedade, como a existência de desigualdades sociais e econômicas, a política, a cultura, as personalidades e seu caráter autoritário. Há também o

enfoque funcional, em que privilegia a atenção para os conflitos existentes em determinados sistemas, por exemplo, na segurança pública, de tal modo que a violência policial seria um indício e uma resposta. Por último, no aspecto processual, os policiais podem recorrer à violência não só para a obtenção de seus próprios benefícios, mas também para ter privilégio de um determinado grupo, classe social, sociedade e Estado (MESQUITA NETO, 1999).

Por outro lado, existe a compreensão de que o comportamento violento da polícia seja um ato antiprofissional, não-profissional ou pouco profissional e não um ato ilegal, ilegítimo e irregular daqueles que estiveram envolvidos na agressão. Dessa maneira, no lugar da punição aos policiais, sugere-se que sejam profissionalizados, isto é, aperfeiçoar a formação e o treinamento deles. Sendo assim, instaura-se não um ambiente de crise entre eles, mas de cooperação no sentido de buscar a compreensão e controle da violência cometida (MESQUITA NETO, 1999; OLIVEIRA, 2010).

Portanto, esse domínio sobre a agressividade policial poderia ocorrer de quatro modos a serem adotados de modo suplementar ou complementar, são eles: controle externo dos usos ilegais da força física, auxiliados pelos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e o Ministério Público; mecanismos de controle interno por usos ilegítimos da violência a partir da ação de dirigentes, administradores das polícias e corregedorias; através da imprensa, opinião pública, universidade, grupos de pressão (organizações de direitos humanos nacionais e internacionais) que opinariam sobre o que seria irregular ou anormal na força física empregada pela polícia e, por fim, a contenção do antiprofissionalismo apoiado na busca constante por competência e responsabilidade (MESQUITA NETO, 1999).

Oliveira (2010) aponta que existem algumas críticas ao controle externo da conduta policial. Uma delas parte do pressuposto que a atividade policial seria guiada primeiramente pelas normas informais procedentes da cultura ocupacional e pelos contextos de encontro entre o agente público e o cidadão, assim, dito de outro modo, a interação entre os dois atores no decorrer do episódio colocaria em desconfiança o domínio dos policiais mediante às regras formais. Contudo, outras visões apontam que os policiais buscam aparentar legitimidade em suas ações, logo, não poderiam se distanciar muito das normas instituídas (OLIVEIRA, 2010). Além disso, a cultura policial “incorpora elementos das normas, dos princípios, dos valores e das leis vigentes na sociedade e na corporação em que o agente está inserido” (OLIVEIRA, 2010, p.151).

Sendo assim, reconhece-se que as formas de controle externo são insuficientes diante da discricionariedade do agente da polícia, a fluidez de seu encargo e a dificuldade do uso da força excessiva não letal. Dessa maneira, para que haja um efetivo domínio sobre a utilização

da violência física por parte do policial faz-se necessário o uso não só do controle interno, mas também de outros recursos que estejam disponíveis (OLIVEIRA, 2010).

Nesse contexto, sobressai-se o uso de instrumentos internos de controle da violência policial devido à minimização das ações judiciais sobre o uso da força excessiva. São elas: não há uma teoria da força excessiva que possibilite informar de modo conclusivo quando houve abuso policial; a existência da desconfiança dos delatores frente ao tribunal; maior credibilidade do agente público perante o suspeito do crime; oposição a testemunhos policiais e a indisposição pública em aplicar aos funcionários da lei as punições resguardadas aos criminosos (OLIVEIRA, 2010).

Desse modo, a transferência à justiça comum dos abusos e crimes de policiais militares no Brasil pode não ter efeito decisório no uso da força, sobretudo referente a não letal e contra cidadãos pobres, que, uma vez agredidos, sentem-se constrangidos em denunciar e, quando delatam, têm baixa confiabilidade em presença das agências públicas e da própria sociedade (OLIVEIRA, 2010).

Assim, ao se observar a realidade brasileira, nota-se que existem mecanismos de controle da violência policial mais visíveis, do uso ilegal e ilegítimo da força física, porém não há ou são ainda precários aqueles dirigidos ao controle do uso irregular e/ou pouco profissional da força física pelos policiais. Essa discrepância está associada à distribuição díspar de poder político, a qual comumente privilegia as elites políticas e policiais, que se interessam em controlar o uso ilegítimo da força física, em prejuízo dos cidadãos e policiais que trabalham na rua, que são os principais responsáveis pelo domínio da agressão antiprofissional (MESQUITA NETO, 1999).

Enfim, com a transição para a democracia, mecanismos mais informais, externos e internos, de controle da violência policial começaram a se desenvolver, porém, apesar de possuírem mais proximidade com os regimes democráticos, têm sido insuficientemente estimados na experiência brasileira. Apesar disso, não se pode associá-lo à ineficácia, já que ambos, tanto o informal quanto formal, podem ser eficazes ou não dependendo da forma e da situação em que forem aplicados. Assim, enquanto os instrumentos formais possibilitam um controle maior sobre a violência policial mais nítida, como homicídios, torturas, agressões físicas e observadas em organizações militares e políticas, por exemplo, já as informais permitem um domínio mais descentralizado e extensivo da violência policial, dirigida à violência menos observável, como abuso de autoridade, desrespeito, ameaças, extorsão, agressões verbais e tratamento distinto em função do *status social* e condição econômica,

sendo vistas comumente em organizações sociais, econômicas e profissionais (MESQUITA NETO, 1999; OLIVEIRA, 2010).

No entanto, para que haja maior controle sobre o uso dos mecanismos de controle da força policial, fazem-se cada vez mais necessários investimentos na Segurança Pública, para que possa priorizar agir mais com inteligência e prevenção, e não apenas pelo confronto e repressão (REICHENHEIM et al., 2011). Segundo Bueno e Santos (2011), o sistema de justiça e de segurança pública utiliza os recursos financeiros de maneira incorreta, pagando salários insatisfatórios aos policiais e oferecendo uma baixa qualidade de vida e trabalho aos profissionais da área.

Por isso, esta é uma das áreas do setor público que mais foi impactada pela rotatividade de profissionais, os quais abandonam o emprego por desinteresse ou em razão das políticas organizacionais contrárias à demarcação dos policiais em áreas específicas (PERES et al., 2008). De tal modo, essa política favorece que a comunidade não confie na instituição, bem como não coopere na resolução e prevenção de crimes. Conseqüentemente, na falta de instrumentos e práticas eficazes e legais, os policiais utilizam a força abusiva e ilegal como um meio de conservação da ordem e de sua própria segurança (PERES et al., 2008).

Além disso, a violência policial pode culminar em uma socialização negativa da importância da vida e da autoridade da lei, aumentando ainda mais a violência (ZALUAR, 2004). É um processo “pedagógico perverso” (PERES et al., 2008, p.275), em que o uso da força letal associado à visibilidade dos corpos das vítimas, expostos à comunidade por longo período até a chegada dos serviços de criminalística e medicina legal, avigoram sentimentos de baixa auto-estima e opinião de que a vida humana tem pouco valor (PERES et al., 2008).

De maneira semelhante, Zaluar (2004) também aponta para uma antipedagogia da corrupção e da violência arbitrária decorrente da atuação criminosa da policial, a qual não consta nas estatísticas oficiais. Assim, quando o agente, em uma ação com jovens, retira as suas armas, caso as tenha, usufrui do produto roubado ou ainda aceita suborno para liberá-los, está ensinando a eles qual é o funcionamento da lei (ZALUAR, 2004).

Portanto, para Peres et al. (2008), a saída para parte do problema do crime e da violência estaria na construção de uma nova relação polícia-sociedade. Para isso, deveria haver o estímulo aos policiais para que se fixem nas áreas de trabalho e incentivo também a diminuição da distância existente entre eles e a comunidade. Dessa forma, tendo a confiança da população, a prevenção e o controle da violência poderiam ser feitos de maneira conjunta, o que poderia enfraquecer o uso da força excessiva ilegal (PERES et al., 2008). Nesse sentido,

segundo Zaluar (2004), faz necessário “limitar os poderes dos policiais, únicos a apresentarem provas que vão constar dos processos, por exemplo, e aumentar os controles democráticos sobre essas instituições é meta que não pode mais ser adiada se quisermos romper os círculos viciosos” (ZALUAR, 2004, p.78).

#### **4.3.4.1 Embate com a polícia em São Carlos**

Em São Carlos, entre os anos de 2001 a 2005, partir de informações presentes nos registros de óbito em meio físico, não foram registradas mortes por essa causa externa. De 2006 a 2010, computaram-se três mortes de jovens por embate com a polícia. Contudo, ao contrário do que explicitam tais dados, existem relatos de moradores e reportagens acerca do tratamento abusivo desta instituição.

Em uma notícia veiculada no jornal Folha de São Paulo, no ano de 2008, são apontados relatos de moradores de cinco bairros de São Carlos acerca do abuso de autoridade e maus-tratos feitos por policiais da cidade. Em um deles, no Jardim Gonzaga, bairro periférico do município, mais de dez famílias afirmaram possuir parentes que foram espancados ou foram submetidos a abusos por agentes. Uma mãe conta, por exemplo, que teve seu filho agredido e estrangulado por policiais após ele lançar pedras em uma vidraça. Outro episódio refere-se ao fato de três suspeitos, sem acusação formal, terem sido levados a uma estrada vicinal e, a seguir, a um matagal. Porém, neste caso, houve a intervenção de uma vereadora do município que os encaminhou para uma delegacia, porém fechada naquele momento. Posteriormente, um dos indivíduos liberados ainda afirmou que os policiais utilizaram drogas durante o percurso até o local inóspito. Enfim, são ocorrências que foram encaminhadas para investigação da Ouvidoria das Polícias de São Paulo e a Corregedoria da Polícia Militar (MADUREIRA, 2008).

Ainda no ano de 2008, outra matéria no jornal Folha de São Paulo apresentou um agente da cidade envolvido em atos ilegais. Assim, aponta que, além das sete denúncias existentes de abusos de autoridade contra policiais, um soldado foi preso acusado de extorquir dinheiro em troca de facilitação de exploração de duas máquinas caça-níqueis. O tenente-coronel à época disse que caso as denúncias fossem confirmadas, o policial seria expulso da corporação (MADUREIRA, 2008a).

Uma reportagem ao final janeiro de 2011, também do mesmo veículo mencionado acima, informou a respeito de dois jovens, um de 19 anos e outro de 27, mortos pela polícia em São Carlos em uma mesma ocorrência. Segundo os policiais, após roubarem dois estabelecimentos comerciais, os homens iniciaram uma troca de tiros com os agentes que

culminou no falecimento de ambos, antes mesmo de chegarem ao hospital (PELLICANI, 2011).

Ainda nesse sentido, a partir de uma pesquisa realizada com moradores do Jardim Gonzaga, Lopes, Souza e Borba (2010) obtiveram diversas acusações sobre o abuso de poder e a violência policial. Dessa maneira, a população relatou confronto de agentes com jovens, especialmente do sexo masculino, invasões de casas sem mandatos judiciais e operações policiais de grande magnitude, na qual não somente helicópteros sobrevoavam a região, mas também diversas prisões ocorriam (LOPES; SOUZA; BORBA, 2010).

Sendo assim, a violência policial, que pode culminar em morte, muitas vezes pode não estar evidente nas declarações de óbito. Um exemplo disso é o decréscimo de 4,7% no número de assassinatos no Rio de Janeiro, em relação ao mesmo período do ano de 2010, concomitante ao aumento de 33% do número de cadáveres encontrados achados pela polícia, isto é, um salto de 45 para 60 naquele ano. Por não se saber as causas das mortes, estes óbitos não foram abarcados na totalidade de homicídios (MARTINS, 2011).

Não se pode afirmar com exatidão se as eventuais descobertas de cadáveres possam interferir na tendência de diminuição de homicídios no estado. No entanto, é um fato que aponta para o comprometimento da credibilidade dos dados apontados (MARTINS, 2011). Sandra Carvalho, diretora da ONG Justiça Global, faz duas considerações a respeito disso: a primeira refere-se aos laudos necroscópicos, nos quais se constatou que alguns corpos tinham marcas de execução (torturas, disparos de armas de fogo e esfaqueados) e, além disso, uma forma de se camuflar dados criminais é classificando a morte como sendo indeterminada (MARTINS, 2011).

Dessa maneira, apesar da proclamada diminuição das taxas de homicídios, o número de mortes violentas com “intenção determinada” aumentou em três vezes nos últimos anos. Referem-se a óbitos por causas externas, porém não esclarecidos, o que não permite identificar se o sujeito foi vítima de suicídio, assassinato ou acidente. Assim, no Rio de Janeiro, se em 2006 foram declarados 1.673 mortes sem causa específica, no ano posterior aumentou 90% (3.174 ocorrências). Após dois anos, em 2009, 5.637 casos de mortes não esclarecidas foram registrados, número superior ao de homicídios confirmados (4.189) (MARTINS, 2011).

Segundo Martins (2011), o Rio de Janeiro não é um caso isolado no país. Não existe no país um modelo nacional para registro e compilação dos dados acerca da violência, de tal modo, cada instituto ou órgão público adota a metodologia que achar mais adequada. Com isso, a comparação entre estados fica inviável, já que o Acre pode estar utilizando uma noção

de homicídio diferente da Bahia, por exemplo. Além disso, reconhece-se que os estados do norte e nordeste do país possuem dados menos confiáveis que os existentes no Sul, Sudeste e Centro-Oeste (MARTINS, 2011).

Outro caso a ser explicitado é o quadro presente em Minas Gerais, em que, apesar de existirem três indicadores oficiais de homicídios, todos eles divergem entre si acerca da soma de assassinatos, os quais variam entre 2.812 e 4.108. São três bases que utilizam diferentes metodologias. Em uma delas, referente à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SeNaSP), trabalha com informações provenientes dos boletins de ocorrência da Polícia Civil, sendo que o caso só é registrado como sendo homicídio quando é doloso ou latrocínio. As estatísticas também são contabilizadas a partir do número de ocorrências e não pela totalidade das vítimas. Dessa maneira, a morte de 12 crianças na chacina da escola de Realengo, ocorrida em abril de 2011, pode ser avaliada como sendo de apenas uma única execução (MARTINS, 2011).

Os dados coletados para a presente pesquisa seguem os padrões do Ministério da Saúde, em que todas as mortes provocadas por causas externas e com sinais de violência (ferimentos por armas de fogo e branca) são contabilizadas. O registro baseia-se nas certidões de óbitos e laudos do Instituto Médico Legal (IML). É uma estatística que, apesar de conseguir abranger com mais exatidão os homicídios ocorridos no país, principalmente as mortes ocorridas após a elaboração da ocorrência policial, possui limitações. Entre elas, o fato de que quando não se determina a circunstância da morte, seja por acidente, suicídio, homicídio e auto de resistência, a ocorrência é especificada como “intenção indeterminada”. Entretanto, é uma determinação oficial que nestes casos se faça uma nova avaliação para verificar a real causa do óbito (MARTINS, 2011).

Contudo, o significativo índice de mortes sem causa determinada aponta que a regra de reavaliação não é muitas vezes considerada., Segundo Martins (2011), entre 2006 e 2008, de acordo com o SIM, a taxa de homicídios no Rio de Janeiro subiu de 49.145 para 50.133, no entanto, as mortes não especificadas aumentaram de 9.147 para 12.056 nestes dois anos, sendo que no ano seguinte, em 2009, atingiu um número ainda maior, 15.603 óbitos.

Gaspari (2011) também acrescenta algumas informações a esse respeito. De acordo com dados oficiais, as mortes por homicídios no Rio de Janeiro decresceram 28, 7%, ou seja, de 7.099, em 2006, para 6.304, no ano de 2007 e 5.064, em 2009. Por outro lado, os óbitos por causas indeterminadas, em 2007, de 20 a cada 100 mil habitantes, em 2009 foram 22 mortes (3.615 pessoas). Sendo a população desse estado equivalente a 8 % do país, tem-se que ele gerou 27 % das mortes sem causas específicas (GASPARI, 2011).

Conforme Rivero (2010), a morte classificada como intenção não determinada é o indicador mais importante para se problematizar a qualidade dos dados acerca dos homicídios. Assim, o número de óbitos classificado como sendo um evento cuja intenção não pode ser determinada corresponde aos códigos Y10 até Y34 do capítulo XX, que aborda a mortalidade por causas externas, do CID-10. É recomendado se utilizar tal categoria em última instância, em casos em que realmente não há elementos para definir a causa da morte, porém ela tem sido constantemente utilizada nos dados da polícia (RIVERO, 2010).

Desse modo, Zaluar e Leal (2001) apontam que o quadro dos homicídios no país é ainda mais grave do que aparenta ser, pois os dados do SIM consideram apenas o atestado de óbito assinados pelo médico que, em razão da ausência de instrumentos técnicos, de investigação policial ou do vínculo institucional a que se encontra submetido, opta por atestar causas indeterminadas de morte no lugar de homicídios.

Assim, tomando como base os 147 casos identificados como jovens vítimas de homicídio em São Carlos entre 2000 e 2010, verificaram-se 23 casos em que o CID da causa básica da morte não foi determinado, como por exemplo, pelo uso de CIDs iniciados pelas letras I (como o I46.9 – parada cardíaca não especificada), R (R09.2 – parada respiratória), T (T14.1 – ferimento de região não especificada do corpo), Y (Y24.9 – disparo de arma de fogo com intenção não determinada), ou mesmo com o CID não preenchido, só sendo possível definir como homicídio conforme metodologia estabelecida para esta pesquisa. Portanto, considera-se que outros casos de morte de jovens por embate com a polícia podem estar sendo subnotificados, isto é, inseridos entre essas causas de homicídio mal determinadas.

#### **4.4 Perfil das Vítimas**

Conforme explicitado no tópico denominado “limitações dos dados” da presente pesquisa, alguns campos das declarações de óbitos não foram preenchidos de maneira satisfatória e, por isso, seu uso tornou-se inviável. Então, para traçar o perfil das vítimas de mortalidade por causas externas, foram consideradas algumas variáveis com maior disponibilidade de dados, a saber, gênero, cor, estado civil, idade e bairros de residência e ocorrência, excluindo-se os campos escolaridade e ocupação por possuírem poucas informações a respeito.

##### **4.4.1 Gênero**

Vários trabalhos nacionais e internacionais já apontaram que as mortes por causas externas possuem como principais vítimas os homens (WAILSELFISZ, 2010, 2011;

MINAYO, 1994, 2004; MELLO, 1998; SOUZA, 2005; MARÍN; QUEIROZ, 2000; PERES, 2004).

Segundo Wailselfisz (2010, 2011), desde os mapas da violência elaborados a partir de 1998 observa-se não só o alto número de mortes letais envolvendo jovens do sexo masculino, de 15 a 24 anos, principalmente relacionados aos homicídios, mas também poucas mudanças nas proporções ao longo dos anos. Assim, no Mapa da Violência, para o ano de 2004, constatou-se que, da população absoluta, 92,1% das vítimas de homicídio, 85,1% das mortes por acidentes de transportes e 78,7% dos suicídios pertenciam ao sexo masculino. Em 2007, o panorama não se alterou muito, pois se verificou 93,9% de homicídios de jovens em relação ao total da população (WAILSELFISZ, 2010). Já em 2008, os homens jovens representavam 92,0 % das vítimas de homicídio, 81,6% das mortes por acidente de trânsito e 79,1% dos suicidas (WAILSELFISZ, 2011).

Observando apenas os casos de homicídios entre jovens acima de 20 anos de idade, sem avaliar as outras mortalidades por causas externas, tem-se a perda de aproximadamente 40 mil homens por ano, conseqüentemente, causando um desequilíbrio demográfico na distribuição por sexos na população (WAILSELFISZ, 2011).

Em 2007, para cada mulher vítima de homicídio no Brasil morreram mais de 12 homens. A taxa feminina, portanto, é pequena quando comparada ao alto índice de mortalidade masculina por homicídio: são 3,9 homicídios em 100 mil mulheres, enquanto morrem 47,2 homens para 100 mil (WAILSELFISZ, 2010).

Contudo, apesar dessas taxas femininas aparentarem ser muito baixas, comparadas às internacionais são muito elevadas. Em 2007, o Brasil estava em 12º posição em uma lista de 73 países com maiores taxas de homicídio feminino, estando abaixo de países como El Salvador, Rússia, Colômbia, Guiana, Guatemala, Bielorrússia, Ucrânia, Ilhas Virgens (EUA), Cazaquistão, República da Moldávia e Estônia (WAILSELFISZ, 2010).

Do mesmo modo que nos homicídios, há uma predominância do sexo masculino no número de óbitos por suicídio no país. No ano de 2008, foram 79, 1% de suicídios nas Unidades Federadas e nas capitais foi 74% a proporção de suicídios de pessoas do sexo masculino. Entre os jovens as porcentagens são próximas, pois foram 77,8% nas Unidades e 83,7% nas capitais. Esses dados sobre suicídios permanecem constantes com o decorrer do tempo (WAILSELFISZ, 2011).

Por fim, igualmente às outras causas externas citadas, existe uma elevada prevalência da mortalidade entre os jovens do sexo masculino nos acidentes de transportes. Eles são

81,6% das vítimas, segundo dados nacionais coletados de 2008. Uma das causas mais prováveis seria a maior incidência de motoristas do sexo masculino (WAILSELFISZ, 2011).

Em relação aos mapas da violência anteriores, houve um aumento da participação masculina no número de óbitos por acidentes de transporte, pois em 1998 foi de 79,5% da população total e 80,4% na população jovem. Em 2008, a proporção entre os jovens estava em 83% (WAILSELFISZ, 2011).

#### 4.4.1.1 Mortalidade de jovens em São Carlos segundo o gênero

No município de São Carlos, o panorama é semelhante aos índices nacionais, ou seja, a mortalidade de homens jovens é significativamente maior em relação ao sexo feminino. Nos dados coletados no CIS, observou-se que, dos 360 óbitos de jovens na cidade no período pesquisado, 313 se referiam ao sexo masculino, 45 ao feminino e dois casos não apresentavam o sexo da vítima. Ou seja, aproximadamente 87% (313) das 360 mortes por causas externas eram de homens, conforme o gráfico a seguir:

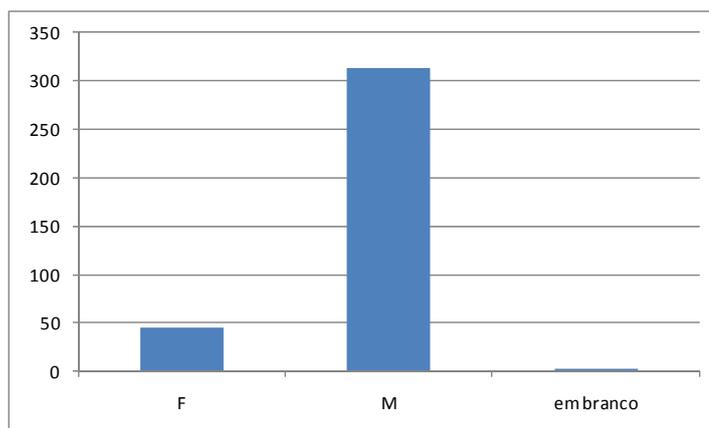


Gráfico 27: Mortalidade de jovens por sexo de 2000-2010. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

Nos dois casos em que o sexo não foi identificado, deveu-se ao não preenchimento do campo destinado a essa informação, assim como pelo nome da vítima estar ilegível. Ainda relacionado ao sexo, o gráfico 28 apresenta a distribuição das mortes pelas causas suicídio, acidente, homicídio e embate com a polícia.

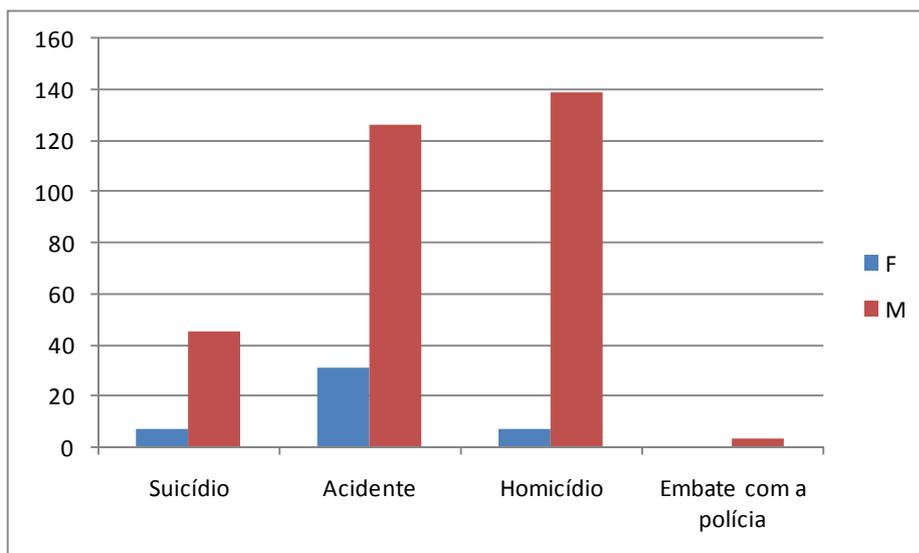


Gráfico 28: Mortalidade por causas externas a partir do sexo de 2000-2010. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

Observa-se que em todas as causas externas há prevalência da mortalidade de homens, principalmente nos homicídios (93,20%), e que a participação feminina é proporcionalmente pequena (4,76%). Em números absolutos, foram 139 óbitos de homens e somente 7 de mulheres. Nos acidentes e suicídios também morrem mais homens com, respectivamente, 79,75% (correspondendo a 45 mortes) e 86,54% (126 casos). No embate com a polícia não há mulheres como vítimas, porém tal dado pode não retratar a realidade devido à suposta subnotificação dessa violência. Para compreender essa diferença significativa na mortalidade de homens em relação às mulheres é imprescindível que seja levado em consideração o modelo predominante de masculinidade e feminilidade na sociedade.

Na sociedade contemporânea há a construção do que é ser homem em oposição ao ser mulher, a qual remete ao sexo masculino à virilidade, força e poder decorrentes de sua constituição biológica e sexual. Dentro desse contexto, não caberia ao homem chorar, manifestar sentimentos, não evidenciar coragem ou não ser ativo, esperando que se arrisque diante da ameaça. Há ainda, inserido nesse modelo hegemônico, alguns símbolos, como armas, carros, esporte radicais e o espaço público como constitutivos da identidade masculina (SOUZA, 2005). Essa visão, muito discutida na atualidade, vem sendo apontada como resultado de uma crise da masculinidade, ou seja, uma tensão nos projetos de gênero que estruturam as práticas em situações particulares e mutáveis. Dessa maneira, haveria um “desconforto de alguns homens diante de valores culturais marcados por esquemas rígidos e uma imagem masculina unívoca, associada a posições de poder” (SOUZA, 2005, p.60), na

qual se tem um sexo masculino que expressa suas emoções e localiza-se mais junto à mulher e às crianças.

Cecchetto (2004), a partir de estudos etnográficos em várias sociedades, afirma que há algo em comum em relação à identidade masculina: a competitividade como um meio para alcançar um fim. Para o autor, a obtenção da masculinidade passa por um processo violento, já que existe apoio em praticamente em quase todas as coletividades para que o menino afirme a sua virilidade a partir de provas extremamente difíceis. Entretanto, essa competição pode terminar com destruição física do oponente, mesmo estando o *ethos* guerreiro do homem submetido a um *habitus* civilizado. Mesmo com um longo processo histórico em que se privilegiou o controle das emoções no convívio com outros indivíduos, novas identidades masculinas, principalmente agressivas, têm permeado as relações sociais. Desse modo, nos dois padrões de violência, tanto a pública quanto a privada, trata-se da afirmação do *ethos* da masculinidade dominadora, que torna essa constituição subjetiva menos predisposta a seguir as práticas da civilidade e da equidade entre pessoas e gêneros (ELIAS, 1994, ZALUAR, 2008, 2009; ROTH; ZALUAR, 2007).

Sendo assim, esse modelo hegemônico de masculinidade tem gerado conseqüências para a saúde do homem. Em relação às causas internas, tem-se como primeira dificuldade de realização de medidas preventivas, como o exame de próstata, no qual sempre é associado ao medo da homossexualidade e da impotência. Há também os riscos à saúde reprodutiva devido não só à ausência de proteção contra doenças sexualmente transmissíveis, mas também problemas de fertilidade, em que o homem se vê com receio de fazer o diagnóstico e o tratamento, já que a fertilidade é um elemento importante da virilidade (SOUZA, 2005).

Outras conseqüências graves à saúde estão nas vulnerabilidades que o homem apresenta para as causas acidentais e intencionais fatais e não-fatais, em que “o corpo masculino aparece como aquele que busca ou se expõe a riscos e pelo qual se desenvolve a violência e o enfrentamento como forma de obter respeito” (SOUZA, 2005, p.61). Por conseguinte, tendo em vista tal exposição de confrontar-se com ousadia aos perigos, a vulnerabilidade do gênero masculino apresenta-se nos índices significativos de mortalidade de homens em acidentes de trânsito, homicídios e suicídios, de acordo com o panorama nacional e municipal. Além disso, é essencialmente a partir da juventude que se nota o crescimento dos índices de violência, compostos pelas vítimas e infratores (SOUZA, 2005).

Nessas mortes por causas externas existem dois símbolos de masculinidade da atualidade, o carro e a arma. O primeiro representa a capacidade de locomoção, velocidade, liberdade e *status social*, que são signos de sucesso e de sedução, já o segundo possui o poder

de controlar o outro de acordo com seus desejos e interesses, é a decisão sobre o viver e o morrer do subjugado. São objetos inseridos precocemente no cotidiano dos meninos na forma de brinquedos e passam, desde então, a ser um componente do mundo masculino (SOUZA, 2005; MINAYO, 2005).

O lugar onde ocorrem os homicídios também aponta para a questão de gênero, pois enquanto a maioria dos homicídios masculinos ocorre nos espaços públicos – ruas, bares, entre outros locais – os assassinatos de mulheres acontecem no espaço privado do lar. Ademais, os agressores dos homens são tidos como desconhecidos e os das mulheres são normalmente próximos, companheiros ou ex-companheiros (SOUZA, 2005; ZALUAR, 2008, 2009; ROTH; ZALUAR, 2007; RUOTTI; MASSA; PERES, 2011; PERES; SANTOS, 2005).

Zaluar (2008, 2009) denomina essa nova identidade masculina de “hipermasculinidade”, que se caracteriza por “atitudes cruéis para com as mulheres, uso de bebidas alcoólicas, agressividade, dominação e perigo valorizados como ‘coisas de homem’” (ROTH; ZALUAR, 2007, p. 14). Os homens têm, assim, modos ásperos com as mulheres, atitudes agressivas e de domínio como demonstrações de virilidade e, do mesmo modo, para eles confrontar-se com o perigo é algo estimulante. A maior parte dos homens, portanto, rejeitam quaisquer características que possam ser associadas com a feminilidade, dentre elas a empatia e a compreensão, de tal maneira que se tornam incapazes de demonstrar qualquer sentimento em relação à vítima de sua violência. Assim, com tais disposições internas, o homem, em sua maioria, responde de maneira hostil a qualquer conflito que possa abalar sua posição de comando (ZALUAR, 2008, 2009; ROTH; ZALUAR, 2007).

Cecchetto (2004) salienta que para compreender essa violência masculina, sentimentos de ódio e agressão partilhados entre eles na competitividade ofensiva, faz-se necessário considerar o *ethos* da virilidade presente no uso das armas de fogo no tráfico de drogas e de armas. Segundo Wieviorka (1997), o narcotráfico é uma atividade ilegal e criminosa global, porém ela tem características específicas de produção, distribuição e comercialização não só no interior do país, mas também na relação com outros países. Assim, no Brasil, e em outros países em desenvolvimento, o narcotráfico tem se utilizado de jovens para a prática de seus negócios (SOUZA, 2005).

Nesse contexto, Zaluar (2004) analisa as favelas cariocas e diz que a figura do malandro esperto, do bom jogador de futebol, sambista, trabalhador e pai de família deixaram de ser referências para o adolescente pobre, que “revoltado”, não escutando ninguém e não obedecendo a nada, idolatra o bandido. Esse estereótipo surgiu no momento em que a contravenção e o crime se organizaram tal como uma guerra – com armas de fogo para

eliminar rivais, reprimir as vítimas, atemorizar testemunhas e instituir o respeito entre companheiros e policiais para não ser penalizado (ZALUAR, 2004). “O poder do bandido armado e montado na grana é incontestável. Todos o temem” (ZALUAR, 2004, p. 63). O jovem encontra, então, no bandido a imagem de tudo aquilo que não aceita objeção e claramente remete ao poder, como a arma na cintura e os itens de desejo do consumismo vigente, como o carro do ano e roupas de grife (ZALUAR, 2004).

Esse novo personagem está imerso em uma crise de valores existentes na sociedade. Assim, devido ao amortecimento dos vínculos de lealdade e dependência entre pais e filhos, padrinhos e afilhados e patronos e clientes, há o predomínio do individualismo e da fantasia de liberdade associada a um poder extremamente autoritário, visível nas gangues, por exemplo. Dessa maneira, esse indivíduo atomizado e alheio à possibilidade da discussão e do diálogo na resolução de conflitos, juntamente com seu bando, exerce sua vontade sem qualquer restrição por meio do recurso do extermínio e do assassinato. Por conseguinte, humilhações e provocações são igualmente respondidas de modo violento (ZALUAR, 2004).

Entretanto, tal ilusão de poder irrestrito e liberdade absoluta são destruídas quando ele mesmo, o jovem, é vítima da violência de seus parceiros, rivais ou policiais. “O que era antes um sonho de liberdade absoluta ou domínio sem resistência possível torna-se então uma armadilha que o aprisiona, especialmente clara quando o jovem quer deixar a quadrilha, mas descobre que, se o fizer, receberá ameaças de morte” (ZALUAR, 2004, p.63). Continuar nessa vida é estar constantemente encarnando a figura do homem violento e que está sempre em contato com a morte e a guerra. Pensando na sociedade carioca do início dos anos 2000, Zaluar (2004) diz:

Essa idéia do homem forte e da punição brutal não deriva da autonomia moral que leva o outro em consideração quando avalia moralmente sua ação. Ao contrário, essa ação é resultante de um ideal de masculinidade baseado na demonstração de força bruta e na lealdade aos chefes que encarnam o grupo de pares. Mata-se, rouba-se, drogam-se crianças, torturam-se maus devedores, cala-se diante de maldades, tudo em nome da auto-afirmação do homem nessa construção ideal baseada na violência, em que os outros são meros objetos de uma vontade de que não tem limites nos meios empregados, em que as pessoas são meros instrumentos para se ter o que se quer (ZALUAR, 2004, p. 64).

Nesta conjuntura de criminalidade violenta, onde dominam os homens e bandidos, as mulheres não são protagonistas – elas não chefiam o mercado com uso regular das armas (ZALUAR, 1993; PAULILO; BELLO, 2002). Entretanto, isso não significa que o sexo feminino não compartilhe desse universo. Essas mulheres não se descrevem como “bandidas”, pois não só não utilizam armas, como também não estão inseridas no tráfico.

Sobre a participação delas neste tipo de comércio, uma integrante do narcotráfico disse: “a mulher vai, mas vai com medo... o homem é mais fácil porque ele pode meter a mão num revólver, pode arrumar guerra. Eu, como mulher não vou fazer isso, que não existe quadrilha<sup>24</sup> de mulher no Rio de Janeiro” (ZALUAR, 1993, p.2).

Comumente, o início da relação da mulher no universo da criminalidade dá-se de duas maneiras – pelo amor ao bandido ou pelo vício. Roubam, furtam e escondem para dar roupas e dinheiro para o parceiro, mesmo que enfrentem diversos riscos, como de ser estuprada na boca. É a Amélia<sup>25</sup> que não se restringe ao ambiente doméstico. Entretanto, elas não são as únicas a sofrerem esse tipo de violência – as mulheres bonitas, com histórico de muito namorados e as homossexuais são comumente estupradas. Dessa maneira, nota-se como a conduta sexual da mulher é controlada de maneira austera e violenta em contraposição a do homem, que é vista sempre com admiração e permissividade em relação aos estupros. Tal qual a morte, a violência sexual banalizou-se. O Comando Vermelho no Rio de Janeiro não pune os estupradores, mas, para conseguir adesão da população, ladrões locais são combatidos e os que delatam e matam por motivos pessoais ou vingança são mortos (ZALUAR, 1993).

Mulheres também são alvos de disputa, tal qual a boca, as armas e as mercadorias. Nessa disputa, os bandidos utilizam de diversos recursos, como a morte do companheiro da mulher desejada e a possibilidade de impressioná-las com a arma, brigas e dinheiro. É um jogo de sedução que também se vale da roupa de grife, do cordão de ouro, do carro, dos gastos em motel e outros. Muitos dizem entrar para o mundo do crime justamente para adquirir esses símbolos da virilidade e, por conseguinte, as mulheres. Mas, ao consegui-las, desfilam com elas com o objetivo de serem admirados ou invejados por outros homens (ZALUAR, 1993, 2004; PAULILO; BELO, 2002).

Esse jovem, portanto, precisa estar constantemente com dinheiro à disposição para consumir imediatamente produtos que o coloquem em um patamar de visualização e admiração. Em decorrência, para continuar a conseguir sempre dinheiro fácil, ele cria ao seu

---

<sup>24</sup> “O termo quadrilha só é empregado quando os seus membros andam armados, defendem-se com tiros da polícia, das vítimas, das possíveis testemunhas e dos concorrentes bandidos, e estão em guerra com as outras quadrilhas. Não se usa, portanto, para designar qualquer grupo de pessoas que se junta para realizar eventualmente uma ação criminosa qualquer, como o arrastão, por exemplo, que é muito mais fruto de uma experiência momentânea, contagiante, embora feita em grupo” (ZALUAR, 1993, p.2).

<sup>25</sup> “‘Amélia que era mulher de verdade’ é um tema de samba famoso que designa comumente aquela mulher que se preocupa com a casa, suporta a fome e não reclama de nada” (ZALUAR 1993, p.6).

redor uma rede de pagamentos, seja em dinheiro ou favores, como exterminar alguma inimizada dos líderes do crime (ZALUAR; 2004).

Um elo com a moralidade nessa conjuntura dá-se da mãe com o filho bandido. A mãe é alguém que personifica ao criminoso a proteção, autoridade e o respeito. Além disso, possui a capacidade de retirá-lo do mundo do crime por meio da vergonha, preocupações e sofrimento que sente pelo filho estar envolvido com esse tipo de delito. A genitora, portanto, é a principal responsável pela formação moral que esse jovem teve, já que muitos possuem histórias de ausência da figura paterna (ZALUAR, 1993).

Enfim, sejam como coadjuvantes ou vítimas, as mulheres no tráfico ora optam por papéis tradicionais do feminino, como donas de casa, esposas, mães pacatas, ora tentam fugir da violência através da perda do feminino e incorporação de características masculinas (ZALUAR, 1993).

#### **4.4.2 Negros, brancos e pardos**

Em 1996, o SIM começou a processar as informações sobre negros, brancos e pardos no país. Entretanto, os dados mantiveram-se incompletos até 2001. Dessa maneira, só a partir de 2002 foi possível analisá-los (WAILSELFISZ, 2010, 2011).

É importante ressaltar que existe um problema metodológico nas taxas existentes de homicídios relativos à cor nas bases do SIM. A fonte de informação para população por cor é obtida através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do IBGE, que obtém esses dados por meio da autoclassificação do entrevistado em alguma das cinco opções listadas (branca, preta, parda, amarela ou indígena). Todavia, nas certidões de óbitos, que é a fonte dos dados sobre homicídios, a categorização é feita por um agente externo ou por uma documentação anterior, na qual se utiliza os grupos do IBGE. Assim, as duas classificações podem não coincidir, logo, é importante entender os dados como sendo aproximações da realidade (WAILSELFISZ, 2010, 2011).

Segundo Wailselfisz (2010, 2011), houve queda do número absoluto de homicídios na população branca e ampliação na população negra, que é considerada como a junção das categorias parda e preta. De tal modo, de 2002 a 2008, para a população total, houve uma diminuição de 22,3% nas vítimas brancas, já que o número decresceu de 18.852 para 14.650. Por outro lado, existiu um incremento de 20,3% na mortalidade de negros, pois variou de 26.915 para 32.349. Em 2002, morreram 45,6% mais negros que brancos, já em 2005 morreram proporcionalmente 80,7%, e em 2008 foram 112% mais negros que brancos, ou

seja, mais que o dobro de brancos. Portanto, para cada branco assassinado, morrem 2,2 negros do mesmo modo (WAILSELFISZ, 2011).

Focando na população juvenil (15 a 25 anos), o número de homicídios entre os brancos diminuiu de 6.592 para 4.582 de 2002 a 2008, o que significa uma queda de 30,0% nesse período. Contudo, entre os jovens negros, os homicídios aumentaram de 11.308 para 12.749, ou seja, um incremento de 13% (WAILSELFISZ, 2011).

Então, de 2002 a 2008, o percentual de jovens negros morrendo em decorrência dos homicídios aumentou significativamente: em 2002 faleceram proporcionalmente 58,8% mais negros do que brancos; em 2005, 96,4% e em 2008, 134,2% (WAILSELFISZ, 2011).

Segundo Wailsefisz (2011), para cada branco vítima de homicídio em 2008, morreram, proporcionalmente, mais dois negros nas mesmas situações. E seguindo a tendência observada nos últimos anos, a vitimização deles tende a ascender mais. Exceto no Paraná e no Acre em que não existe diferença numérica entre mortalidade por cor, no restante do país ela é uma estável (WAILSELFISZ, 2011).

Do mesmo modo que nos homicídios, na população total, constata-se que houve um aumento de 8,6% de suicídios entre brancos de 2002 a 2008, enquanto o de negros aumentou 51,3%. Entre os jovens, houve uma queda do número de suicídios entre brancos de 2,8%, porém cresceu 29,4% os de negros (WAILSELFISZ, 2011).

O número de suicídios entre os índios é também preocupante. Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Brasil possui 400 mil índios vivendo em aldeias, correspondendo a 0,25% da população. Porém, esse número pode ser ainda maior, já que não se contabiliza aqueles residentes fora das aldeias, algo em torno de 100 mil índios (WAILSELFISZ, 2011). Pelo SIM, no ano de 2008, constam 100 suicídios indígenas, o que representa uma taxa nacional de 20 suicídios a cada 100 mil índios, ou seja, quatro vezes acima da média nacional (4,9 suicídios em 100 mil) (WAILSELFISZ, 2011).

#### **4.4.2.1 Mortalidade de jovens brancos, negros e pardos em São Carlos**

No gráfico 29 são apresentados os números absolutos de óbitos para cada causa de morte.

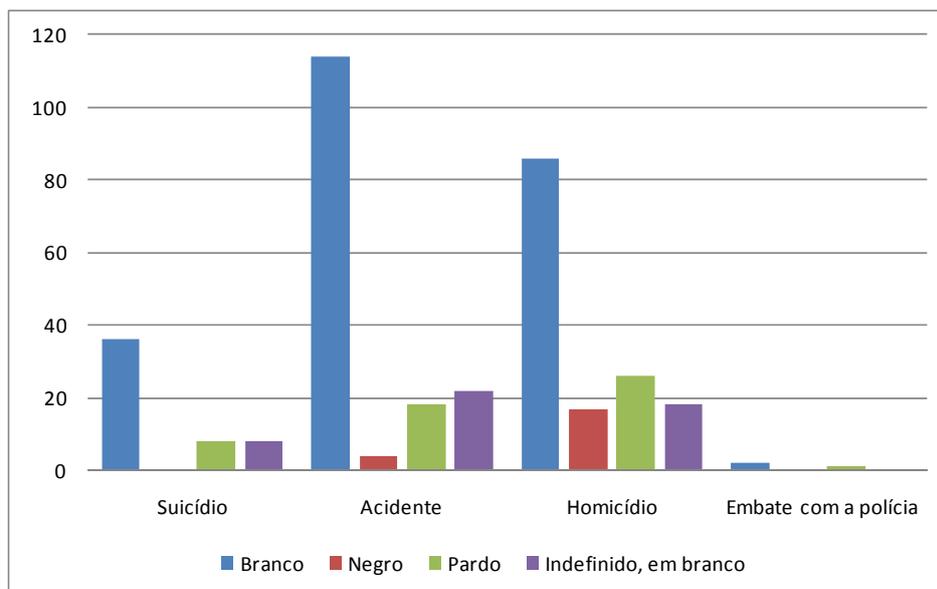


Gráfico 29: Mortalidade de jovens por causas externas a partir da cor de 2000-2010. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

A partir de dados brutos expostos no gráfico 29 verifica-se que a mortalidade de jovens brancos é significativamente superior a de negros. Sendo assim, em 10 anos, morreram por suicídio 36 brancos (69,23 %), 0 negros (0 %) e 8 pardos (15,38%); por acidente 114 brancos (72,15%), 4 negros (2,53%) e 18 pardos (11,39%); por homicídios foram 86 brancos (58,50%), 17 negros (11,56%) e 26 pardos (17,68%) e, por fim, por embate com a polícia foram 2 brancos e 1 pardo. Tem-se ainda 13,33% dos dados sobre cor indefinidos ou não preenchidos (em branco).

O modo como o social, econômico, político e o cultural atuam sobre a saúde de uma população são diversos e distintos, pois dependem de muitas variáveis, como aquelas relacionadas às condições socioeconômicas, ao tipo de população, às noções de saúde, enfermidades e os problemas enfrentados. Dessa maneira, para se compreender a população negra brasileira, é necessário considerar a existência de uma vulnerabilidade na qual recusa o direito natural de pertencimento (LOPES, 2004).

A vulnerabilidade será identificada a partir do acesso que os indivíduos têm à informação; aos serviços de saúde e outros equipamentos sociais, a liberdade de expressão, representação e decisão; educação e renda; pelos índices de desenvolvimento humano (IDH), de pobreza e miséria, pela participação dos grupos nas estruturas de governo e, por último, pelo repertório de crenças e valores relacionados à saúde, sexualidade, raça/cor, etnias, gênero, idade, orientação sexual e denominação religiosa (LOPES, 2004).

Raça, de acordo com Lopes (2004, p 62), “é um grupo de pessoas socialmente unificadas em virtude de seus marcadores físicos”. O racismo decorre, então, do tratamento diferenciado sofrido por seus integrantes devido ao caráter fenótipo e/ou genético. Dessa maneira, as crenças e atitudes em relação aos grupos raciais, principalmente o negro, tem gerado políticas e arranjos sociais que restringem as oportunidades e a expectativa de vida (LOPES, 2004).

Nos países da América Latina, a discriminação racial possui dois pontos críticos: o ideal do branqueamento ou enbranquecimento e a democracia racial. A primeira refere-se à maior aceitação da mobilidade social dos indivíduos que mais perto chegam da cor branca, logo, aos mestiços se proporciona a utopia de deslocamento e aos negros, a marginalização e negação da sua auto-imagem. Os negros, ao contrário de pardos, não terão facilidade em denominarem-se como brancos, daí a improbabilidade de estar em outros espaços coloca uma barreira que estabelece a oposição negro *versus* branco. Já a segunda, foi uma noção iniciada por Gilberto Freyre e desenvolvida pelas elites políticas a respeito da convivência pacífica, sensual e afetuosa entre brancos e negros, na qual o preconceito e a discriminação baseados na cor não são preponderantes. São, enfim, duas maneiras de apontar o racismo como sendo algo restrito ao passado, sem seqüência na contemporaneidade (LOPES, 2004; PAIXÃO et al., 2004).

Entretanto, ao longo dos séculos, o racismo vem sendo mantido e revigorado nas diversas sociedades e contextos históricos para que *status*, recursos e privilégios concretos e simbólicos de certos grupos em relação ao Estado ou ainda a outros grupos sejam conservados. Disso decorre que a discriminação racial é um produtor de vulnerabilidades que nem sempre se apresentam de maneira clara e mensurável. É importante ir além da comparação de dados estatísticos e observar as diferentes vivências dos negros e não-negros em determinada condição social. Em outras palavras, devem ser considerados os fatores históricos, sócio-políticos, econômicos e culturais que favorecem a existência, conservação ou alargamento das iniquidades dentro dos grupos ou intergrupos (LOPES, 2004, 2005).

Nesse sentido, a ausência de relevância estatística na distribuição e comportamento das variáveis por raça/cor não isenta o pesquisador da responsabilidade de reiterar tanto a natureza perversa do racismo, como sua capacidade e aptidão em criar e/ou perpetuar diferenciais nas condições gerais de vida nos grupos e intergrupos (LOPES, 2005, p.15)

Partindo disso, tem-se com conceito de saúde como sendo “um conjunto de condições integrais e coletivas de existência, influenciada pelo contexto político, sócio-econômico,

cultural e ambiental” (LOPES, 2005, p.159). Entretanto, o campo da saúde pode estar produzindo e reproduzindo a vulnerabilidade ao não utilizar o recorte racial em suas políticas e ações. Disso decorre que há dificuldade não só na identificação das desigualdades, mas também na proposição de recursos que possam melhorar as condições de saúde dessa população (OLIVEIRA; FIGUEIREDO, 2004).

Atualmente, poucos estudos fazem correlação entre hierarquização social e disparidades em saúde. Por isso, necessita-se, assim, estudar de que maneira as desigualdades sociais influenciam nas condições de saúde não só individual, mas também coletiva (LOPES, 2004, 2005).

No país, as hierarquias sociais são explicadas a partir da ordem “natural” de sua existência, sendo algo característico das relações sociais. Dessa maneira, o sistema hierárquico brasileiro atrela cor da pele, classe (ocupação e renda), *status* social (sexo, origem familiar, renda, educação formal, condições de moradia e habitação) sem, no entanto, abandonar a dicotomia racial branco *versus* negro que esteve presente por trezentos anos na época escravocrata e, mesmo com a urbanização, industrialização e transformações políticas, mantém-se até os dias atuais (LOPES, 2004, 2005).

Assim, ao delimitar espaços sociais de acordo com a aparência e cor da pele, a ascensão ao poder e o acesso aos direitos são negados aos negros, que se vêem com inserções desiguais no mercado de trabalho, na disponibilidade de bens e equipamentos e de sua conseqüente morbimortalidade. É notável isso ao observar os dados de mortalidade e verificar a associação entre cor/gênero na centralização de riqueza e na distribuição dos pobres, principalmente no caso da mulher negra (LOPES, 2005).

Apesar do Brasil não possuir ódio racial, com exclusão legal e visível, tem-se a imputação de uma constituição social negativa a fenótipos específicos, na qual cria obstáculos que ora bloqueiam ou inibem a mobilidade social negra. Dessa maneira, os negros encontram uma cidadania restrita, em que são limitadas as oportunidades de consumo, acesso a bens disponíveis e a liberdade individual. É fato constatado nas estatísticas que os negros, em relação aos brancos, ainda possuem condições desfavoráveis de moradia e habitação, acesso à educação e emprego e renda. (LOPES, 2004, 2005).

O Estado, portanto, não tem garantido a todos de maneira igualitária o acesso aos bens disponíveis. A garantia legal de acesso universal e igualitário em saúde, conforme artigo 196 da Constituição Federal, não tem propiciado aos negros e indígenas a mesma qualidade de atenção que os brancos (LOPES, 2004, 2005). “Mulheres e homens, populações indígenas, negros e brancos ocupam lugares desiguais nas redes sociais e trazem consigo experiências

também desiguais de nascer, viver, adoecer e morrer” (LOPES, 2005, p.1599). Assim, é fundamental que se observe o impacto das políticas em grupos populacionais específicos que se encontram assistidos de maneira desigual.

Segundo Paixão et al. (2004), de 1998 a 2002, 25% dos óbitos declarados foram de negros que morreram em decorrência de causas externas, sendo que para os brancos foi de 16%. Os homicídios foram responsáveis por 48% das mortes de negros, enquanto para os brancos representou 34,4%. Além disso, o uso da arma de fogo ou instrumento perfurocortante foi o que mais apareceu com constância nas declarações de óbitos dos homens negros (PAIXÃO et al., 2004).

Para Batista et al. (2004), analisando as taxas de mortalidade dos negros, concluiu que elas são maiores que a da população branca em praticamente todos os capítulos da 10ª edição da Classificação Internacional de Doenças (CID 10), menos para neoplasias, doenças do aparelho circulatório e malformações congênitas. Além disso, as taxas de morte são duas vezes maiores em negros do que aos brancos em óbitos motivados por doenças mentais; gravidez, parto, puerpério e causas mal definidas; mais da metade das mortes por infecções, nas causas relacionadas ao tecido sanguíneo, glândulas endócrinas, pele, tecido osteomuscular e regiões geniturinárias e abaixo de 50 % nas doenças do sistema nervoso, digestivo, respiratório e causas externas (BATISTA et al., 2004).

Para alterar tal quadro, Lopes (2005) salienta ser necessário suprimir as formas indiretas de discriminação a partir de algumas medidas, como mensurar e compreender a dimensão e desenvolvimento das desigualdades entre os grupos hegemônicos e não hegemônicos; reavaliar as práticas institucionais, para que, assim, elas possam ser guiadas pelo preceito da igualdade e por fim, adotar um pacto de responsabilidade de ofertar tratamentos distintos para aqueles que estão em situação de desigualdade de modo a considerar suas demandas.

Em relação à cor nos sistemas de informação em saúde, é imprescindível a sua inclusão entre as informações fundamentais dos atendimentos realizados no SUS e na rede adicional de serviços; investimentos na formação permanente de recursos humanos para a coleta do dado autodeclarado de raça/cor, de acordo com as categorias do IBGE (branco, preto, pardo, amarelo e indígena); emprego da cor como categoria de análise na constituição dos perfis de morbimortalidade, de carga de doença e de características ambientais; inserção do grupo cor em todos os levantamentos/pesquisas epidemiológicas, principalmente aquelas geridas e custeadas por organizações governamentais; investimentos na formação continuada de recursos humanos para alimentação dos sistemas, processamento, análise e interpretação

dos dados desagregados por cor; investimentos em tecnologias de conexão e padronização das várias bases de dados vigentes, na área social e da saúde; investimentos na criação de um sistema único de informação em saúde no qual considere a cor e, por último, avaliação e vigilância da qualidade da informação (LOPES, 2004).

#### 4.4.2.2 Homicídio, pobreza e cor em São Carlos

Em São Carlos, semelhantemente ao panorama nacional, a mortalidade dos negros por causas externas tem se apresentado significativamente superior aos indivíduos brancos, conforme gráfico abaixo:

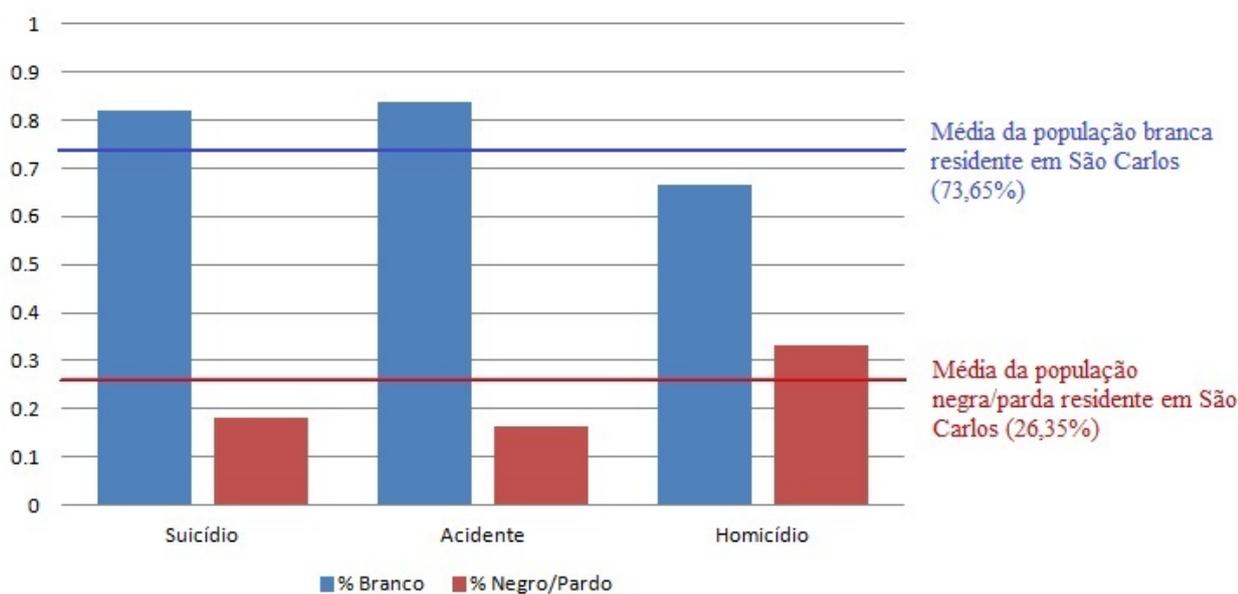


Gráfico 30: Causa de morte em porcentagem de participação dos jovens, excluindo os casos indefinidos. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

Pelo gráfico 30 torna-se evidente que a proporção de jovens negros e pardos que morrem em decorrência de homicídio é maior comparado às outras causas de morte. Essa informação pode ser observada por meio dos dados de cor da população de São Carlos, na qual foi utilizado o CENSO demográfico de 2010 do IBGE, já que outras fontes pesquisadas, como a do DATASUS/SIM, IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), SEADE (Fundação do Sistema Estadual de Análise de Dados) e PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) não apresentavam a população de jovens de São Carlos dividida por cor. Deste modo, verifica-se pelo CENSO 2010 que São Carlos possui 221.950 habitantes residentes, sendo 57.927 negros e pardos, e 161.948 brancos. Como não houve nenhum caso de óbito que a vítima fosse indígena ou amarela, para esta análise tomar-se-á somente a

população residente branca e negra/parda. Assim, somando esses dois grupos de cor (branco e negro/pardo), observa-se que os brancos correspondem a 73,65% e negros/pardos a 26,35%.

Portanto, analisando o gráfico 30, pode-se afirmar que, com base na média da população residente geral de São Carlos, os brancos são mais vítimas nos suicídios e acidentes de trânsito, já que a média de óbito para essas causas de morte são, respectivamente, iguais a 81,8% e 83,8%, índices superiores a média de habitantes brancos na cidade, que é igual a 73,65%. Por outro lado, negros e pardos são proporcionalmente mais vítimas de homicídio, pois representam 33,3% dos casos registrados, índice este superior a proporção negra/parda da cidade, que é de 26,35%. Assim, essa é uma questão que ainda necessita ser melhor investigada.

Além de serem mais vítimas da violência homicida, os negros moradores das periferias de São Carlos encontram-se em condições socioeconômicas heterogêneas em relação aos brancos. De acordo com Medeiros (2005), apesar de São Carlos ocupar o 17º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), posição baseada entre os 645 municípios do estado de São Paulo, há “uma grande desigualdade entre brancos e negros no município, havendo uma concentração da população negra nos bairros mais pobres e, além disso, nesses locais eles vivenciam condições ainda piores do que as dos brancos” (MEDEIROS, 2005, p.11).

Segundo Medeiros (2005), para obter as reais condições de vida dos negros e pardos de São Carlos, realizou-se, majoritariamente nos anos de 2002 e 2003, pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar, um Cadastramento Único<sup>26</sup>, baseado em um *survey* (utilização de questionários com perguntas fechadas). Dessa maneira, contemplando 1451 indivíduos em seis bairros (Jardim Gonzaga, Presidente Collor, Cidade Aracy, Antenor Garcia, Santa Angelina e Santa Eudóxia), obteve-se que 51,97% da população que mora nos bolsões de pobreza é composta por indivíduos negros e pardos, conforme figura abaixo:

---

<sup>26</sup> “O Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal é realizado em todo o Brasil e tem como objetivo a habilitação de famílias pobres na participação em programas de transferência de renda. Nesse processo, são cadastradas famílias que tenham renda *per capita* de até meio salário mínimo por mês, sendo exatamente este o critério utilizado pelo Governo Federal para a definição e o mapeamento da pobreza no país. O Cadastramento Único foi criado com o intuito de organizar a concessão de benefícios sociais oferecidos pelo Governo Federal, que hoje estão integrados no Programa Bolsa Família. Essa mudança foi proposta com o objetivo de melhorar a administração dos benefícios, revertendo numa maior eficiência no atendimento às necessidades dessas famílias. No município de São Carlos, o Cadastramento Único tem sido utilizado para decidir a concessão de benefícios sociais outorgados pelo município” (MEDEIROS, 2005, p.12).

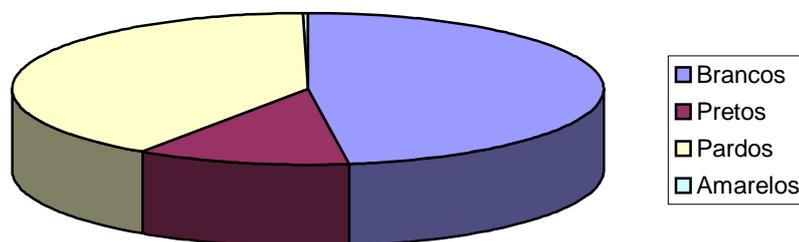


Gráfico 31: Distribuição Percentual dos indivíduos amostrados segundo Cor em São Carlos em 2002/2003. Fonte: Pinto, D. C. S., Rodrigues, T. C., 2003 *apud* Medeiros, 2005, p16.

Esse panorama, entretanto, não reflete o da cidade de São Carlos como um todo, em que a população negra não totaliza 20 % do conjunto populacional (MEDEIROS, 2005).

Ainda agrupando negros e pardos na mesma categoria, Medeiros (2005), constatou que a maioria deles reside no Jardim Gonzaga,:

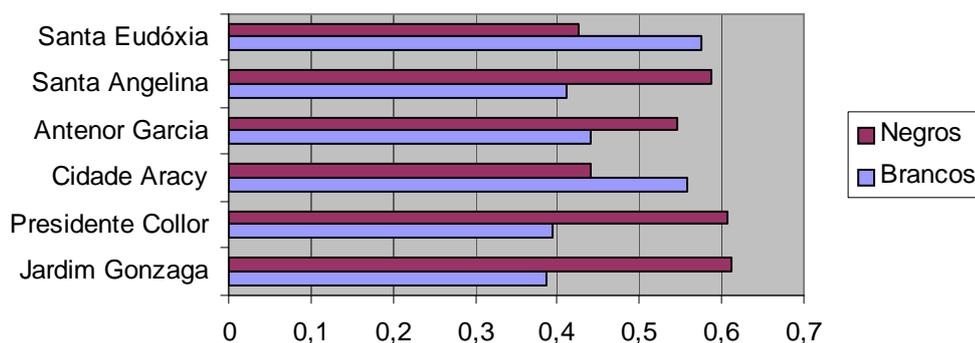


Gráfico 32: Distribuição Percentual dos indivíduos amostrados segundo Cor e Bairro de Residência em São Carlos em 2002/2003. Fonte: Pinto, D. C. S., Rodrigues, T. C., 2003 *apud* Medeiros, 2005, p.17.

Segundo os dados do gráfico 32, a população que se auto-declarou negra concentra-se no Jardim Gonzaga, Presidente Collor, Antenor Garcia e Santa Angelina. Sobre o Jardim Gonzaga, Medeiros (2005, p.17-18) esclarece que “é o bairro que mais necessita atualmente de infraestrutura básica, estando localizado em local de risco e abrigando famílias que contam com as piores condições socioeconômicas”. E, por esse local abrigar a maioria dos afrodescendentes, a autora aponta que a cor pode ser considerada como um indicativo de pobreza, tendo em vista que “os negros não só residem nos bairros mais pobres, mas também estão concentrados nas piores áreas da pobreza” (MEDEIROS, 2005, p.18).

A desigualdade entre negros e brancos também se apresenta no grau de instrução, em que os negros moradores dos bolsões de pobreza têm dificuldade em alcançar o ensino superior, segundo o gráfico abaixo:

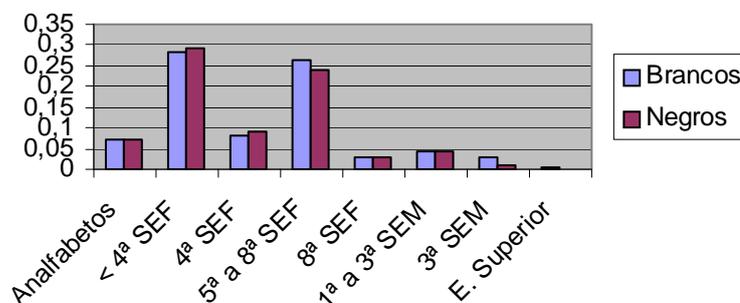


Gráfico 33: Distribuição Percentual dos indivíduos amostrados segundo Cor e Grau de Instrução em São Carlos em 2002/2003\* Fonte: Pinto, D. C. S., Rodrigues, T. C., 2003 *apud* Medeiros, 2005, p.44. \*Na faixa dos analfabetos estamos considerando apenas as pessoas com 10 anos de idade ou mais.

As ocupações dos negros residentes nos bolsões de pobreza são, muitas vezes, de baixo prestígio, como demonstra o gráfico abaixo:

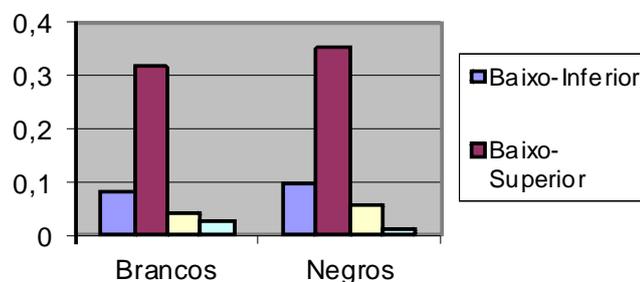


Gráfico 34: Distribuição percentual dos indivíduos amostrados segundo cor e prestígio ocupacional em São Carlos em 2002/2003. Fonte: Pinto, D. C. S., Rodrigues, T. C., 2003 *apud* Medeiros, 2005, p.53.

Analisando ainda o interior de cada grupo ocupacional, notou-se que, mesmo com condições similares, os trabalhadores negros moradores dos bolsões de pobreza de São Carlos recebem salários mais baixos que os brancos, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 6: Distribuição, em Reais, da Remuneração média dos indivíduos amostrados segundo Cor e Grupo de Prestígio Ocupacional em São Carlos em 2002/2003. Fonte: Pinto, D. C. S., Rodrigues, T. C., 2003 *apud* Medeiros, 2005, p. 54.

<i>Grupo de Prestígio Ocupacional</i>	<i>Branços</i>	<i>Negros</i>	<i>Diferença</i>
Médio-Médio	253,33	250,00	03,33
Inferior	348,33	307,75	40,58
Baixo-Superior	256,06	270,54	- 14,48
Baixo-Inferior	230,42	186,48	43,94

Além das variáveis mencionadas, outros indicadores sociais colocam os negros como sendo os mais desfavorecidos: “seus domicílios possuem um número menor de cômodos se comparados aos brancos; a energia elétrica utilizada é de forma “clandestina”, ou seja, boa parte dos domicílios não possui relógios próprios; o consumo de água é muitas vezes feito sem os cuidados necessários, tais como fervura ou filtragem”(MEDEIROS, 2005, p.57).

Nesse sentido,

Todo esse cenário nos aponta que a pobreza não pode ser considerada como uma condição homogênea, muito pelo contrário. Mesmo entre os pobres existem pessoas que diariamente são ainda mais marginalizadas, vivendo em condições ainda mais degradantes e com menores chances de ascensão social. Essa é a condição dos negros na pobreza de São Carlos, cidade reconhecida internacionalmente pelo seu potencial intelectual e tecnológico, mas que ainda abriga realidades muito desiguais entre seus moradores, reservando para sua população negra a condição de subgrupo social (MEDEIROS, 2005, p.58).

#### **4.4.3 Estado civil**

Zaluar (2008, 2009) e Roth e Zaluar (2007), analisando as agressões por estado civil na cidade do Rio de Janeiro, constataram que a soma dos homens e mulheres vítimas de agressão por estado civil está em 18,4% dos separados não oficialmente; 16,1% dos unidos consensualmente; 9,8% dos solteiros; 10,9% dos desquitados, divorciados ou separados judicialmente. Ainda sobre essa violência, os casados possuem um taxa três vezes menor do que os separados e amigados e duas vezes menor do que os solteiros e desquitados. Estes dados indicam que o casamento e a separação ritualizada judicialmente enfraquecem o risco de ser agredido (ZALUAR, 2008, 2009, ROTH; ZALUAR, 2007).

Há várias explicações para o casamento ser um fator de proteção à agressão. A primeira delas é que as pessoas que se unem e separam sem os rituais possuem menos controle de suas famílias e redes de relações por não estarem casados legalmente. Outro fator

de diminuição da mortalidade seria a mediação de um terceiro elemento (o Judiciário) ao relacionamento. Além disso, o modo de vida dos que se casam e separam judicialmente é mais conservador ou de maior compromisso recíproco do que os restantes. Por fim, é a união destes três elementos que favorecem a arrefecimento do risco de agressão, cada qual com um funcionamento específico, mas interligados (ZALUAR, 2008, 2009; ROTH; ZALUAR, 2007).

#### 4.4.3.1 Mortalidade de jovens em São Carlos segundo estado civil

No gráfico 35 são apresentados dados relacionados ao estado civil dos jovens vitimados, que é possível notar que em todos os tipos de mortes prevalece o estado civil solteiro.

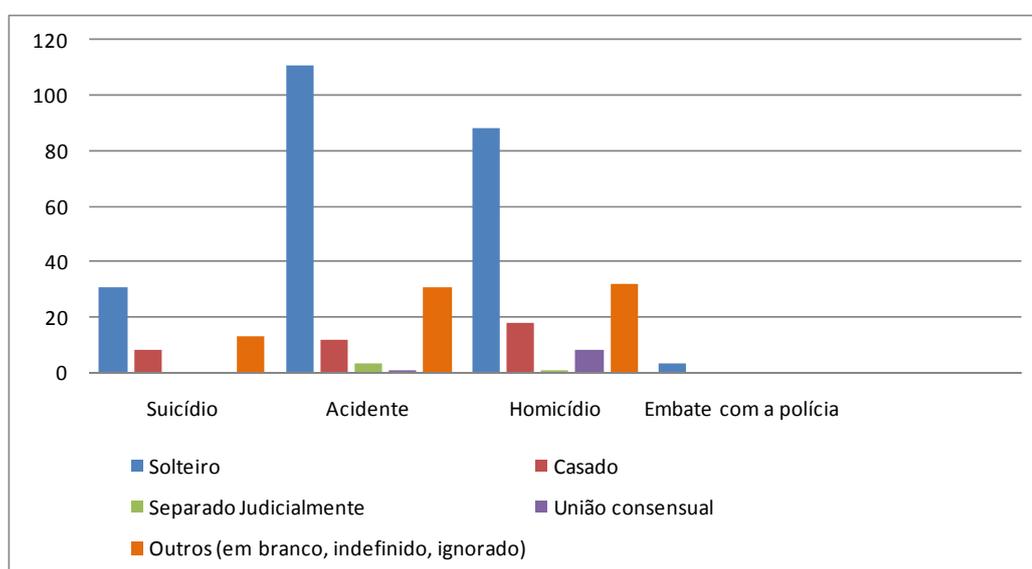


Gráfico 35: Mortalidade de jovens por causas externas a partir do estado civil de 2000-2010. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

Dessa maneira, analisando o gráfico 35, concluí-se que por suicídio morreram 31 solteiros e 8 casados; 111 solteiros, 12 casados por acidente e 1 por união consensual; 88 solteiros, 18 casados e 8 união consensual por homicídio. Os três jovens que faleceram por embate com a polícia eram solteiros. Assim, totalizando as causas externas, foram 64,72 % de solteiros, 10,55% de casados e 2,5% por união consensual. O total de dados sobre estado civil não preenchido foi de 21,11% das mortes por causas externas.

#### 4.4.4 Idade

“Se a magnitude de homicídios correspondentes ao conjunto da população já pode ser considerada elevada, a relativa ao grupo jovem adquire caráter de epidemia” (WAILSELFISZ, 2011, p. 27), isto é, dos 18.321 homicídios registrados pelo DATASUS,

36,6% foram vítimas jovens (WAILSELFISZ, 2011). Porém, é interessante constatar que ao longo do ciclo de vida população existem importantes diferenças no número de homicídios:

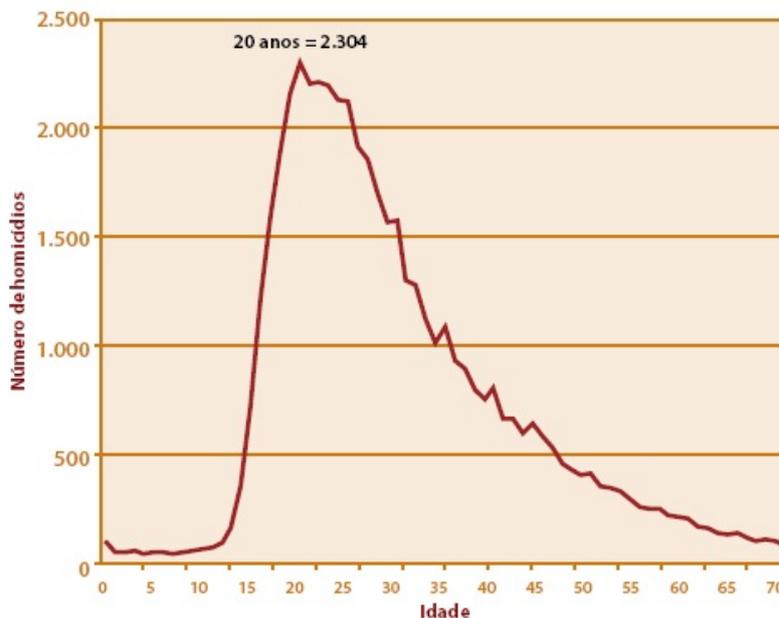


Gráfico 36: Número de homicídios por idade simples. Fonte: Wailselfisz, 2011, p. 52.

Assim, até os 12 anos é muito pequena a mortalidade, mas é a partir dos 13 anos que se verifica o aumento do número de óbitos por homicídio, o qual atinge o máximo aos 20 anos com 2.304 mortes. Após isso, decresce até os 70 anos (WAILSELFISZ, 2011).

Tabela 7: Evolução do número e das taxas de homicídio na população de 15 a 24 anos. Fonte: Wailselfisz, 2010, p. 72.

IDADE	NÚMERO DE HOMICÍDIOS			TAXAS DE HOMICÍDIO		
	1997	2007	Δ%	1997	2007	Δ%
15	500	633	26,6	13,9	18,7	34,4
16	860	1.081	25,7	24,0	31,6	31,6
17	1.287	1.566	21,7	38,2	45,3	18,6
18	1.526	1.933	26,7	46,2	55,4	19,9
19	1.682	2.075	23,4	54,1	59,0	9,1
20	1.819	2.079	14,3	57,4	58,5	1,8
21	1.733	2.130	22,9	55,9	59,3	6,2
22	1.631	1.995	22,3	53,8	55,0	2,4
23	1.652	1.954	18,3	55,7	53,4	-4,1
24	1.580	2.029	28,4	54,5	54,9	0,8
<b>TOTAL</b>	<b>14.270</b>	<b>17.475</b>	<b>22,5</b>	<b>45,1</b>	<b>50,1</b>	<b>11,0</b>

Wailselfisz (2010) aponta que, observando as idades, o maior crescimento de homicídios deu-se dos 15 e 16 anos de idade, cerca de 30% de incremento, enquanto que dos 17 e 18 anos de idade está em menos de 20%. Não se notaram variações significativas acima

dos 20 anos. Pode-se constatar que esse aumento do número de homicídios dos 15 aos 17 anos deva-se pela não penalização de jovens estabelecida pelo ECA, resultando na utilização dessa faixa etária pelo crime organizado (WAILSELFISZ, 2010).

De maneira semelhante aos homicídios, nos acidentes de transportes os óbitos atingem o máximo da mortalidade aos 20 anos, conforme gráfico a seguir:

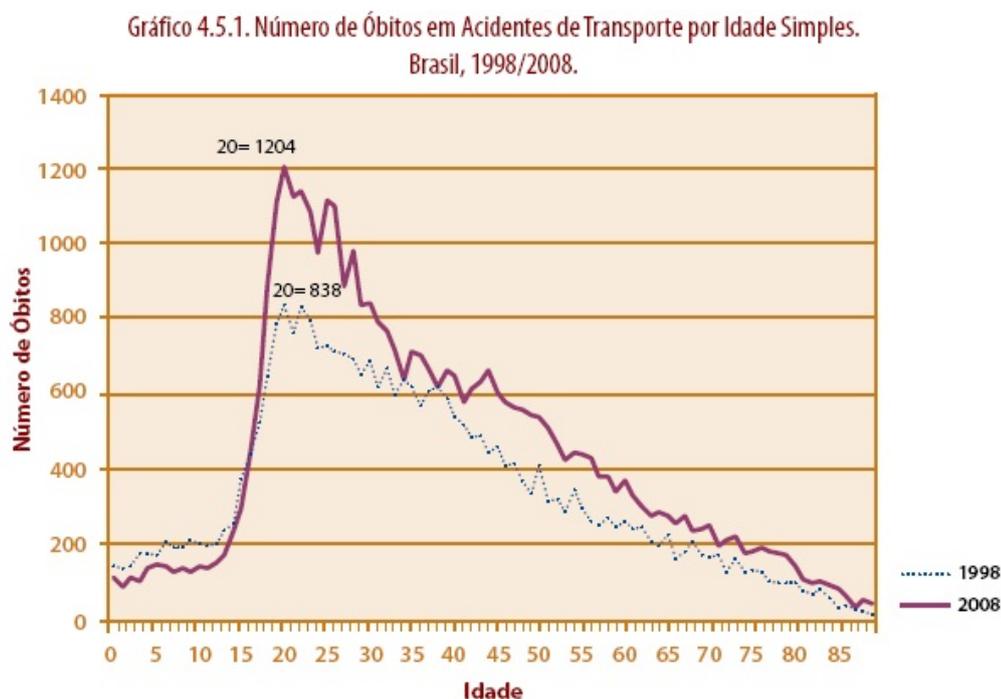


Gráfico 37: Número de óbitos em acidentes de transporte por idade simples no Brasil. Fonte: Wailselfisz, 2011, p. 100.

Pelo gráfico 37, nota-se que entre os anos de 1998 e 2008 prevalecem as vítimas da faixa etária dos 18 aos 30 anos de idade, cuja maior expressão ocorre aos 22 anos de idade com 838 vítimas em 1998 e 1.204 em 2008. Além disso, observam-se quedas de 30% na mortalidade de vítimas de 0 a 13 anos. Com 14 e 15 anos há diminuição do número de óbitos, porém não com a mesma magnitude da faixa etária anterior. Aos 17 anos se inicia uma escala ascendente de mortes por acidentes entre os jovens (WAILSELFISZ, 2011).

Por fim, nos suicídios também se verifica que o grau máximo de mortalidade também ocorre aos 20 anos de idade:

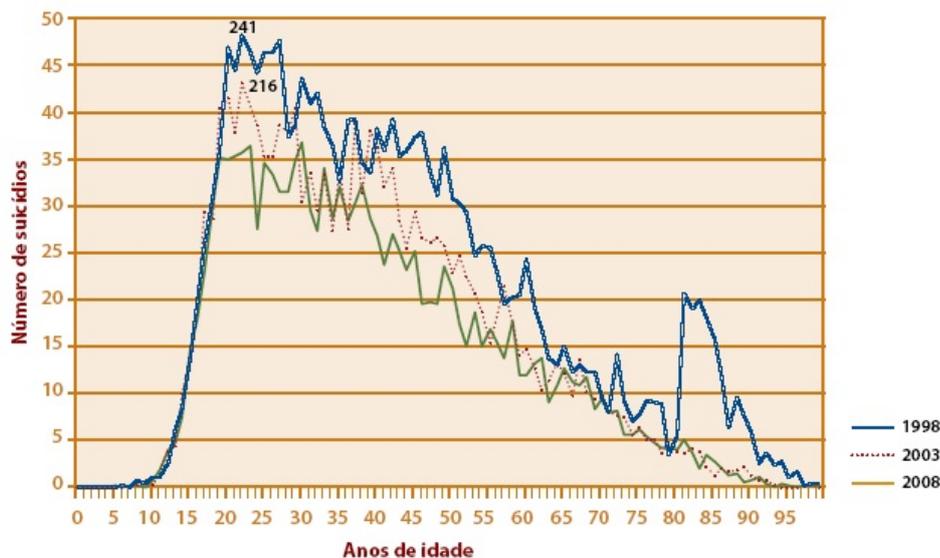


Gráfico 38: Número de suicídios por idade simples. Fonte: Wailselfisz, 2011, p. 137.

O gráfico 38 permite analisar a distribuição etária dos suicidas. Até os 10 anos é praticamente nulo o número de suicídios, mas, a partir dessa idade começa uma ascensão da mortalidade até chegar ao máximo entre 20 e 27 anos. Após isso, inicia-se uma diminuição significativa ao longo do tempo. No entanto, em pessoas acima dos 80 anos, em 1998 houve um incremento desse tipo de violência, reduzindo nos anos de 2003 e 2008.

São Carlos-SP encontra-se em décimo segundo lugar dos municípios com mais suicídios entre os jovens no país, segundo o Mapa da Violência 2011 (WAILSELFISZ, 2011).

#### 4.4.4.1 Mortalidade de jovens em São Carlos segundo idade

Em São Carlos-SP também se nota que o maior número de óbitos está entre as vítimas com idades entre os 20 e 25 anos, concentrando 152 óbitos dos 360 ocorridos:

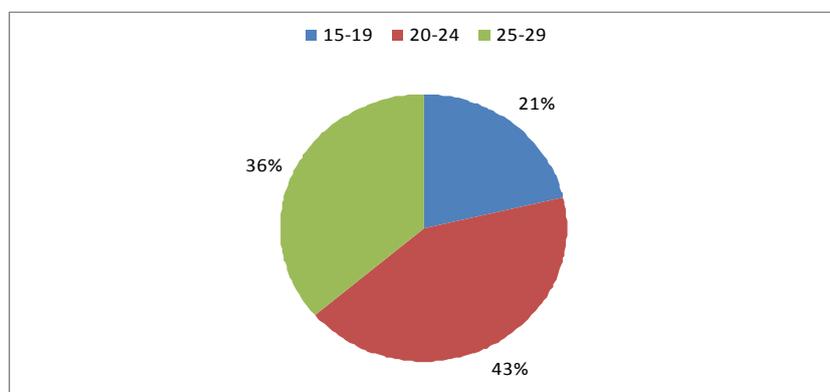


Gráfico 39: Mortalidade de jovens por causas externas conforme as faixas etárias. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

Pelo gráfico 39 observa-se que a faixa etária dos 20 aos 24 anos possui o maior número de jovens mortos por causas externas, 152 óbitos (43%). Após essa idade, tem-se dos 25 aos 29 anos, com 131 mortes (36%) e, por fim, dos 15 aos 19 anos com 77 óbitos (21%).

No gráfico a seguir tem-se o detalhamento das mortes por causas externas a partir das faixas etárias:

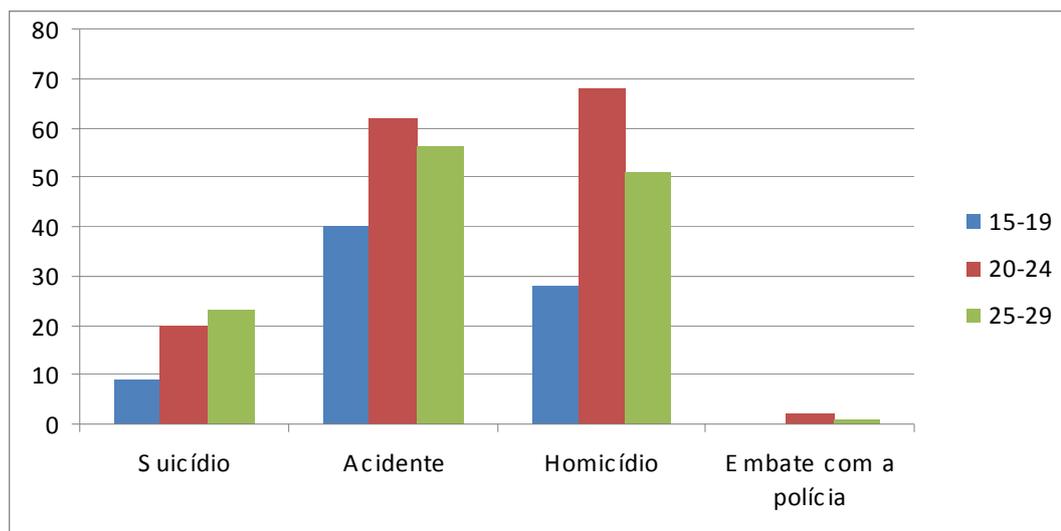


Gráfico 40: Mortalidade de jovens por causas externas segundo as faixas etárias. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

Analisando as faixas etárias conforme as mortes por suicídio, acidente, homicídio e embate com a polícia, têm-se que os homicídios são os principais responsáveis pelos óbitos do grupo etário mais vulnerável, jovens com idade entre 20 e 24 anos, com 46,26% ou 68 casos identificados, representando quase metade das mortes por homicídio de jovens, seguido por acidentes de trânsito (39,24% do total ou 62 casos) e suicídios (38,46% do total ou 20 casos), como pode ser visto no gráfico 40.

De modo a comparar com os dados apresentados no Mapa da Violência sobre mortalidade por faixa etária, são apresentados nos gráficos a seguir a distribuição dos óbitos por faixa etária (de 15 a 29 anos) para cada causa de morte (exceto embate com a polícia por haver somente 3 casos) e um gráfico sintetizando as 3 causas de morte.

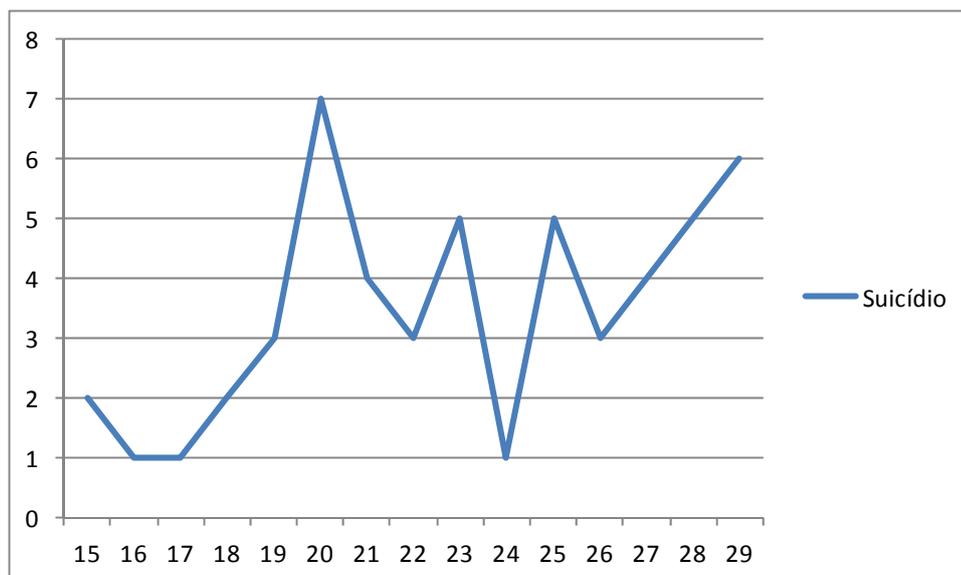


Gráfico 41: Distribuição dos óbitos por suicídio por idade. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

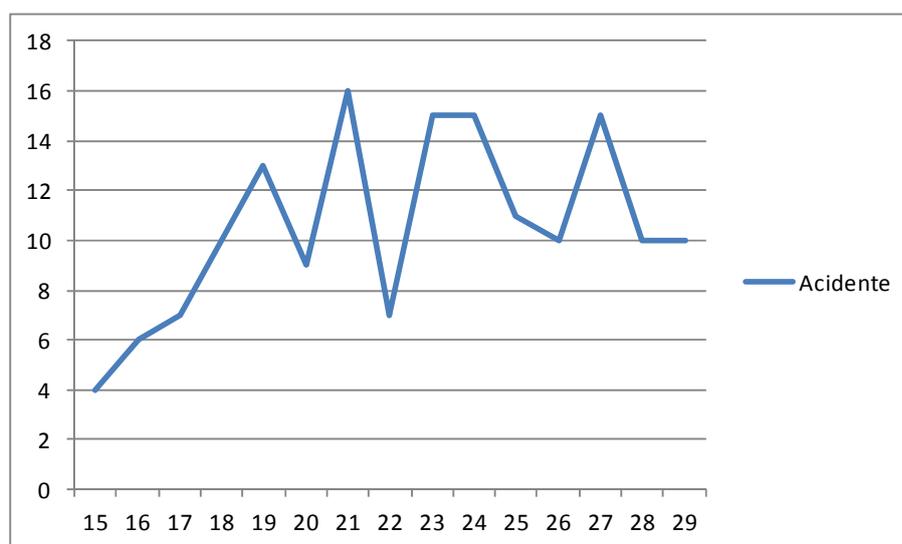


Gráfico 42: Distribuição dos óbitos por acidente por idade. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

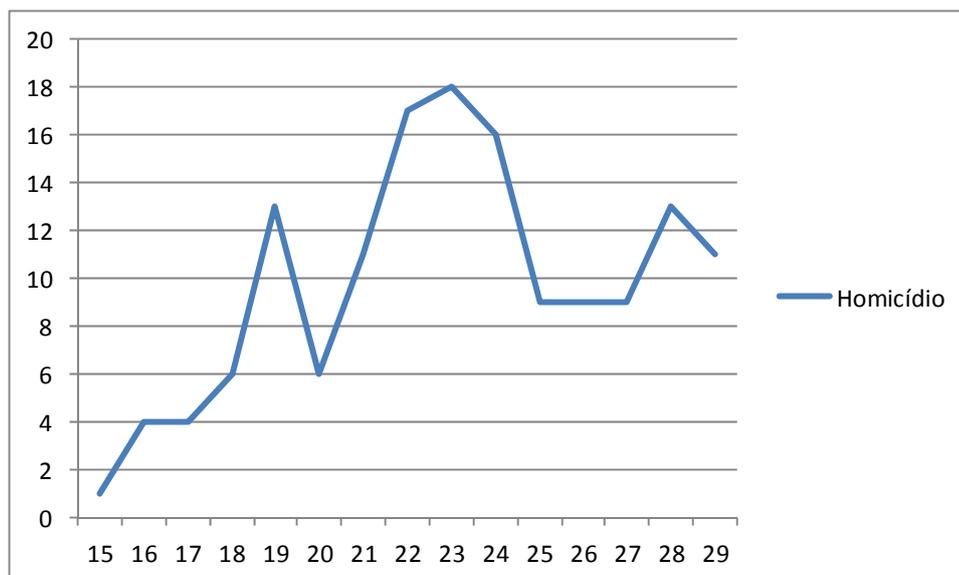


Gráfico 43: Distribuição dos óbitos por homicídio por idade. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

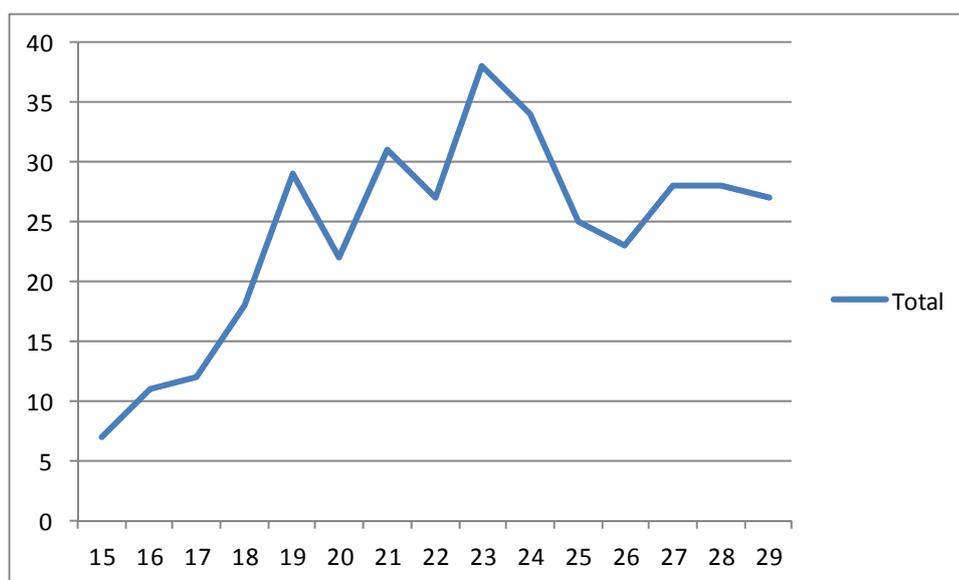


Gráfico 44: Distribuição dos óbitos das quatro causas de morte por idade. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

De acordo com os gráficos apresentados pelo Mapa da Violência para as idades que ocorreram as causas de morte para suicídio, acidente e homicídio, nota-se que os picos de óbitos de jovens por faixa etária estão entre os 20 e 25 anos. A partir dos dados coletados no CIS, representados pelas quatro gráficos anteriores, é possível observar que, para o caso de São Carlos, os picos de óbito para essas mesmas causas de morte apresentam a mesma faixa etária comum ao Mapa da Violência, ou seja, tanto no nível local, quanto municipal, as mortes de jovens estão concentradas entre os 20 e 25 anos.

#### 4.4.5 Bairros de residência e ocorrência

A violência ganhou visibilidade no país há três décadas, durante a transição da ditadura para a democracia, apesar de ser um fenômeno constantemente presente na sociedade brasileira. Contudo, com o fim da ditadura, ficou evidente que a violência não se limitava apenas à atuação do Estado contra dissidentes políticos, já que trabalhadores urbanos pobres, desde a época da República, eram tidos como perigosos e por isso indivíduos passíveis de serem torturados e presos em delegacias e postos policiais de modo ilegal (ADORNO, 2002).

Em meados da década de 1970, com as primeiras manifestações em relação à violência institucional como uma forma cristalizada e cotidiana de reprimir os crimes no país, passou-se a associar que o crime, a criminalidade e a crueldade contra o criminoso tivessem origens estruturais, ou seja, fossem decorrentes do capitalismo, das estruturas de exploração, dominação e exclusão pertencentes à organização da sociedade. Logo, estabelecia-se uma associação mecânica entre violência e pobreza, em que quanto maior a pobreza, maior seria a violência (ADORNO, 2002).

Em decorrência disso, a violência urbana consistiria na demonstração das lutas entre as classes dominantes e o conjunto dos dependentes. Esses poderiam se tornar delinquentes devido à presença de um modelo constituído na iniquidade social, que os levariam para a criminalidade. A solução para esse dilema estaria nas transformações na sociedade brasileira com a finalidade de eliminar a pobreza para, assim, extirpar as raízes da violência estrutural (ADORNO, 2002).

Entretanto, grupos tradicionais da sociedade, alguns herdeiros ou ligados ao regime autoritário, objetaram tal explicação. Para eles, a violência ocorreria em decorrência do fim das políticas retributivas, organizadas a partir da repressão dos crimes e na aplicação severa das leis penais. Além disso, acreditavam ainda que as políticas distributivas, baseadas na minimização das desigualdades sociais, não erradicaram a ocorrência de crimes (ADORNO, 2002; ADORNO; LAMIN, 2006; PERES; CARDIA; SANTOS, 2006).

Todavia, Adorno (2002) argumenta que a maioria dos criminosos realmente provém das classes trabalhadoras urbanas pobres, porém muitos, nas mesmas condições sociais de vida, não adentram ao mundo do crime. Dessa maneira, o foco não deveria estar na pobreza, mas na criminalização dos pobres, principalmente nas ações mais rígidas das agências de controle social contra os delitos cometidos por cidadãos pauperizados, negros e migrantes (ADORNO, 2002).

Vários estudos contestam a associação mecânica entre pobreza e violência. Jorge (2002) afirma que a interrelação entre ambas é de complexa interpretação, dado que vários

fatores estão a elas relacionados. Por isso, salienta ser necessária cautela para não se fazer uma explicação simplista de causa-efeito. Entretanto, aponta que alguns fatores podem ser favoráveis à violência, como desemprego, registro de antecedentes policiais, enquanto outros a protegem – maior grau de escolaridade, prática religiosa e presença da figura masculina na família (JORGE, 2002).

Outra autora a contrariar a associação entre pobreza e violência é Zaluar (1994), que fez uma revisão das estatísticas de mortalidade do Ministério da Saúde por causas externas, no período de 1981 a 1989, em diferentes Unidades da Federação, áreas metropolitanas e capitais, privilegiando as mortes por homicídios. Tais dados foram comparados com os relativos à distribuição da pobreza e os fluxos migratórios no país. Com isso, Zaluar (1994) concluiu que não existe qualquer associação entre as taxas de mortalidade por homicídios e pobreza ou migração. Seria esperado, segundo a autora, que nos crimes contra o patrimônio e nas contravenções houvesse maior participação dos pobres, porém não se poderia remetê-los aos delitos contra a vida. Assim, a consideração do crime organizado, do tráfico de drogas e armas, bem como das políticas institucionais adotadas mediante tais delitos, seriam fundamentais para a compreensão da dinâmica criminal nas regiões metropolitanas. (ZALUAR, 1994).

Todavia, é necessário reconhecer relações entre a sempre presente, na sociedade brasileira, concentração de renda, ineficiente qualidade de vida grupal nos bairros periféricos das grandes cidades e a manifestação da violência letal. Mapas da violência da década passada ressaltam que nos bolsões de pobreza as taxas de homicídio são significativamente maiores que nos bairros mais bem atendidos por infraestrutura urbana, baixa oferta de postos de trabalho, de serviços de lazer e cultura (ADORNO, 2002). Essas carências parecem sugerir, portanto, que em bairros periféricos há “maior predisposição para desfechos fatais em conflitos sociais, interpessoais e intersubjetivos” (ADORNO, 2002, p. 112).

Wailselfisz (2010) notou que indicadores referentes à concentração/distribuição de renda possuíam grande potencialidade de associação com a taxa de homicídios. Assim, concluiu que aproximadamente 48% das variações dos índices de homicídio total são esclarecidos pela variação dos índices de concentração de renda. Além disso, a concentração de renda é possível de ser associada a 50,7% dos homicídios juvenis e 45,2% dos homicídios não jovens (WAILSELFISZ, 2010).

Em outras palavras, os jovens seriam o grupo populacional mais atingido pelas conseqüências e manifestações da concentração de renda. Sendo assim, “mais do que a pobreza absoluta ou generalizada, é a pobreza dentro da riqueza, são os contrastes entre

ambas, com sua seqüela de maximização e visibilidade das diferenças, a que teria maior poder de determinação dos níveis de homicídios de um país” (WAILSELFISZ, 2010, p. 148).

#### 4.4.5.1 Mortalidade de jovens em São Carlos segundo bairros de residência e ocorrência

A partir dos bairros mais representativos (com no mínimo 6 mortes) de residência de jovens vítimas em São Carlos no período de 2000 a 2010, a maioria dos óbitos em decorrência de causas externas era de jovens que moravam, em sua maioria, em regiões periféricas da cidade, os denominados bolsões de pobreza, conforme figura a seguir. Torna-se importante salientar que os dez bairros mais representativos correspondem a aproximadamente 31% das residências das vítimas de São Carlos. No gráfico 45 não foram incluídos outros bairros com menos de 6 casos registrados.

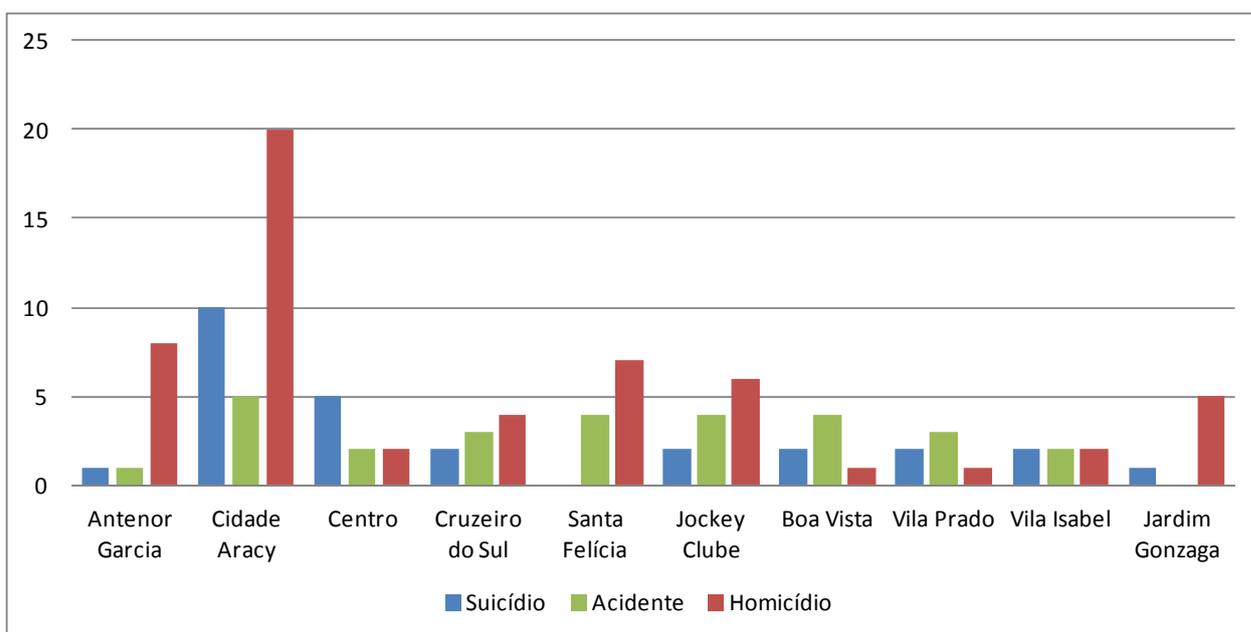


Gráfico 45: Mortes por causas externas por bairros de residência. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010<sup>27</sup>.

Segundo o gráfico 45, dos dez bairros de residência identificados como mais representativos, somente o Antenor Garcia e a Cidade Aracy concentram 45 óbitos de 111 ocorridos, valor aproximado a 41%. Comparado à cidade de São Carlos, estes dois bairros foram residência de 12,5% das vítimas jovens entre 2000 e 2010 por causas externas. Pode-se

<sup>27</sup> Nos gráficos 45, 46 e 47, os dados da Cidade Aracy, Cidade Aracy 1 e Cidade Aracy 2 foram agrupados em Cidade Aracy somente. Na coleta realizada manualmente, referente aos anos de 2000 a 2005, o termo Cidade Aracy apareceu em muitas declarações de óbitos. Porém, nos dados digitalizados, este bairro sempre veio acompanhado do complemento 1 ou 2, referindo-se à divisão local das regiões.

apreender ainda que a violência homicida é significativamente maior nos bairros periféricos, entre eles, Cidade Aracy, Jardim Gonzaga e Antenor Garcia.

Considerando somente os homicídios, os bairros mais violentos sob o ponto de vista de residência das vítimas, foram os seguintes (gráfico 46):

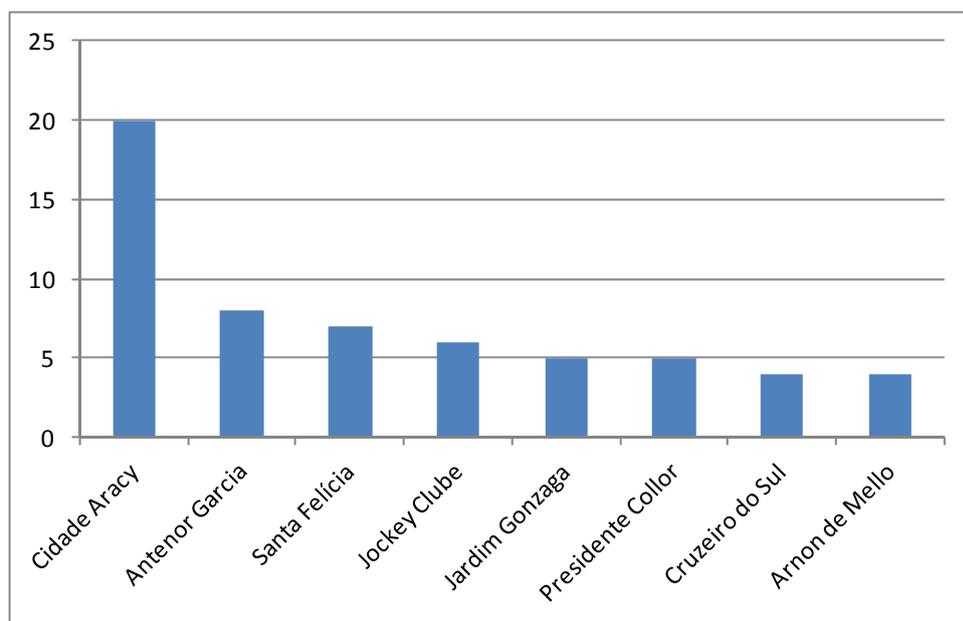


Gráfico 46: Bairros com maior índice de homicídios por local de residência. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

A partir do gráfico 46 é possível verificar que os bairros Cidade Aracy, Antenor Garcia, Santa Felícia, Jockey Clube, Jardim Gonzaga, Presidente Collor, Cruzeiro do Sul e Arnon de Mello concentram 40,14% das residências das vítimas de homicídio, isto é, 59 dos 147 casos registrados no CIS.

Devido aos locais de ocorrência existentes nas declarações de óbitos apontarem para espaços onde faleceram as vítimas, como hospitais (27,78% das mortes), e não efetivamente onde ocorreram os eventos, utilizaram-se os dados excluindo a Santa Casa, principal hospital da cidade:

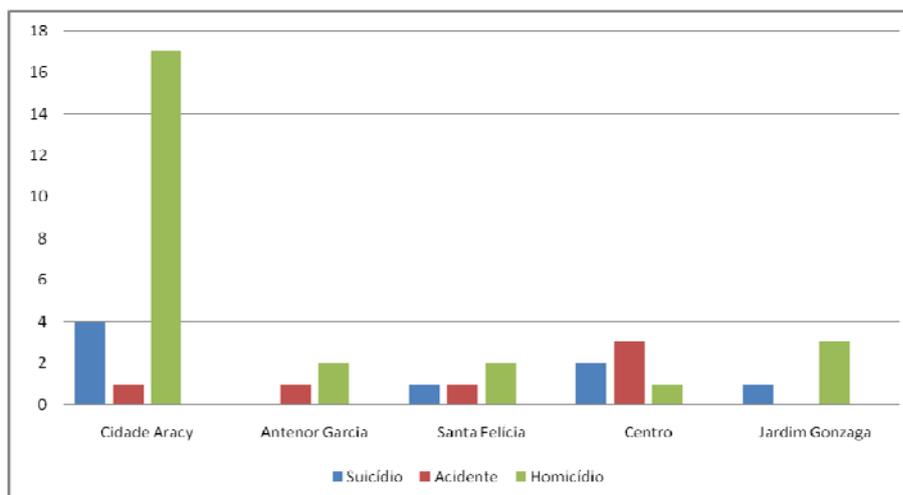


Gráfico 47: Mortes por causas externas por bairros de ocorrência, com retirada dos dados referentes ao hospital.  
Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

Concluí-se, assim, que não só nos bairros de residências, mas também os de ocorrência predominam as mortes por causas externas nos espaços mais carentes de São Carlos-SP. Dessa maneira, segundo Macedo et al. (2001), a pobreza não gera inevitavelmente violência e nem os bairros populares devem ser estigmatizados como sendo lugares violentos. Por isso, nestas áreas que concentram o maior número de vítimas de violência, a partir das maiores taxas de homicídios, deve-se relacionar tais índices significativos às desigualdades sociais existentes. Sendo assim, fatores socioeconômicos (pobreza, fome, desemprego e baixa renda), institucionais (atuação deficiente do Estado na prevenção e repressão da violência a partir da polícia, justiça e sistema penitenciário) e de não cumprimento da garantia de direitos sociais fundamentais (escolas, moradias, saúde pública e transporte público eficiente) precisam ser considerados para que se possa melhorar a qualidade de vida da população residente nestes locais (MACEDO et al., 2001).

Portanto, existem indicativos de que o risco de ser vítima de homicídio é extremamente superior entre aqueles que moram em áreas, regiões ou bairros com *déficits* sociais e de infraestrutura urbana, onde as condições sociais de existência coletiva são degradantes e existe pouca qualidade de vida (ADORNO, 2002; CARDIA; SCHIFFER, 2002). Além disso, esses locais, normalmente, possuem altas taxas de mortalidade infantil, ocupação do solo irregular e, fundamentalmente, a presença ineficiente e/ou insuficiente de aparelhos do Estado que garanta não só o acesso ao lazer de crianças e adolescentes, mas também instituições com a função de garantir a segurança do espaço público (ADORNO, 2002; CARDIA; SCHIFFER, 2002).

De acordo com Cardia e Schiffer (2002), existem algumas variáveis que apontam para a presença ou ausência de violência em determinada área, dentre elas, principalmente, a desigualdade no acesso a direitos que alimenta a agressão. Assim, a falta de capital social, a superposição de carências e a impunidade de homicídios são fatores de risco, enquanto a presença de capital social e o acesso a direitos (saúde, educação, cultura e lazer) garantem o amparo a crianças e adolescentes (CARDIA; SCHIFFER, 2002).

Um dos poucos elementos existentes de proteção nos bairros carentes provém da coletividade, apesar de nela muitas vezes prevalecer relações de incivilidade e desrespeito mútuo. Porém, a baixa capacidade de ação do poder público nesses locais sobrepõe-se à disposição dos vizinhos, o que implica em continuidade das carências nesses locais (CARDIA; SCHIFFER, 2002).

Sendo assim, conforme Adorno (2002, 124-127):

Como não falar em violência se sequer os direitos sociais fundamentais – o direito ao trabalho, à educação, à saúde, ou seja, aqueles direitos que recobrem a dignidade da pessoa humana – não estão universalizados, isto é, assegurados para todos os cidadãos?

Em uma sociedade como a brasileira, na qual não se universalizou o modelo contratual de organização societária, e não prevalece o reconhecimento do outro como sujeito de direitos, no qual muitos se encontram à mercê de poucos, em que vige, sem interditos, acentuada assimetria no acesso aos recursos, bem como a sua distribuição, e a vida de muitos não tem o mesmo valor e significado da vida de alguns, somente pode ser instituída a “guerra de todos contra todos” como modo de funcionamento regular e normal. Daí que a violação de direitos humanos não seja menos escandalosa que a desigualdade social e o espectro da pobreza (ADORNO, 2002, p. 128).

Para a superação da pobreza é importante, portanto, a implantação não só de ações de igualdade para que se privilegie uma cidadania universal, mas também a consideração do espaço público como um lugar de realização do bem estar de todos. Além disso, é fundamental o reconhecimento dos direitos dos cidadãos, em especial, do direito à vida, pois sob ele está erigido todos outros direitos comuns: à liberdade, à igualdade e à segurança. Logo, não se trata de apenas pacificar a sociedade, mas de proporcionar a cidadania democrática (ADORNO, 2002).

#### **4.5 Classe social**

A despeito das declarações de óbito não apresentarem dados sobre renda, é possível deduzir a qual classe social pertenciam os jovens a partir dos bairros em que moravam. No caso dos homicídios, o número elevado de indivíduos que residiam na periferia de São Carlos e

foram vítimas dessa violência permite que se faça uma co-relação entre classe social e os territórios que habitavam.

Assim, analisando as figuras presentes no capítulo sobre São Carlos e os gráficos relativos à mortalidade de jovens segundo bairros de ocorrência e residência, nota-se que na periferia prevalecem indivíduos com renda até dois salários mínimos e os analfabetos. Esse é um processo que ocorre não somente no interior dos municípios, mas também nas esferas nacionais como um todo, principalmente nas grandes aglomerações urbanas do Terceiro Mundo, pois, para Santos (2007, p. 11),

A atividade econômica e a herança social distribuem os homens desigualmente no espaço, fazendo com que certas noções consagradas, como a rede urbana ou a de sistema de cidades, não tenham validade para a maioria das pessoas, pois o seu acesso efetivo aos bens e serviços distribuídos conforme a hierarquia urbana depende do seu lugar socioeconômico e também do seu lugar geográfico.

O território, juntamente com a cultura, compõe o denominado modelo cívico, que se define como sendo a “civilização que se quer, o modo de vida que se deseja para todos, uma visão comum do mundo e da sociedade, do indivíduo enquanto ser social e das suas regras de convivência” (SANTOS, 2007, p. 17). Por isso, o salário-mínimo deve ser baseado nos mandamentos da cultura, nas relações entre os homens e seu meio, e não da economia, para que, assim, se possa garantir uma vida digna ao indivíduo e sua respectiva família. De modo semelhante, o elemento territorial deve ser capaz de assegurar a todos o seus moradores, não importando onde estão localizados, os bens e serviços indispensáveis. Dessa maneira, o arquétipo cívico-territorial permitiria que houvesse justiça social para a população em sua totalidade, não restringindo-a a determinados espaços (SANTOS, 2007).

Paralelo a isso, entendendo cidadania como “uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância” (SANTOS, 2007, p. 19), concluí-se que, em São Carlos, onde o território encontra-se fragmentado de acordo com a renda e a escolaridade do sujeito, prevalece à existência de direitos não contemplados de modo igualitário, em que os mais pobres e menos escolarizados são colocados às margens da cidade (SANTOS, 2007). “O espaço é uno e global, funcionando segundo um jogo de classes que tem sua demarcação territorial” (SANTOS, 2007, p. 97).

Muitos dos que habitam as regiões periféricas são migrantes que necessitam se ajustar ao universo desconhecido de práticas sociais inéditas, distintas daquelas existentes nos grupos aos quais pertenciam antes do deslocamento. Esse processo é vivenciado com muita

dificuldade, porque se deixa uma cultura herdada para se defrontar com outra: “as migrações agridem o indivíduo, roubando-lhe parte do ser, obrigando-o a uma nova e dura adaptação em seu novo lugar. Desterritorialização é frequentemente uma outra palavra para significar alienação, estranhamento, que são, também, desculturização” (SANTOS, 2007, p.82). Contrariamente, não migrar pode implicar em se tornar ainda mais pobre. “Para muitos, ficar equivale a empobrecer-se dia a dia” (SANTOS, 2007, p. 109).

O território está além de um lugar que abriga objetos usados para trabalhar, circular e morar. Ele é um dado simbólico, cujo principal elemento é a linguagem regional, que permite a ocorrência tanto da solidariedade orgânica, na qual a divisão do trabalho é exercitada na área, como a funcional regulada, derivada da coesão social proveniente do fornecimento de bens, serviços destinados à sociedade e da circulação social intermediados por instituições. Em outras palavras, pode-se compreender a primeira sendo determinada pelos valores de uso, enquanto a segunda como aquela em que os valores de troca comandam a vida produtiva e social. Por isso, quando ocorre a migração, a solidariedade orgânica é minada pelo império organizacional, que, ao extrapolar os limites locais em razão de demandas provenientes de uma dada sede distante, causa uma “alienação regional”, ou seja, a perda de um sentimento de pertença a um território (desterritorialização) e a uma cultura (desculturalização) (SANTOS, 2007).

Por outro lado, a chegada à cidade grande proporciona “perda, mas também doação” (SANTOS, 2007, p.83). Nessa mudança e adaptação, os ingressantes não estão passivos, ao contrário, participam como atores na relação recíproca com a cultura e o território. Então, gradativamente, a condição de alienado cede lugar a um processo de integração e entendimento, os quais possibilitam resgatar ao indivíduo parte do que fora perdido durante a transferência de município (SANTOS, 2007).

Nesse processo, entretanto, há a frustração diante não só da privação do acesso aos bens e serviços necessários para uma existência mais digna, mas também em relação à impossibilidade ou mesmo dificuldade em conseguir se tornar um assalariado. Conseqüentemente, o indivíduo pobre descobre que as boas ou más condições de vida estão intrinsecamente relacionadas à posição social ocupada na sociedade, a qual implica em uma oferta de direitos desiguais (SANTOS, 2007). “Há cidadania e cidadania” (SANTOS, 2007, p. 24).

Assim, “as formas de distorção da condição de cidadão são extremamente numerosas e, em muitos casos, sutis e sofisticadas. As relações entre a sociedade civil e o Estado tornam-se, cada vez mais, objeto de deformações e enviesamentos, mistificações sabiamente

engendradas” (SANTOS, 2007, p. 91). Por exemplo, o aparelho judicial brasileiro e as instituições preparatórias dos processos, como a Polícia, não estão garantindo de maneira eficiente os direitos expressos em lei, principalmente em relação à proteção dos desfavorecidos economicamente, pois não só existe a burocracia no encaminhamento e resolução das pendências legais, mas também os elevados custos desse trâmite processual, os quais desencorajam até aqueles com mais recursos financeiros (SANTOS, 2007). Então, “para os pobres, a justiça é mais uma barreira intransponível que uma porta aberta” (SANTOS, 2007, p. 90).

Nesse sentido, em especial nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, segundo o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, existem aqueles que são considerados mais cidadãos que os outros em virtude, principalmente, da profissão que possuem. O Estado, então, estabelece uma *cidadania regulada*, a qual determina quem seria um portador de direitos ou não de acordo com a profissão exercida, ou seja, é um sistema de hierarquização laboral amparado por uma normal legal. Essa prática teve uma severa implicação sócio-política, pois minimizou, se não extinguiu, o papel do cidadão no reclame por seus direitos sociais, pois acima dele encontrava-se o grupo ocupacional a que ele pertence (SANTOS, 1979; SANTOS, 2007). De tal maneira,

São cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações *reconhecidas e definidas* em lei (...) A cidadania está embutida na profissão e os direitos de cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido em lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece (SANTOS, 1979, p.75).

Configura-se, então, um território que, apesar de aparentar união os homens, não só divide os homens, como os separa, porque, ao colocá-los em espaços pequenos, os fazem deparar com a escassez da área onde vivem (SANTOS, 2007). Além disso, frequentemente, os pobres trocam de casa, mesmo que para uma mais distante, para conseguirem o dinheiro necessário para comprar os novos produtos criados pela sociedade do consumo. Esse é um ciclo que ocorre quantas vezes forem necessárias para se manter o *status* de consumidor em detrimento da sua cidadania (SANTOS, 2007).

Ainda assim, em comum, a condição de consumidor e de cidadão dá-se de acordo com o território em que habita, sendo o indivíduo mais ou menos apreciado conforme a acessibilidade (tempo, frequência, preço). Mesmo levando em consideração formação profissional e o valor dos salários, o lugar em que se vive interfere significativamente na

obtenção dos direitos garantidos em lei. “Enquanto um *lugar* vem a ser condição de sua pobreza, *um outro lugar* poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam” (SANTOS, 2007, p. 107). Dito de outro modo, o território é uma estrutura social onde os indivíduos que neles moram são recompensados tal qual o “valor” do espaço (SANTOS, 2007).

Dessa maneira, sendo as áreas mais caras àquelas ocupadas por pessoas mais abastadas da sociedade, pode-se inferir que a ocupação das áreas está intrinsecamente relacionada ao nível social e de renda. Com restrição de alguns bolsões atípicos, o território urbano é habitado de acordo com os segmentos sociais em que se encontra fracionado a sociedade (SANTOS, 2007). Todavia, não é uma relação causa-efeito, ou seja, pobreza culminando na ocupação da periferia, porque os indivíduos não são instantaneamente vitimados pelas transformações espaciais. Por exemplo, sujeitos com renda alta habitando bairros que empobreceram e, semelhantemente, aqueles com baixos salários ocupando áreas que valorizaram. Logo, não se pode simplificar a questão da pobreza associando-a exclusivamente a sua localização espacial, pois, ao fazer essa generalização, excluem-se não só as causas da pobreza, mas também a possibilidade de indicar os caminhos possíveis na minimização ou resolução da problemática (SANTOS, 2007).

Ademais, a ocorrência da miséria não é semelhante em todos os lugares, pois seja na cidade ou no campo, existem distinções não só objetivas, nas quais incluem-se as remunerações, os preços, a qualidade e quantidade da informação e os serviços prestados, mas também subjetivas, como opiniões sobre bem-estar e projetos para o futuro. Por isso, pode-se dizer que há várias situações de penúria no Brasil (SANTOS, 2007).

Nas cidades grandes há o monopólio da informação, pois nela estão reunidas a maioria das emissoras de rádio e televisão. “Dispondo da exclusividade dos canais de difusão, os responsáveis pela informação *descem* até aos indivíduos, ao passo que estes não podem fazer *subir* suas aspirações até eles” (SANTOS, 2007, p. 118). Dessa maneira, são diversas desigualdades que se acumulam – a econômica, a social e a geográfica. Assim, em muitos casos, as reivindicações da população residente nas regiões mais afastadas não são atendidas, ou nem sequer ouvidas (SANTOS, 2007).

Majoritariamente, a concentração dos equipamentos de lazer também ocorre nas regiões mais abastadas das cidades brasileiras. Em uma pesquisa realizada no município de São Paulo, Santos (2007) constatou que os cinemas, hotéis, museus, restaurantes e teatros estão localizados nas zonas centrais, a saber, o Centro Histórico e o Centro Expandido. Na

mesma situação encontram-se aqueles relacionados à escola e ao consumo imediato. Nesse contexto, tem-se o espaço urbano segregado que reflete a mesma hierarquização de classes:

Sendo um resultado, o espaço também contribui para que, no sistema capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas e a expansão da divisão do trabalho sejam paralelos à formação de uma estrutura de classes que separa, de um lado, os proprietários dos bens de produção e, de outro, os portadores de força de trabalho e, igualmente, os que se beneficiam da mais-valia coletivamente realizada dos que, com menos recompensa, a realizam. Uns e outros dividem-se o espaço, mas de maneira distinta, pois o lugar que detém na cidade, ou no campo, é um dado fundamental para a reprodução de sua situação original, isto é, das relações sociais desiguais (SANTOS, 2007, p. 117).

Para entender essa segmentação social, Santos (2007) afirma que ela não pode ser associada apenas ao modelo econômico, o nível de desemprego, as migrações e ao modo como ocorrera a urbanização. Outras causas devem ser consideradas, entre elas o atual modelo de cidadania. Esta, por ser consagrada na lei, define-se igualmente para todos, mesmo que as interpretações sobre ela sejam contraditórias. Entretanto, para que seja efetivada com rigor, exige que sempre esteja sendo posta em discussão, pois a inscrição de um direito no sistema penal ocorre para que exista um equilíbrio de interesses e de poder em um dado momento histórico. Esse debate deve ser intermediado pelo cidadão, o qual deve estar atento para não só garantir que os seus direitos sejam atendidos, como também expandidos (SANTOS, 2007).

Nesse sentido, Zaluar (2009) salienta a importância do capital social, à cultura cívica ou à eficácia coletiva conferida a vizinhança, bairros, cidades ou comunidades. Assim, áreas urbanas com mais associações de bairro apresentariam baixos índices de criminalidade, escolas mais competentes e maior número de adultos observando crianças e jovens. Esse resultado seria gerado por formas de identidade, comunidade, vizinhança, redes de sociabilidade, reciprocidade, solidariedade, relações de cooperação e respeito propiciam que a violência possa ser contida não só no ambiente doméstico, mas também público, para além da vizinhança. Desse modo, são estabelecidos “laços de confiança interpessoais e redes de cooperação com o objetivo de produzir bens coletivos” (ZALUAR, 2009, p.21).

Grupos domésticos e famílias extensas, principalmente as conservadoras, podem, então, criar formas de cooperação, controle, cuidado e proteção ao indivíduo sob ameaça de violência, atuando até mesmo antes de a polícia agir ora inibindo, ora punindo os agressores. Porém, quando a pessoa se afasta deles por causa de uma migração, por exemplo, ela amaina esses laços de solidariedade que a mantinha resguardada. Outra maneira de ocorrer esse afrouxamento de vínculos está a partir da transformação do casamento em união consensual,

isto é, em junções rápidas, originadas mais em decorrência de um individualismo atomizador do que por um exercício do livre-arbítrio em uma conjuntura integradora. O resultado mais visível disso são as mulheres que cuidam sozinhas de seus filhos. Contudo, não se pode concluir de maneira precipitada que elas estejam isoladas das redes de solidariedade, já que, em muitos casos, os laços sociais espalham-se por outros espaços da cidade, logo, proporcionando-lhes amparo (ZALUAR, 2009).

Portanto, para a prevenção da violência não é suficiente apenas aumentar o policiamento nos bairros mais violentos, mas se trata também de agenciar ou estimular a construção de redes de solidariedade na vizinhança e na família, aumentando o grau de confiança entre todos e propiciando a ação conjunta dos habitantes e parentes para a formação de grupos de discussão ou até de terapia de vítimas de agressores para que haja maior controle e eficácia na redução da delinquência (ZALUAR, 2009).

Ademais, segundo Hughes (2004), trata-se de fortalecer a auto-estima da população residente na periferia, que, muitas vezes, se encontra abalada pelas condições precárias de habitação, dificuldades no acesso à saúde, falta de vagas nas escolas e comprometimento da mobilidade espacial levando em consideração a distância e o custo. Por isso, é importante a participação social na construção de proposta de melhoria e consolidação dos direitos que permitam a inclusão social e desenvolvimento do lugar onde moram (HUGHES, 2004).

Cardia e Schiffer (2002) também observaram que a estabilidade de um bairro é um fator que propicia coesão social e boa vontade dos moradores para atuarem em prol do bem comum e até para interferir de forma a impedir atos de violência e/ou situações de risco que acometem principalmente os grupos mais vulneráveis – crianças, jovens, mulheres e idosos. Todavia, tal coletividade pode ser prejudicada pela exposição à violência, já que comprometeria a confiança interpessoal, conseqüentemente, a possibilidade de um diálogo coletivo para exigir do poder público a satisfação das carências existentes na região (CARDIA E SCHIFFER, 2002).

Em outras palavras, “violência e medo podem resultar em menos comunicação entre as pessoas, menor identificação de problemas comuns e em menos ação coletiva” (CARDIA; SCHIFFER, 2002, p. 3). Sendo assim, o medo ou a experiência de vitimização, seja de maneira direta ou indireta, levam os indivíduos a se distanciarem dos outros devido às medidas de auto-proteção. O diálogo é ainda mais prejudicado quando ocorrem incivildades e desrespeito entre os vizinhos (CARDIA; SCHIFFER, 2002).

Para Castel (2005), ao abordar apenas o pertencimento familiar, a vizinhança e o trabalho, tecendo redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas, se

está propondo uma sociedade “sem social”, regida pelas regulações da sociabilidade primária. Nela prevalecem as tradições e os costumes que impõem ao indivíduo determinados papéis sociais na família, vizinhança, no grupo etário e sexual, no lugar ocupado na divisão do trabalho, permitindo a transmissão de aprendizagens e reprodução da assistência social. A mudança, então, é sempre vista como algo vindo de fora, como um processo de colonização, devastações, guerra, por exemplo. Contudo, associada a ela, tem-se a sociabilidade secundária, que são as ações desempenhadas pelo Estado. Ambas entrelaçam-se e são indissociáveis na garantia do amparo social do sujeito (CASTEL, 2005).

Assim, diante de processos de flexibilização, precarização e desemprego estrutural que causam processos de perda dos vínculos familiares, o Estado precisaria intervir de modo amplo e eficaz na resolução ou minimização dessa problemática. Porém, na maioria das vezes, as famílias acabam sendo responsabilizadas pelas dificuldades sociais que deveriam ser solucionadas na e pela esfera pública (CASTEL, 2005).

Desse modo, a vulnerabilidade resultaria do efeito de dois vetores: o eixo da integração ou não integração ao trabalho e o eixo da inserção ou não inserção em uma sociabilidade sócio-familiar. Sendo assim, no primeiro eixo pode haver integração, precarização e exclusão, no segundo, pode ter uma inscrição sólida em uma rede de sociabilidade ou o isolamento total social. O entrecruzamento entre esses dois eixos produz recortes e zonas diferentes no espaço social, segundo o grau de coesão certificado. Portanto, têm-se quatro zonas: 1) Zona de integração, em que se possui um trabalho permanente com suportes relacionais sólidos; 2) Zona de vulnerabilidade, na qual há a precariedade nas relações de trabalho e fragilidade nas relações sociais; 3) Zona de desfiliação, que se configura por ausência de trabalho e isolamento social e 4) Zona de assistência, em que há incapacidade de trabalho e consolidada inserção social. Logo, as quatro zonas descritas apontam para uma relação que vai da autonomia à dependência ou da estabilidade à desordem máxima (CASTEL, 2005).

De acordo com Castel (2005), o espaço social que mais tem sido intensificado é o da desfiliação social devido às transformações no mundo do trabalho e nas redes de sociabilidade primária, em um processo desde a década de 1980. Nessa época, iniciou-se a precarização do trabalho e as perdas de garantias trabalhistas que ocasionaram uma vulnerabilidade de massa, já que, sem trabalho remunerado, muitos indivíduos ficam ausentes de proteção social e do reconhecimento advindo dele (CASTEL, 2005).

Nesse contexto, jovens encontram-se desmotivados, pois são condenados a vagar de estágio em estágio, sem integrar-se plenamente, ou ainda se afastam deles quando não o

sentem como um verdadeiro trabalho. Nessa nova forma de neopauperismo são interinos permanentes, vivendo cotidianamente a dúvida sobre o amanhã e sempre o sonho de conseguir estabilidade no emprego (CASTEL, 2005).

Essa fragilidade no campo do trabalho também ocorre na família. Ela se tornou vulnerável porque está mais democrática, ou seja, os códigos de família fundaram uma relação de igualdade entre os papéis familiares. A ascensão de uma ordem familiar contratual negociada fragilizou a estrutura familiar enquanto tal, tornando-a subordinada de autorregulações que ela própria deveria controlar (CASTEL, 2005).

Dessa maneira, para sair dessa situação existente tanto na sociedade do *status* ligado ao trabalho quanto na fragilização dos suportes relacionais, são necessárias políticas de integração, as quais proporcionam o acesso a todos os serviços públicos e à instrução, uma redução das desigualdades sociais, uma melhor divisão das oportunidades e o desenvolvimento das proteções e a consolidação da condição salarial. Para isso, é preciso um ator central – o Estado – para controlar o futuro de uma sociedade desenvolvida, dominar suas turbulências e conduzi-las a formas de equilíbrio mais organizadas (CASTEL, 2005).

Entretanto, o governo tem se utilizado de políticas de inserção, as quais obedecem à lógica da discriminação positiva, ou seja, definem com precisão a clientela e as zonas singulares do espaço social e desenvolvem estratégias para elas, principalmente para aqueles que sofrem déficit de integração, como os residentes dos bairros deserdados, os alunos que se malograram na escola, as famílias mal socializadas e os jovens empregados precariamente, não empregáveis ou ainda que estão desempregados há muito tempo. São, enfim, várias iniciativas de reequilíbrio para restabelecer a distância em relação a uma completa integração – um quadro de vida decente, uma escolaridade “normal”, estabilidade no emprego e etc (CASTEL, 2005).

Então, as políticas de inserção instalam o provisório como modo de existência, sendo, assim, um *status* intermediário entre a exclusão e a inclusão definitiva. É um estado transitório durável em que o indivíduo se vê eternamente condenado a eterna inserção. Além disso, esse tipo de política empreende a socialização secundária, em que o sujeito é tutelado às instituições como uma forma de acalmá-los diante dessa situação de vulnerabilidade (CASTEL, 2005).

A solução para este quadro seria propor alternativas para um amanhã que não seja de instabilidades, incertezas e vivência apenas do presente. Para isso, o principal desafio consistiria em propor soluções ao individualismo negativo, no qual declina em termos de falta

– falta de consideração, falta de seguridade, falta de bens garantidos e de vínculos estáveis na atual sociedade de indivíduos vigente (CASTEL, 2005).

Nesse sentido, um exemplo está no processo de desfiliação do jovem toxicômano do subúrbio, pois ele está “completamente individualizado e superexposto pela falta de vínculos e de suportes em relação ao trabalho, à transmissão familiar, à possibilidade de construir um futuro... Seu corpo é seu único bem e seu único vínculo, que ele trabalha, faz gozar e destrói numa explosão de individualismo absoluto” (CASTEL, 2005, p. 603).

Dessa maneira, na contemporaneidade, tem-se a polarização entre os que podem associar individualismo e independência, já que a posição social está assegurada, e aqueles que carregam sua individualidade como uma cruz, porque representa falta de vínculos e ausência de proteções. Para unir esses dois pólos de individualismo, o poder público é único que pode fazê-lo garantindo um mínimo de coesão à sociedade. O recurso é um Estado estrategista, no qual deve acompanhar o processo de individualização, desarmar seus pontos de conflito, impedir suas rupturas e se reconciliar com os vulneráveis (CASTEL, 2005).

Para Santos (2007), o empenho em prol de uma cidadania efetiva deve residir na construção de um modelo cívico não subordinado ao econômico, de tal modo que ele possa contemplar a ação política e a solidariedade social em suas ações. Dessa maneira, algumas distorções precisam ser corrigidas, dentre elas as desigualdades entre as regiões de um espaço urbano.

#### **4.6 Críticas e Limitações dos Dados**

No Brasil, o domínio sobre o número de nascimentos, mortes e casamentos decorre de um mecanismo de controle sobre as classes sociais que, em um primeiro momento, foi uma responsabilidade da igreja católica. Até o século XVIII não havia a separação entre o poder eclesiástico e o Estado, por isso todos os dados demográficos encontravam-se nas paróquias. Entretanto, a primeira iniciativa de laicização das estatísticas vitais ocorreu em 1888, quando o Registro Civil de Pessoas Naturais passou a se organizar pelo governo. Este enfrentou resistência da população e dos párocos por um período considerável, sendo que há não muito tempo a igreja registrava mais batismos que os armazenados pelas autoridades civis (PAIXÃO et al., 2004).

Até 1970 não havia nenhum órgão específico no país com o propósito de reunir informações vitais. Em 1973, o Estado encarregou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de obter os dados primordiais a partir dos existentes nos cartórios, principalmente aqueles relacionados à mortalidade. Sendo assim, a cada trimestre os cartórios

de registros civis precisariam enviar aos escritórios locais ou regionais do IBGE informações sobre registros vitais e óbitos, os quais possuíam dados acerca de nascimento, sexo, idade, estado civil, local de nascimento e residência do morto, contudo, a natureza do falecimento não era revelada, só apontando a natureza, ou seja, se era morte natural ou violenta (PAIXÃO et al., 2004).

Em 1976, o Ministério da Saúde iniciou a divulgação do Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), que é uma das bases que fundamenta esta pesquisa. Assim, a partir da Lei nº15, de 31/12/73, com as modificações introduzidas pela Lei nº 6216, todo sepultamento precisa fazer a Declaração de Óbito (DO) correspondente, que é um atestado padronizado para todo o país, o qual fornece informações concernentes à idade, sexo, estado civil, profissão, naturalidade e local de residência. Ela deve ser preenchida por um médico ou, na ausência deste, por duas pessoas qualificadas que tenham visto ou constatado a morte. Após isso, a DO é enviada para as secretarias municipais de saúde, que, por sua vez, repassam para as secretarias estaduais, as quais, após análise dos dados, os tabulam e mandam para o SIM/Datasus. Para que se diminua o número de subnotificações, principalmente de falecimentos de crianças, o SIM, também obtém informações não só dos cartórios, mas também dos hospitais, domicílios e cemitérios (WAILSELFISZ, 2010, 2011; PAIXÃO et al., 2004).

Na atualidade, o Brasil possui dois registros de informações sobre mortalidade, o Registro Civil de Pessoas Naturais, sob encargo do IBGE, e o SIM, do Ministério da Saúde. Ambos, assim, precisam do preenchimento de uma declaração de óbito e seu futuro registro no Cartório de Registro Civil (PAIXÃO et al., 2004).

A legislação brasileira preconiza que o registro do óbito seja sempre feito no lugar de ocorrência do óbito, ou seja, na localidade onde houve o falecimento. Entretanto, existem muitos casos em que o local em que ocorre o óbito é diferente daquele que consta o falecimento, já que os feridos são encaminhados para hospitais de outros municípios e estados, logo, serão computados como óbitos nestes lugares (WAILSELFISZ, 2010, 2011). Assim, com o objetivo de obter o panorama da mortalidade de jovens no município de São Carlos, utilizaram-se os dados de ocorrência, conforme o gráfico a seguir, no qual apresenta os locais de óbito de jovens em São Carlos entre 2000 e 2010:

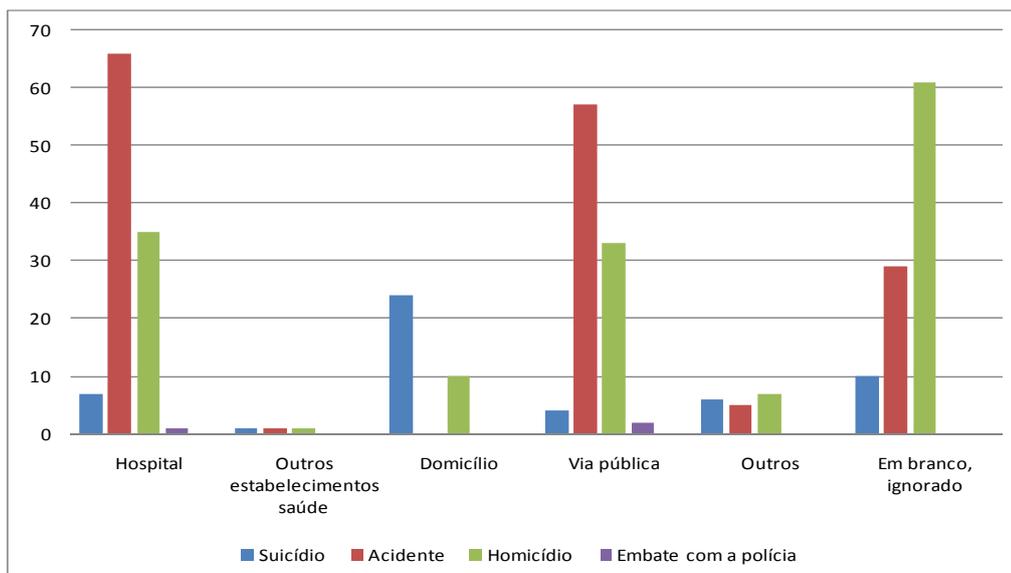


Gráfico 48: Locais de óbitos dos jovens que morreram por causas externas de 2000-2010. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

A partir do gráfico 48, constata-se que a maioria das mortes por causas externas possuem o hospital/pronto socorro como local de óbito (31,1%), apesar deles ocorrerem em domicílio, via pública e outros locais não especificados também. Além disso, 27,78% das ocorrências não tiveram local de óbito registrado.

No Brasil, muitas dos acidentados acolhidos em hospitais morrem sem que sejam identificados como vítimas de AT, mas como acidentes em geral. Isso explica as razões para os números apresentados como sendo de AT não corresponderem muitas vezes à realidade (MARÍN; QUEIROZ, 2000).

Os dados de morbidade são imprescindíveis na proposição de políticas públicas de atenção e prevenção da violência. Comumente, tal temática é abordada a partir das chamadas causas externas de mortalidade, cujo grupo engloba os acidentes, homicídios, suicídios e outras violência, conforme a Classificação Internacional de Doenças/CID-10 (SOUZA; NJAINE; MINAYO, 1996; WAILSELFISZ, 2010, 2011).

Até 1995, utilizava-se o CID-9 para determinar as causas de morte. Após esta data, iniciou-se o uso do CID-10, cujo capítulo XX “causas externas de morbidade e mortalidade” fundamenta tal estudo. Sendo assim, quando ocorre um registro de óbito por causas externas, descreve-se não só a natureza da lesão, mas as circunstâncias que a determinaram. Nesta pesquisa, utilizou-se a causa básica, que é acidente ou violência geradora da lesão que culminou na morte. Dessa maneira, para homicídios, utiliza-se o agrupamento X85 a Y09, que possui o título genérico de agressões, principalmente àquelas mortes causadas por terceiros. No caso dos acidentes de transporte, usam-se as categorias V01 a V99 que agrupam

não apenas acidentes de trânsito, mas também aqueles resultantes de transporte, seja área, por água e etc. Por fim, para os suicídios, empregam-se as categorias X60 a X84, todas sob o título de lesões autoprovocadas intencionalmente (WAILSELFISZ, 2010, 2011).

Os dados acerca de cor das vítimas foram incorporados pelo SIM em 1996, quando iniciou o uso do CID-10. O esquema classificatório é o mesmo utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – branca, preta, amarela, parda e indígena. Entretanto, Wailselfisz (2010) salienta que até o ano 2000 o sub-registro da cor das vítimas era muito significativo. Ele, então, passou a considerar a partir de 2002, quando 92 % das vítimas de homicídios, acidentes de transportes e suicídios já apontava tal informação (WAILSELFISZ, 2010, 2011)

Em síntese, no país, os dados sobre todas as mortes constituem o Sistema de Informação sobre Mortalidade/SIM, instituído em 1976 pelo Ministério da Saúde. O SIM registra os dados de mortalidade a partir das Declarações de Óbitos (DO). A partir disso, as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde são incumbidas de fornecer os dados ao SIM para que, assim, possa não só nutrir as estatísticas científicas dos grupos de pesquisa, mas também as informações que são veiculadas na mídia (SOUZA; NJAINE; MINAYO, 1996; PERES; CARDIA; SANTOS, 2006).

A partir dele foi possível constatar que a mortalidade juvenil por causas externas, principalmente por acidentes de trânsito e homicídios, supera significativamente as internas. Entretanto, a qualidade das informações fornecida pelo SIM é passível de diversas críticas. Desse modo, para que se possa obter estatísticas fidedignas, faz-se necessário solucionar diversos problemas existentes nesse sistema (SOUZA; NJAINE; MINAYO, 1996).

Além disso, Peres, Cardia e Santos (2006) ressaltam que o Brasil não possui uma declaração de óbito uniformizada e padronizada para todo o território nacional. Assim, cada estado possui seu Boletim de Ocorrência Policial, o que implica em conseqüências em toda a cadeia de registro, armazenamento, processamento e divulgação dos dados. Logo, os sistemas estaduais não compartilham informações entre si. Por conseguinte, pela coleta primária na ser homogênea e, muitas vezes, com dados ignorados, ocorre incompatibilidade entre as estatísticas de homicídios fornecidas pelos serviços de segurança pública e as estatísticas de óbito por mortalidade externa, apresentadas pelos serviços de saúde (PERES; CARDIA; SANTOS, 2006).

Caldeira (2000) analisando os números de homicídios apresentados pela polícia civil e os registros civis, notou diferenças para a Região Metropolitana de São Paulo de cerca de

50,09% em 1981 a 18,79% em 1995. Neste período também foram encontrados números próximos em outros municípios do estado.

Nota-se que as condições de trabalho desgastantes aliadas à formação dos profissionais que lidam com os registros no âmbito médico, hospitalar e laboratorial, culminam em preenchimentos de formulários e prontuários de maneira incompleta, implicando na redução do número de óbitos declarados. Além disso, em muitos casos, tais trabalhadores desvalorizam tal registro devido ao estigma social de que a maioria das vítimas de violência é negro, pobre e morador das periferias urbanas. Portanto, sem vislumbrar a importância social de tais dados, preenchem-se os campos do sistema de maneira insuficiente. Posteriormente à geração dessas informações, a disseminação e divulgação delas ocorrem, na maioria das vezes, a partir do jornalismo que privilegia o aspecto mais sensacionalista em detrimento do meio científico que se defronta com a escassez dos dados obtidos (SOUZA; NJAINE; MINAYO, 1996; WAILSELFISZ, 2010, 2011; PAIXÃO et al., 2004). Alguns exemplos podem ser citados a respeito desses erros encontrados nas declarações de óbito de São Carlos, principalmente aquelas que foram preenchidas em meio físico. Esse documento não está presente nessa dissertação por não estar mais disponível no CIS, de São Carlos. Mas, semelhantemente a ele, há a declaração de óbito utilizada na atualidade pelo órgão (Anexo 1).

Por duas vezes foram encontradas no campo de etnia duas cores marcadas ao mesmo tempo; para estado civil, dois casos foram mal preenchidos, como solteiro e casado, e solteiro e separado judicialmente ao mesmo tempo; em ocupação habitual e ramo de atividade, seis casos foram marcados como “desocupado” e um como “prejudicado”; em município de residência foi colocado para um caso de óbito a Vila Pureza, bairro onde está localizada a Santa Casa de São Carlos; no campo acidente de trabalho, um caso foi marcado como “não” e “ignorado” conjuntamente; no campo de causa básica original do óbito, foi colocado para um caso por embate com a polícia o CID Y35.5, que é descrito como “Execução Legal”, que se trata de pena de morte autorizada pelo Poder Público, proibida no Brasil pela Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã. Deste modo, a má qualidade das informações nas declarações de óbito trouxe como consequência a demora na coleta e análise dos dados e a não utilização de algumas dessas informações, que foram posteriormente colocadas como indefinidas.

Para Peres (2004), no Brasil não há uma cultura para a produção, divulgação e utilização dados para fins de planejamento de políticas públicas. Desta forma, para os que

preenchem os dados, é apenas mais um mecanismo burocrático do cotidiano. Com isso, a qualidade dos dados encontrar-se-á comprometida a partir desta visão (PERES, 2004).

Assim, pode-se afirmar que o subregistro como a “a primeira grande limitação, assumida pelo próprio SIM” (WAILSELFISZ, 2010, p. 16). Essa situação é ainda mais preocupante nas regiões Norte e Nordeste e nos locais mais distantes dos centros urbanos, pequenos e com poucos recursos, em que a limitada cobertura do sistema não permite garantir a fidedignidade dos dados (WAILSELFISZ, 2010, 2011).

No processo de produção das informações, não há um retrato fiel à realidade e a intensidade das ocorrências, pois várias delas não são notificadas, ou seja, não estão inseridas dentro do conhecimento institucional oficial. Esses eventos pelos quais não se tem nenhuma informação são denominados de cifras negras (SOUZA; NJAINE; MINAYO, 1996).

Exemplo disto pode ser observado na quantidade de dados apresentados como ignorados. São, assim, informações não esclarecidas em diversos campos de variáveis essenciais para o entendimento do fenômeno da violência e que, conseqüentemente, contribuem para a “obscuridade e distorção da realidade” (SOUZA; NJAINE; MINAYO, 1996, p.3-4).

O não-preenchimento de certos campos, como grau de instrução da vítima, local do acidente e recebimento de assistência médica aparece na significativa porcentagem de informação ignorada, na qual se abarca a ausência ou omissão do preenchimento ou ainda preenche-se o DO indicando que se ignora aquele dado. A existência de tais dados incompletos impossibilita o entendimento das causas e lesões da violência (SOUZA; NJAINE; MINAYO, 1996; WAILSELFISZ, 2010, 2011; PERES; CARDIA; SANTOS, 2006).

Em São Carlos, também se observou que vários campos apresentaram dados inconclusivos, conforme gráfico a seguir. Esses dados inconclusivos se referem não somente às informações não preenchidas (em branco), mas também incluem rasuras, campos apagados e ilegibilidade dos dados escritos.

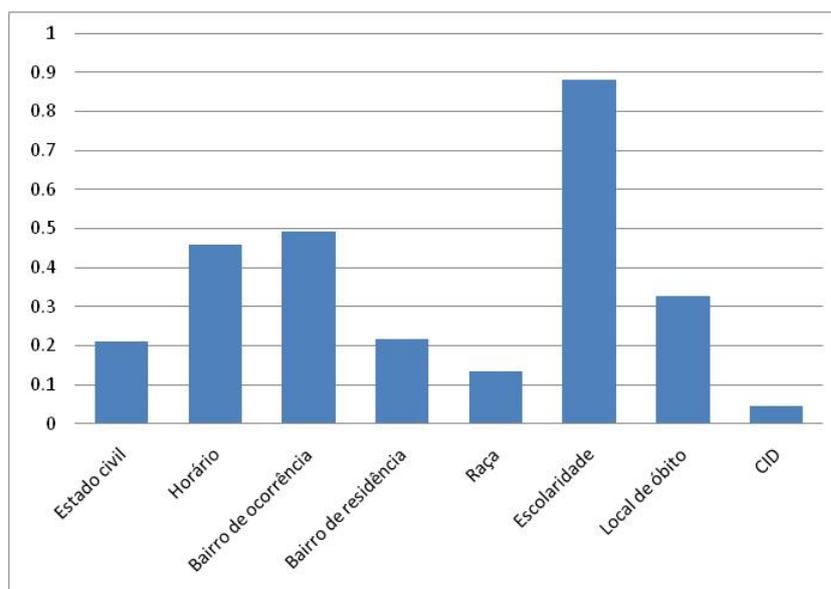


Gráfico 49: Percentual de dados inconclusivos de acordo com os dados das declarações de óbito. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

O campo escolaridade foi o que mais possuiu campos incompletos, com 315 (87,5%) das 360 declarações de óbito não preenchidas, o que inviabilizou a consideração desse dado para análise, conforme o gráfico a seguir. Muito próximos ficaram os campos dos horários e bairros de ocorrência, com, respectivamente, 162 (45%) e 177 (49,16%). Outros dados também comprometidos pela ausência de informações são os referentes ao local de óbito (27,77% ou 100 casos), estado civil (20,55 % ou 74 casos), bairro de residência (20,27% ou 73 casos) e CID (1,95% ou 7 casos).

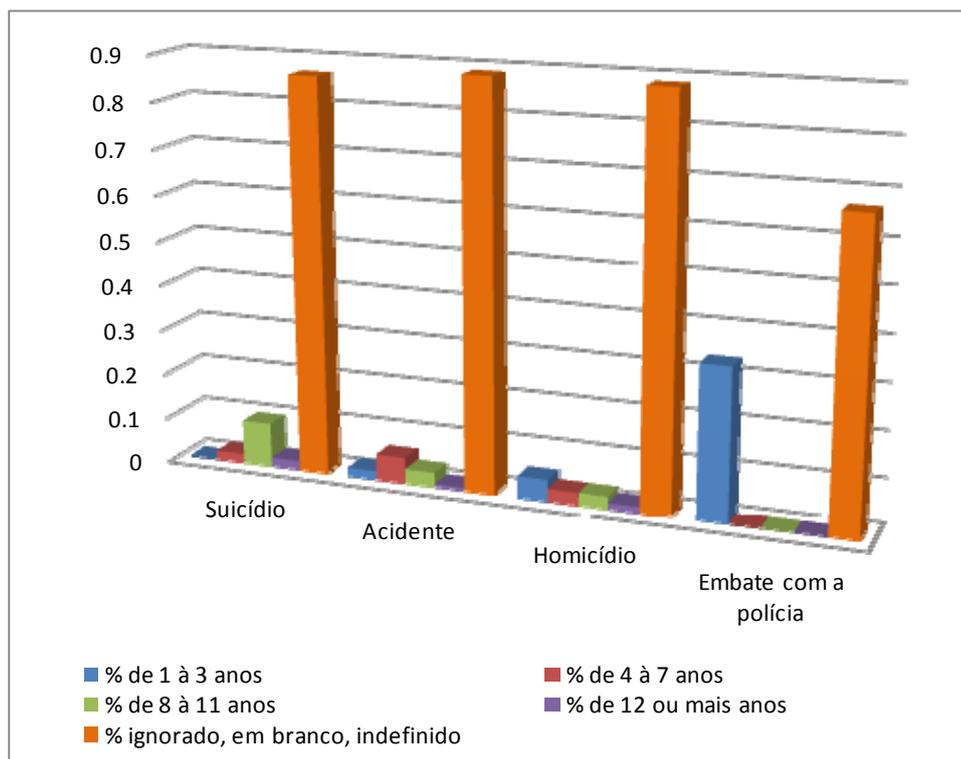


Gráfico 50: Mortalidade de jovens segundo a escolaridade. Fonte: Centro de Informações em Saúde (CIS) – São Carlos, 2010.

O gráfico 50 apresenta de maneira mais evidente as limitações colocadas pela baixa representatividade da escolaridade entre as mortes por causas externas. Dessa maneira, devido ao elevado número de casos em branco do dado escolaridade, ficou inviável considerá-lo para análise.

Nesse sentido, comparando os dados coletados no CIS de São Carlos-SP aos presentes no DATASUS, notou-se significativa diferença nos primeiros anos, de 2000 a 2005, cujas informações foram obtidas em meio físico, já que não só os computadores onde estavam os dados não estavam mais funcionando, mas também o CIS não possuía outras cópias deles. O gráfico 51 explicita melhor essa constatação:

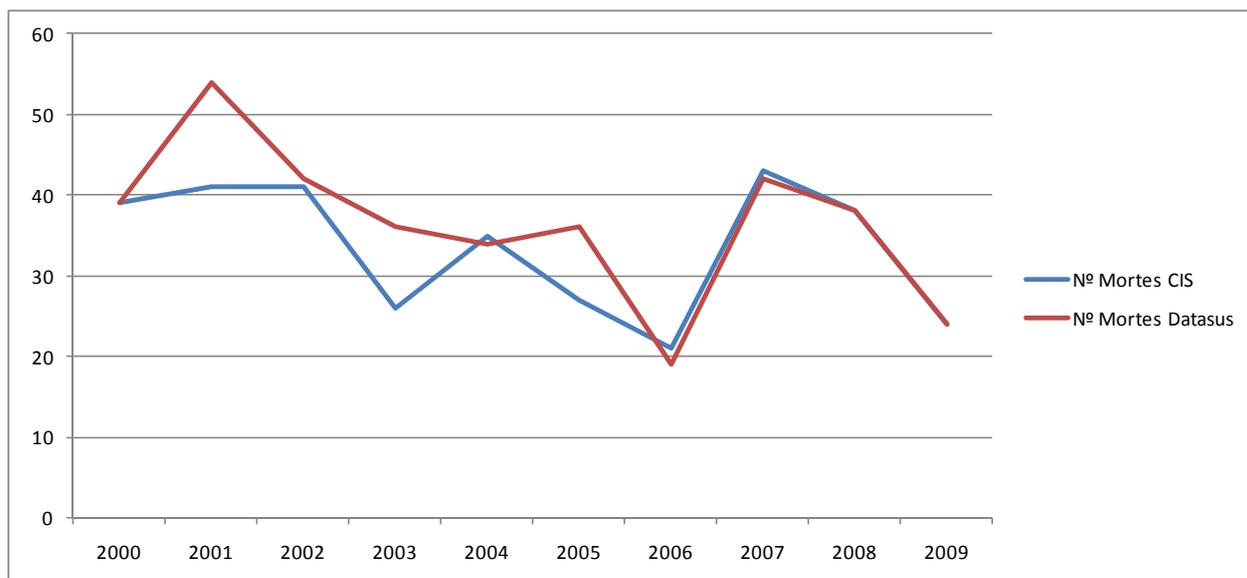


Gráfico 51: Comparação entre os dados do CIS e DATASUS acerca da mortalidade de jovens por causas externas de 2000-2010 em São Carlos-SP

Pelo gráfico 51, evidencia-se que até 2005 há uma diferença significativa entre os dados obtidos no CIS e os fornecidos pelo DATASUS. Desse modo, concluí-se que com a informatização dos dados, ocorrida a partir de 2006, possibilitou que os dados das duas bases pudessem se assemelhar, apesar de ainda ocorrerem dissonância entre elas.

Outro grupo de óbitos que não possui informações elucidativas é a categoria denominada de lesões por meios não especificados, na qual se ignora se acidental ou intencionalmente infligidas, isto é, não se evidencia as circunstâncias e os meios em que ocorreu o óbito. Dessa maneira, pode ocorrer de um assassinato ser classificado como acidente (PERES; CARDIA; SANTOS, 2006).

Existe ainda a dificuldade de esclarecimento sobre os óbitos terem sido resultado ou não de arma de fogo quando explicitado que foi por homicídio a causa (PERES; SANTOS, 2005). Além disso, são desconhecidos os fatores precisos de quantos homicídios e acidentes de trânsito ocorrem por período. Tais indefinições comprometem a qualidade dos dados, adoção de medidas cabíveis e a formulação de políticas públicas para que essa violência seja contida (SOUZA; NJAINE; MINAYO, 1996). “Em consequência, as políticas são definidas de forma surreal pela incapacidade de ou apenas para impressionar, com incapacidade de reverter o quadro atual” (PERES; CARDIA; SANTOS, 2006, p. 16).

As chamadas intervenções legais, os óbitos ocorridos no confronto com a polícia, também não são normalmente identificados. Em um estudo feito sobre mortalidade de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro de 1980 a 1994, não se encontrou nenhum óbito. Entretanto, constantemente o noticiário é tomado por casos desse tipo (SOUZA; ASSIS;

SILVA, 1996). Assim, é de se supor que essa ausência ou ineficiente apuração dos crimes mostra-se como um reforço aos estereótipos negativos das vítimas (CRUZ-NETO; MINAYO, 1999).

De modo geral, as estatísticas oficiais normalmente apenas informam a distribuição da violência de acordo com o tipo, faixa etária e sexo, não fornecendo a maioria dos dados sobre as vítimas e as circunstâncias da ocorrência (SOUZA; NJAINE; MINAYO, 1996).

Enfim, a inexistência de dados confiáveis dificulta a análise dos eventos, por conseguinte, a tomada de decisões políticas e colabora para que a sociedade ignore seu processo de violência. (SOUZA, NJAINE, MINAYO, 1996). Dessa maneira, os contextos sobre os quais as mortes ocorreram não são revelados, ou seja, não se sabe ao certo quais tipos de interação provocaram a violência, qual o papel do álcool e de outras drogas, por exemplo (PERES; CARDIA; SANTOS, 2006).

Souza, Njaine e Minayo (1996) entendem que esse não-esclarecimento das mortes violentas pode ser associado ao fato de ser uma “limpeza” e solução para o problema da violência e da problemática social e econômica do país. De tal modo, aqueles não considerados “cidadãos de bem” são os mais vitimizados – negro, jovem e morador da periferia. Sendo assim, esses dados inconclusivos acabam por reforçar a discriminações a esses grupos sociais (SOUZA; NJAINE; MINAYO, 1996).

Cruz-Neto e Minayo (1999) discorrem sobre a limpeza social da população supérflua, como os grupos sócio-econômicos e culturais considerados “marginais”, “maldosos” e “perigosos”, conforme a ideologia do “bandido bom é bandido morto”. Aliado a isso, constrói-se fronteiras físicas que cada vez distanciam esses “perigosos” do campo visual, que são a construção de fortalezas, os ditos condomínios e o crescimento das empresas de segurança que freqüentemente utilizam-se da jornada de trabalho extra de policiais (CRUZ-NETO; MINAYO, 1999, p.208).

Nesse sentido, a mídia promove a intensificação da atenção para esses indivíduos, colocando-os como pessoas com potencial para o perigo. Na espetacularização da violência, retira a noção de causa estrutural, para um foco voltado para a divulgação dos estereótipos sociais (SOUZA; NJAINE; MINAYO, 1996).

Torna-se, portanto, a imprescindível a necessidade do preenchimento adequado das variáveis acerca da violência para que se possa conhecer a real dimensão desse fenômeno. De posse dos dados fidedignos, a informação poderá ser utilizada para compreender e propor políticas públicas de prevenção a seus danos. Desse modo, evidencia-se ao mesmo tempo a

importância do SIM e o imperativo de seu aprimoramento (SOUZA; NJAINE; MINAYO, 1996; WAILSELFISZ, 2010)

Por conseguinte, para se ter um conhecimento preciso em relação à temática da violência, é essencial que os dados sejam confiáveis e estejam disponíveis, assim como é fundamental que as informações coletadas sejam aproveitadas para o planejamento e a avaliação (PERES, 2004). Para isso, são indispensáveis informações consistentes sobre qual o tipo de violência, características sociodemográficas de vítimas e agressores, uso e tipos de armas, localidade, dia, horário e circunstâncias da ocorrência, motivação, intencionalidade, indicativo de consumo de álcool e/ou drogas, as quais possibilitam a análise e o planejamento de ações para controle e prevenção (PERES, 2004).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo da dissertação, que consistiu na coleta de dados sobre a mortalidade de jovens de 15 a 29 anos por causas externas (acidentes de trânsito, suicídios, homicídios e embate com a polícia) e realização de entrevistas com 24 gestores municipais, pode-se inferir algumas conclusões a respeito da associação entre óbito juvenil e políticas públicas municipais.

Primeiramente, as informações obtidas sobre as mortes de jovens apontam, por um lado, para a diminuição dos óbitos por homicídios ao longo da década e, por outro, um significativo incremento da mortalidade em acidentes de trânsito e suicídio. O sujeito mais acometido tem aproximadamente vinte anos, na maioria dos casos é do sexo masculino e solteiro. Quanto aos bairros de ocorrência e residência, no caso dos homicídios, é evidente a prevalência em regiões carentes da cidade, em pessoas afrodescendentes e, predominantemente, homens. No embate com a polícia, foram obtidas apenas 3 mortes em 10 anos na cidade, sendo que há vários relatos de moradores de bairros pobres queixando-se da violência policial. Concomitantemente a isso, obteve-se um número significativo de mortes cujas causas foram apontadas como indeterminadas. Por isso, não só em São Carlos, mas também no país a questão mortalidade por embate com a polícia relacionada a subnotificação necessita ser melhor investigada.

Além disso, faz-se fundamental outro modo de atuação sobre a periferia de São Carlos já que, como mostrou a dissertação, no período de dez anos, seus habitantes não observaram mudanças em suas condições sociais e econômicas, pois continuam sendo submetidos a insuficiência de equipamentos públicos, elevado número de homicídios, baixa escolaridade e desemprego.

Na questão das políticas públicas, não foi possível, a partir das entrevistas realizadas com os secretários municipais, relacioná-las à mortalidade de jovens da cidade, sobretudo, em relação ao decréscimo do número de homicídios. As respostas vagas e inconsistentes, aliadas a ausência de políticas documentadas, impossibilitam que se possa inferir qualquer associação entre as mortes de jovens e as políticas públicas adotadas nos últimos dez anos.

Sendo assim, é prematuro afirmar que a diminuição do número de homicídios em São Carlos, bem como no país, seja em decorrência das políticas públicas implementadas pelo poder público. Vários autores apontam, e questionam, os diversos fatores presentes na literatura como sendo responsáveis por esse decréscimo. Nesse sentido, a campanha do desarmamento, a atuação do PCC, a existência de elevado número de mortes indeterminadas e

a regressão do número de jovens na população são hipóteses que carecem de mais pesquisas a respeito de sua importância na determinação da mortalidade juvenil.

Recomendam-se algumas práticas a serem aprimoradas. Com a informatização dos dados presentes do CIS, ocorrida em 2006, houve uma significativa melhora, entretanto, existem ainda problemas no preenchimento, com muitos campos em branco ou ignorado, principalmente relacionados à ocupação e escolaridade. Logo, cursos de capacitação e contratação de mais trabalhadores nessa área poderiam minimizar ou até eliminar as falhas existentes no serviço.

Por fim, essa pesquisa é preliminar no tema. Carecem-se de mais estudos sobre diversos temas aqui abordados, como os prêmios obtidos pela cidade, sobretudo o de menor IVJ do País, a diminuição do número de homicídios no país e em São Carlos, o elevado percentual de mortes indeterminadas, a violência policial e atuação do narcotráfico no município. Faz-se importante também correlacionar os dados de mortalidade com os existentes em cidades do mesmo porte que São Carlos, com mais de 200 mil habitantes, para, assim, compreender melhor a questão da interiorização da violência, apontada no Mapa da Violência 2009 e 2010.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H.W. Espaços de juventude. In: FREITAS, M.V.; PAPA, F. de C (Org.). **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008, p.192-209.

\_\_\_\_\_. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M.V. (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. Ação Educativa. São Paulo, v.1, p. 20-35, 2005. Disponível em: <<http://www.uff.br>>. Acesso em: 22 set 2011.

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

ADORNO, S.; LAMIN, C. Medo, violência e insegurança. In: LIMA, R.S.; PAULA, L. de (orgs). **Segurança Pública e Violência-Estado está cumprindo seu papel?** São Paulo: Contexto, p. 151-168, 2006.

\_\_\_\_\_. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, n.8, p. 84-135, 2002.

ALBERTO JUNIOR, C. Ocupa Wall Street planeja mobilizações para 2012. **Carta Maior**, 25 dez 2011.

ALMEIDA, M.S. A ideologia protagonista nas políticas públicas de jovens infratores. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**, Marília, Ed.5, n.5, 2010.

ANDRADE, E.R.; ESTEVES, L.C.G.; OLIVEIRA, E.C. de. Composição social e percursos escolares dos sujeitos do ProJovem: novos/velhos desafios para o campo da educação de jovens e adultos. **Em aberto**, Brasília, v.22, n.82, p. 73-89, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 10 dez 2011.

ARENDT, H. **Da violência**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opin. Publica**, Campinas, v. 14, n. 1, 2008.

\_\_\_\_\_. O Orçamento Participativo e a Teoria Democrática: Um Balanço Crítico. In. AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. **A Inovação Democrática no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

AYRES, L.S.M.; CARDOSO, A.P.; PEREIRA, L.C. O abrigo e das redes de proteção para a infância e juventude. **Fractal: Revista de Psicologia**, v.21, n.1, p.125-136, 2009.

AYRES, N.; FERRI, L.M.G.C. Considerações para a educação no trânsito. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v.2, n.1, p.67-78, 2004.

BACCHIERI, G.; BARROS, A.J.D. Acidentes de trânsito no Brasil de 1998 a 2010: muitas mudanças e poucos resultados. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, p. 949-963, 2011.

BARATA, R.B. Desigualdades sociais e homicídios em adolescentes e adultos jovens na cidade de São Paulo em 1995. **Rev. Bras. Epidemiol**, vol 2, n.1/2, p. 50-59, 1999.

BARROS, D. D.; LOPES, R.E.; GALHEIGO, S.M. **Terapia Ocupacional Social: Concepções e Perspectivas**. In: CALVALCANTI, A., GALVÃO, C (Org.). **Terapia Ocupacional: Fundamentação e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. p. 347-353.

\_\_\_\_\_. GIRARDI, M.I.G; LOPES, R.E. **Terapia Ocupacional Social**. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.13, n.2, p.95-103, 2002.

BARROS, M.D.A; XIMENES, R; LIMA, M.L.C. Mortalidade por causas externas em crianças e adolescentes: tendências de 1979 a 1995. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 142-149, 2001.

BATISTA, LE; VOLOCHKO, A; FERREIRA, CEC; MARTINS, V. Mortalidade da população adulta no Brasil e Grandes Regiões segundo sexo e raça/cor. In: LOPES, F (Org.). **Saúde na população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade**. [Relatório Final – Convênio UNESCO Projeto 914BRA3002]. Brasília: Funasa/MS, 2004.

BOB News. **Boletim Eletrônico do Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo 8º Região**. Os bons exemplos de bibliotecas no interior do estado de São Paulo, n.43, maio 2011. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/stories/pdf/BIBLIOTECAS.pdf>> Acesso em: 10 dez 2011.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. A juventude é apenas uma palavra. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: marco zero, p.112-121, 1983.

BRASIL. **Estatuto da juventude** – mais um passo para o desenvolvimento do Brasil. Disponível em: <<http://juventude.gov.br>>. Acesso em 3 fev 2012.

\_\_\_\_\_.Ministério da Saúde. **DATASUS**: informações de saúde. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2011.

\_\_\_\_\_.Secretaria Nacional de Juventude. **Juventude**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 28 set 2011b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. **Segurança Pública**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br>>. Acesso em: 28 abril 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Temático Prevenção de Violência e Cultura de Paz III** – Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2008.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: CBIA, 1990.

BRENNER, A.K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude brasileira: culturas do lazer e do tempo livre. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Um olhar sobre o jovem no Brasil**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

BUENO, S.; SANTOS, T. Nos trilhos da transparência. **Revista Carta Capital**, São Paulo, 9 mai 2011. Sociedade.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros** – Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp/Ed.34, 2000.

CAMACHO, L.M.Y. A invisibilidade da juventude na vida escolar. Perspectiva, **Revista do Centro de Ciências de Educação**, Florianópolis, n 22, p. 325-34, 2004.

CAMPOS, S.E.A.; GONÇALVES JUNIOR, L.; MAIA, M.A.; VASCONCELOS, V.O.de.; SILVA JUNIOR, J.A.da.; LIMA, M.S.; O lazer cotidiano do Jardim Gonzaga – São Carlos. In: **XV Encontro Nacional de Recreação e lazer - lazer e trabalho: novos significados na sociedade contemporânea**, 2003. Santo André, Anais.

CANO, I. **Violência estrutural e suas repercussões na juventude**. EDUERJ: Rio de Janeiro, 2007.

CARA D.; GAUTO, M. Juventude: percepções e exposição à violência. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E.; ESTEVES, L. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, p. 171-196, 2007.

CARDIA, N. Jovens, violência fatal, superposição de carências e mercado de trabalho. **Núcleo de Estudos da Violência – Universidade de São Paulo**. São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_.ADORNO, S.; POLETO, F.. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 17, n. 47, p.43-73, 2003.

\_\_\_\_\_. SCHIFFER, S. Violência e desigualdade social. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 54, n. 1, p.25-31, 2002.

CARVALHO, V.A. de; SILVA, M.R.F e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **R. Katál.**, Florianópolis, v.14, n.1, p. 59-67, 2011.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: PUC-SP, 1997.

CASTRO, M.C; ABRAMOVAY, M. Por um novo paradigma do fazer políticas – políticas de/para/com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.19, n.2, p.19-46, 2002.

CATOIRA, E. O governo pode esvaziar poder das milícias. **Revista Carta Capital**, São Paulo, 02 dez 2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br>>. Acesso em: 10 dez 2011.

CECCHETTO, F.R. **Violência e estilos de masculinidade**. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2004.

COIMBRA, C.; NASCIMENTO, M.L. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? **JOVENes – Revista de Estudos sobre Juventud**, México: DF, v. 9, n. 22, p. 338-355, 2005.

CRUZ-NETO, O; MINAYO, M.C.de S. Extermínio: violentação e banalização da Vida. **Cad. Saúde Pública**, v. 10, supl. 1, p. 177-187, 1994.

DAOLIO, E. Suicídio: um alerta para uma sociedade autodestrutiva. **SaudeColetiva**, v.44, n.7, p.253-258, 2010.

DAYRELL, J. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p.117-136, 2002.

DIAS, C.C.N. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário das prisões. **Tempo Soc**, São Paulo, vol.23, n.2, p.213-233, 2011.

DOZENA, A. **São Carlos e seu desenvolvimento** – contradições urbanas de um pólo tecnológico. São Paulo: Annablume, 2008.

DURKHEIM, E. **O suicídio**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2003.

\_\_\_\_\_. Divisão do trabalho e suicídio. In: RODRIGUES, J. A. (Org.). **Coleção grandes cientistas sociais**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

EVANGELISTA, J.D. Água benta e água consagrada: representações religiosas e representações de risco na periferia de São Carlos/SP. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J.C (Org.). **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: Rima Editora, 2009. p.131-145.

FELTRAN, G. de S. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p.59-73, 2010.

FERREIRA, M.A.F. Trabalho infantil e a produção acadêmica dos anos 90: tópicos para reflexão. **Estudos de Psicologia**, São Paulo, v.6, n.2, p.213-225, 2001.

FIGUEIREDO, B. de O.; SOUZA, J. dos S. Juventude e poder local: trabalho, educação e conformação social no cotidiano do jovem trabalhador. **VII Seminário do trabalho – Trabalho, Educação e Sociabilidade, Marília**, 2010.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GASPARI, E. Pacificaram as estatísticas da morte no Rio. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 out 2011.

GIAQUETO, A. Caminhos para atenção à infância e adolescência no Brasil: as políticas sociais e as legislações. **Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social**, ano 2, n.4, 2006.

HADDAD, S. A ação de governos locais na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.35, p.197-211, 2007.

\_\_\_\_\_. Os desafios da educação de jovens e adultos. **Ação educativa Biblioteca Digital**, São Paulo, 2007a, p.25-28. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br>>. Acesso em: 11 dez 2011.

HUGHES, P.J.A. Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo – referências para a formulação de políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n.4, p.93-102, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades São Carlos**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 20 de Julho de 2011.

INSTITUTO INNOVARE. **Práticas**. Disponível em: <http://www.premioinnovare.com.br>. Acesso em: 20 nov. 2011.

JANOWITZ, M. Sociological theory and social control. **American Journal of Sociology**, v.81, n.1, p.82-108, 1981.

JEOLÁS, L.S. Culturas juvenis e corridas ilegais de carros e motos: conflito, risco e ilegalidade. In: **IX Reunião de Antropologia do Mercosul**, Curitiba, 2011.

\_\_\_\_\_. KORDES, H. Percursos acelerados de jovens condutores ilegais: o risco entre vida e morte, entre jogo e rito. **Horiz. Antropol**, vol.16, n.34, p. 159-187, 2010.

\_\_\_\_\_. Práticas de risco nas comunidades on-line sobre velocidade: entre o prazer e o medo. In: **FICYUrb: 1st International Conference of Young Urban Researchers**, Portugal, p.11-12, 2007.

JORGE, M. H. P. de M. Violência como problema de saúde pública. **Cienc. Cult**, 2002, v. 54, n. 1, p. 52-53, 2002.

KERBAUY, M.T.M. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.18/19, p.193-203, 2005.

\_\_\_\_\_. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Opin. Publica**, Campinas, v. 11, n. 2, 2005a.

LAISNER, R.C. **Entre formas autoritárias e possibilidades democráticas**: uma análise das representações de moradores da periferia de São Carlos. 1999, 211. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1999.

LAST, J. M. **Dictionary of epidemiology**. New York: Oxford University Press, 1988.

LOPES, F. Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, vol.21, n.5, p. 1595-1601, 2005.

\_\_\_\_\_. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil, p. 47-93. In:\_\_\_\_\_. BRASIL, **Seminário Nacional da saúde da população negra**. Cadernos de textos básicos. 2004.

LOPES, R.E.; SOUZA, L. B.; BORBA, P. L. O. **Memória e Ação Territorial**: da história do Jardim Gonzaga às bases de intervenção em Terapia Ocupacional Social. 2010. (Relatório de pesquisa). CNPq.

\_\_\_\_\_. SOUZA, L. B. ; BORBA, P. L. O. . Memória e Ação Territorial: da história do Jardim Gonzaga às bases de intervenção da Terapia Ocupacional Social. In: **XVIII Congresso de Iniciação Científica da UFSCar**, 2010, São Carlos. Anais dos Congressos de Iniciação Científica e Tecnológica, 2010.

\_\_\_\_\_. ADORNO, R.C.F.; MALFITANO, A.P.S.; TAKEITI; B.A.; SILVA, C.R; BORBA, P.L.O. Juventude pobre, violência e cidadania. **Saude soc.**, São Paulo, v. 17, n. 3, p.63-78, set. 2008.

\_\_\_\_\_. SILVA, C. R.; MALFITANO, A. P. S. Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 23, p. 114-130, 2006.

LOVISI, G.M.; SANTOS, S.A.; LEGAY, L.; ABELHA, L. VALENCIA, E. Análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006. **Rev. Bras. Psiquiatr**, v.31, supl.III, p.586-594, 2006.

MACEDO, A.C; PAIM, J.S.; SILVA, L.M.V. da; COSTA, M.da C.N. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. **Rev. Saúde Pública**, v.35, n.6, p.515-522, 2001.

MADUREIRA, R. Moradores de São Carlos acusam PMS de agressão e ameaças. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 agos 2008. Caderno Cotidiano.

\_\_\_\_\_. Policiais são presos acusados de extorsão de dinheiro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 agos 2008a. Caderno Cotidiano.

MALFITANO, A.P.S. **Atrás da porta que se abre**: demandas sociais e o Programa de Saúde da Família. São Paulo: Ed. Holambra, 2007.

\_\_\_\_\_. Campos e núcleos de intervenção na terapia ocupacional social. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 16, n. 1, 2005, p.1-8.

MARÍN, L.; QUEIROZ, M. S. A atualidade dos acidentes de trânsito na era da velocidade: uma visão geral. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.16, n.1, p.7-21, 2000.

MARTINS, J.S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, R. Os números nunca mentem? **Revista Carta Capital**, São Paulo, 5 jul 2011. Política.

MEDEIROS, P. M. **A desigualdade na pobreza: uma análise de cor nos bolsões de pobreza de São Carlos**. 2005, 63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

MELO, R.A de. Juventude e participação: limites e potencialidades do ProJovem urbano. In: **XVIII Congresso Internacional da Alas**, 2011, Recife. Anais eletrônicos do Congresso Internacional da Alas, p. 6-11, 2011. Disponível em: [http://www.sistemasmart.com.br/alas/arquivos/alas\\_GT22\\_Rosicleide\\_Araujo\\_de\\_Melo.pdf](http://www.sistemasmart.com.br/alas/arquivos/alas_GT22_Rosicleide_Araujo_de_Melo.pdf). Acesso em 5 jan 2012.

MESQUITA NETO, P. de. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: PANDOLFI, D; MURILO, J; Carneiro, L.P, GRYNSPAN, M (Org.) **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, p.130-148, 1999.

\_\_\_\_\_. Homicídios e armas de fogo no Brasil e em São Paulo. In: **Instituto São Paulo contra a violência**, 2005. Disponível em: <<http://www.nevusp.br>>. Acesso em: 10 jan 2011.

MINAYO-GOMEZ; MEIRELLES, Z.V. Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.13, supl.2, p.135-140, 1997.

MINAYO, M. C. de S. Contextualização do debate sobre violência contra crianças e adolescentes. In: LIMA, C.A. (Org.). **Violência faz mal à Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, p. 13-16, 2006.

\_\_\_\_\_. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciências & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.18-34, 2005.

\_\_\_\_\_. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v.10, n.1. Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, p.7-18, 1994.

\_\_\_\_\_. A violência na adolescência: um problema de saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 278-291, 1990.

MONTEIRO, D. Pais transferem a responsabilidade ao estado. **Jornal Primeira Página**, São Carlos, 21 ago 2011.

\_\_\_\_\_. Em 10 anos, NAI diminui homicídios em 93 %. **Jornal Primeira Página**, São Carlos, 27 jul 2011a.

\_\_\_\_\_. Prestação de serviço é alternativa à reclusão. **Jornal Primeira Página**, São Carlos, 27 jul 2011b.

MORAES, L.de S. Bibliotecas escolares: leitura e informação para uma cidade educadora. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v.1, n.2, p.22-33, out 2008. Disponível em: <<http://www.crb8.org.br/ojs/crb8digital>>. Acesso em: 02 jan 2012.

MOURA, E.C.; MALTA, D.C.; MORAIS NETO, O.L.; PENNA, G.O.; TEMPORÃO, J.G. Direção de veículos motorizados após consumo abusivo de bebidas alcoólicas, Brasil, 2006 a 2009. **Rev. Saúde Pública**, v.43, n.5, p.891-894, 2009.

NOGUEIRA, Q.W.C. Esporte, desigualdade, juventude e participação. **Rev.Bras.Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v.33, n.1, p. 103-117, 2011.

NOVAES, R. Quem tem medo de sobrar? **Revista Carta Capital**, São Paulo, 12 set 2011. Sociedade.

\_\_\_\_\_. Juventude e sociedade: jogos de espelhos sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Revista Sociologia Especial –Ciência e Vida**, São Paulo, out 2007.

\_\_\_\_\_. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M.I.M de.; EUGENIO, F (Org.). **Culturas juvenis** – novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, p.105-120.

NOVAES, R.C.R.N.; CARA, D.T.; SILVA, D.M. da.; PAPA, F. de C (Org.). **Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude, 2006.

OLIVEIRA, A. Os policiais podem ser controlados? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n.23, p.142-175, jan/abril 2010.

OLIVEIRA, A.P.; SILVA, M.A.da; FILHO, A. da L.M; JESUS, R.M.; SABINO, C.; CARDOSO, T.L.; LUCAS, F.P.; GONÇALVES, T. de J.; PINTO, J.H. de A.; COSTA, V.A.da C.; RODRIGUES, M.A.; PEREIRA, W.M.; JUNIOR, L.C.F. Políticas públicas de juventude: “pão e circo”. In: SILVA, J.S e; BARBOSA, J.L.; SOUZA, A.I (Org.). **Políticas Públicas no território das juventudes**. Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2006.

OLIVEIRA, M; FIGUEIREDO, N.D. Crítica sobre políticas, ações e programas de saúde implementados no Brasil. In: LOPES, F (org.). **Saúde na população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade**. [Relatório Final – Convênio UNESCO Projeto 914BRA3002] Brasília: Funasa/MS, 2004, p.387-436.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial Violência e Saúde**. Genebra, 2002.

ORTEGA, F. Das utopias sociais às utopias corporais: identidades somáticas e marcas corporais. In: ALMEIDA, M.I.M de.; EUGENIO, F (Org.). **Culturas juvenis** – novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, p.42-58.

PAIS, J.M. A juventude como fase da vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. **SaúdeSoc**, São Paulo, v.18, n.3, p.371-381, 2009.

\_\_\_\_\_. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: ALMEIDA, M.I.M de.; EUGENIO, F (Org.). **Culturas juvenis** – novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, p.7-24.

\_\_\_\_\_. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Sociológica**, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

PAIXÃO, A.L.; BEATO FILHO, C.C. Crimes, vítimas e policiais. **Tempo Social**, São Paulo, v.9, n.1, p. 233- 248, 1997.

PAIXÃO, M.J.P.; CARVALHO, L.M.F.; OLIVEIRA, J.C.; ERVATTI, L.R. Diferenciais de esperança de vida e de anos de vida perdidos segundo os grupos de raça/cor e sexo no Brasil e Grandes Regiões. In: LOPES, F (Org.). **Saúde na população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade [Relatório Final – Convênio UNESCO Projeto 914BRA3002]** Brasília: Funasa/MS, 2004.

PAULILO, M.A.S.; BELLO, M.G.D. Jovens no contexto contemporâneo: vulnerabilidade, risco e violência. **Ser. Soc. Rev.**, v.4, n.2, s/p, 2002.

PAVARINO FILHO, R.V. Aspectos da educação de trânsito decorrentes das proposições das teorias de segurança – problemas e alternativas. **Revista Transportes**, v.XII, p.59-68, 2004.

PARSONS, T. **The Social System**. Ed. London: Routledge, 1991.

PELLICANI, L. Após dois roubos, ladrões são mortos pela PM em São Carlos (SP). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jan 2011. Caderno Cotidiano.

PERALVA, A. **Violência e democracia**. O paradoxo brasileiro. Paz e Terra: 2001.

PERES, M.F.T.; VICENTIN, D.; NERY, M.B.; LIMA, R.S. de; SOUZA, E.R.de; CERDA, M.; CARDIA, N.; ADORNO, S. Queda dos homicídios em São Paulo, Brasil: uma análise descritiva. **Rev. Panam Salud Publica**, Washington, v.29, n.1, p. 17-26, 2011.

\_\_\_\_\_.CARDIA, N.; MESQUITA NETO, P. de.; SANTOS, P.C.; ADORNO, S. Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no município de São Paulo, Brasil. **Rev. Panam Salud Publica**, Washington, v. 23, n. 4, p. 268-276, 2008.

\_\_\_\_\_. CARDIA, N.; SANTOS, P.C. dos. Homicídios de crianças e jovens no Brasil: 1980-2002. Relatório de Pesquisa. São Paulo: **Núcleo de estudos em Violência da Universidade de São Paulo**, 2006.

\_\_\_\_\_. SANTOS, P.C. Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo. **Rev. Saúde Pública**, v. 39, n.1, p.58-66, 2005.

\_\_\_\_\_.Violência por armas de fogo no Brasil: relatório nacional. São Paulo: **Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo**, 2004. Disponível em: <<http://www.nev.prp.usp.br>>. Acesso em: 12 dez 2010.

PINHO, M.D; BERQUÓ, E; OLIVEIRA, K.A; LOPES, F; LIMA, L.C.A; PEREIRA, N. Juventude, raça e vulnerabilidade. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v.19, n. 2, p. 277-294, 2002.

PONTUAL, P. Juventude e poder público: diálogo e participação. In: FREITAS, M.V.; PAPA, F. de C (Org.). **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008, p.95-119.

PORTO, M.S.G. A violência entre a inclusão e a exclusão social. In: **VII Congresso Sociedade Brasileira de Sociologia**. Brasília, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. **Escolas do futuro**. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br>>. Acesso em: 02 jan 2012.

\_\_\_\_\_. **Prefeito Amigo da Criança**. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br>>. Acesso em: 02 jan 2012a.

\_\_\_\_\_. **Secretarias Municipais**. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br>>. Acesso em: 04 de abril de 2010.

REICHENHEIM, M.E; SOUZA, E.R. de; MORAES, C.L; JORGE, M.H.P de M.; SILVA, C.M.F.P da; MINAYO, M.C de S. Violência e lesões no Brasil: efeitos, avanços alcançados e desafios futuros. **The Lancet**, London, p.75-89, 2011.

RIVERO, P. S. **Distribuição desigual dos direitos humanos e da cidadania: áreas de concentração de vítimas de homicídio e ação policial no município do Rio de Janeiro**. IPEA Brasília, 75 p, 2010. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 abr 2011.

RODRIGUES, R.S.; NOGUEIRA, A.C.F.M.; ANTOLINI, J.; BERBARA, V.; OLIVEIRA, C. Suicídio em jovens: fatores de risco e análise quantitativa espaço-temporal (Brasil, 1991-2001). **Rev. Bras. Med. Fam e Com**, Rio de Janeiro, v.2, n.7, p.177-188, 2006.

ROTH, A.; ZALUAR, A. M. Agressão física e gênero: o público e o privado. In: **VII Reunião de Antropologia do Mercosul**, 2007, Porto Alegre. VII RAM. Porto Alegre: RAM, 2007. v. Único.

RUOTTI, C.; MASSA, V.C.; PERES, M.F.T. Vulnerabilidade e violência: uma nova concepção de risco para o estudo dos homicídios de jovens. **Interface - Comunic., Saude, Educ.** v.15, n.37, p.377-89, 2011.

\_\_\_\_\_. FREITAS, T.V.; ALMEIDA, J.F.; PERES, M.F.T. Graves violações de direitos humanos e desigualdade no município de São Paulo. **Rev. Saúde Pública**, v.43, n.3, p.533-540, 2009.

SADECK FILHO, F.J. **O orçamento público federal e a garantia de prioridade absoluta de crianças e adolescentes nas políticas públicas**. 2010, 196f. Dissertação (Mestrado. em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2010.

SAFATLE, W. Eles sabem o que fazem. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 out 2011.

SANCHEZ, A. I.M; BERTOLOZZI, M.R. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva?. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p.319-324, 2007.

SANTOS, A. Morreu na contramão atrapalhando o tráfego: as vítimas em crimes de trânsito. In: **XV Congresso Brasileiro de Sociologia**, Curitiba, 2011.

SANTOS, J.V.T dos. A arma e a flor – formação da organização policial, consenso e violência. **Tempo Social**, USP, v.9, n.1, p.664-670, 1997.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

\_\_\_\_\_. **Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, M.O; GONÇALVES JUNIOR, L. Vivências em atividades diversificadas de lazer: trajetória histórica de um projeto de extensão. In: **XX Encontro Nacional de Recreação e Lazer** (ENAREL) – Gestão do lazer: competências e atuação multiprofissional, 2008, São Paulo, Anais. São Paulo: SESI, 2008.

SANTOS, W.G. dos. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SARTI, C. O jovem na família: o outro necessário. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P (Org.). **Juventude e sociedade – trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004, p.115-129.

SATO, T.A. **Pesquisa-ação-participativa e a temática sócio-ambiental no processo de formação continuada de professoras de educação infantil**. 2006, 114f. Dissertação (Mestrado em Departamento de Educação) - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2006.

SILVA, D.W.da.; SOARES, D.A.; ANDRADE, S.M. Atuação profissional de *motoboys* e fatores associados à ocorrência de acidentes de trânsito em Londrina –PR. **Epidemiol.Serv.Saúde**, Brasília, v.17, n.2, p.123-153, 2008.

SISTEMA FIRJAN. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/IFDM/>. Acesso em: 20 de nov. 2011.

SMARZARO, D.C. **A informação sobre mortes por causas externas: estudo do preenchimento da causa básica de óbito em um serviço de medicina legal no Espírito Santo 2000-2002**. 2005, 95f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

SOUZA, C. Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 84-97, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.com>>. Acesso em: 10 dez 2011.

SOUZA, E.R. de; MINAYO, M.C.S; CAVALCANTE, F.G. O impacto do suicídio sobre a morbimortalidade da população de Itabira.. **Cien Saude Colet**, v.11, Supl. 2, p. 397-408, 2006.

\_\_\_\_\_. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.10, n.1, p.59-70, 2005.

\_\_\_\_\_. MINAYO, M.C.S; MALAQUIAS, J.V. Suicide among young people in selected Brazilian State capitals. **Cad Saude Publica**; v. 19, Supl. 3, p. 673-683, 2002.

\_\_\_\_\_. NJAINE, K; MYNAIO, M.C. de S. Qualidade da informação sobre violência: um caminho para a construção da cidadania. **INFORMARE – Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação**. Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.104-112, 1996.

\_\_\_\_\_. ASSIS, S.G., SILVA, C.M.F.P. **Violência no município do Rio de Janeiro: impacto e tendência da mortalidade em adolescentes de 10 a 19 anos**. Rio de Janeiro: CLAVES/ENSP/FIOCRUZ, 1996. 27p. [mimeo.]

SOUZA, M.F.M; MALTA, D.C., CONCEIÇÃO, G.M.S.; SILVA, M.M.A.,GAZAL-CARVALHO, C.; NETO, O.L.M. Análise descritiva e de tendência de acidentes de transporte terrestre para políticas sociais no Brasil. **Epidemiol Serv Saúde**, v.16, n.1, p.33-44, 2007.

SOUZA, M.J.N. de; COMPANS, R. Espaços urbanos seguros – a temática da segurança no desenho da cidade. In: COSTA, G.M (Org.). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (ANPUR), v.11, n.1, p. 9-24, 2009.

SPOSITO, M.P. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, M.V.; PAPA, F. de C (orgs). **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008, p.57-75.

\_\_\_\_\_. Introdução - Espaços públicos e tempos juvenis. In: \_\_\_\_\_(org.). **Espaços Públicos e tempos juvenis**. São Paulo: Global, 2007, p. 5- 43.

\_\_\_\_\_. CARRANO, P. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, p.16-39, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003a.

TELLES, V.S; HIRATA, D.V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, São Paulo: IEA, vol.21, n.61, p. 173-191, 2007.

VALADÃO, M.M. A saúde nas políticas públicas: juventude em pauta! In: FREITAS, M.V.; PAPA, F. de C (Org.). **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008, p.203-218.

VERMELHO, L.L; MELLO JORGE, M.H.P. Mortalidade de jovens: análise do período de 1930 a 1991 (a transição epidemiológica para a violência). **Revista de Saúde Pública**, v.30, n.4, p.319-331, 1996.

VIANNA, J.A; LOVISOLO, H.R. Projetos de inclusão social através do esporte: notas sobre avaliação. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.15, n.3, p.145-162, 2009.

VIEIRA, I.LV; HOLZ, A.R.; SILVA, M.V. da; SANTOS, A. dos; SANCEVERINO, S.L. Perfil da violência no trânsito após a promulgação da “Lei Seca” – Relação entre direção e consumo de bebidas alcoólicas. **R. Enferm.Cent.O. Min**, v. 1, n.2, p. 210-219, 2011.

VIEIRA, J. Prefeitura arrecada mais de R\$ 2, 5 mi em multas. **Jornal Primeira Página**, São Carlos, 18 dez 2011.

WAILSELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2010** – anatomia dos homicídios no Brasil. Brasília: Instituto Sangari, 2010.

\_\_\_\_\_. **Mapa da violência 2011** – os jovens do Brasil. Brasília: Instituto Sangari, 2011.

WEBER, M. **Economia e Sociedade** – Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 9, n. 1, p.5-41, 1997.

ZALUAR, A. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v24, n.71, p.9-24, 2009.

\_\_\_\_\_. MONTEIRO, M.; MONTEIRO, R. de. A. Agressão física e gênero na cidade e nas favelas do Rio de Janeiro. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu. **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. São Paulo: ABEP, 2008, v.XVI, p. 1277-1296.

\_\_\_\_\_. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos avançados**, São Paulo: IEA, vol.21, n.61, p.31-49, 2007.

\_\_\_\_\_. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. LEAL, M.C. Violência extra e intramuros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n.45, p. 145-164, 2001.

\_\_\_\_\_.NORONHA, J. C.; ALBUQUERQUE, C. Violência: Pobreza ou Fraqueza Institucional? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v.10, p. 213-217, 1994. Supplement 1.

\_\_\_\_\_. Mulher de bandido: crônica de uma cidade menos musical. **Estudos feministas**, n.1, p. 135-142, 1993.

ZANCHIN, C.R. **Os diversos olhares na construção das medidas socioeducativas no município de São Carlos/SP**, 2010, 80f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo, 2010.

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1

#### Roteiro de entrevista

##### **Secretaria Especial de Infância e Juventude**

- 1) Quais as funções de sua secretaria?
- 2) Qual a prioridade de sua gestão?
- 3) Porque houve a necessidade da criação de uma pasta Especial de Infância e Juventude? Quais objetivos foram levantados e quais são presentes hoje? Como avalia esses cinco anos de experiência?
- 4) A sua secretaria possui diretriz intersetorial?
- 5) Nas ações realizadas, há a prioridade de alguma região da cidade? Se sim, qual e por quê?
- 6) Quais são os projetos executados para a população juvenil?
- 7) Em sua opinião, qual seria a ação estratégica a ser realizada para a população juvenil?
- 8) Esta ação já foi pautada e/ou implementada? Por quê? Se sim, por quem e quando?
- 9) Como o senhor(a) acompanha as discussões do plano de governo acerca das ações com a juventude?
- 10) Em sua opinião, por que São Carlos obteve o título de prefeito amigo da criança e foi classificada como tendo menor índice de vulnerabilidade (IVJ) do jovem à violência do país, segundo dados do Ministério de Justiça (2009)?
- 11) Gostaria de dizer mais alguma coisa sobre as ações da gestão municipal ou de sua secretaria sobre políticas públicas para jovens?

## APÊNDICE 2

### Roteiro de entrevista

**Secretarias: Cidadania e Assistência Social; Saúde; Trabalho, Emprego e Renda; Transporte e Trânsito; Educação; Governo, Esportes e Lazer e Coordenadoria de Artes e Cultura.**

- 1) Quais as funções de sua secretaria?
- 2) Qual a prioridade de sua gestão?
- 3) A sua secretaria possui diretriz intersetorial?
- 4) Nas ações realizadas, há a prioridade de alguma região da cidade? Se sim, qual e por quê?
- 5) Quais são os projetos executados para a população juvenil?
- 6) Em sua opinião, qual seria a ação estratégica a ser realizada para a população juvenil?
- 7) Esta ação já foi pautada e/ou implementada? Por quê? Se sim, por quem e quando?
- 8) Como o senhor(a) acompanha as discussões do plano de governo acerca das ações com a juventude?
- 9) Em sua opinião, por que São Carlos obteve o título de prefeito amigo da criança e foi classificada como tendo menor índice de vulnerabilidade (IVJ) do jovem à violência do país, segundo dados do Ministério de Justiça (2009)?
- 10) Gostaria de dizer mais alguma coisa sobre as ações da gestão municipal ou de sua secretaria sobre políticas públicas para jovens?

### APÊNDICE 3

#### Listagem das entrevistas realizadas com Secretários Municipais de São Carlos 2001-2010.

<b>Secretários</b>	<b>Data da entrevista</b>	<b>Duração</b>
Secretário 1 (S1)	08 fevereiro 2011	15 min 30s
Secretário 2 (S2)	11 fevereiro 2011	39 min 30s
Secretário 3 (S3)	22 fevereiro 2011	13 min 40s
Secretário 4 (S4)	15 março 2011	33 min
Secretário 5 (S5)	12 março 2011	16 min 50s
Secretário 6 (S6)	19 abril 2011	11 min 20s
Secretário 7 (S7)	05 abril 2011	23 min 40s
Secretário 8 (S8)	11 abril 2011	27 min 30s
Secretário 9 (S9)	03 março 2011	53 min 30s
Secretário 10 (S10)	01 abril 2011	28 min 30s
Secretário 11 (S11)	23 fevereiro 2011	34 min 10s
Secretário 12 (S12)	24 fevereiro 2011	55 min 10s
Secretário 13 (S13)	04 março 2011	51 min 10s
Secretário 14 (S14)	05 abril 2011	52 min 30s
Secretário 15 (S15)	21 abril 2011	52 min 50s
Secretário 16 (S16)	24 março 2011	37 min 40s
Secretário 17 (S17)	02 março 2011	31 min 40s
Secretário 18 (S18)	30 março 2011	51 min 40s
Secretário 19 (S19)	06 abril 2011	44 min
Secretário 20 (S20)	16 março 2011	52 min 50s
Secretário 21 (S21)	15 abril 2011	48 min
Secretário 22 (S22)	29 março 2011	1h 5 min 40s
Secretário 23 (S23)	02 março 2011	1h 12 min
Secretário 24 (S24)	21 fevereiro 2011	25 min 50s

## APÊNDICE 4

Relação das pastas municipais de 2001 a 2010<sup>28</sup>

<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E BEM-ESTAR SOCIAL</b>		
<b>Titular</b>	<b>Nomeação</b>	<b>Exoneração</b>
Entrevistado	01/01/01	02/04/04
Entrevistado	02/04/04	31/12/04
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>		
<b>Titular</b>	<b>Nomeação</b>	<b>Exoneração</b>
Entrevistado	01/01/05	02/01/07
Entrevistado	08/01/07	31/12/08
Entrevistado	01/01/09	Atual

<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</b>		
<b>Titular</b>	<b>Nomeação</b>	<b>Exoneração</b>
Entrevistado	01/01/01	31/12/04
Entrevistado	01/01/05	02/04/06
Não entrevistado por dificuldade no contato	03/04/06	24/04/07
Não entrevistado por pouco tempo de gestão	24/04/07	02/05/07
Entrevistado	02/05/07	Atual

<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA</b>		
<b>Titular</b>	<b>Nomeação</b>	<b>Exoneração</b>
Entrevistado	01/01/09	Atual

---

<sup>28</sup> obtida na data de 01/04/2011 junto à Prefeitura Municipal de São Carlos.

<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS</b>		
<b>Titular</b>	<b>Nomeação</b>	<b>Exoneração</b>
Entrevistado	01/01/01	31/12/04
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, TRÂNSITO E VIAS PÚBLICAS</b>		
<b>Titular</b>	<b>Nomeação</b>	<b>Exoneração</b>
Entrevistado	01/01/05	30/11/08
Não entrevistado por pouco tempo de gestão	01/12/08	31/12/08
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO</b>		
<b>Titular</b>	<b>Nomeação</b>	<b>Exoneração</b>
Entrevistado	01/01/09	Atual

<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA</b>		
<b>Titular</b>	<b>Nomeação</b>	<b>Exoneração</b>
Entrevistado	01/01/01	13/07/01
Entrevistado	13/07/01	31/12/04
Entrevistado	01/01/05	04/04/08
Entrevistado	04/04/08	13/10/08
Entrevistado	13/10/08	31/12/08
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>		
<b>Titular</b>	<b>Nomeação</b>	<b>Exoneração</b>
Entrevistado	01/01/09	Atual
<b>COORDENADORIA DE ARTES E CULTURA</b>		
<b>Titular</b>	<b>Nomeação</b>	<b>Exoneração</b>
Entrevistado	01/01/09	Atual

<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO</b>		
<b>Titular</b>	<b>Nomeação</b>	<b>Exoneração</b>

Não entrevistado por dificuldade no contato	01/01/01	26/07/04
Entrevistado	26/07/04	31/12/04
Entrevistado	01/01/05	31/03/06
Entrevistado	01/04/06	03/10/06
Entrevistado	03/10/06	28/01/08
Entrevistado	28/01/08	09/05/08
Entrevistado	09/05/08	30/03/10
Entrevistado	01/04/10	Atual

**SECRETARIA MUNICIPAL ESPECIAL DE INFÂNCIA E JUVENTUDE**

<b>Titular</b>	<b>Nomeação</b>	<b>Exoneração</b>
Entrevistado	01/01/05	01/01/07
Entrevistado	02/01/07	04/04/08
Entrevistado	04/04/08	13/10/08
Entrevistado	13/10/08	31/12/08
-----	01/01/09	12/05/09
Entrevistado	13/05/09	Atual

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO E LAZER**

<b>Titular</b>	<b>Nomeação</b>	<b>Exoneração</b>
Entrevistado	01/01/01	03/06/02
Entrevistado	03/06/02	26/09/03
Entrevistado	26/09/03	31/12/04
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b>		
<b>Titular</b>	<b>Nomeação</b>	<b>Exoneração</b>
Entrevistado	01/01/05	Atual

